

GEOGRAFIA HUMANA

Prof.^a Raphaela de Toledo Desiderio

Prof.^a Karina Rousseng Dal Pont



2011



Copyright © UNIASSELVI 2011

Elaboração:

Prof.^a Raphaela de Toledo Desiderio

Prof.^a Karina Rousseng Dal Pont

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri

UNIASSELVI – Indaial.

910.07

D457g Desiderio, Raphaela de Toledo
Geografia humana / Raphaela de Toledo Desiderio e
Karina Rousseng Dal Pont. Indaial : Uniassevi, 2011.

233 p. il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7830-443-0

1. Geografia humana.

I. Centro Universitário Leonardo da Vinci.

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) acadêmico(a)!

Estamos iniciando nosso contato a partir destas primeiras palavras, mas gostaríamos de salientar que nosso pensamento esteve em vocês durante todo o processo de escrita e da escolha cuidadosa dos temas aqui abordados neste Caderno de Estudos. Nossa maior expectativa é que você, futuro professor de Geografia, ou aquele que se aventura a trilhar os caminhos desse ramo do conhecimento, possa refletir e compreender as formas de organização da humanidade a partir dos processos de produção do espaço. Através do estudo da Geografia Humana apresentaremos conceitos, métodos e outros elementos específicos para problematização dos processos que envolvem a sociedade, sua organização e distribuição no espaço geográfico.

Lembre-se de que as questões abordadas aqui não se esgotam nestas páginas. Propomos que você utilize os conhecimentos já apropriados das outras disciplinas cursadas e, também nas que ainda virão para tentar construir um olhar geográfico que caminhe para a ruptura das dicotomias observadas e ainda praticadas no fazer e pensar geográfico. Você perceberá ao longo da sua leitura que essa foi nossa tentativa na escrita deste Caderno.

Assim, na Unidade 1, apresentaremos a Geografia Humana no contexto da ciência geográfica, bem como sua contribuição para a compreensão da organização socioespacial contemporânea e metodologicamente como esta subárea da Geografia poderá ser abordada na escola.

Para que você reflita a respeito das características, aspectos demográficos e distribuição espacial, na Unidade 2, nós estudaremos os conceitos e as dinâmicas referentes à população mundial, bem como possibilidades de analisar dados e sua utilização como indicadores sociais de desenvolvimento humano.

Para problematizarmos a respeito da organização espacial contemporânea e os desafios que se colocam à ciência geográfica, abordaremos, na Unidade 3, possibilidades de discussões contemporâneas na Geografia Humana. Apresentaremos as tendências atuais de estudos, o fenômeno da urbanização e as relações com a sociedade e o espaço e, apontaremos as discussões para a um novo “híbrido” na Geografia que é a questão urbano-ambiental e a possibilidade de compreender a relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento.

A partir dessa estrutura convidamos você a analisar esse grande mosaico que é o espaço geográfico contemporâneo pelo viés da Geografia

Humana, não apenas como um observador estático. Mas, procuraremos instigar sua curiosidade sobre os temas aqui apresentados e compartilhar um encantamento com a matéria de estudo, para que você possa, assim como nós autoras deste caderno, não encerrar os questionamentos ou obter todas as respostas sobre tudo ao final desta disciplina. Oferecemos o começo, e partes de um itinerário de viagem que será compartilhada conosco até certo ponto, pois quem dará continuidade e saberá o que fazer com esta bagagem é você! Desejamos a todos (as) uma boa viagem!

Prof.^a Raphaela de Toledo Desiderio
Prof.^a Karina Rousseng Dal Pont



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades. ✓✓



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE. ✓✓



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso. ✓✓



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas. ✓✓



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE! ✓✓



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE GEOGRAFIA HUMANA	1
TÓPICO 1 – A GEOGRAFIA HUMANA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	3
1 INTRODUÇÃO	3
2 UM BREVE HISTÓRICO PARA COMPREENDER A ORIGEM DA GEOGRAFIA HUMANA	6
3 UMA POSSÍVEL DEFINIÇÃO PARA GEOGRAFIA HUMANA E A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE	11
4 PRINCIPAIS NOMES E CONTRIBUIÇÕES PARA A GEOGRAFIA HUMANA	13
RESUMO DO TÓPICO 1.....	19
AUTOATIVIDADE	20
TÓPICO 2 – A GEOGRAFIA HUMANA E A COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL CONTEMPORÂNEA	21
1 INTRODUÇÃO	21
2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM CONCEITO CHAVE NA GEOGRAFIA.....	22
2.1 CATEGORIAS E CONCEITOS DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	26
2.1.1 Paisagem	26
2.1.2 Lugar.....	28
2.1.3 Região	30
2.1.4 Território	35
3 O MUNDO CONTEMPORÂNEO E A GEOGRAFIA	39
3.1 PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	41
LEITURA COMPLEMENTAR.....	42
RESUMO DO TÓPICO 2.....	44
AUTOATIVIDADE	45
TÓPICO 3 – GEOGRAFIA HUMANA NA ESCOLA: BREVE TRAJETÓRIA E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NO ENSINO.....	47
1 INTRODUÇÃO	47
2 ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: DO ENCICLOPEDIISMO À CONSTRUÇÃO DO OLHAR CRÍTICO	50
3 OS PCN E QUESTÕES ATUAIS: O CURRÍCULO OFICIAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	54
4 DE QUAL MUNDO ESTAMOS FALANDO? E QUAL A FUNÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANA NA APREENSÃO DE MUNDO NA ESCOLA?	57
5 O USO DE DIFERENTES LINGUAGENS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: O ESTUDO DO MEIO, AS IMAGENS E AS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA	59
5.1 ESTUDO DO MEIO E A FORMAÇÃO DO OLHAR INVESTIGATIVO	60
5.2 AS IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA: FOTOGRAFIAS, CINEMA E TELEVISÃO PARA PENSAR A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	63
5.2.1 Cinema, televisão e a formação de uma memória geográfica.....	66
LEITURA COMPLEMENTAR.....	68
RESUMO DO TÓPICO 3.....	72
AUTOATIVIDADE	73

UNIDADE 2 – A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO: DINÂMICAS E CONCEITOS	75
TÓPICO 1 – DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA	77
1 INTRODUÇÃO	77
2 A DINÂMICA POPULACIONAL	77
2.1 A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL	81
2.2 TENDÊNCIAS DA POPULAÇÃO MUNDIAL	83
3 A POPULAÇÃO BRASILEIRA	88
3.1 A DINÂMICA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	90
3.1.1 A transição demográfica no Brasil	90
3.1.2 Estrutura etária e sexual da população brasileira	92
3.1.3 Distribuição espacial da população brasileira	93
LEITURA COMPLEMENTAR.....	95
RESUMO DO TÓPICO 1.....	97
AUTOATIVIDADE	99
TÓPICO 2 – DISTRIBUIÇÃO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS	101
1 INTRODUÇÃO	101
2 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL	102
2.1 A METROPOLIZAÇÃO	104
3 DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS	106
3.1 MIGRAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS NO BRASIL	109
4 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL	115
4.1 REFUGIADOS	120
LEITURA COMPLEMENTAR.....	124
RESUMO DO TÓPICO 2.....	126
AUTOATIVIDADE	128
TÓPICO 3 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	129
1 INTRODUÇÃO	129
2 O DESENVOLVIMENTO E O SUBDESENVOLVIMENTO.....	130
2.1 OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	131
3 POBREZA, DESIGUALDADE E SUAS IMPLICAÇÕES.....	134
3.1 IMPLICAÇÕES DA MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	140
3.2 A FOME NO MUNDO	143
4 OS INDICADORES SOCIAIS	144
4.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH	147
4.2 ÍNDICE DE GINI	151
5 OS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SUA IMPORTÂNCIA NA DEFINIÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS	153
RESUMO DO TÓPICO 3.....	157
AUTOATIVIDADE	159
UNIDADE 3 – A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A SOCIEDADE: DESAFIOS PARA A GEOGRAFIA HUMANA NO SÉCULO XXI	161
TÓPICO 1 – TENDÊNCIAS ATUAIS DE ESTUDOS EM GEOGRAFIA HUMANA: AMPLIANDO O OBJETO DE ESTUDO	163
1 INTRODUÇÃO	163
2 AS TENDÊNCIAS ATUAIS DE ESTUDO NA GEOGRAFIA HUMANA: GEOGRAFIA CRÍTICA, GEOGRAFIA HUMANÍSTICA E SOCIOAMBIENTAL.....	166

2.1 A GEOGRAFIA CRÍTICA E O MÉTODO MARXISTA	167
2.2 A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA E O MÉTODO FENOMENOLÓGICO	171
2.3 A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL E MÉTODO SISTÊMICO	174
2.4 OS CAMPOS DA GEOGRAFIA HUMANA E AS ÁREAS RELACIONADAS	180
RESUMO DO TÓPICO 1.....	182
AUTOATIVIDADE	183
TÓPICO 2 – GEOGRAFIA HUMANA, SOCIEDADE E ESPAÇO:	
O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO	185
1 INTRODUÇÃO.....	185
2 A GEOGRAFIA HUMANA, A CIDADE E O FENÔMENO	
DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL.....	188
3 BREVE HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL:	
DO PLANO DISCURSO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	194
4 AS FRONTEIRAS (POSSÍVEIS) ENTRE A QUESTÃO URBANA	
E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	197
RESUMO DO TÓPICO 2.....	202
AUTOATIVIDADE	203
TÓPICO 3 – A QUESTÃO URBANO-AMBIENTAL E A RELAÇÃO ENTRE	
POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	205
1 INTRODUÇÃO.....	205
2 A GÊNESE DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	206
3 A QUESTÃO AMBIENTAL COMO QUESTÃO SOCIAL	212
4 OS PARADIGMAS AMBIENTAIS NO BRASIL: ENTRE A LEGISLAÇÃO	
AMBIENTAL E A CONJUNTURA SOCIAL	214
5 O PLANEJAMENTO URBANO E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL URBANA:	
A GEOGRAFIA FRENTE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS	216
LEITURA COMPLEMENTAR.....	220
RESUMO DO TÓPICO 3.....	224
AUTOATIVIDADE	225
REFERÊNCIAS	226

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE GEOGRAFIA HUMANA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Esta unidade tem por objetivos:

- definir o que é Geografia Humana;
- conhecer a origem da Geografia Humana enquanto subárea da ciência geográfica;
- reconhecer o papel da Geografia Humana na compreensão da organização espacial;
- analisar algumas propostas metodológicas para o ensino de Geografia Humana no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

PLANO DE ESTUDOS

Esta Unidade está dividida em três tópicos, sendo que, em cada um deles, você encontrará atividades visando à compreensão dos conteúdos apresentados.

TÓPICO 1 – A GEOGRAFIA HUMANA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

TÓPICO 2 – A GEOGRAFIA HUMANA E A COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL CONTEMPORÂNEA

TÓPICO 3 – GEOGRAFIA HUMANA NA ESCOLA: BREVE TRAJETÓRIA E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NO ENSINO

A GEOGRAFIA HUMANA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

1 INTRODUÇÃO

A geografia física não podia existir antes do homem. Não há geografia física que não seja uma parte da geografia humana. O que há, na verdade, é uma geografia do homem, que podemos subdividir em geografia física e humana.
(SANTOS, 2008, p. 26).

Convidamos você, caro(a) acadêmico(a), ao iniciar seus estudos em Geografia Humana a compartilhar esta epígrafe de Milton Santos e refletir a seguinte pergunta: a Geografia é uma ciência humana ou física? É necessária esta problematização na medida em que constatamos que a Geografia ainda marca fronteiras em seus estudos, métodos e metodologias de pesquisa. Essa divisão foi necessária a algumas áreas do conhecimento durante o nascimento da ciência moderna com Francis Bacon, no século XVIII. Porém, na atualidade essa divisão é considerada uma linha de fraqueza no desenvolvimento das ciências já estabelecidas. Dessa forma, se acreditarmos que a Geografia mantém fronteiras entre as duas grandes áreas de estudo (a humana e a física), podemos considerá-la desde já uma ciência que não corresponde aos pré-requisitos da modernidade. Não corresponder a esses pré-requisitos, esta área de conhecimento tende a diluir sua produção científica. A consequência imediata é a ausência da Geografia dos debates epistemológicos, uma vez que esta ciência é considerada prática e pouco reflexiva. A não refletividade está na baixa autoestima desta ciência frente às outras, e na perda de espaços externos, como também de incomunicabilidade interna. (HISSA, 2002).

Ao avançarmos nesses questionamentos, proporemos outra reflexão: se esta divisão ainda existe, como buscar ultrapassar essas fronteiras e trabalhar os conceitos pertinentes às duas subáreas de uma forma homogênea, atendendo assim às solicitações da ciência moderna? Buscando através da história do pensamento geográfico identificamos que a Geografia pretendia ser uma ciência holística ao utilizar outros campos do conhecimento científico para auxiliar seu próprio desenvolvimento. Visava estabelecer-se como uma área particular ao propor estudos sobre a relação do homem e o meio. Porém, sob a influência do positivismo e desejando definir seus pressupostos de cientificidade (objeto de estudo e método), a Geografia divide-se entre as duas áreas, humana e física, para melhor delimitar sua área de estudo. A justificativa da manutenção dessas fronteiras assegurou à Geografia, num certo momento, a clareza de seu objeto de estudo e as subáreas que a compunham. Porém, a permanência de tais fronteiras empobreceu a complexidade das análises de seus estudos ao fragmentar a produção do conhecimento geográfico.



Augusto Comte é considerado o fundador do positivismo no início do século XIX, e cria um método de pesquisa cujos elementos são: o empirismo, a objetividade, a experimentação, a validade e a lei e previsão.



Para saber mais sobre o positivismo, ler o Primeiro Capítulo de: LAVILLE, Christian. **O nascimento do saber científico**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 17-28.

Ao iniciar nossos estudos sobre Geografia Humana, compreendemos que é fundamental apresentar tais questões para analisar até que ponto esta divisão prejudicou o desenvolvimento epistemológico da ciência geográfica, e se essa divisão ainda necessita manter-se como paradigma desta ciência.

Devemos lembrar que a ciência ao longo de sua história se transforma para melhor atender às vontades e anseios da sociedade e das estruturas de poder que a subsidiam. Nesse sentido, paradigmas são criados e outros rompidos, pois as relações sociais mediadas principalmente por processos econômicos dinamizam a produção de conhecimento científico. Portanto, a Geografia e a forma de produzir conhecimento geográfico no século XIX, não é a mesma de hoje, século XXI.



Para aprofundar um entendimento sobre questões epistemológicas da ciência moderna e pós-moderna, convidamos você a ler o texto *on line* do professor da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, "Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna", e realizar um simples fichamento a respeito das principais contribuições do autor para seu entendimento sobre a formação da ciência moderna e questões atuais relacionadas ao tema. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007>.

Diante da configuração do mundo atual, não podemos considerar as pesquisas e a formação profissional de maneira isolada e/ou fragmentada em subáreas. Uma vez que os fenômenos socioeconômicos e ambientais ocorrem de forma acelerada e em escalas diversas (como a globalização, a revolução técnico-científico-informacional, os padrões elevados de consumo, mudanças climáticas, desastres naturais, os movimentos populacionais, o crescimento da população mundial etc.). A formação no ensino básico e no ensino superior deve priorizar uma compreensão integrada dos conceitos formadores da ciência geográfica. No mesmo sentido, não é possível analisarmos e compreendermos os processos de ocupação dos territórios sem levarmos em consideração os modos e meios de transformação desses espaços.

A Geografia Humana deveria então privilegiar em suas prerrogativas a necessidade de propor análises integradas em suas propostas de estudos, pois precisamos da geomorfologia para estudar as formas de relevo, da geologia para entender sobre a constituição dos solos, a climatologia para compreender as mudanças climáticas, e também da economia, da política, e da sociologia para buscar enquanto profissionais comprometidos com a sociedade, analisar e contribuir para a superação dos problemas que ainda atingem grande parte da população.

Em sala de aula essa totalidade pode ser traduzida pela possibilidade de levar nossos alunos a problematizar a partir de suas experiências cotidianas esses conhecimentos geográficos produzidos na universidade visando à construção de uma prática de ensino que articule as diversas subáreas que compõem a Geografia. Não é mais possível imaginar nossas aulas apenas como um grande repositório de informações que não fazem sentido para o aluno. As formas de pensar a pesquisa acadêmica em Geografia apresentam algumas quebras de paradigmas e o ensino escolar de Geografia deve buscar acompanhar essas solicitações da ciência. Esse é o grande exercício dos professores: proporcionar segundo Paulo Freire (2001), uma “leitura de mundo” pelos olhos de uma Geografia integradora.

Nesse sentido, é que procuramos com este Caderno de Estudos trazer a você, caro(a) acadêmico(a), a importância de buscar dentro de uma grande subárea da Geografia, que é a Humana, compreender e realizar as relações necessárias para que possam avançar em suas pesquisas e nas práticas docentes, lembrando que o professor também é um pesquisador, e jamais deveria deixar seus conhecimentos cristalizados.

Convidamos você a definir, neste tópico, o que é Geografia Humana, conhecer um breve histórico desta subárea, e identificar as principais contribuições intelectuais no Brasil e no mundo para o desenvolvimento da Geografia.

2 UM BREVE HISTÓRICO PARA COMPREENDER A ORIGEM DA GEOGRAFIA HUMANA

Antes dos estudos das relações entre homem e meio integrarem a Geografia, e antes mesmo desta ser constituída como área de conhecimento científico, já, eram feitos registros sobre as formas de organização social e sobre a relação dos grupos com o meio, desde a Grécia antiga passando pelos árabes, os viajantes da expansão marítima que cruzaram oceanos a partir do século XVII, e chegando às expedições naturalistas nos séculos XVIII e XIX. Essa curiosidade foi pautada não só pelo ímpeto desbravador ou pelo instinto de sobrevivência do homem, sendo que muitas vezes essas viagens foram motivadas por questões econômicas, políticas e/ou religiosas. O registro dos encontros com os povos feitos pelos viajantes em seus diários de bordo, os relatos orais, os desenhos e gravuras encontrados em museus de todo mundo demonstra que o homem sempre esteve interessado em compreender os hábitos, ritos e formas de ocupação do espaço pelos grupos humanos. Porém, nenhuma dessas formas de registro foi considerada como científica devido ao fato de não serem sistematizadas ou pautadas por métodos científicos de análise e comparação. Tratava-se apenas daquilo que era observado e empiricamente experimentado.

Apenas a partir da Revolução Industrial (século XVIII) e a necessidade de expansão das potências europeias, culminando com o surgimento da ciência positivista é que esses relatos foram sistematizados e tornados científicos. Nesse momento, a Geografia enquanto área de conhecimento científico nasce na Alemanha em fins do século XIX para corresponder claramente ao caráter ideológico da ciência moderna engendrada pelo capitalismo ao se adequar às necessidades de expansão dos países centrais para os periféricos.

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão [...] noções de determinismo, de região, de gênero de vida, de áreas culturais, aparentemente inocentes e disparatas seguem todas na mesma direção. (SANTOS, 2002, p. 31).

A serviço dos grandes estados que solicitavam cartas detalhadas e estatísticas sobre os territórios a serem invadidos (principalmente países da África), a Geografia constituiu-se tradicionalmente como uma ciência descritiva, visto um interesse maior pelas formas do que pela formação de seu objeto de estudo. Milton Santos afirma ainda que esta disciplina considerou o espaço apenas como teatro das ações humanas e o “seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas”. (Santos, 1979, p. 9). Percebe-se que a Geografia clássica ou tradicional muito inspirada pelas ciências naturais em ascensão e pautada por características do positivismo reduziu a compreensão da realidade a descrições do visível, à enumeração e classificação como método de investigação e análise de seu objeto de estudo: o espaço.

A Geografia, nesse momento, utiliza os mesmos métodos de análise e pesquisa das ciências naturais (metodologia naturalista), ou seja, busca analisar além dos acontecimentos visíveis (como a relação entre clima e vegetação; vegetação e relevo etc.) os fenômenos humanos com as mesmas ferramentas. Vale lembrar que neste mesmo período os estudos de Charles Darwin e Lamarck foram as grandes fontes científicas, que segundo Moraes (1987, p. 40) “impregnou as propostas dos primeiros geógrafos e que passou como herança as seus sucessores”.

Partindo dos estudos naturalistas até a primeira metade do século XX, as “escolas nacionais” irão defender as diversas concepções de ciência geográfica: destacaram-se a escola alemã e a escola francesa. Forma-se um cenário que irá demarcar a criação da escola alemã em meados do século XIX, a saber: os estudos naturalistas como método; a necessidade de unificação e expansão do Estado alemão e a ascensão do capitalismo alemão. A contribuição de dois intelectuais prussianos foi fundamental para institucionalizar a Geografia como ciência. Alexandre Von Humboldt (1769-1859), naturalista e ligado à aristocracia prussiana, e Karl Ritter (1779-1859), estudioso de antropologia e tutor de uma família de banqueiros. Ambos foram influenciados pela “epistemologia geográfica” deixada pelo filósofo Kant (1724-1804), que lecionou durante 40 anos na Universidade de Königsberg a “geografia física”. O legado de Kant contribui, segundo Moreira (2007, p. 25), para “consolidar a noção de conhecimento empírico, de síntese espacial, bem como noções kantianas de espaço e tempo”.



Caro(a) acadêmico(a)! No final do Tópico 1, você terá um quadro-resumo dos principais intelectuais que contribuíram para o desenvolvimento da Geografia Humana.

Um discípulo de Ritter se destacará tanto para garantir a conquista expansionista do recém-formado estado alemão, como contribuirá para a afirmação do “determinismo” da escola alemã: o naturalista e etnógrafo alemão Frederic Ratzel (1844-1904). De acordo com Moreira (2007, p. 32), é a partir dos estudos de Ratzel, impregnado pelas aspirações da burguesia alemã, que

o homem em todos os seus planos de existência, tanto mental, como civilizatória, é que determina seu meio natural (teoria do determinismo geográfico). Como na luta das espécies pelo domínio do espaço que contém sua nutrição, os homens organizam-se em Estados para os quais o espaço é fonte de vida (teoria do espaço vital).

Ratzel, ao escrever a obra Antropogeografia (1882), defende que o meio influencia o homem, sua estrutura e conduta social. Ao escrever Geografia Política (1897), admite que a “trajetória política de cada estado estava na dependência de

sua posição geográfica”. (Andrade, 2001, p. 14). Os estudos derivados da escola “determinista” alemã consideravam o homem mais uma peça dentre outros aspectos que compunham o espaço, como o solo, a vegetação, os rios etc., ou seja, uma “pseudo” análise humana na Geografia era definida como o estudo dos homens com o meio físico. Definição ampla que não permitia tanto o emprego de um método próprio, como uma análise que pudesse dar conta da generalização, um dos pilares da ciência moderna.

Elisée Reclus (1830-1905), comunista libertário francês e contemporâneo a Ratzel, também expunha suas preocupações com o papel que o homem e a sociedade desempenhavam em relação com o meio. Em suas grandes obras: A Nova Geografia Universal (1892) e O Homem e a Terra (1905) procurou demonstrar as relações entre sociedade e natureza levando em consideração o espaço no primeiro livro, e o tempo no segundo. “A Geografia é a história do espaço enquanto a História é a geografia do tempo”, é sua frase mais conhecida. Porém as ideias deste ficariam marginalizadas devido à exclusividade dada à obra de Paul Vidal de La Blache (1845-1918).

Será então com La Blache e a introdução dos estudos regionais que a “escola francesa” no começo do século XX destaca o homem e suas ações sobre o meio. Mais do que uma peça no grande teatro que agora se torna espaço geográfico, o homem ganha *status* de ator principal.



Caro(o) acadêmico(a)! No próximo tópico, você terá a oportunidade de compreender com maior profundidade a definição de espaço geográfico, como um dos conceitos da Geografia Humana.

O surgimento desta escola centra-se na razão de combater qualquer forma de desenvolvimento e conquistas da recém unificada Alemanha. A guerra franco-prussiana ocorrida em 1870 detona a necessidade de a ciência geográfica francesa superar os postulados da escola alemã. Assim, a partir da crítica sobre a obra de Ratzel, e a influência da recém criada “sociologia funcionalista” de Durkheim, a teoria lablachiana conduzida pelos estudos de “gênero de vida” alavancou a expansão imperialista francesa sobre a África. Segundo Andrade (2001, p. 17),

[...] ao desenvolver na França o estudo dos gêneros de vida, Vidal de La Blache, o famoso chefe da escola francesa, procurou trazer aos que exerciam o poder político e econômico, a ideia de como viviam as populações atrasadas das colônias e, em consequência, facilitar o desenvolvimento de técnicas de persuasão da mesma. Os trabalhos geográficos se transformaram em armas que facilitaram a penetração do capital no meio colonial [...]

A necessidade de conquista dos povos menos desenvolvidos pelo governo francês serviu de subsídios para o aperfeiçoamento dos métodos de pesquisa da escola francesa. Não foi somente para fins escusos que a teoria lablachiana serviu. Suas contribuições para o desenvolvimento da ciência geográfica, que supera o determinismo alemão e flerta com as ciências sociais, com a História e a etnografia considera não somente o meio influenciando o homem, numa reciprocidade, mas o homem e sua vontade podem transformar o meio – possibilismo. Diferente de Humboldt, que dava maior importância ao meio natural em suas análises, e de Ritter, que dava prioridade ao homem, Vidal de La Blache avança justamente por propor uma concepção de totalidade, pelo possibilismo, ou seja, o homem influencia diretamente a transformação do meio, porém depende do desenvolvimento de condições técnicas e de capital para tal apropriação.

Para melhor analisar esta relação complexa e harmônica, segundo Vidal de La Blache seria necessário empregar o método de análise regional, pois considerava que a região seria o suporte físico em que o homem desenvolveria suas atividades econômicas. A Geografia Regional francesa imperaria até meados da década de 50, sob a prerrogativa da unidade necessária entre as esferas físicas e humanas como síntese para melhor compreensão dos fenômenos geográficos. Podemos considerar a partir de Vidal de La Blache, na escola francesa e Ratzel, na escola alemã, as maiores contribuições para a definição de Geografia Humana.

A partir da década de 50 até meados da década de 70, a Geografia será influenciada pela escola quantitativa americana. Os números estatísticos serão a tradução de estratégias para o controle do espaço. Essa é a grande função da Geografia quantitativa ou pragmática, que pouco utiliza ou contribui para as análises humanas do espaço. O livro do geógrafo francês Yves Lacoste, “Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra” resume bem o espírito revoltado que permeou as análises político-estratégicas da Geografia neste período. Os gráficos, *pizzas*, porcentagens e estatísticas utilizadas até hoje por livros didáticos do ensino fundamental e médio são resquícios deste período. Trata-se de um dos maiores equívocos da história do pensamento geográfico: quando, lutando por uma suposta cientificidade, a Geografia flerta com as ciências exatas como se fosse possível traduzir toda a análise dos fenômenos humanos e naturais em números. Um dos principais geógrafos dessa corrente é o alemão Walter Christaller (1893-1969) com sua obra “Teoria dos lugares centrais”.

Somente com os movimentos de contracultura e as “revoluções” de caráter social-político e econômico, com a mundialização do capital, os abismos evidentes entre nações ricas e pobres, a fome na África, a Guerra do Vietnã etc. influenciarão na quebra de alguns paradigmas nos estudos geográficos. A partir da década de 70 o caráter estatístico se dilui das discussões geográficas em virtude de novos paradigmas que buscarão atender à compreensão de um processo de produção do espaço que não seriam mais concebidos pelos métodos estéreis das análises estatísticas.

Os estudos econômicos, sociais e políticos invadem a produção de conhecimentos geográficos. Pautados pelo “materialismo histórico dialético” de Marx (1808-1883), uma grande parcela de geógrafos insatisfeitos com o *status quo* da Geografia pragmática, inaugura a mais radical das posturas em pesquisas geográficas: a Geografia crítica. É a vertente que possibilitou além da criação de um posicionamento crítico das análises geográficas a abertura para englobar métodos de pesquisa das áreas sociais, econômicas e políticas. Derivam desses posicionamentos perante os fenômenos no espaço, agora balizados pelo capital e as desigualdades no acesso ao mesmo pela maioria das nações, a Geografia econômica, a Geografia cultural, a Geografia política e Geografia humanística. Essas são categorias que contribuirão para sustentar a Geografia Humana como grande área de pesquisa e de avanços epistemológicos da ciência geográfica até fins do século XX. A Geografia de forma eminente é consolidada como uma ciência social.

Este período para Geografia foi um dos mais produtivos em estudos humanos com uma repleta constelação de autores e obras publicadas em diversos países, como França, Inglaterra e Brasil que contribuíram para o fortalecimento da ciência geográfica e suas bases epistemológicas: Pierre George e “A Geografia Ativa” de 1966; Yves Lacoste, com a obra já citada anteriormente; David Harvey e “A Justiça Social e a Cidade” publicada em 1970; Henry Lefebvre e “A Revolução Urbana”, 1970; Y-Fu Tuan com “Topofilia” em 1974. No Brasil temos a obra de Josué de Castro “A Geografia da Fome” de 1946, que já inaugurava a possibilidade da análise social nos fenômenos ocorridos no espaço. Porém, nenhum intelectual ganhou maior visibilidade no cenário acadêmico mundial como Milton Santos (1926-2001). “Por uma Geografia Nova” de 1979, contribui para a renovação crítica da Geografia considerada sua obra mais significativa para este período. Santos também será precursor dos estudos e criação de conceitos sobre a globalização. Carlos Walter Porto Gonçalves e Ruy Moreira também contribuíram para as discussões sobre a Geografia inseridas no viés crítico.

A crítica ao pragmatismo da Geografia quantitativa, e a subserviência ao Estado da Geografia tradicional leva a problematização de temas relacionados ao domínio do capitalismo como único sistema econômico e as relações com a modernização dos meios de produção e o desenvolvimento desigual das nações. A eleição de novos problemas exige o aperfeiçoamento dos métodos de pesquisa. Esse é outro ponto que a Geografia crítica busca alcançar ao romper com a suposta “neutralidade científica” que esta área do conhecimento insistia em manter.

A divisão do mundo assume outra forma, assim como as relações do homem com o meio e entre os próprios homens. Nesse sentido dinâmico, caberia à Geografia Humana contribuir para desvelar essa nova configuração, além de romper o isolamento epistemológico que a ciência geográfica manteve durante décadas. Esse é o momento também de divergências, uma vez que essa é a marca da dialética e do materialismo histórico. O novo cenário mundial e nacional que se constitui a partir da mundialização do capital aliadas às

contribuições de filósofos, historiadores, urbanistas e economistas garantem tanto às análises humanas na Geografia, como no processo de formação dos geógrafos a ampliação das possibilidades de produção de outras geografias para o século XXI.

3 UMA POSSÍVEL DEFINIÇÃO PARA GEOGRAFIA HUMANA E A QUESTÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Diante de tal quadro histórico-teórico seria possível, nesse momento, realizar uma definição de Geografia Humana. Podemos concordar com Andrade (2001, p. 21), que “a Geografia é uma ciência profundamente dinâmica que necessita de uma permanente reformulação de seus objetivos e seus métodos”. Nesse sentido, ao buscarmos relacionar uma compreensão atual para a inserção da Geografia Humana nas análises científicas, devemos num primeiro momento retomar algumas prerrogativas do geógrafo francês Albert Demangeon (1872-1940) para os estudos em Geografia Humana. Demangeon definiria a Geografia Humana **como o estudo das relações dos agrupamentos humanos com o meio geográfico**. (DEMANGEON apud CHRISTOFOLLETTI, 1985). Não bastando apenas conceituar uma subárea do conhecimento científico, este mesmo autor definiria em suas discussões três “princípios de métodos” para os estudos humanos em Geografia: 1) a não existência de um determinismo ambiental nos estudos das relações do homem com o meio, mas uma ação no espaço pautada pela vontade do homem; 2) a Geografia Humana para se diferenciar dos estudos sociológicos deve pautar seus estudos em uma base territorial; e 3) não deve se prender às formas atuais da manifestação dos fenômenos, mas buscar na História e nos processos temporais as causas de tais transformações. (DEMANGEON apud CHRISTOFOLLETTI, 1985).

Mas o que torna essas discussões propostas por Demangeon tão atuais? Como aplicar essa definição às características contemporâneas dos processos de produção do espaço? Quais são os recortes possíveis nas pesquisas em Geografia Humana que melhor traduzem essas necessidades de compreensão?

Ao avançarmos ao final do século XX e início do século XXI, percebemos que nunca foi tão necessária a incorporação do humano nas análises espaciais. Ao longo dos últimos 40 anos as questões urbanas, econômicas e de ordem política dominaram as discussões em Geografia Humana. A preocupação com o acelerado processo de urbanização e industrialização dos países em desenvolvimento oportunizada pela modernização da economia, bem como as discussões em torno dos arranjos políticos tomavam conta do grupo das grandes questões que interessavam esta área da Geografia. Todas essas discussões estavam em sua maioria desvinculadas de preocupações ambientais. O espaço aqui era compreendido como o de exclusão por parte das classes economicamente menos favorecidas, ou como palco de disputas políticas (como no caso da Guerra Fria, a Guerra na Iugoslávia ou as disputas por território no Oriente Médio).

Porém, a partir da década de 90 do século passado, com a globalização, notavelmente, identificamos um esgotamento nas análises urbanas, política e econômica. Isso porque as análises do espaço e seus processos ocorriam muitas vezes de modo isolado e começavam a se mostrar insuficientes para compreender os novos arranjos espaciais cada vez mais complexos e densos. Categorias de análise da Geografia Humana, como espaço, lugar, território, região e paisagem começaram a ser redimensionados nas pesquisas. Novamente, os geógrafos foram convocados a discutir e avançar em seus estudos epistemológicos para dar conta de acompanhar esses outros deslocamentos.



Caro(a) acadêmico(a)! Sugerimos que para uma melhor apreensão do significado da globalização, assim como conhecer a trajetória de Milton Santos e suas principais discussões na Geografia assista ao: "Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá". Direção: Sílvio Tandler. Brasil. 2007. 89 min. DVD.

Decorrente desta complexidade em se analisar o espaço geográfico por categorias que isoladas não abarcavam os fenômenos, outra possibilidade começa a integrar os estudos na Geografia: a questão ambiental emerge no cenário mundial. Juntamente à emergência de análise dessa questão é que a interdisciplinaridade será a grande possibilidade de leitura de um espaço dinâmico. Alguns problemas irão emergir paralelos a essas novas possibilidades de estudos. Neste caso, a discussão em torno da cristalização das categorias chaves e a questão das escalas nunca foram tão solícitas aos estudos geográficos, assim como a necessidade de incluir as categorias de análise da Geografia Física como parte integrante das análises humanas.

Ainda existem muitos embates que devemos ultrapassar para atingir a ideal interdisciplinaridade na Geografia. A dicotomia entre estudos das áreas Humanas e Físicas ainda permanecem, e em alguns casos são necessárias devido à especificidade de seus objetos de estudo. Todavia, nunca tivemos um cenário tão positivo para tal aproximação. Inclusive alguns pesquisadores no Brasil já conseguem apontar para essas possibilidades, como o professor Carlos Walter Porto Gonçalves em sua obra "Os (des)caminhos do meio ambiente", Berta Becker em "Geografia e Meio ambiente" de 1995, entre outros.

Andrade (2001, p. 24), outro entusiasta da diluição das fronteiras entre as áreas físicas e humanas na Geografia, afirma que "temos que reconhecer que a interdisciplinaridade é bem mais ampla, incluindo ciências da Terra e da sociedade, isto porque existe uma unidade e uma totalidade do conhecimento científico".



Caro(a) acadêmico(a)! Você terá oportunidade de no Tópico 3 aprofundar o papel da questão ambiental como possibilidade de interdisciplinaridade nos estudos e pesquisas da Geografia contemporânea.

4 PRINCIPAIS NOMES E CONTRIBUIÇÕES PARA A GEOGRAFIA HUMANA

Caro(a) acadêmico(a)! Após uma breve introdução aos estudos de Geografia Humana, conhecer sua origem e sua possível definição, convidamos você a acompanhar este quadro com os principais intelectuais, geógrafos ou de outras formações que contribuíram e ainda contribuem para a produção do conhecimento científico desta subárea da Geografia no mundo e no Brasil.

Alexander Von Humboldt (1769-1859)

- Biografia: alemão, viajante e naturalista – voltado particularmente para os estudos de Botânica, Física e Geologia, estudou também Engenharia de Minas e Filosofia.
- Contribuições para a Geografia Humana: considerava que o homem dependia da natureza, fazendo parte dela; descoberta de vínculos entre os fenômenos e sua distribuição no globo – visão integradora dos fenômenos.

FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_von_Humboldt>. Acesso em: 21 jul. 2011.

Carl Ritter (1779 – 1859)

- Biografia: alemão, professor, considerado um “homem de gabinete”. cursou Ciências Naturais, Matemática, História e Filosofia na Universidade de Hall. Influenciado por Humboldt, tornou-se o primeiro professor de Geografia da Universidade de Berlim e primeiro presidente da Associação Geográfica de Berlim.
- Contribuições para Geografia Humana: análise do relevo, do clima, da população e das atividades humanas para se chegar a uma síntese geral. Na separação entre o homem e o meio dava mais importância ao homem.

FONTE: Disponível em: <www.cedin.com.br/site/internas/cursos_pos/...ed/geografia_classica.ppt> Acesso em: 21 jul. 2011.

Friedrich Ratzel (1844-1904)

- **Biografia:** alemão, foi aluno de Karl Ritter. Doutor em Geologia, Anatomia e Zoologia. Teve forte influência da teoria Evolucionista de Charles Darwin (1859).
- **Pelo Determinismo Geográfico,** Ratzel atribuiu uma forte relação entre as formas culturais às condições naturais, levando à criação da Teoria do Espaço Vital.
- **Contribuições para a Geografia Humana:** fixou as bases da Geografia Humana, a partir das reflexões de Ritter. A Geografia Humana assume uma matriz francesa, porém as bases são de Ratzel que introduz a análise política e economia na reflexão do conhecimento geográfico.

FONTE: Disponível em: <www.cedin.com.br/site/internas/cursos_pos/...ed/geografia_classica.ppt> Acesso em: 21 jul. 2011.

Elisée Reclus (1830-1905)

- **Biografia:** francês, contemporâneo de Ratzel. Geógrafo, escritor e anarquista libertário. Devido a sua militância política contra o colonialismo/imperialismo francês passou grande parte de sua vida em exílio na Nova Caledônia. Mesmo em exílio Reclus escreveu suas grandes obras A nova geografia universal (19 volumes) e O homem e a terra (6 volumes) com contribuição de Kropotkin (Ásia Russa) e Barão do Rio Branco (Brasil).
- **Contribuições para Geografia Humana:** mesmo marginalizado pela suas posições políticas, o estudo das obras de Reclus fundamentaram a Geografia Humana através da análise dialética das relações homem/natureza. Outros temas que integraram suas pesquisas foram: o mecanismo de exploração colonial, êxodo rural, o crescimento das cidades, as estruturas de propriedade da terra. Isso demonstra que a contribuição de Reclus ainda são importantes para análises contemporâneas do mundo.

FONTE: Disponível em: <www.cedin.com.br/site/internas/cursos_pos/...ed/geografia_classica.ppt> Acesso em: 21 jul. 2011

Paul Vidal de La Blache (1845-1918)

- Biografia: francês, geógrafo, professor da École Normale Supérieure, em Paris onde permaneceu por 21 anos lecionando. Foi professor de outros importantes geógrafos como Alberto Demangeon e Maximilian Sorre. Produziu um grande número de obras, como *Tableau de Géographie de La France*, 1908 e a *Revista Annales de Géographie*, que existe até hoje.
- Contribuições para Geografia Humana: a partir de La Blache, com a criação da escola “regional” francesa e o possibilismo a análise humana na geografia é fortalecida justamente por introduzir elementos da sociologia e colocar o homem, mediado pela cultura e trabalho, como o grande ator na apropriação e transformação do meio. A região torna-se a principal escala de análise dos fenômenos espaciais.

FONTE: Disponível em: <www.cedin.com.br/site/internas/cursos_pos/...ed/geografia_classica.ppt> Acesso em: 21 jul. 2011

Yves Lacoste (1928)

- Biografia: francês, geógrafo e historiador. Professor da Universidade de Sorbonne e especialista em estudos de geografia política e o subdesenvolvimento (*A Geografia do Subdesenvolvimento*, 1965).
- Contribuições para a Geografia Humana: ao criticar a relação da Geografia e o poder em *A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer guerra*, de 1976, Lacoste contribui com a epistemologia da Geografia e também para a análise crítica desta ciência. A discussão dos conceitos de política ou a geopolítica é sua maior força nos estudos humanos da Geografia.

FONTE: Disponível em: <www.scribd.com/doc/4799781/geografiayves-lacoste> Acesso em: 21 jul. 2011.

David Harvey (1935)

- Biografia: britânico, geógrafo marxista formado na Universidade de Cambridge, professor da Universidade de Nova York.
- Contribuições para a Geografia Humana: Harvey utiliza o método histórico dialético de Marx para analisar as questões urbanas e publica em 1970, *Social Justice and the City* confrontando o paradigma liberal e paradigma marxista para analisar os problemas urbanos.

FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/David_Harvey> Acesso em: 21 jul. 2011.

Dorren Massey (1944)

- **Biografia:** britânica, geógrafa e cientista social é professora da Open University, em Milton Keynes, Inglaterra. É fundadora da revista *Soundings: a journal of politics and culture*. Em 1998 recebeu o prêmio Vautrin Lud, que corresponde ao Nobel em Geografia.
- **Contribuições para a Geografia Humana:** um dos pontos a destacar na carreira de Massey é sua abordagem em busca da ultrapassagem de dicotomias entre teoria e prática, política e ciência. Amplia em seu livro “*Pelo Espaço: uma nova política de espacialidade*”, de 2005 o conceito e a multiplicidade da noção de lugar, e abre a possibilidade de diálogos com a Geografia Física.

FONTE: Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Doreen_Massey_\(geographer\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Doreen_Massey_(geographer))> Acesso em: 21 jul. 2011.

Manoel Correia de Andrade (1922-2007)

- **Biografia:** Foi geógrafo e advogado de Pernambuco. Foi professor de Geografia Econômica na Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Escreveu mais de 100 obras, entre os temas: a realidade nordestina, as relações de trabalho no meio rural, epistemologia da Geografia, entre outros. Recebeu vários prêmios pela sua trajetória acadêmica, como três vezes *Honoris Causa* e Professor Emérito da UFPE, em 1989.
- **Contribuições para a Geografia Humana:** aproximar os conhecimentos específicos da Geografia com a economia e a sociedade. A partir das contribuições de Manoel Correia, a Geografia passou a ser uma área precursora para a compreensão da realidade nordestina e brasileira do século XX. Preocupado também com a epistemologia, é deste autor a afirmação de que a Geografia é uma ciência social em sua essência. Entre suas obras encontramos: *A terra e o homem do nordeste*, 1963; *Uma geografia para o século XXI*, 1993.

FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Correia_de_Andrade> Acesso em: 21 jul. 2011.

Milton Santos (1926-2001)

- **Biografia:** advogado e geógrafo baiano. Doutor em Geografia em 1958 pela Universidade de Strasburgo. Trabalhou para o governo de Jânio Quadros e, com o Golpe de 64, foi exilado por 13 anos. Atuou como professor na Universidade de Sorbonne na França, como pesquisador no MIT, em Massachusetts, Estados Unidos, na Universidade de Toronto e na Tanzânia. Ao voltar ao Brasil foi professor na UNICAMP, na UFRJ e se aposentou na USP. Foi diversas vezes Honoris Causa e também recebeu o Prêmio Vautrin Lud em 1994.
- **Contribuições para a Geografia Humana:** além do destaque na vasta produção acadêmica, Milton Santos atuou em diversas áreas da Geografia, em destaque a urbanização e o subdesenvolvimento. Foi o responsável pela grande renovação que a Geografia brasileira atravessou a partir da década de 70. Destacamos entre suas obras: *Por uma geografia nova*, 1976; *O espaço dividido*, 1979 e *Por uma outra globalização*, 2000.

FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Correia_de_Andrade>
Acesso em: 21 jul. 2011.



Para melhor compreensão dos temas abordados, sugerimos as seguintes leituras:

- Texto de DALMAGEON, Albert. Uma definição da Geografia Humana. In: CRISTOFOLETTI, Antônio. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 50-57. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/geografia/artigos/geo_mundial/definicao_geo_humana.html>. Acesso em: 13 jul. 2011.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. O nascimento do saber científico. In: **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 17-28.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você viu que:

- A Geografia, enquanto área de conhecimento científico, nasce na Alemanha em meados do século XIX.
- Humboldt, Ritter e Ratzel na Alemanha e La Blache, na França, inauguraram respectivamente a “escola alemã” e o determinismo, e a “escola francesa” e o possibilismo, esta última de grande destaque para a Geografia Humana.
- Geografia Humana pode ser definida como o estudo das relações dos agrupamentos humanos com o meio geográfico. (DEMANGEON apud CHRISTOFOLLETTI, 1985).
- A Geografia ainda marca fronteiras em seus estudos, métodos e metodologias de pesquisa (Geografia Física e Geografia Humana).
- A questão ambiental como possibilidade de uma análise integrada entre Geografia Física e Geografia Humana.

AUTOATIVIDADE



1 Complete o quadro a seguir a partir das referências de leituras do texto:

Tendência ou corrente	País onde se desenvolveu	Principal teoria ou características	Nome do(s) Geógrafo (s)
Ex.: Geografia Tradicional	Alemanha	Método naturalista; maior importância ao meio natural/ Humboldt ou ao homem/Ritter	Humboldt e Ritter
Escola Alemã			
Escola Francesa			
Geografia Quantitativa ou Pragmática			
Geografia Crítica			

2 Diante deste breve histórico, defina o que é Geografia Humana. Como esta área pode contribuir na atualidade para a superação da dicotomia entre as áreas humanas e físicas das análises geográficas?

A GEOGRAFIA HUMANA E A COMPREENSÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL CONTEMPORÂNEA

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o homem se organiza em grupos, alterando o espaço em que vive, buscando sobreviver e se adaptar ao meio. Através de importantes avanços e descobertas, esses grupos ocupam, alteram, utilizam o território e os recursos naturais de acordo com suas necessidades.

A compreensão dos processos de uso e ocupação do espaço pela sociedade é tarefa da Geografia. De que forma então, a Geografia Humana contribui para a análise e compreensão da organização espacial contemporânea? Essa questão é fundamental para aprimorarmos os debates acerca do papel da ciência geográfica diante das dinâmicas mundiais contemporâneas.

Deparamo-nos, cotidianamente, com fatos que alteram e reorganizam o espaço mundial. Disputas políticas envolvendo territórios são frequentes e, promovem muitas transformações nos espaços internos dos países. Nessa reorganização do mundo, novos países se destacam, outros continuam excluídos, do que Milton Santos denominou “sistema mundo”.

Nesse contexto, o processo de globalização altera as relações entre os lugares e, até mesmo entre as pessoas. É necessário compreendermos então, quais as ferramentas que a Geografia utiliza para analisar esse processo de apropriação, produção e transformação do espaço.

Neste tópico, convidamos você a refletir sobre o papel da Geografia Humana na compreensão das questões referentes à organização espacial da humanidade. Estudaremos os principais conceitos geográficos, sua utilização nas diferentes correntes epistemológicas, assim como, o papel da Geografia Humana diante das questões espaciais contemporâneas.

Bons estudos!

2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM CONCEITO CHAVE NA GEOGRAFIA

Todas as áreas do conhecimento científico, além de definirem um objeto de estudo, uma metodologia própria criam alguns conceitos para possibilitar tanto a aproximação com o objeto, como subsidiar o caminho metodológico das pesquisas. Esses conceitos, criados dentro de cada área são capazes de torná-las específicas, diferenciando-as entre si, ou seja, os conceitos funcionam como “fronteiras” visando trazer uma maior clareza às análises científicas de cada área, tornando-as mais objetivas. Os conceitos como são produtos criados por pensadores, intelectuais e vinculados na sua maioria a visões políticas, ideológicas e temporais, são datados. Portanto, as discussões epistemológicas atribuídas ao processo de desenvolvimento de cada área precisam dar conta de rever e reinventar seus conceitos.

Na Geografia, por exemplo, os conceitos que balizam as análises dos processos geográficos são: espaço geográfico, lugar, paisagem, território, região. Desde sua gênese científica, no século XIX, ora um conceito foi mais utilizado em detrimento do outro, e no caso das diversas correntes na Geografia, cada uma se apropria daquele conceito que torna mais significativo ao seu viés de análise. Como por exemplo, a Geografia Humanística utiliza o conceito de lugar; a Geografia Política de território, a Geografia Econômica, região, mas um conceito pode ser considerado aquele que atravessa todas as subáreas que compõe a Geografia: espaço geográfico. Como definir esse conceito tão importante à ciência geográfica?

O acúmulo de leituras sobre o conceito de espaço verificado ao longo das transformações ocorridas na ciência geográfica permite na atualidade o alargamento dos seus sentidos e significações ao acompanhar as transformações sociais, políticas, culturais e econômicas do mundo. Apresentaremos brevemente a concepção de espaço nas diferentes correntes da Geografia para culminarmos com as conceituações mais atuais.

Na Geografia Tradicional, período em que a ciência se institucionalizou e que pode ser marcado do final do século XIX até a década de 1950, o espaço não se configurou como um conceito-chave nos estudos geográficos. (CORRÊA, 2010). Nesse período, os conceitos de paisagem e região foram privilegiados. Conforme Corrêa (2010, p. 17), “a abordagem espacial, associada à localização das atividades dos homens e aos fluxos, era muito secundária entre os geógrafos [...]”. As relações entre sociedade e natureza já faziam parte da preocupação dos geógrafos na época, porém, com um caráter diferente do atual.

Na Geografia denominada Teorético-Quantitativa da década de 1950, o conceito de espaço se destacava pela primeira vez na história da ciência.



A Geografia Teorético-Quantitativa ou Nova Geografia se caracterizou, entre outras coisas, pela utilização de métodos quantitativos nas análises espaciais. Percebemos, neste período, um grande avanço na Cartografia. Em busca de respeito e espaço entre as "grandes áreas" do conhecimento científico, a Geografia buscou na exatidão dos números esse espaço. Então, nada mais simbólico do que o espaço cartesiano e suas ferramentas de construção e análise, como a cartografia e a estatística para compreendê-lo.

Nesse contexto, o conceito de paisagem passa a ser "[...] insuficiente para uma análise mais profunda" (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 81) e, é substituído pela noção de sistema espacial ou organização espacial. O sistema ou organização espacial compreende nessa vertente de estudo, a estrutura e os processos dos elementos que respondem pelo funcionamento de um sistema organizado.

A organização espacial dos sistemas, sejam eles naturais ou humanos, depende da importação e exportação de energia e matéria. Christofoletti (1985, p. 81) ressalta que:

com a modernização ligada ao desenvolvimento urbano e industrial, intensificou-se o grau de transformação dos meios naturais e os elementos localizados no espaço refletem um conjunto organizado. Esses elementos da organização espacial, que constituem as bases das estruturas espaciais, são resultantes de decisões e de fluxos, que constituem os laços de inter-relações entre eles.



Prezado(a) acadêmico(a)! O enfoque sistêmico na Geografia foi abordado no Caderno de Estudos de Biogeografia. Nessa abordagem, o Geossistema é a organização espacial. Retome esse caderno para relembrar o assunto.

Houve, nesse período, uma transformação no objeto de estudo da Geografia que, passou a ser definida como "a ciência que estuda as organizações espaciais". (CHRISTOFOLOLETTI, 1985). Se, por um lado é necessário considerar que, com a corrente Teorético-Quantitativa, a Geografia passa a ser considerada uma ciência social, por outro, é relevante destacar o que a concepção de espaço significou para os geógrafos lógico-positivistas,

trata-se de uma visão limitada de espaço, pois, de um lado privilegia-se em excesso a distância, vista como uma variável independente. Nesta concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário. (CORRÊA, 2010, p. 23).

Diante das transformações que ocorriam na dinâmica mundial pós-Segunda Guerra Mundial e, que se materializavam intensamente no espaço, a Geografia Nova, mais conhecida como Geografia Crítica, aparece para “romper” com as correntes anteriormente citadas. Iniciada na década de 1960, essa corrente está relacionada ao “[...] ambiente contestatório nos Estados Unidos, em função da guerra do Vietnã, da luta pelos direitos civis, da crise da poluição e da urbanização [...]” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 27). É importante lembrar que as rupturas epistemológicas da ciência geográfica não significam o desaparecimento das características das correntes anteriores em possíveis análises socioespaciais realizadas posteriormente.

Com um viés de relevância social, a geografia crítica interessa-se pela análise dos modos de produção e das formações socioeconômicas,

[...] isto porque o marxismo considera como fundamental os modos de produção, enquanto as formações socioeconômicas espaciais (ou formações econômicas e sociais) são as resultantes. As atividades dos modos de produção constroem e geram formações diferentes. Cada modo de produção, capitalista ou socialista, por exemplo, reflete-se em formações socioeconômicas distintas, cujas características de paisagem geográfica devem ser analisadas e compreendidas. (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 27).

Nesse contexto, o espaço “[...] reaparece como conceito-chave a partir da obra Espaço e Política de Henri Lefébvre” (CORREA, 2010, p. 23), com forte influência da teoria marxista e, é reconhecido como o local da reprodução das relações sociais de produção, portanto, um espaço social.

Bastante inspirada na obra de Lefébvre e sua concepção de espaço social, Milton Santos estabelece a categoria de “formação socioespacial”. No texto “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método”, publicado em 1977, Milton Santos afirmou que o papel do espaço em relação à sociedade era minimizado pela própria Geografia e que nenhuma sociedade é a-espacial, pois a “[...] história não se escreve fora do espaço”. (SANTOS, 2008, p. 22). Assim não seria possível falar de determinada formação socioeconômica sem levar em conta o espaço.

Definiu então o espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” e, destacou que se o considerarmos dessa maneira sua definição varia segundo determinado momento histórico e de acordo com a “[...] natureza dos objetos e das ações presentes em cada momento histórico”. (SANTOS, 2008, p. 167).



Na obra de Milton Santos intitulada "A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção", de 1996, o autor destaca que no começo da história os objetos eram naturais e, que ao longo do tempo foram substituídos por objetos artificiais ou objetos técnicos como, por exemplo, fábricas, fazendas modernas, cidades, estradas de rodagem. Esses sistemas de objetos não têm sentido sem os sistemas de ação. Os sistemas de ações são os processos nos quais um agente transforma algo ou a si mesmo. Reflita sobre essa relação entre a passagem do tempo e as alterações no espaço!

Ainda na década de 1970, pode-se destacar a concepção de espaço segundo as geografias humanista e cultural. Nestas se consideram a subjetividade, as experiências, os sentimentos e, o conceito-chave é o lugar. Segundo Tuan, 1979 apud Corrêa, 2010, p. 30 "no estudo do espaço no âmbito da geografia humanista consideram-se os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência". A noção de espaço nessa vertente está atrelada ao espaço vivido, sentido, experimentado que, segundo Corrêa (2010) está vinculado à geografia francesa de Paul Vidal de La Blache.

A problemática ambiental contemporânea também passa a fazer parte da pauta de pesquisa de alguns geógrafos brasileiros e é apresentada por Mendonça (2001) como uma nova corrente do pensamento geográfico, denominada Geografia socioambiental. Segundo Mendonça (2001, p. 117) "o termo "sócio" aparece, então, atrelado ao termo "ambiental" para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea". Geógrafos como Aziz Ab'Saber, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Carlos Walter Porto Gonçalves, entre outros, são exemplos de pesquisadores que se dedicaram aos estudos envolvendo a problemática ambiental.

Percebe-se atualmente que a concepção de espaço pode ser abordada sob diferentes enfoques. Mas, o importante é considerar que a Geografia deve se ocupar da ordem espacial do mundo, ou seja, da organização espacial.

[...] esta ordem espacial das coisas quer dizer que sua distribuição tem uma lógica, uma coerência. É esta lógica do arranjo espacial a questão geográfica por excelência. Neste sentido, não importa se estamos diante de fenômenos físicos ou sociais e, sim, do princípio da ordem que buscamos. (GOMES, 1997, p. 35).

É partindo dessa concepção de que a Geografia deve se ocupar da lógica e coerência dos arranjos espaciais é que conduziremos nossos estudos neste tópico. Continue concentrado!

2.1 CATEGORIAS E CONCEITOS DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Ao apresentarmos brevemente as concepções de espaço geográfico nas diferentes correntes epistemológicas, você deve ter notado que vários outros conceitos estão relacionados à Geografia em cada período histórico mencionado. Como mencionado anteriormente, território, região, lugar e paisagem são exemplos de categorias de análise do espaço geográfico e, são conceitos essenciais à compreensão da “ordem espacial do mundo”.

O reconhecimento de um objeto próprio ao estudo geográfico nos conduz às suas categorias de análise. Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova* destaca que ao considerarmos o espaço como um produto histórico, “[...] são os fatos relevantes à gênese, ao funcionamento e à evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar”. (SANTOS, 1980, p. 117).

Para então compreendermos o espaço, sua formação, funcionamento e evolução, seria necessário definirmos algumas categorias de análise. Assim seria possível desmembrar o todo através de um processo analítico para depois o reconstruir através de um processo de síntese. Nesse sentido, as dinâmicas espaciais, ou seja, a ordem espacial das coisas representada por uma busca do “[...] ato de estabelecer limites, colocar fronteiras, orientá-los, ou em poucas palavras, o ato de qualificar o espaço [...]” estaria representado pelas categorias geográficas. (GOMES, 1997, p. 36).

Para Moreira (2007, p. 116) “do ponto de vista da representação, tudo começa na categoria de paisagem, mas se explicita na categoria de espaço mediada na categoria de território”. Assim explicar espacialmente um fenômeno implica primeiro em descrevê-lo na paisagem para depois analisá-lo em termos de território, a fim de compreendê-lo no mundo como espaço.

Para uma leitura geográfica das sociedades, as categorias e conceitos de análise do espaço são fundamentais. Vejamos algumas possibilidades de definições.

2.1.1 Paisagem

Vimos que o conceito de paisagem foi privilegiado no período em que vigorou a denominada Geografia Tradicional. Justamente pela ciência estar bastante atrelada aos métodos descritivos é que esse conceito parecia fazer sentido. Preocupavam-se em descrever, catalogar, enumerar elementos que compunham determinada porção do espaço.

Na leitura de Moreira (2007), analisar um fenômeno em sua dimensão geográfica envolve inicialmente as ações de localizar, medir distâncias, delimitar a extensão, distribuir e verificar a escala de sua manifestação na paisagem. Assim, a forma com a qual o fenômeno se manifesta espacialmente poderia ser visualizada.

Uma região produtora de algodão, de café ou de trigo. Uma paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou de tipo americano. Um centro de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isto são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações. (SANTOS, 2004, p. 53).

A paisagem é formada tanto por objetos naturais, representados por obras não realizadas pela sociedade como por objetos sociais, resultados do trabalho do homem no passado e no presente. Assim como o espaço, a paisagem também é dinâmica e está em constante transformação, pois acompanha os processos de mudanças das sociedades.

Atualmente, o conceito de paisagem tem sido utilizado em estudos envolvendo técnicas de sensoriamento remoto. Ao delimitar uma área de abrangência de determinado fenômeno para uma análise, cruzam-se dados sobre o passado dessa área e realizam-se comparações diversas para entender a dinâmica atual do fenômeno estudado. As fotografias aéreas e as imagens de satélite são ferramentas essenciais nesse sentido, pois permitem uma visualização e comparação de fenômenos em diferentes momentos históricos. Com isso é possível planejar estratégias de estudos e ações adequadas às especificidades de cada fenômeno. Pode-se tomar como exemplo, a elaboração ou revisão de planos diretores municipais.

Ao mapear o uso do solo dos municípios, é preciso delimitar áreas para diferentes usos. Para isso, é importante realizar um estudo das paisagens do município e sua transformação ao longo do tempo. Uma paisagem onde no passado predominavam os elementos naturais pode rapidamente se transformar numa paisagem urbana, pois como vimos acima, essas acompanham as mudanças da sociedade com maior ou menor intensidade. Ao escolhermos um fenômeno qualquer para estudar, é interessante conhecer de que forma este se materializa na paisagem.

FIGURA 1 – LAGOA DA CONCEIÇÃO, FLORIANÓPOLIS/SC



FONTE: Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303576-d553866-Reviews-Lagoa_da_Conceicao-Florianopolis_State_of_Santa_Catarina.html>. Acesso em: 3 out. 2018.

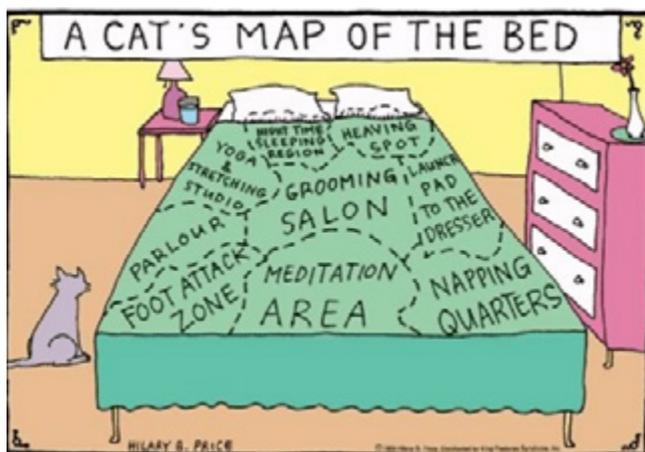


Caro(a) acadêmico(a)! Você conhece Florianópolis, a capital do estado de Santa Catarina? Mesmo não conhecendo esta paisagem, Figura 1, seria possível defini-la a partir da observação e descrição dos elementos que a compõem? Mas, se você já esteve lá, poderia elencar outros elementos na descrição, como sensações e percepções que você manteve com o lugar. É possível definir a paisagem de uma única maneira, apenas elencando os elementos que nos chegam aos olhos? Reflita sobre os significados de uma paisagem e as possibilidades de analisá-la!

2.1.2 Lugar

Conforme afirmamos anteriormente, o conceito de lugar está atrelado ao espaço vivido, ao cotidiano e às experiências individuais. Entender o seu lugar pode ser um passo importante para todos aqueles que estão aprendendo e ensinando Geografia. O lugar que cada indivíduo ocupa é repleto de representações culturais, econômicas, políticas, ambientais. Cada lugar é então representado conforme as experiências de cada um no seu meio. Como no caso da brincadeira com a figura a seguir, onde um gato pode fazer da cama o seu lugar.

FIGURA 2 – UM MAPA DA CAMA DO GATO



FONTE: Disponível em: <www.bigthink.com/ideas/21216>. Acesso em: 3 out. 2018.

Como futuro licenciado em Geografia, é importante que você saiba que o conceito de lugar é amplamente utilizado no ensino de Geografia do Ensino Básico. A escala geográfica local permite aos estudantes conhecer a dinâmica do seu lugar de vivência para então relacioná-lo e compará-lo com outros espaços, identificando ao mesmo tempo, características específicas e comuns a todos os lugares do mundo, por exemplo. Nesse sentido, esse lugar tem que ser entendido como um ponto de encontro de lógicas locais e globais. (SANTOS, 1994 apud STRAFORINI, 2008).

Se o espaço geográfico é, na concepção de Milton Santos formado por um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, “[...] cada subespaço inclui uma fração desses sistemas [...]” (SANTOS, 2008, p. 159). Para este autor, a totalidade desses subespaços é o mundo. Cada subespaço apresenta suas características próprias que os diferenciam uns dos outros, mas como fazem parte de uma totalidade, estão de alguma maneira relacionados, por isso, “cada lugar é a sua maneira, o mundo”. (SANTOS, 1997, p. 252).

Seria necessário então pensarmos um sentido de lugar adequado aos “tempos globais-locais atuais” e as relações que esses desencadeiam espacialmente. Em uma leitura apropriada entre as relações de qualquer lugar com o mundo, podem-se verificar os diferentes “sentidos do lugar” atrelados às múltiplas identidades das pessoas. Diante disso, os lugares também teriam múltiplas identidades materializados por “[...] espaços pelos quais se movimenta, os lugares de encontro, as conexões com o exterior”. (MASSEY, 2000, p. 183).

Massey nos convida a imaginar a olhar o globo através de um satélite e em vez de imaginar apenas o movimento físico ou de comunicação invisível, pensar também nas relações sociais. A Geografia das relações sociais está se transformando, e em muitos casos estende-se cada vez mais pelo espaço.

Nessa perspectiva, relações econômicas, políticas e socioculturais “[...] cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até internacional”. (MASSEY, 2000, p. 184). A interpretação de Massey nos conduz a pensar as relações sociais que se encontram e se entrelaçam em um determinado local. Essa rede de relações, de movimentos e comunicações permite ver cada lugar como “[...] um ponto particular, único dessa interseção [...] um lugar de encontro”. (MASSEY, 2000, p. 184). Assim:

[...] em vez de pensar os lugares como áreas de fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja na rua, uma região ou um continente. Isso por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local. (MASSEY, 2000, p. 184).

A partir dessa concepção, lugares podem ser entendidos como processos, sem identidades únicas e singulares, mas “[...] cheios de conflitos internos”, constatação que não nega o lugar, nem sua importância”. (MASSEY, 2000, p. 184). Massey (2000) aponta que a globalização econômica e cultural não provoca apenas a homogeneização, mas ao contrário a “[...] globalização das relações sociais é outra fonte (da reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar”. (MASSEY, 2000, p. 184). Essa especificidade é resultado de uma mistura distinta de relações sociais “[...] mais amplas com as locais”. (MASSEY, 2000, p. 184). Um sentido de lugar implicaria então em “um entendimento de seu caráter”. Essa análise deriva da construção de uma reflexão de lugar relacionado com outros lugares.

2.1.3 Região

Ao abrigar a região como um de seus conceitos-chave, a Geografia se destacou nas discussões acerca desse conceito. Corroborando com as ideias de Gomes (1995) iniciamos nosso diálogo acerca do conceito de região a partir do seu entendimento na linguagem do senso comum. Nessa perspectiva, a região está atrelada aos princípios de localização e extensão. Assim, a noção de região vem ligada à ideia de localização e extensão de certo fenômeno ou a “[...] limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial”. (GOMES, 1995, p. 53). Por isso, ainda conforme esse autor, utilizamos cotidianamente expressões como “a região mais pobre”, a região industrial, entre outras, referindo-se a uma série de características que distinguem determinada “região” das demais.

Nos casos em que a regionalização expressa a divisão em unidades administrativas, o conceito passa a ser utilizado com um sentido hierárquico e de controle da administração dos Estados. A esse respeito, Gomes (1995, p. 53) ressalta que:

desde o fim da Idade Média as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas. Ainda que muitas vezes sob denominações diversas (*Régions*, na França, *Provincias*, na Itália ou *Laender*, na Alemanha), o tecido regional é frequentemente a malha administrativa fundamental que define as competências e os limites das autonomias dos poderes locais na gestão do território dos Estados modernos.



Gomes (2010, p. 54) salienta que nas ciências em geral, a noção de região também está associada à localização de certo domínio, ou seja, uma área definida por uma regularidade de propriedades que a definem. Na disciplina de Biogeografia, por exemplo, você estudou as regiões biogeográficas, áreas que se caracterizam pelo elevado número de endemismos ao nível de gêneros e espécies.

As discussões de região na Geografia são consideradas mais complexas, já que a estabelecemos como um conceito científico. Ao tomarmos a região como conceito geográfico, deparamo-nos com as indefinições e os usos atribuídos ao mesmo na linguagem comum, além, das discussões epistemológicas que a utilização dessa noção nos impõe. Para diferenciar a noção de região do senso comum, os geógrafos resolveram adjetivá-la. (GOMES, 2010).

Surge, então, o conceito de região natural. Na Geografia do século XVIII, é possível observar antecedentes dessa concepção quando do uso das bacias hidrográficas como limites naturais das regiões. Na geologia de meados do século XIX, a região foi segundo Gomes (2010, p. 55) “[...] um conceito-chave”. Nessa, a região era considerada um elemento da natureza, um elemento físico.

No início do século XX, Gallois, um dos discípulos de La Blache, também utilizou essa concepção. Em seus estudos considerou as divisões físicas como “[...] o quadro de estudos da geografia humana”. (GOMES, 2010, p. 55).

O conceito de região natural teria então, partido da ideia de que, o meio físico determinaria, de certa forma, o desenvolvimento das sociedades. Aí aparece um debate clássico na Geografia ilustrado pelas discussões acerca das determinações e influências do meio natural na organização dos grupos humanos e, do outro lado, a perspectiva possibilista. Nessa perspectiva, o meio oferece possibilidades à sociedade, mas é sempre essa que escolhe os usos que dará à determinada porção do espaço. Assim, as regiões seriam como o resultado do trabalho humano em determinado ambiente. Dessa concepção, nasce o conceito de região geográfica ou:

[...] região-paisagem na bibliografia alemã e anglo-saxônica, unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente, este deve ser o novo conceito central da geografia, o novo patamar de compreensão do objeto de investigação geográfica. (GOMES, 2010, p. 56).

Nesse contexto, passam a ser produzidas as monografias regionais. Estas tinham como método a descrição. Iniciava-se pelas descrições das características físicas, seguida da população e das atividades econômicas. O objetivo era encontrar para cada região, uma particularidade. Assim a região é uma realidade concreta, um espaço de referência para a população que aí vive. Caberia ao geógrafo desvendar, através do método descritivo, a combinação de fatores responsáveis pela particularidade de cada região.

Vidal de La Blache, um nome expressivo dessa linha de pensamento, a chamada Escola Francesa de Geografia, destacou ainda dentro da perspectiva das monografias regionais, a importância do trabalho de campo. Este seria um momento em que o geógrafo pesquisador se aproximava “[...] das manifestações únicas da individualidade de cada região”. (GOMES, 2010, p. 57).



Caro(a) acadêmico(a)! A escola francesa de Geografia, nos primeiros cinquenta anos do século XX, teve grande repercussão no Brasil. Professores e pesquisadores franceses criaram, nos anos trinta e quarenta desse século, a base universitária da Geografia.

Muitas outras contribuições foram dadas às discussões do conceito de região na ciência geográfica. Porém, com a crise da Geografia Tradicional houve uma rediscussão da noção de região, conseqüentemente de um método particular à geografia que a diferenciasse das outras ciências. A principal crítica a esse método era o fator de o mesmo se limitar à descrição, sem estabelecer relações, comparações, análises e correlações entre os fatos. Aqui se passa a afirmar que o objeto científico da Geografia é o espaço e seu método é a análise. (BERRY, 1964 apud GOMES, 2010).

Nesse contexto, o sentido que se atribui ao conceito de região não é mais o de produto, mas de um meio para demonstrar uma hipótese. Assim, o exercício de regionalização passa a ser a tarefa de dividir o espaço utilizando critérios que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho e, que auxiliem no entendimento de determinado problema. O conjunto de novas regras que tinham esse pressuposto ficou conhecido como análise regional.

O agrupamento de objetos em classes segundo semelhanças tornou o conceito de região um instrumento “[...] técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço”. (LENCIONI, 2002, p. 192). A utilização de conceitos matemáticos na Geografia tinha como objetivo encontrar uma lógica na organização do espaço. Nesse momento, há uma aproximação entre a Geografia e o planejamento, entre os estudos regionais e o planejamento regional. Ainda, conforme Lencioni (2002, p. 193):

[...] na análise regional, utilizou-se da teoria geral dos sistemas tentando resolver várias questões, como a delimitação funcional da região, a definição da escala regional e a coesão do conteúdo regional. Menos importante era reconhecer ou determinar regiões historicamente definidas; mais relevante era classificar as regiões, hierarquizá-las e verificar suas relações funcionais.

Essa perspectiva da análise regional também passou a ser criticada pela Geografia Crítica. As críticas fundamentaram-se na imperfeição das técnicas e modelos de análise, que deixavam de lado as particularidades e se interessavam mais pelas regularidades espaciais. Não haveria então, segundo os críticos desse modelo, processos espaciais sem conteúdo social. Aqui aparece a ideia do espaço atrelado à construção social.

Os estudos regionais nessa perspectiva deveriam considerar a diferenciação do espaço a partir da divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que gera desigualdades espaciais. A identificação de regiões deve estar atrelada ao processo de produção do espaço ou, divisão socioespacial do trabalho. Os exercícios de regionalização que não levassem em consideração esses processos estariam negando as contradições que se materializam espacialmente. Gomes (2010, p. 65) chama a atenção para o fato de que, mesmo “[...] recusando o funcionalismo como critério para a divisão do espaço, esta nova corrente radical aceita que a região seja um processo de classificação do espaço, segundo diferentes variáveis”, ou seja, mudam-se os critérios, mas o método permanece.

A perspectiva humanística e cultural da Geografia, cuja referência é o espaço vivido, passou a analisar a região sob um enfoque de pertencimento, da compreensão dos sentimentos que os homens têm de pertencer a uma região. (LENCIONI, 2002). Nessa análise é necessário considerar o espaço percebido, os significados e valores que são atribuídos a esse espaço. Assim, “a identidade dos homens com a região se tornou um problema central na Geografia regional de inspiração fenomenológica”. (LENCIONI, 2002, p. 194).

Diante da dinâmica dos espaços globais, qual será o sentido de região no mundo contemporâneo? As relações espaciais entre centros hegemônicos e suas áreas de influência, podem, segundo Gomes (2002), terem feito surgir novas regiões ou até ter renovado antigas áreas (organização simbólica desses novos arranjos são os blocos econômicos).



A Figura 3 mostra um mapa dos principais blocos econômicos na atualidade. O Brasil integra o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) desde a década de 90. Faça uma pesquisa na internet buscando descobrir os parceiros do Brasil neste bloco, seus objetivos e as principais polêmicas nesta relação. Pesquise também sobre a União Europeia, NAFTA (Tratado Norte Americano de Livre Comércio) e a proposta americana (ainda não efetivada) para alguns países do continente americano formar a ALCA (Área de Livre Comércio nas Américas). Debata em sala com seus colegas as vantagens e desvantagens de integrar um bloco econômico! Bom trabalho!

FIGURA 3 – ATUAIS BLOCOS ECONÔMICOS



FONTE: Disponível em: <<http://ficandoonline.com/blocos-economicos.html>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

Para este autor os recortes regionais contemporâneos são múltiplos e complexos e também mutáveis, mas é necessário salientar que ao aceitarmos esses recortes poderíamos atrelar o conceito de região ao simples fato de localizar e delimitar fenômenos, assim, não “[...] nos demos como tarefa produzir um novo conceito de região, adaptado à contemporaneidade”. (GOMES, 2002, p. 73). Ainda, segundo este autor, diante da globalização, alguns afirmam o fim das regiões pela homogeneização do espaço, portando, os movimentos regionais seriam resistências, pois buscam tratar do particular, contra essa homogeneização esmagadora.

De uma categoria que nasceu atrelada apenas à descrição e enumeração dos fenômenos naturais, hoje, a sua manutenção como um conceito de valor nas análises geográficas necessita obrigatoriamente considerar o cenário político, econômico e humano para repensarmos esse conceito para um mundo complexo e múltiplo.



Caro(a) acadêmico(a)! A figura a seguir representa uma das formas de regionalizar o Brasil. Reflita sobre a leitura das concepções de região e pesquise quais os critérios que foram utilizados para dividir o Brasil dessa forma. A seguir, socialize os resultados de sua pesquisa com os colegas e aponte qual a concepção de região que mais se encaixa nessa proposta de regionalização. Boa atividade!

FIGURA 4 – REGIÕES BRASILEIRAS SEGUNDO O IBGE



FONTE: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+regioes+brasileiras+ibge&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKewjT3JDhverdAhWfk5AKHQgtDNYQ_AUICigB&biw=1366&bih=657#imgrc=EvEB7Ub5YyHaM>. Acesso em: 3 out. 2018.

2.1.4 Território

As questões territoriais são fundamentais para compreendermos a organização espacial contemporânea. O mapa do mundo, tal como o conhecemos hoje, é resultado de uma série de conflitos envolvendo disputas territoriais. Por exemplo, as disputas territoriais entre Israel e Palestina no Oriente Médio, na América do Norte a manutenção das fronteiras entre Estados Unidos e México (Figura 4), países africanos ainda buscam soberania após o fim das intervenções colonialistas, como na Serra Leoa, Somália e Etiópia, entre outros. A noção de território na Geografia está bastante atrelada ao recorte do território nacional, o Estado – nação, com um governo central, uma língua comum, e uma unidade econômica, símbolo de estabilidade, fronteira, limites impermeáveis e absolutos,

e nasce de uma dupla conotação: a simbólica e a material. (HAESBART, 2002). Essa noção de território herdada da modernidade é incompleta, pois, segundo Santos (2002, p. 16), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”.

Esse conceito surge na Geografia Política (Tradicional) como símbolo de um espaço concreto, com características físicas e sociais delimitadas, apropriado e ocupado por um grupo social dominante. Essa ocupação tinha forte relação com a formação de identidade sociocultural a partir da adoção do espaço por um grupo, sendo assim, o grupo podia ser compreendido a partir do território que ocupava.

FIGURA 5 – FRONTEIRA ENTRE ESTADOS UNIDOS (À DIREITA) E MÉXICO (À ESQUERDA) DEMONSTRA COM CLAREZA ESSA MATERIALIZAÇÃO DA FRONTEIRA COMO DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE PAÍSES, ALÉM DAS QUESTÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS QUE AS DIFERENCIAM



FONTE: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=boundary+of+usa+and+mexico&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiZqqaCvurdAhWGEZAKHccHALwQ_AUICigB&biw=1366&bih=657#imgrc=G9hrxnwmoHmtQM>. Acesso em: 3 out. 2018.

Neste Caderno de Estudos, tomamos o conceito de território como “um espaço delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2010, p. 78), onde as nações desenvolvem suas atividades políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, território tem a ver com poder, mas não apenas o “poder político”. Tem a ver também com outras duas dimensões de poder, aquele no sentido mais concreto, de dominação e, também o poder simbólico, no sentido de apropriação espacial. (HAESBAERT, 2002). Essa é uma tendência nova nos estudos sobre o território a partir do momento que se ampliam suas significações para além de uma esfera política. Pois não é possível manter estável um conceito símbolo de estabilidade, uma vez que a sociedade imprime ao mundo, a partir das relações de trocas de mercadorias e pessoas, altos fluxos de capital e tecnologia, outra relação com o espaço e com as fronteiras. E mesmo que essa flexibilização não garanta a homogeneidade geográfica mundial, essa interdependência entre os lugares é a realidade dos territórios, ou seja, de um território rígido da época

da formação dos Estados - Nação (noção jurídico-política de território) à era da fluidez desta noção, agora mediada pela globalização. (SANTOS, 2002a).

Ainda de acordo com Santos (2002a, p. 17), o conceito de território é híbrido e merece ser revisado historicamente, pois segundo o autor, o que o território possui de permanente “é ser nosso quadro de vida”. O conceito de território deixa de ser ao longo das últimas décadas objeto exclusivo da Geografia, e recebe contribuições das pesquisas de diversas áreas como, a sociologia, a antropologia, a filosofia que ampliam os sentidos deste conceito. Milton Santos na Geografia foi um grande estudioso desse conceito, assim como Manuel Castells na sociologia, Gilles Deleuze e Félix Guattari, na filosofia contemporânea.

Na mesma esteira desses pensadores, Haesbert (2002) desdobra o conceito de território e apresenta uma noção de territorialização, relacionada à dominação e apropriação e que se diferencia de territorialidade, este um conceito abstrato, mas também é uma estratégia político-administrativa. Para Haesbert (2002, p. 20), território e territorialização:

[...] devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes, sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a igreja etc. As razões de controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo.

Partindo dessa ideia o território se desloca do Estado gestor, do território nacional dominado por um governo e expande-se a outras escalas e entendimentos. Assim, territórios existem e, podem tanto ser construídos como destruídos nas mais diversas escalas. (SOUZA, 2010). Territórios podem ser permanentes, mas também periódicos ou cíclicos. Essa flexibilização da visão do que seja o território, proposta por Souza (2010, p. 86), nos encaminha a perceber o território também como:

[...] um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). (Grifos do autor).

Pensemos então o território mais como “[...] relações sociais projetadas no espaço” (SOUZA, 2010, p. 86) do que o espaço propriamente concreto. Vários exemplos são usados para expressar essas territorialidades como no caso das grandes metrópoles que abrigam inúmeros exemplos dessa territorialidade flexível: áreas de prostituição, de tráfico de drogas, as favelas, as áreas nobres etc. Muitas vezes, os limites desses territórios não são visíveis, como linhas ou outras demarcações.

FIGURA 6 – FOTO EM ALGUMA CIDADE DA ÁFRICA DO SUL NA DÉCADA DE 60, QUANDO O REGIME DO *APARTHEID* SEPARAVA TERRITÓRIOS BRANCOS E NEGROS NA MESMA CIDADE



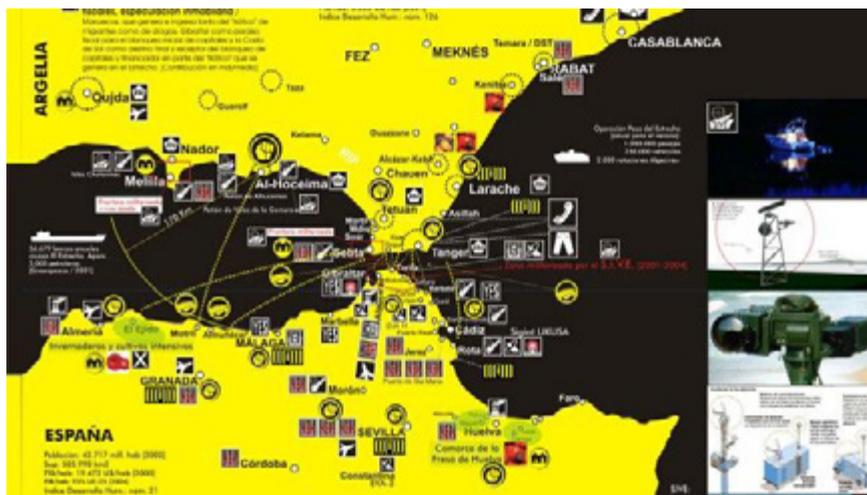
FONTE: Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

Então, como a noção de território pode contribuir nas análises geográficas contemporâneas, se aquela noção estável de território como sinônimo de demarcações em mapas, com fronteiras delimitadas muitas vezes não diz mais a respeito da complexidade do mundo? Haesbert (2002, p. 40) aponta para a possibilidade de trabalharmos na Geografia com a noção de **multiterritorialidade**, que seria “mais apropriado para dar conta da sobreposição de lógicas territoriais, seja no interior de uma mesma escala geográfica, seja pela sobreposição de lógicas territoriais que ocorram em escalas distintas”. Ainda, segundo esse autor, reconhecer a multiterritorialidade significa admitir a existência de distintas formas de conceber e de vivenciar a territorialidade, que dependerá das condições culturais e econômicas, para além de uma relação de poder, como este conceito esteve relacionado na sua gênese. Milton Santos afirmava que as grandes contradições passam pelo território, ou seja, devemos admitir que o território não é um mero palco onde as ações políticas, sociais e econômicas se desenvolvem mas um dos atores principais.



Caro(a) acadêmico(a)! Você viu neste subtópico que a noção de território não é estanque. Buscando proporcionar uma reflexão sobre como podemos traduzir essa maleabilidade conceitual, propomos a você realizar a leitura da imagem a seguir, que integra as propostas de trabalho de um grupo (hackitectura.net) de arquitetos, programadores e investigadores sociais da Espanha, cujo trabalho é centrado em investigações teóricas e práticas dos territórios emergentes e a interação desses espaços físicos, fluxos eletrônicos e redes sociais. A figura que segue apresenta um pedaço de uma área que é a “porta de entrada” de imigrantes africanos para o Estreito de Gibraltar. Perceba que neste mapa a Europa está localizada na para inferior e África na superior. Outros elementos no mapa representam as questões de fluxos de dinheiro, comunicação, prisão. Para mais informações acesse: <<http://hackitectura.net/blog>>.

FIGURA 7 – CARTOGRAFIA CRÍTICA DEL ESTRECHO DE GIBRALTAR



FONTE: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=CARTOGRAFIA+CR%C3%8DTICA+DEL+ESTRECHO+DE+GIBRALTAR&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKewjB0obhvurdAhV-GI5AKHUgqDBsQ_AUICigB&biw=1366&bih=657#imgrc=HXCn7YmZycfRwM>. Acesso em: 3 out. 2018.

3 O MUNDO CONTEMPORÂNEO E A GEOGRAFIA

A dinâmica do mundo globalizado exige dos profissionais envolvidos com a ciência geográfica uma visão abrangente para a análise das questões socioespaciais. Uma vez que uma das grandes preocupações da Geografia é compreender as maneiras pelas quais a humanidade ocupa e se organiza sobre diferentes espaços, é fundamental que essa análise seja realizada de forma a considerar o espaço como algo dinâmico e em constante transformação.

Ao nos debruçarmos sobre as questões que envolvem a relação da sociedade com o espaço, deparamo-nos com a configuração do mundo na

atualidade. Como analisar a dinâmica espacial na atualidade? Ao tomar como objeto de estudo o espaço geográfico, a ciência geográfica lança o seu olhar sobre os processos humanos que dão forma e movimentam o mundo hoje.

A humanidade vem presenciando um expressivo desenvolvimento das técnicas produtivas decorrentes do avanço tecnológico. O encontro entre ciência e tecnologia, mais conhecido como revolução técnico-científica ou Terceira Revolução Industrial, tem transformado profundamente o cotidiano das pessoas e a relação entre diferentes lugares do mundo.

Avanços na medicina, nos meios de comunicação, nos processos de produção, nos meios de transporte, dentre outros, possibilitaram uma intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, informações e pessoas e, ao mesmo tempo ampliaram as desigualdades sociais.

Na segunda metade do século XX, a expansão de multinacionais de países desenvolvidos alterou a dinâmica dos espaços mundiais, redesenhando a divisão internacional do trabalho.

Nesse contexto, essas empresas buscaram se instalar nos países subdesenvolvidos e usufruir de algumas vantagens oferecidas pelos mesmos como, por exemplo, mão de obra barata, matéria-prima, legislações trabalhistas e ambientais mais flexíveis, assim como, terras em abundância e a baixos custos, reforçando a organização espacial dependente desses países. (SANTOS, 2008).

A reorganização do mundo Pós-Guerra Fria fortaleceu o sistema capitalista como modo de produção dominante representado pela hegemonia dos Estados Unidos e alterou o mapa-múndi na região que hoje conhecemos como leste europeu. Novos países surgiram e outros desapareceram e o comércio mundial se tornou mais intenso. Passamos a viver em um mundo globalizado, porém cada vez mais excludente. A expansão do capitalismo em nível global e, as relações que se estabeleceram em função dessa expansão, têm nos imposto questionamentos importantes.

A lógica do lucro sem precedentes, movido pelo consumismo desenfreado tem se materializado no espaço de forma preocupante. Questões demográficas, ambientais, socioculturais impressas no espaço geográfico mundial através de cidades superpopulosas, espaços rurais mecanizados.

Diante de tamanhas transformações sociais, econômicas, culturais, redefinição de fronteiras e de relações, as ciências humanas, em geral, buscaram outras possibilidades de leituras para a atual realidade complexa e dinâmica.

3.1 PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Prezado(a) acadêmico(a)! Conforme já mencionado em outras disciplinas já cursadas, a análise da organização espacial requer uma concepção de espaço que envolva todas as suas dimensões como, por exemplo, física, econômica, política, cultural. Esse é o grande desafio da ciência geográfica, romper com a histórica dicotomia construída em torno das geografias física e humana e, se ocupar da análise dos arranjos espaciais. Assim:

[...] não importa se estamos diante de fenômenos físicos ou sociais, e sim do princípio de ordem que buscamos. Evidentemente, o que preside as causas e os significados destas lógicas são diferentes se trabalhamos com tipos de vegetação ou se trabalhamos com a distribuição da população urbana. Este, aliás, é um ponto fundamental na discussão da Geografia e, na verdade, o que estamos afirmando é que não há unidade ou complementaridade entre a Geografia dita Física e a Geografia humana, isso para usarmos o vocabulário corrente. O que existe de similar é a busca por princípios de coerência dentro da ordem espacial, o que permite que se continue, pois, a denominar este tipo de saber geográfico. (GOMES, 1997, p. 36).

A leitura do espaço geográfico requer o envolvimento do professor/pesquisador com outras áreas do conhecimento. Dependendo do enfoque e da perspectiva de estudo, outras áreas do conhecimento serão de fundamental importância para uma compreensão mais detalhada do fenômeno estudado, por exemplo, para analisarmos a evolução da área central ou de um bairro de determinada cidade, precisamos compreender de que forma essa área foi se transformando ao longo do tempo, que usos a população fez dela e quais os principais impactos da ocupação. Assim, buscaremos na História, nas Ciências Sociais, na Antropologia, na Arte, na Cartografia, recursos e ferramentas que nos auxiliem nessa compreensão.

Outra questão importante a ser considerada nos estudos envolvendo uso e ocupação do espaço são as novas tecnologias. Os produtos do sensoriamento remoto como, fotografias aéreas e imagens de satélites são importantes recursos para análise do espaço e, permitem uma maior compreensão das dinâmicas espaciais. A partir dessas ferramentas, podem-se gerar bancos de dados sobre determinada área, assim como mapeamentos para uma compreensão mais detalhada dos espaços ocupados.

As atividades desenvolvidas em campo são de fundamental importância para desenvolvermos a capacidade de observação, descrição e análise dos objetos de estudo. Trata-se de uma atividade historicamente considerada um dos momentos centrais das análises espaciais. Lacoste (1985, p. 20) afirma que “o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local: é articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas”. Trata-se, portanto, de uma atividade fundamental para o desenvolvimento de capacidades específicas

de compreensão dos fenômenos espaciais, ou seja, por mais que a Geografia e seu objeto de estudo se modifiquem epistemologicamente não podemos perder de vista as características metodológicas intrínsecas ao processo de produção de conhecimento geográfico: observação, descrição, analogia. Nesse sentido, os estudos em campo contribuem de forma primordial no processo de formação dos geógrafos pela construção de um olhar analítico mesmo que as ferramentas tecnológicas tornem-se aliadas às interpretações exatas, a experiência direta com o objeto ainda é insubstituível. É o momento de aglutinar conhecimentos e exercitar o olhar geográfico, buscando analisar na prática a diversidade de mosaicos e fenômenos que forma o espaço geográfico.



O texto a seguir é do geógrafo Milton Santos em colaboração com a Folha de São Paulo (30/11/1995). Sugerimos ainda o filme-documentário dirigido por Sílvio Tendler, "O mundo global visto do lado de cá" (2006), onde Milton Santos aborda temas como globalização e as consequências no mundo.

LEITURA COMPLEMENTAR

POR UMA GLOBALIZAÇÃO MAIS HUMANA

Milton Santos

A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria, nos fins do século 19, e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira, cultural.

Vivemos um novo período na história da humanidade. A base dessa verdadeira revolução é o progresso técnico, obtido em razão do desenvolvimento científico e baseado na importância obtida pela tecnologia, a chamada ciência da produção.

Todo o planeta é praticamente coberto por um único sistema técnico, tornado indispensável à produção e ao intercâmbio e fundamento do consumo, em suas novas formas.

Graças às novas técnicas, a informação pode se difundir instantaneamente por todo o planeta, e o conhecimento do que se passa em um lugar é possível em

todos os pontos da Terra. A produção globalizada e a informação globalizada permitem a emergência de um lucro em escala mundial, buscado pelas firmas globais que constituem o verdadeiro motor da atividade econômica. Tudo isso é movido por uma concorrência superlativa entre os principais agentes econômicos -- a competitividade. Num mundo assim transformado, todos os lugares tendem a tornar-se globais, e o que acontece em qualquer ponto do ecúmeno (parte habitada da Terra) tem relação com o que acontece em todos os demais. Daí a ilusão de vivermos num mundo sem fronteiras, uma aldeia global. Na realidade, as relações chamadas globais são reservadas a um pequeno número de agentes, os grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, as grandes organizações internacionais.

Infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais. A droga, com sua enorme difusão, constitui um dos grandes flagelos desta época.

O mundo parece, agora, girar sem destino. É a chamada globalização perversa. Ela está sendo tanto mais perversa porque as enormes possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas não estão sendo adequadamente usadas. Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos obtidos neste fim de século 20, se usados de uma outra maneira, bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade.

Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão de obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização.

FONTE: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 2

Você viu neste tópico que:

- A compreensão dos processos de uso e ocupação do espaço pela sociedade é tarefa da Geografia.
- Todas as áreas do conhecimento científico, além de definirem um objeto de estudo, uma metodologia própria criam alguns conceitos.
- Espaço geográfico é um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.
- A paisagem é formada tanto por objetos naturais, representados por obras não realizadas pela sociedade como por objetos sociais, resultados do trabalho do homem no passado e no presente.
- O lugar tem que ser entendido como um ponto de encontro de lógicas locais e globais.
- A região possui diferentes usos e operacionalidades e, atualmente, a Geografia encontra-se vinculada a uma questão econômica e política.
- Território é “um espaço delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2010, p. 78), onde as nações desenvolvem suas atividades políticas, econômicas e culturais.
- A dinâmica do mundo globalizado exige dos profissionais envolvidos com a ciência geográfica uma visão abrangente para a análise das questões socioespaciais.
- A leitura do espaço geográfico requer o envolvimento do professor/pesquisador com outras áreas do conhecimento.



Leia o seguinte trecho de uma das principais obras literárias brasileiras de Guimarães Rosa, “Grande sertão: veredas”, escrito em 1956:

[...] Na Serra do Cafundó – ouvir trovão de lá, e retrovão, o senhor tapa os ouvidos, pode ser até que chore, de medo mau em ilusão, como quando foi menino. [...] Tanta serra, esconde a lua. A serra ali corre torta. A serra faz ponta. Em um lugar na encosta, brota do chão um vapor de enxofre, com estúrdio barulhão, o gado foge de lá, por pavor. Semelha com as serras do Estrondo e do Roncador – donde dão retumbos, vez em quando. Hem? O senhor? Olhe: o rio Cariranha é preto, o Paracatu moreno; meu, em belo, é o Urucúia – paz das águas...É vida! [...] Ficamos lá umas semanas, se descansou. Carecia.[...] Aqueles foram meus dias. Se caçava, cada um esquecia o que queria, de de-comer não faltava, pescar peixe nas veredas...O senhor vá lá, verá. Os lugares sempre estão aí em si, para confirmar. (ROSA, 2001, p. 56).

Agora, responda:

- 1 Quais conceitos da Geografia estão implícitos neste trecho descrito? Seria necessária uma imagem para descrevermos este lugar?
- 2 Faça um exercício a partir do conceito de paisagem e lugar trabalhados neste tópico escolhendo outro trecho de algum livro da literatura mundial e/ou brasileira que tenha em sua escrita os elementos que possam descrever espaços geográficos, assim como Guimarães Rosa que nos ajudou a criar uma imagem de um recorte da região centro-oeste do Brasil, palco da história contada no livro.

GEOGRAFIA HUMANA NA ESCOLA: BREVE TRAJETÓRIA E AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NO ENSINO

1 INTRODUÇÃO

Caro(a) acadêmico(a)! Agora que você estudou a Geografia Humana no contexto da ciência geográfica e como possibilidade para a compreensão da organização socioespacial contemporânea, este é o momento de pensar como transpor os conhecimentos científicos para o ensino nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e para o Ensino Médio. Você deve manter nestes estudos o desafio proposto no Tópico 1, **de construir uma prática que articule as subáreas que compõem a Geografia**, na busca em avançar para um ensino de Geografia totalizador e não fragmentado. Essa é uma demanda antiga, mas ainda não superada tanto no ensino como na área científica da Geografia.

Nesse sentido, a transposição didática é menos uma transferência automática daquilo que é realizado na universidade para os alunos na escola básica, do que um convite ao aluno para entrar em contato com a área de conhecimento a que a disciplina se encontra vinculada. Trata-se de conhecer os métodos e utilizar as metodologias de pesquisa da área científica; fazer com que o aluno incorpore e forme um espírito investigativo pelas lentes da Geografia; compreender suas principais categorias de análise; perceber as potencialidades desta área de conhecimento científico para desvendar tanto os problemas do mundo como do seu bairro e da sua cidade. Pois, o papel do professor neste processo, é de acordo com Paulo Freire, o de ampliar a “leitura de mundo”, e não apenas apresentar conceitos estéreis das vidas dos alunos. E o mundo nesses termos passar a ser compreendido em amplas escalas, desde seu bairro até outros países.

A Figura 8 representada pela personagem Mafalda do cartunista argentino Quino, nos parece apropriada para propormos a seguinte reflexão a você, futuro professor(a) de Geografia: se considerarmos que o papel do(a) professor(a) é o de ampliar a leitura de mundo dos alunos, de qual mundo está se falando, e qual a importância da Geografia Humana nesse processo?



Mafalda é um dos personagens mais ricos e interessantes das histórias em quadrinhos. Desconhecida da atual geração de leitores, essa menininha argentina e toda a sua turma foram criadas, nos anos 1960, por Quino, quadrinista portenho famoso em todo o mundo. O contexto em que foi criada explica, em parte, uma das peculiaridades dessa impressionante coleção de tiras publicadas em jornais e que foram editadas em vários livros, inclusive numa coletânea conhecida como "Toda Mafalda". Filhos da contracultura, de uma época de rebeldia e crítica, de busca incessante pela autonomia e também de posicionamentos políticos idealistas em favor de alternativas viáveis ao capitalismo, Mafalda e os demais personagens de Quino carregam em suas histórias todo o inconformismo daquela geração de pessoas [...]. Percebemos isso, por exemplo, quando Mafalda se debruça sobre o mapa do mundo, visualiza os países, nota a diferença de cores utilizadas para representar cada uma das nações e o seu comportamento não é o de aceitar passivamente a informação que lhe é apresentada. Ela percebe as tonalidades, a beleza das cores e também é capaz de manifestar a sua indignação por saber que todo o colorido do mapa nada tem a ver com as intenções dos países.

FONTE: Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2011.

FIGURA 8 – MAFALDA E O GLOBO TERRESTRE



FONTE: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mafalda+e+o+globo+terrestre&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjW3P-Vv-rdAhWKhZAKHaELBnoQ_AUICigB&biw=1366&bih=657#imgrc=z9CLPuc8ml6YJM>. Acesso em: 3 out. 2018.

Não podemos deixar de lembrá-lo que as mudanças sociais, econômicas e culturais refletem tanto as quebras ou mudanças de paradigmas na ciência, como também nas relações didático/pedagógicas na escola. Assim como não é possível pensarmos os métodos e objeto da Geografia contemporânea cristalizados, o ensino também corresponde, mesmo que em outra velocidade, a essas mudanças. Quando pensamos o ensino e o que ocorre dentro dos espaços escolares, percebemos que a relação professor-aluno ganhou outros sentidos, que as abordagens didáticas se ampliaram e o processo de desenvolvimento cognitivo das crianças também se modificaram. Portanto, os objetivos e metodologias de ensino de Geografia necessitam acompanhar essa gama de transformações uma vez que o objeto de estudo desta área, o espaço geográfico adquire complexidade e está sempre em “processo de fazer-se como simultaneidade”. (MASSEY, 2008, p. 29).

Apesar desta discussão não ser recente, o ensino de Geografia ainda é considerado por grande parte dos alunos como “decoreba”, ou uma disciplina muito descritiva e fragmentada. Durante anos essas justificativas foram vinculadas às formas como os conteúdos eram abordados em sala de aula, onde a enumeração dos fenômenos sobrepunha à compreensão dos mesmos. Métodos tradicionais de ensino baseados apenas na exposição verbal, e a ênfase nos “questionários” como exercícios sobre os temas contribuíram para essa percepção. Por mais que se tenha avançado, tanto nas pesquisas em educação como na própria epistemologia da Geografia, esses cenários ainda prevalecem na escola hoje. O que podemos fazer enquanto educadores para contribuir num avanço dessa perspectiva?

Partiremos do objetivo central do ensino de Geografia: proporcionar aos alunos uma leitura crítica do mundo. Essa leitura parte principalmente das experiências do aluno com seu entorno imediato, ou seja, as experiências do aluno com o espaço geográfico devem fazer parte das discussões levantadas em sala de aula. A partir das discussões, temas e conceitos podem ser problematizados, gerando a necessidade da pesquisa teórica e a aplicação de metodologias, como a observação, a descrição e a analogia, para solucionar essas problemáticas propostas em sala de aula.

A produção de um processo de pesquisa, neste caso, mobiliza saberes para a produção de conhecimentos com os alunos, e não simplesmente o oferecimento simplificado. A utilização da pesquisa em sala de aula levará os alunos de qualquer nível escolar a perceber seu papel de atuante na apropriação e transformação do meio, assim como descobrir outros olhares.

Porém, antes de apresentarmos as proposições conceituais e metodológicas para o ensino de Geografia Humana no ensino básico, é preciso elencar outros desafios aos professores em formação, como: o afastamento das discussões no âmbito da Geografia ciência e da Geografia escolar; a análise dual da Geografia (física e humana) ainda presente nos programas oficiais e livros didáticos; a difícil tarefa de elencar conteúdos para balizar o planejamento docente; o processo de formação de professores; a escolha e utilização dos livros didáticos em sala de aula; o uso das novas tecnologias, entre outros. Segundo Callai (2011, p. 2), é

necessário que ocorra um “aprofundamento na epistemologia da educação geográfica” para que possamos avançar conceitualmente e metodologicamente, ou seja, não basta o domínio claro dos conteúdos específicos da área, ou da didática apenas, uma vez que o ensino exige hoje dos profissionais da educação um permanente processo de pesquisa.

Com o acesso às múltiplas fontes de informação que os alunos possuem (como TV, internet, jornais etc.), se considerarmos a formação docente completa ao sairmos da universidade não será possível darmos conta de toda complexidade que permeia a formação escolar. Ou se depositarmos a verdade vinculada a essas fontes de informação, não será mais possível diferenciar o papel do professor das ferramentas de busca na internet, por exemplo. O professor nunca foi tão solicitado a construir o seu papel de mediador diante de tamanha complexidade. Pois, ao problematizar um tema ao invés de dar a informação sobre ele, estaremos instigando a criação de um processo de investigação e construindo com os alunos diferentes leituras sobre fenômenos geográficos, e não somente enumerando características dos processos de transformação do espaço.

Assim, convidamos você, caro(a) acadêmico(a), a entrar neste tópico e conhecer brevemente as principais quebras de paradigmas no ensino de Geografia no Brasil; analisar os conteúdos e metodologias que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) apresenta para o ensino de Geografia Humana; compreender o papel do professor pesquisador e identificar algumas propostas e ferramentas metodológicas como possibilidade para o ensino de Geografia.

2 ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: DO ENCICLOPÉDISMO À CONSTRUÇÃO DO OLHAR CRÍTICO

Como já sabemos, a Geografia nasce enquanto ciência em meados do século XIX na Alemanha com Humboldt e Ritter. Porém, antes da institucionalização desta área de conhecimento, os saberes geográficos já eram utilizados desde a Grécia antiga, passando pelo mercantilismo e os cartógrafos no Renascimento, chegando aos viajantes naturalistas do século XVIII-XIX. Na obra do holandês Johannes Vermeer (Figura 9), podemos segundo Seeman (2009) pensar nessa Geografia que já era feita ou pensada em meados do século XVII.



Se propusermos a você uma análise rápida da obra de Vermeer, quais elementos relacionados com a Geografia você identificaria? Vermeer, em meados do século XVII, demonstra pela escolha dos objetos (compasso, mapa, globo terrestre) que a figura principal de sua obra ultrapassa o que se vê num primeiro plano (o homem olhando pela janela), mas desloca nosso olhar e pensamento para análise de que o domínio de certos saberes poderia subsidiar relações de poder em um mundo (europeu) que naquele momento se encontrava imerso no processo de expansão marítima. Esse exercício de análise, descrição e contextualização histórica pode ser realizado em sala de aula ao abordarmos diversos temas no ensino de Geografia, como a expansão marítima e os diferentes processos de colonização do Brasil e países da América; o desenvolvimento de técnicas e a tecnologia; globalização; história da cartografia etc. Experimente!

FIGURA 9 – “O GEÓGRAFO”, DE VERMEER (1668)



Pintura a óleo sobre lona. 52 x 45 cm. A obra encontra-se no acervo do Museu de Städel, em Frankfurt, na Alemanha.

FONTE: Disponível em: <http://www.essentialvermeer.com/catalogue/intracvtv/geographer_bis.jpg>. Acesso em: 13 jul. 2011.

No Brasil, os registros da institucionalização da Geografia datam de 1830 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico, que tinha uma relação direta em “criar conhecimentos” sobre o país. No ensino, a cadeira de Geografia surge em 1932 com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na USP e mais especificamente o Departamento de Geografia é criado em 1946 nesta mesma instituição.

O ensino de Geografia no país aparece desde os tempos do império diluído em textos auxiliares de outras disciplinas, como História do Brasil e Língua Portuguesa, pois não era ainda considerada uma disciplina autônoma nos currículos escolares. A maior parte desses textos era de caráter descritivo, muitas vezes enaltecendo as belezas naturais do território. Muito influenciada pela escola francesa, em 1905, inicia-se um projeto pioneiro no Brasil República em estudar o país por regiões, porém o ensino desta disciplina era tomado com muito cuidado, pois a ela era vista como uma ferramenta poderosa de educação do povo. Em 1925, o professor Delgado de Carvalho, do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, publica a “Metodologia de ensino de Geografia”. Esta obra torna-se um marco para a gênese metodológica do ensino de Geografia no Brasil, porém, só irá ocupar, de forma oficial, os currículos escolares a partir da Reforma Capanema de 1946.

Analisar a trajetória histórica do ensino de Geografia é fundamental para que possamos compreender não somente como a Geografia se constituiu enquanto área disciplinar, mas ao mesmo tempo identificar as concepções metodológicas e conceituais para o ensino contemporâneo. Portanto, é necessário neste momento enumerar três importantes datas e os acontecimentos oficiais que influenciaram a construção do ensino de Geografia no Brasil:

- 1946: Reforma Capanema no governo de Getúlio Vargas. Introdução do ensino de Geografia no ensino primário. Buscava-se compreender o espaço geográfico pela análise regional e por meio das relações homem-natureza. Porém, segundo Straforini (2008), o mundo ainda não era concebido de uma forma múltipla, mas como peças de um grande mosaico que se refletiu no enciclopedismo e nos aspectos descritivos como métodos de ensino.
- 1961: reforma da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) e com o Golpe Militar de 1964, buscava-se alinhar o sistema educacional aos planos de desenvolvimento do Estado capitalista, então é criada a disciplina de “Educação Moral e Cívica” em 1969. O ensino de Geografia é diluído nesta disciplina que tratava de enaltecer o estado brasileiro a partir de datas comemorativas, em demonstração de um civismo e nacionalismo. A metodologia concentrava-se no ensino a partir da hierarquia dos “círculos concêntricos” e a utilização da escala local de análise dos fenômenos espaciais.
- 1971: nova reforma da LDB, ainda sob a Ditadura Militar introduz os “Estudos Sociais” no ensino primário, juntando numa mesma disciplina História e Geografia. Reflexo dessa estrutura curricular consta de um esvaziamento dos conceitos de Geografia em detrimento à manutenção das datas comemorativas e o civismo dificultado a compreensão de quais eram os objetivos do ensino de Geografia. De acordo com Straforini (2008, p. 56) “para o Estado a Geografia tinha uma função ideológica claramente definida, ou seja, criar uma ideologia patriótica e nacionalista”. A formação e atuação dos professores ficaram comprometidas e deslocadas das análises específicas da Geografia. A metodologia que se mantinha era do enciclopedismo e descrição dos aspectos físicos.
- 1996: a última alteração da LDB relaciona-se ao processo de democratização do país. As principais alterações surgem das propostas transdisciplinares entre as áreas de conhecimento, bem como apresenta os Temas Transversais

(Ética, Cidadania, Meio Ambiente, entre outros). Busca a superação do ensino dual de Geografia Física e Humana. A metodologia apresenta as múltiplas possibilidades de trabalho com uso de diversos recursos didáticos centrados nos processos de aprendizagem dos alunos: cinema, imagens, estudos do meio, uso de computador, livro didático, produção de texto etc.

A LDB nº 9.394/96 marca algumas fronteiras que são tomadas como referências fundamentais para a organização do sistema de ensino no país. De uma maneira mais ampla ocorre uma mudança central que está na transição do foco de formação, deixando de ser somente no processo de ensino e atuação do professor, e passando para os processos de aprendizagem do aluno, “tomado em sua dimensão individual, coletiva, assim como cognitiva, social e cultural”. (PONTUSCHKA, 2009, p. 86). É importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam que os alunos devem desenvolver habilidades e competências, e não centrar somente o aprendizado no conteúdo conceitual. A competência visa a que o aluno possa solucionar problemas a partir da apropriação do conhecimento escolar relacionando-o a outros saberes que já possui. (PERRENOUD, 1999). Já as habilidades se relacionam à capacidade adquirida de aprender a fazer, ou seja, ela está conectada às competências, porém mais diretamente relacionada à ação do indivíduo.

Os critérios de avaliação são divididos em: operacionalização de conceitos, de critérios procedimentais e atitudinais. (BRASIL, 1998). Ficando novamente marcada a expectativa de criação de uma postura crítica e propositiva de mudança de comportamento frente às problematizações propostas. Mais especificamente no ensino de Geografia é destacada a substituição do enciclopedismo pelo caráter de formação cidadã dos alunos e a questão da ampliação das escalas de análise dos fenômenos, que passam a ser múltiplas. A formação cidadã relaciona-se às mudanças na própria ciência geográfica (como a introdução da Geografia Crítica e Humanística em detrimento à Geografia Tradicional), como nos sentidos de competência e habilidades que o documento sustenta. Para alguns autores essa nova organização curricular valoriza mais a formação cidadã dos alunos, e menos à compreensão de conceitos chaves da Geografia como território, paisagem, lugar e espaço geográfico.

Outras críticas foram geradas em torno da noção de uma redefinição do papel do Estado acusado de obedecer à lógica neoliberal e competitiva do capitalismo; o afastamento dos professores das tomadas de decisões em relação à eleição dos conteúdos e propostas metodológica e a identificação de uma abordagem ainda fragmentada entre sociedade e natureza (por mais que o documento proponha a superação desta dicotomia).

Assim, de acordo com Straforini (2011, p. 48):

[...] as críticas realizadas aos PCN de Geografia – entendendo-os como documentos oficiais de Estado, na sua instância federal – focalizaram o papel do Estado como agente produtor do currículo, evidenciando coerências das políticas educacionais com ideário da cultura neoliberal do grande capital financeiro internacional [...]. A escola, nessa perspectiva, transformara-se num espaço da reprodução da ideologia neoliberal.

Nesse sentido é que não podemos apenas aceitar a eleição de currículos para o ensino de Geografia e depositar no professor toda a responsabilidade pelo alcance do sucesso escolar. O desafio que se perpetua para além de um ensino de qualidade deve ser refletido na manutenção do caráter crítico de nossas práticas pedagógicas.



Caro(a) acadêmico(a)! Infelizmente, não teremos possibilidade de aprofundar essas questões nesse momento. Mas para aqueles que tiverem interesse, indicamos as seguintes leituras:

MORAES, Carlos Robert de. Geografia e Ideologia nos Currículos de 1º Grau. In: BARRETO, Elba (Org.). **Os currículos de Ensino Fundamental para as escolas brasileiras**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 163-192.

CARLOS, Ana Fanni (Org.). **Reforma no ensino de Geografia e os PCN**. São Paulo: Contexto, 1999.

3 OS PCN E QUESTÕES ATUAIS: O CURRÍCULO OFICIAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

A elaboração do currículo para o ensino de Geografia a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, inserido num projeto maior de metas para a educação brasileira deve ser analisada pelo viés crítico e dinâmico que acompanha as necessidades sociais, econômicas e políticas de um país. Nesse sentido, devemos tomar este documento como um referencial para a elaboração curricular nas escolas, bem como em nossos planos de aula e não como um receituário que engesse nossas práticas escolares cotidianas. Esse documento sofre algumas alterações em seus artigos, portanto não é fixo nem imutável, uma vez que obedece ao Plano Nacional de Educação (PNE) que muda a cada dez anos.

Assim, consideramos que a última grande alteração deveria ser mencionada. Trata-se da Lei nº 11.274/06 que antecipa a entrada de 7 para 6 anos de idade no Ensino Fundamental, alterando a nomenclatura de séries para anos. Essa alteração deverá ser efetivada em todas as escolas da rede pública até 2010, ficando da seguinte forma a disposição série/ano:

QUADRO 1 – ANO-SÉRIE

8 séries	9 anos
Pré- escolar	1º ano
1ª série	2º ano
2ª série	3º ano
3ª série	4º ano
4ª série	5º ano
5ª série	6º ano
6ª série	7º ano
7ª série	8º ano
8ª série	9º ano
Ensino Médio	

FONTES: As autoras

Para além de uma mudança de nomenclatura outras questões de ordem didática, curricular e avaliativa estão em construção a partir desta demanda federal. Portanto, acreditamos que em breve novas alterações nos Parâmetros Curriculares devem entrar em vigor, assim como os próprios PNE que estabelecerão novas metas para o desenvolvimento da educação nos próximos dez anos. Essas considerações são necessárias, pois é a partir destes documentos que a prática escolar se consolida.

Para você, caro(a) acadêmico(a), que está se aproximando das questões da licenciatura, especificamente do ensino de Geografia, elaboramos um quadro-resumo com as seguintes identificações a partir dos PCN (BRASIL, 1998):

QUADRO 2 – RESUMO DOS PCN DE GEOGRAFIA

Concepções teóricas	Crítica e Humanística
Objetivos	Conhecer o mundo atual em sua diversidade; identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade; conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações; compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos; conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia; orientá-los a compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem; saber utilizar a linguagem gráfica.
Eixos Temáticos	A Geografia como uma possibilidade de leitura e compreensão do mundo; o estudo da natureza e sua importância para o homem; o campo e a cidade como formações socioespaciais; a cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo; a evolução das tecnologias e as novas territorialidades em redes; um só mundo e muitos cenários geográficos; modernização e a problemática ambiental.
Metodologia	“Os avanços obtidos com as propostas teóricas e metodológicas da Geografia Crítica e da nova Geografia Humanista, colocando o saber geográfico como algo construído, guardando em si uma intencionalidade que deve ser desvendada, passou a permitir ao professor a possibilidade de um ensino de Geografia em que o aluno pudesse interagir com sua individualidade e criatividade não somente para compreender o mundo, mas também para construir o seu saber sobre esse mundo, fortalecendo sua autoestima”. (BRASIL, 1998, p.134).
Didática	“[...] planejar situações considerando a própria leitura da paisagem, a observação e a descrição, a explicação e a interação, a territorialidade e a extensão, a análise e o trabalho com a pesquisa e a representação cartográfica”. (BRASIL, 1998, p.135).
Avaliação	Operacionalização dos conceitos; critérios procedimentais e critérios atitudinais (BRASIL, 1998, p. 88-91; 128-131).

FONTE: Brasil (1998)



Caro(a) acadêmico(a)! Sugerimos que você compare o currículo de Geografia dos PCN (BRASIL, 1998) com a proposta do município em que você vive e/ou atua como professor, comparando conteúdos e metodologias. Após a comparação, discuta com seus colegas os pontos que convergem e divergem da proposta nacional. Os PCN de Geografia encontram-se no site <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>>. Bom trabalho!

4 DE QUAL MUNDO ESTAMOS FALANDO? E QUAL A FUNÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANA NA APREENSÃO DE MUNDO NA ESCOLA?

Antes mundo era pequeno
 Porque Terra era grande
 Hoje mundo é muito grande,
 Porque Terra é pequena
 Do tamanho da antena Parabolicamará
 Ê volta do mundo, camará
 Ê, ê, mundo dá volta, camará
 Antes longe era distante
 Perto só quando dava
 Quando muito ali defronte
 E o horizonte acabava [...]
 De jangada leva uma eternidade
 De saveiro leve uma encarnação
 De avião o tempo de uma saudade [...]

(Parabolicamará - Gilberto Gil)

FONTE: Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/gilberto-gil/46234/>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Nesta letra de Gilberto Gil, escrita na década de 70, enquanto o Brasil vivia o “milagre econômico” da era da ditadura militar, o mundo *hightech* não passava de ficção científica e as possibilidades de desenvolvimento tecnológico localizavam-se a oceanos de distância do país. Porém, percebemos alguns prenúncios de um mundo que não tardaria em ser evidenciado a partir principalmente do desenvolvimento da técnica e pelo avanço da globalização a partir da década de 90 do século passado, denominado por Milton Santos como período técnico-científico-informacional. Ao propormos uma interpretação da música, quais questões são possíveis de serem relacionadas a esse fenômeno global que deverá ser trabalhado no ensino de Geografia em praticamente todos os anos?

Ao utilizarmos uma linguagem poética, neste caso, na música de Gilberto Gil, podemos propor aos nossos alunos outra compreensão dos processos da globalização e os sentidos que o mesmo produz na produção do espaço. Uma possibilidade encontra-se na análise de que o mundo com o desenvolvimento dos meios de transporte e as facilidades de acesso aos mesmos, acaba nos dando a impressão de que as distâncias se tornaram mais curtas (“de avião o tempo de uma saudade”), ou seja, desenvolvemos a partir da globalização outra relação com o tempo e com o espaço (“de jangada leva uma eternidade, de saveiro leva uma encarnação”). No mesmo sentido, o fluxo de informações e de capital nunca foi tão fluido, a partir principalmente da ampliação da utilização do espaço digital e dos satélites que giram na órbita espacial. Essa nova noção de espaço e tempo provocou na humanidade, de um modo geral, a (falsa) sensação de que pelo desenvolvimento da técnica e a mundialização do capital poderíamos diminuir os abismos sociais, econômicos e tecnológicos entre países desenvolvidos e o resto do mundo (incluindo o Brasil).

No sentido de desvelar esses valores e percepções é que o papel do ensino de Geografia na apreensão deste mundo e seus fenômenos (sociais, econômicos e físicos) tornam-se centrais na medida em que podemos convocar os alunos a desejar a construção de valores e realidades não pautadas apenas pela produção de mercadorias ou de técnicas.

A Geografia Humanística e a percepção ambiental, neste caso, podem contribuir metodologicamente para esse exercício. Uma vez que no ensino contemporâneo, não basta apenas identificar e apresentar os conceitos da Geografia, ou descrever o que se vê, é necessário provocar uma apropriação do conceito ao mesmo tempo em que o aluno o relacione com problemáticas reais de sua vivência mediados pela experiência.

A análise desses processos que produz e reproduz o espaço, se insere também a perspectiva metodológica da Geografia Crítica, pois “o desenvolvimento técnico, científico e informacional foi tomado pelo modo de produção capitalista em favor de um seletivo grupo de pessoas [...] em detrimento da ampla maioria da humanidade, isto é, do proletariado”. (STRAFORINI, 2008, p. 34), ou seja, a globalização é um fenômeno mundial, ou segundo Santos (2008, p. 29), “a globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico” que se estende de forma desigual. Ainda de acordo com Santos (2008, p. 18):

[...] a mundialização que se vê é perversa. Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientifização da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desintegração do indivíduo.

Cabe ao ensino de Geografia, buscar problematizar essa forma desigual de acesso e de desenvolvimento econômico e tecnológico. Assim pode ampliar as possibilidades de análise para além dos limites dos métodos da Geografia Tradicional, descritivos e enciclopedistas. Ainda é possível crer em análises fragmentadas de um mundo complexo, estruturado em redes e fluxos que desintegram qualquer possibilidade de uma leitura linear ou estática de seus fenômenos? Basta incorporarmos o que as propostas oficiais anunciam que a Geografia é uma área de

conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações (PCN, 1988) que obtemos a resposta e identificamos o grande desafio do ensino de Geografia contemporâneo: romper com a fragmentação e hierarquização do conhecimento para compreendermos o caráter mutável e dinâmico do mundo em que vivemos de forma integrada na sua totalidade.



Há alguns documentários e filmes que abordam as questões que discutimos neste tópico que podem enriquecer sua formação sobre o tema, bem como contribuir como ferramenta de análise em sala de aula. Assista ao filme, faça anotações e escolha alguns capítulos para elaborar roteiros de questões ou atividades que possam ser utilizados em seus planos de aula.



Para saber mais sobre a globalização e a organização econômica mundial, as relações entre consumo e consumidores, o impacto ambiental e social da produção em grande escala e globalizada, sugerimos o filme/documentário, *The Corporation*, e as seguintes questões: 1) refletir sobre os custos ambientais e sociais por trás das iniciativas do mercado mundial em busca do lucro; 2) buscar nos meios de comunicação (jornais, revistas, internet) casos recentes de empresas que foram denunciadas pelo uso de trabalho escravo ou desrespeito aos direitos dos trabalhadores na sua região, no Brasil e no mundo; 3) trabalhar o tema desenvolvimento sustentável, definindo o conceito com os alunos a partir de pesquisas em meios diversos; 4) promover um debate na escola convidando representantes de ONGs; Sindicatos dos trabalhadores e da Indústria e Comércio da sua região, abordando as questões centrais do filme e os conteúdos que você esteja trabalhando em sala. Ficha técnica: *The Corporation*. 2004. Canadá. Direção: Jennifer Abbot e Mark Achbar. 145 min. Documentário.

5 O USO DE DIFERENTES LINGUAGENS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: O ESTUDO DO MEIO, AS IMAGENS E AS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

Caro(a) acadêmico(a)! Agora que você já compreendeu o breve histórico sobre o ensino de Geografia no Brasil, as questões relacionadas ao currículo oficial (PCN) e o papel do ensino de Geografia no mundo contemporâneo chegou o momento de explorarmos o uso de diferentes linguagens no processo de ensino. Considerando que a prática docente em Geografia muitas vezes permanece presa ao uso exclusivo dos conteúdos e imagens apresentados pelos livros didáticos, gostaríamos de propor a necessidade de refletirmos até que ponto contribuimos para esta constatação, ou se avançamos através da pesquisa docente rumo à utilização das linguagens como produção de um conhecimento geográfico. (OLIVEIRA Jr., 2011). Se o objetivo principal do ensino de Geografia hoje é levar os alunos a realizarem uma leitura crítica do espaço geográfico buscaremos, neste

subtópico, oferecer subsídios teórico-metodológicos para a criação de situações em sala de aula que estimulem os discentes a alcançarem tais objetivos e a responder às seguintes questões: o que ensinar em Geografia e como ensinar?

As diferentes linguagens se instalam de forma mais comum na prática docente como sinônimo de recurso ou suporte didático para dinamizar as aulas e a aquisição de conhecimento sobre determinado tema. De acordo com Oliveira Jr. (2011), podemos também abordar as diferentes linguagens e entendê-las para além desse sentido de recurso utilizando-as como fundamento de um processo de criação, de produção de um pensamento sobre o espaço. Assim a linguagem funciona com um sentido de criação, para além de um recurso criativo. (OLIVEIRA Jr., 2011). Mas nada impede que as duas abordagens dialoguem numa mesma prática pedagógica contribuindo para a construção do processo de aprendizagem e de ampliação da leitura de mundo dos alunos. Neste momento, optaremos em apresentar o uso de algumas linguagens no ensino de Geografia como processo criativo, ou seja, buscaremos introduzir elementos de recursos possíveis para dinamizar as aulas, porém sem perder de vista as possibilidades de criar uma produção de conhecimentos geográficos a partir das mesmas.

Outra questão que consideramos importante marcar é o papel do professor como pesquisador de diferentes processos e linguagens. Como já foi abordado anteriormente não é possível pensarmos a prática docente formada apenas ao deixarmos os cursos de licenciatura. A pesquisa deve incorporar a ação pedagógica como um ponto de interseção entre a teoria e a prática, entre os saberes produzidos nas universidades e aqueles localizados na prática cotidiana. A famosa receita do bolo para uma boa aula ainda não foi desvendada, então, caro(a) acadêmico(a), o trabalho do professor nunca acaba, é um eterno processo de refazer-se, de buscas e principalmente de encontros.



Você deve ter percebido que ao longo deste subtópico diluimos algumas sugestões do uso de obras de arte (quadro do pintor holandês Veermer), letras de música (Gilberto Gil) e uso do cinema em sala (The Corporation). Faça bom proveito em seus Planos de Aula!

5.1 ESTUDO DO MEIO E A FORMAÇÃO DO OLHAR INVESTIGATIVO

Para abrir a reflexão sobre a importância de uma prática de ensino utilizada desde o final do século XIX pelas escolas anarquistas, escolhemos trechos do conto “Fugados”, do escritor cubano José Lezama Lima (1910-1976) reescritos por Godoy (2007, p. 121-138):

Assim, Luiz e Armando iam, cada qual por seu caminho para a escola. O aspecto do colégio era indissociável do que se passava dentro deles. As vozes dos professores recobriam o colégio como uma crosta sem brilho que as ideias, assim como o olhar, não conseguiam atravessar. Os dois meninos encontraram-se em frente ao colégio, olharam-se e, na volúpia do olhar, o colégio se desvaneceu. Armando, o menino mais velho, disse: “Não vamos entrar, pois no quebra-mar as ondas estão furiosas, quero vê-las”. Luiz, o mais jovem, inebriado pela palavra do outro, disse: “Vamos”. [...] Ali diante do quebra-mar, Luiz compreendia o espaço maravilhoso que Armando ocupava, espaço rítmico da mão que arrumava os cachos de cabelo, das gotas que caíam na terra e a faziam gritar, dos papéis que iam e vinham nas ondas do mar. A paisagem estreava uma aparência diversa diante do estilo ou da maneira diversa dos olhares.

Diante deste trecho, reconhecemos elementos que nos instigam a pensar no estudo do meio como uma ferramenta interdisciplinar, e para além de uma metodologia de ensino nos faz refletir naquilo que se encontra fora da escola, que atravessam suas paredes e as vozes dos professores: a experiência do olhar e do corpo que ocupa outros espaços a não ser aquele dedicado exclusivamente à docilidade do corpo escolar. De acordo com Godoy (2007), os meninos de Lezama Lima não se colocam contra a escola, mas sim na descoberta que pode existir entre os caminhos da casa à escola, pois “ao longo do caminho, os meninos dobram esquinas desnecessárias, criam zonas de lentidão nos portões, inventam mundo”. (GODOY, 2007, p. 127).

É justamente sobre essa descoberta ou essa invenção de mundo que o estudo do meio diz respeito. Segundo Pontuschka (2009, p.173), “o processo de descoberta diante de um meio qualquer, seja urbano, seja rural, pode aguçar a reflexão do aluno para produzir conhecimentos que não estão nos livros didáticos”. Esse meio pode ser também o bairro, a rua, o quarteirão da escola fazendo com que os mesmos possam redescobrir o seu espaço cotidiano, levando-os a perceberem características ou formas antes não observadas.

Para que o estudo do meio possa ser utilizado plenamente e tenha contemplada a riqueza do processo investigativo, Pontuschka (2009) marca os seguintes momentos para o projeto: a) a pesquisa do professor sobre a escolha do lugar; b) visita preliminar e a opção pelo percurso; c) o planejamento e d) a elaboração do caderno de campo que se tornará a fonte de pesquisa dos alunos após a saída de campo.

A saída de campo é uma das etapas mais importantes, mas o estudo do meio não é simplesmente deslocar o aluno de um lugar a outro. Essa metodologia necessita de um planejamento anterior em sala de aula com a definição do objeto principal de estudo; o levantamento de questões sobre o mesmo e a pesquisa preliminar em sala com os alunos; escolha de ferramentas de pesquisa auxiliares para coleta de dados (como entrevistas, fotografias, uso de mapas). Outra etapa muito importante está na volta à sala de aula para trabalhar com as percepções e informações coletadas no campo. Lembrando que o professor deverá visitar o lugar antes de levar a turma, observar questões de segurança, transporte e

alimentação. O ideal é que uma saída de campo possa contar com a ajuda de outros profissionais da escola, bem como de outros professores de disciplinas que possam contribuir para o conhecimento do objeto que será estudado. (PONTUSCHKA, 2009).

Cabe ressaltar que o estudo do meio é balizado principalmente pelo diálogo, observação e interação com as pessoas dos lugares visitados. Neste caso a entrevista é uma boa ferramenta, tanto por dizer a respeito das lembranças e da relação das pessoas com seus espaços, como pela possibilidade de aproximação do objeto de análise pelo olhar do outro. Porém a conversa informal, o bate-papo também dá abertura para essas possibilidades de apreensão de determinada realidade. Para as entrevistas é necessário que se prepare com os alunos um roteiro de questões, que se tenha um gravador para facilitar a transcrição posterior dos principais pontos da entrevista. Um exemplo disso é entrevistar moradores antigos do bairro onde a escola está localizada para saber sobre os processos de transformação do mesmo ao longo dos anos, o que foi modificado, aquilo que permanece, quais os resquícios arquitetônicos que denunciam a passagem do tempo etc.

A observação é um momento subjetivo que não passa apenas pelos olhos, contempla outros sentidos do corpo, pois os cheiros, sons e sensações que temos com o lugar completam nossa capacidade de experimentar o espaço. Nesse caso, a observação e o registro no caderno de campo funcionarão como uma “extensão da memória” dos alunos desses instantes imersos na descoberta do lugar escolhido.

O estudo do meio não se encerra com a saída de campo, e o retorno à sala após a saída marca um momento importante do processo: a análise e sistematização dos dados coletados e a produção final. Para pensar o que esses dados revelaram sobre o objeto, ou seja, viabilizar o processo cognitivo é preciso que o material seja analisado também a partir da perspectiva afetiva. (PONTUSCHKA, 2009). Consideramos que as relações afetivas e emotivas desenvolvidas com o espaço são de extrema relevância para a construção do conhecimento geográfico. O professor com os alunos escolherá a melhor forma de sistematizar as informações e os olhares dos alunos com vistas à produção final do processo investigativo. Essa produção criativa poder ser uma exposição de fotografias nos corredores da escola, a produção de um painel, a construção de um texto coletivo com imagens, enfim alguma forma de gerar nos alunos a sensação de trabalho cumprido. Lembrando que as orientações sobre a coleta de informações, o direcionamento dos olhares e da percepção devem integrar no roteiro e nas problematizações, tanto questões de aspectos físicos como humanos sobre espaço geográfico a ser investigado. Nesse sentido, consideramos o estudo do meio como uma metodologia que permite ao aluno analisar o espaço geográfico na sua totalidade.



Escreva um Plano de Aula para o 6º ano do Ensino Fundamental que contenha justificativa, objetivos de aprendizagem, metodologia e avaliação a partir do tema "o bairro em que vivo". A partir de uma problematização que envolva o bairro onde as crianças moram, planeje um estudo do meio contando com a saída a campo pelo local, identificando aspectos históricos, físicos, humanos, econômicos, vias de circulação, comércio etc. Lembre-se de que este é um bom momento para trabalhar o tema meio ambiente, relacionando as questões ambientais e o crescimento urbano; ambiente natural e ambiente construído; conceito de cidade; meio urbano e rural, entre outros. Bom trabalho!

5.2 AS IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA: FOTOGRAFIAS, CINEMA E TELEVISÃO PARA PENSAR A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A formação do pensamento geográfico sempre esteve associada à utilização das imagens como sinônima de extensão da memória para facilitar um processo de apreensão do espaço geográfico. Os mapas durante muito tempo mantiveram a privilegiada soberania para traduzir o que era a Geografia e a quem servia. Dos mapas feitos à mão, da cartografia convencional, chegamos hoje à cartografia digital através das imagens de satélite e programas de computador atuando na produção de uma versão mais "verídica" dessa ferramenta. Como no caso, a popularização do uso de GPS (Global Position System) no cotidiano aproxima as pessoas de uma ferramenta antes destinada a especialistas.

A partir da introdução dos estudos críticos como Geografia Cultural e Humanística, das possibilidades de pesquisa e uso de ferramentas de busca digitais, a utilização das imagens passa a ser uma constante nas aulas de Geografia. Tanto no uso do processo de alfabetização cartográfica, como para se trabalhar conceitos, principalmente pelo uso do livro didático (figuras 10 e 11), as imagens são tomadas no ensino de Geografia como facilitadoras de um processo de aprendizagem, como ilustração ou ferramenta auxiliar dos planos de aula. Lembrando que quando falamos de imagens estamos nos referindo às fotografias, mapas, histórias em quadrinho, filmes, a televisão e as ilustrações trazidas pelos livros didáticos. Estaremos aqui optando em apresentar o uso do cinema, fotografias e televisão nas aulas de Geografia.

De acordo com Bittencourt (2009, p. 362):

Recentemente têm-se ampliado as investigações sobre cinema, fotografia e televisão – as imagens tecnológicas –, e percebe-se uma preocupação com métodos de análise dessas linguagens específicas criadas pela indústria cultural. Muitos trabalhos iniciais inspirados na linha de pesquisa da Escola de Frankfurt fundamentam-se no conceito de indústria cultural de Theodor Adorno, por intermédio do

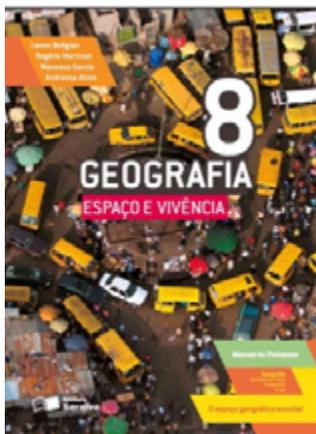
qual analisavam a produção das imagens no contexto do capitalismo e da criação de mercadorias e formas de consumo manipuladoras e ideológicas. As imagens tecnológicas eram entendidas na dimensão de uma socialização geradora de massificação.

Nesse sentido, quando vinculamos as escolhas de estratégias para o ensino de Geografia à utilização de imagens é preciso saber como utilizá-las, escolher os meios de análise, decodificar os elementos da composição, pois o problema central do uso das imagens em sala de aula, segundo Bittencourt (2009), é o tratamento metodológico que o professor dará a elas. As questões que são propostas em sala de aula possibilitam que as imagens além de um recurso didático como ilustração, contribuam para a criação de um pensamento sobre os processos de produção do espaço. Uma vez que vivemos numa sociedade imagética, capitalista, e mediada pela criação da necessidade de consumo, torna-se central que os alunos saibam ler os processos desiguais e perversos de formação desse espaço, e não apenas aceitar o poder de verdades que as imagens carregam como algo pronto, acabado e inquestionável sobre o espaço, pois, se a Geografia é uma ciência visual em sua essência, é a partir da apreensão das imagens que formamos nossas memórias geográficas com os conceitos e categorias dessa ciência.

Como essas imagens nos educam? O quanto de realidade ou veracidade dos fenômenos elas nos apresentam? Até que ponto é proporcionado aos nossos alunos a criação de uma leitura crítica dessas imagens? Qual a relação entre as imagens e a produção das “verdades” do mundo? São questionamentos que devemos manter como constante em nossas pesquisas para as aulas de Geografia, pois nunca estivemos tão imersos num mundo digital e instantâneo (internet, revistas, *outdoors*, máquinas digitais, celulares com câmeras etc.) e nunca tivemos tão pouco tempo para processar as imagens e entendê-las como produtoras de realidades e de verdades sobre as coisas.

Nesse sentido, convidamos você a conhecer uma proposta de análise de imagens a partir de duas capas de livros didáticos (figuras a seguir) escolhidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para exercitar uma das possibilidades de trabalho com imagens em sala de aula. As imagens utilizadas podem introduzir o seguinte tema: “o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido: diferenças e aproximações”. De acordo com Bittencourt (2009, p. 386), podemos exercitar o uso das imagens da seguinte forma: a) Análise interna de conteúdo e forma: descrição da cena; dos elementos mais significativos; identificação entre técnicas de produção das imagens; identificação do momento em que as fotos foram feitas; b) Análise externa: identificação da autoria das imagens; ano em que foram feitas.

FIGURA 10 – CAPA DE LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA PARA O 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

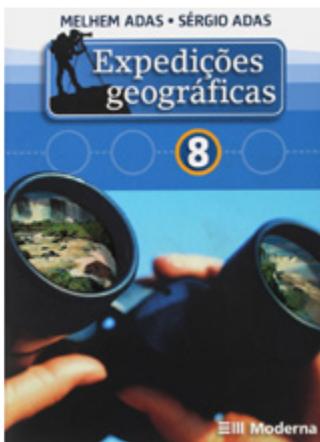


FONTE: Disponível em: <<https://livraria.folha.com.br/livros/livros-didaticos/geografia-espaco-vivencia-8-ano-ensino-fundamental-1350484.html>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Num segundo momento, após essas etapas feitas separadamente, podemos comparar as fotos e verificar o que possuem em comum e o que as diferenciam (cores, ângulos, elementos etc.) e questionar com os alunos até que ponto todos os países subdesenvolvidos possuem aquelas características da figura, como trânsito caótico, esgoto correndo pela rua, multidão, carros antigos, prédios desbotados ou velhos. Na mesma medida podemos questionar por que na maioria das vezes quando nos apresentam imagens dos países desenvolvidos, como na Figura 11 temos prédios com *design* arrojados, linhas retilíneas, ruas limpas, reflexos vítreos, ângulos privilegiados?

A resposta encontra-se na intencionalidade de quem as escolhe e como as produz para nos dizer de um mundo dividido em duas categorias de países: os já desenvolvidos e os atrasados que devem acompanhar um modelo único de desenvolvimento.

FIGURA 11 – CAPA DE LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA PARA O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL



FONTE: Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/main.jsp?lumPageld=4028818B2E24D324012E-3469E60A34AF&itemId=8A7A83CB326D10C60132884022A86AE7>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Talvez, mais importante do que dinamizar uma aula a partir da escolha de um filme, ou pelo trabalho com fotografias torna-se necessário, antes, estarmos preparados para desconfiar dessas verdades e realidades produzidas por essas linguagens. Porém cabe aqui mais um questionamento, afinal o que tem de tão verdadeiro na escolha de um ângulo, de um olhar de um diretor de cinema ou de um fotógrafo?



Caro(a) acadêmico(a)! Procure na internet e leia com atenção o seguinte texto "Fotografias, geografias e escola", do professor e pesquisador na UNICAMP, Wenceslao Machado de Oliveira Júnior, publicado nos Anais do 17º Congresso de Leitura da UNICAMP (COLE), 2009. O texto encontra-se disponível em: <http://alb.com.br/arquivo_morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem05/COLE_1364.pdf>.

5.2.1 Cinema, televisão e a formação de uma memória geográfica

Sabe-se que o acesso ao cinema e à televisão ampliou um repertório cultural no cotidiano da maior parte da população brasileira. Assim como ocorreu um aperfeiçoamento dos instrumentos de captação das imagens fotográficas, desde seu surgimento em fins do século XIX, o aperfeiçoamento das técnicas nas linguagens cinematográficas e televisivas foi responsável não somente por tal ampliação, mas a ponto de tornar essas imagens ficcionais sinônimos de realidade. Porém existem algumas diferenças entre as cenas que os filmes apresentam sobre determinado espaço, lugar ou fenômeno social e as cenas dos programas exibidos nos meios de comunicação de massa. Enquanto no primeiro podemos nas aulas trabalhar as geografias possíveis, e também a estética artística integrada às análises fílmicas (as cenas são mais demoradas, os diálogos, a trilha sonora, o *set* de locação etc.), no outro caso a televisão e todo o seu aparato (nitidez, desfoco do rosto dos depoentes, gagueiras, o choro, oscilações de volume, sons diversos que invadem a cena) e a aparição dos repórteres *in loco*, presentes muitas vezes nos momentos em que os fatos ocorrem, "amparam ou desamparam a informação em maior ou menor credibilidade nos diversos públicos". (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002, p. 361).

Seguindo na mesma esteira das análises fotográficas, colocamos as seguintes questões: qual a importância das imagens em movimento na formação do imaginário geográfico em sala de aula? Até que ponto os programas de reportagens na televisão subtraem a função do professor de Geografia ao oferecer a "realidade" e a "verdade" através de gráficos, explicações e imagens de grandes conjuntos de paisagens ou modos de vida de algumas sociedades? Estaríamos sobrepondo a verdade da ciência às verdades televisionadas?

Segundo Oliveira Júnior (2002, p. 359), “devemos perguntar aos produtos audiovisuais quais as maneiras que eles utilizam para nos convencer a acreditar em suas narrativas”. Nesse sentido é que a utilização dos filmes e programas de televisão nas aulas de Geografia contribuem com um aporte imagético e ilustrativo de muitas categorias, conceitos e fenômenos geográficos. É necessário que se trabalhe também o caráter ideológico e político vinculado a esses meios e as produções de discursos e a criação das verdades. Afinal, a pergunta principal de acordo com Bittencourt (2009, p. 372) é: “quais métodos de leitura têm sido empregados na análise dessa produção feita para um público diverso e transformada em material didático”?

Atualmente, existem muitas pesquisas e relatos de experiências de como proporcionar uma leitura crítica dos audiovisuais. De forma geral, consideramos necessários que sejam identificados, assim como nas fotografias, aspectos fundamentais para análise do material (BITTENCOURT, 2009): a) os elementos que compõem o conteúdo, roteiro, direção, ano da produção, música, atores; b) contexto social e político da produção; c) e a recepção do público de um modo geral.

Na escola, o professor precisa definir quais os objetivos e as estratégias que utilizará para fazer a “leitura” do filme. Antes da escolha deve-se procurar saber a preferência da turma, a quais filmes já assistiram e adequar a obra para a faixa etária da turma. Não existe um caminho único para a utilização do recurso audiovisual, mas nas práticas em sala de aula pode-se ir além de explorar os conteúdos que são apresentados. Como questionar os alunos porque a maior parte dos filmes a que assistimos é de origem norte-americana, como o Brasil vem ganhando espaço no mercado mundial, e a partir de quais temáticas, como um filme é feito, quanto custa a produção etc. É importante destacar que a utilização do filme pode ser efetivada pela escolha de algumas cenas e/ou situações específicas, pois muitas vezes não é necessário assistir ao filme todo para atingir os objetivos propostos. Lembrando que o filme também é um texto, porém em movimento, mas pode ser recortado e interpretado em pequenos fragmentos, ou seja, é possível desconstruir o filme em pequenos blocos, porque o tempo das aulas é curto e complementar a análise dos conteúdos com uma leitura e pesquisa prévia sobre o que se passará no filme, bem como seus personagens, o lugar onde se passam as cenas etc.

Assim como no estudo do meio sugerimos a produção de um produto final, como uma forma de marcar as principais reflexões e impressões sobre o filme relacionado aos conteúdos e conceitos que poderão ser trabalhados anteriormente ou posteriormente à sessão.



Caro(a) acadêmico(a)! Tome como exemplo de atividade a proposta final realizada com uma turma do 1º ano do Ensino Médio em que o tema era II Guerra Mundial. Foi utilizado o filme alemão **"A queda - as últimas horas de Hitler"**, que se passa em Berlim antes da tomada da cidade pelo exército soviético. Como grande parte do filme mostra os bastidores nos esconderijos de Hitler na cidade, a escrita de cartas dos funcionários do governo para familiares, já conscientes da invasão iminente foi uma marca muito forte na trama. Assim, foi solicitado aos alunos ao final do filme que escrevessem uma carta como se eles estivessem nos *bunkers* alemães vivendo aquele momento decisivo para a II Guerra Mundial, analisando os principais momentos da II Guerra e as principais consequências após a invasão soviética e o fim do nazismo. Faça você também esse exercício com outras obras. Lembre-se de que é muito importante assistir ao filme antes de levá-lo a sala de aula e planejar um roteiro de questões que poderão mediar as reflexões futuras. Bom filme a todos! Ficha técnica: A QUEDA - AS ÚLTIMAS HORAS DE HITLER. Direção: Oliver Hirschbiege. Alemanha, 2004.156 minutos. DVD.

LEITURA COMPLEMENTAR

MAPAS DESEJANTES: UMA AGENDA PARA A CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA

Gisele Girardi
 Professora do Departamento de Geografia
 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Introdução

Mapa é imagem. Tangível, virtual ou mental evoca, sempre, a imagem de um território. A noção de território aqui é a mais ampla possível, podendo referir-se tanto aos recortes de natureza político-administrativa/jurídica – os territórios da oficialidade, limitados por fronteiras fixas - como ao conjunto de elementos articulados em dimensões culturais e simbólicas - as territorialidades. (COSTA, 2006).

Para a ciência geográfica, o mapa é um objeto-símbolo. Seu modo específico de imagear as feições da superfície terrestre, sejam as naturais sejam as transformadas pela ação humana, compôs, de início, o arcabouço de conhecimentos e de condições materiais para a existência da Geografia como campo de conhecimento científico. (MORAES, 1997). Atua, para esta ciência, como um mito fundador, não sendo incomum que se recorra à etimologia *geo+graphein* (terra+desenho, desenho da terra, logo, mapa) para justificar a força desse objeto na produção científica em Geografia. Podemos dizer que o estatuto imagético dos mapas, seu poder de fixação documental dos atributos de um pedaço de mundo do qual a Geografia fala, transforma-o em legitimador do fazer geográfico, transferindo

sua força de símbolo também para o ensino de Geografia. [...] Concordamos com Harley quando atribui aos mapas a função de um registro gráfico que "facilita a compreensão espacial de objetos, conceitos, condições, processos e fatos do mundo humano". (HARLEY, 1991, p. 7). Essa matriz de pensamento acerca do mapa é que nos habilita a pensar nos significados desse objeto-imagem na construção de conhecimentos geográficos para além do campo formal de atuação da ciência geográfica - seu ensino, sua pesquisa, sua aplicação - e a buscar potencialidades dialógicas entre esses campos. [...] Tomando emprestados seus termos, dizemos que a geografia real deseja mapas e é desejada por eles, ao passo que na geografia teórica se escancara a crise da relação Geografia-Cartografia, que tem sido estudada por vários pesquisadores em vários de seus aspectos. Assim, arrisco-me, como provocação, a analisar esses mapas da geografia real por meio do desejo: o desejo do cartógrafo, o desejo do usuário e as possibilidades de o mapa, ele mesmo, ser um objeto desejante, contaminado pelos dois últimos, mas, principalmente, contaminado pelo jogo de relações sociais.

Para conduzir as reflexões que pretendo desenvolver neste texto, trago cenas de situações vividas, nas quais mapas estiveram presentes. Apesar de mapas serem o ponto de convergência da minha atuação profissional - como docente, pesquisadora, autora - estas cenas extrapolam o ambiente do estritamente profissional e foram escolhidas justamente porque trazem algo de generalizável, permitindo reflexões sobre mapas em dimensões diversas da vida social. [...]

Cena 2. O mapa e o GPS do taxista de São Caetano do Sul

Tendo que me deslocar do centro da cidade de São Caetano do Sul até a casa onde me hospedara, tomei um táxi. Era uma distância de não mais que três quilômetros, que habitualmente eu cumpria a pé, mas, naquele momento, circunstâncias particulares me impediam de fazê-lo. Ao entrar no táxi, perguntei se o motorista conhecia a avenida à qual me destinava. Pergunta protocolar, pois não só a avenida era bastante conhecida no local como, no ponto onde estávamos qualquer caminho desembocaria nela. Também, protocolarmente, ele me respondeu que conhecia. Mesmo assim, ligou seu GPS de bordo, digitou o nome da avenida e, a todo tempo, olhava para o dinâmico mapa que o aparelho ia mostrando. Pensei em algumas hipóteses acerca do comportamento do taxista: queria ele mostrar que seu veículo era *hi-tech* e assim conquistar a clientela? Seria ele novo no ponto e teria dúvidas acerca do trajeto? De onde, afinal, teria surgido essa necessidade do uso do GPS para aquele breve trajeto? Ao final da corrida, que não durou mais que dez minutos, perguntei-lhe por que tinha ligado o GPS se sabia o trajeto. Singelamente me respondeu que realmente ele não teria a necessidade de ter ligado o aparelho para aquela viagem, mas os clientes normalmente sentiam-se mais seguros em relação ao trabalho do motorista quando o aparelho estava ligado, ou seja, não desconfiavam de que o motorista estivesse aumentando o trajeto ou desviando do caminho: o mapa servia para mostrar o caminho e também para provar que o motorista era honesto.

[...]

Cena 4. Mapa de atlas, numa escola do interior de Minas Gerais

Certa vez, em um evento, veio falar comigo a professora de uma escola do interior de Minas Gerais, que se identificou como usuária de um material didático que eu havia co-autorado, mas que não sabia o que fazer, quando os alunos perguntavam por que a cidade em que eles moravam não estava no mapa. Pedi-lhe para explicar às crianças que o mapa da Região Sudeste, que eles consultavam, precisou ser muito reduzido para caber naquela folha de papel, na página do Atlas; que por isso nós tivemos de fazer uma seleção, pois não caberia tudo; e usamos alguns critérios para selecionar as cidades que entrariam no mapa, como tamanho da população, existência de patrimônios históricos e outros. E também lhe pedi para dizer às crianças que era para marcarem com uma caneta e com uma letra bem caprichada a cidade deles no mapa. De imediato, a professora falou: "não podemos fazer isso, os exemplares são da biblioteca e a diretora nos mataria!" [...] O que essas cenas trazem como reflexão sobre os mapas na vida social? Que poderes têm essas imagens na compreensão do mundo, por pessoas ou grupos sociais tão distintos?

[...]

O mapa do GPS de navegação do taxista deixa aflorar, na sua persistência, a transferência de valores humanos presentes nas relações sociais para alguma coisa que esteja fora dela. A tecnologia avaliza a honestidade do taxista, uma vez que esta última foi perdida ao longo da história dos táxis e taxistas nas grandes cidades brasileiras. Aprendemos a desconfiar das palavras dos taxistas e de seus itinerários e então alguns taxistas recorrem ao mapa como garantia. [...] É claro que as geotecnologias têm seu papel na otimização dos deslocamentos. A logística é o principal motor de seu desenvolvimento porque transmuta o território em componente da produção.

Assim, o GPS em táxis cumpre seu papel de apontar o melhor caminho (leia-se, o mais rápido) dentro do paradigma da compressão espaço-tempo na metrópole. Também aqui há uma transferência: a da mediação das relações sociais. Não há história, não há a vivência/experiência da paisagem e dos problemas da metrópole. A tecnologia baliza o possível. Entre o ponto de partida e o ponto de chegada, dois fragmentos, há mais o tempo que o espaço. A duração do trajeto, que está no próprio trajeto em seus desdobramentos de tráfego, no desenho urbano, é inquestionável, porque ancorada num poder maior que é o da informação, materializada nos aparelhos tecnológicos. Sem dúvida, um instrumento útil.

[...]

Ao questionar a ausência da sua cidade no mapa, alunos e professora apontam o fato de os critérios técnicos serem também critérios políticos. [...] Marcar e escrever o nome da cidade no mapa seria mesmo um dano ao patrimônio público? Seria esse o limite entre o "consumível" e o não "consumível", escrito nos materiais didáticos presentes nas escolas? Consumível é aquele material em que

podemos grafar nosso lugar no planeta e é também aquele material que pode ser jogado fora ao final de cada ano. E o não consumível é aquilo que deve permanecer intocado para sempre, como um "documento", sem outras marcas de importância que não as autorizadas por aqueles que tiveram o poder de imprimi-los. Que autonomia se pode ter para reescrever um "documento"? Lembra-me isso a cena do filme "Sociedade dos poetas mortos" em que o professor instrui seus alunos a arrancarem páginas do livro que não lhes fariam sentidos dentro daquele modo de se relacionar com a produção literária. Neste caso, grafar no mapa a cidade ausente seria dar mais sentido, maior importância, intensidade, àquilo que era somente um documento de acervo.

[...]

Tivemos, neste texto, a intenção de tentar inverter o olhar, já sedimentado de produção geográfica sobre imagens cartográficas, que se pauta nas palavras-chave comunicação, técnica/tecnologia, representação do território. O deslocamento para os sentidos que o mapa ganha quando se autonomiza e circula faz emergir uma produção de pensamento sobre o espaço e, em muitas situações, apagamentos. Apagamentos de partes da geografia real, de dimensões de vidas em produção e em relação. Como afirmam Crampton e Krygier (2006, p. 15): "Mapas são ativos: eles constroem conhecimento ativamente, eles exercitam poder e eles podem ser meios poderosos de promoção de mudanças sociais". Resta entender de que natureza são essas mudanças. Neste artigo pretendemos dar visibilidade ao fato de que a imagem cartográfica disseminada e entranhada na vida social produz mundos e capturam-nos para eles. São desejantes neste sentido. Esta questão é pauta de primeira ordem para a Cartografia Geográfica, para o entendimento do significado e do sentido da Cartografia na Geografia e em seu ensino.

FONTE: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n3/v20n3a10.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2011.



Sítios sugeridos:

- <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/handle/mec/39>>.
- <<http://tvescola.mec.gov.br>>.
- <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>>.
- <http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/atlas.php>.
- <<http://teen.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar/index.shtml>>.
- <<http://www.revistaedugeo.com.br>>.
- <<http://www.labtate.ufsc.br>>.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você viu que:

- O ensino de Geografia passou do enciclopedismo à criação do olhar crítico na atualidade.
- O ensino de Geografia no país aparece desde os tempos do império diluído em textos auxiliares de outras disciplinas.
- O grande desafio do ensino de Geografia contemporâneo é romper com a fragmentação e hierarquização do conhecimento para compreendermos o caráter mutável e dinâmico do mundo em que vivemos de forma integrada na sua totalidade.
- A utilização de algumas linguagens no ensino de Geografia como processo criativo, sem perder de vista as possibilidades de criar uma produção de conhecimentos geográficos a partir delas.
- O estudo do meio, fotografias, televisão e cinema no ensino de Geografia.

AUTOATIVIDADE



- 1 Faça uma linha do tempo identificando os diferentes períodos e as contribuições das tendências das correntes da Geografia para o ensino no Brasil.
- 2 Registre no seu caderno lembranças das aulas de Geografia na escola. Você fez algum estudo do meio? Realizou saídas de campo? Quais as ferramentas metodológicas que seus professores utilizavam? Descreva a aula que mais marcou o seu aprendizado, relacionando-o aos diferentes períodos do ensino de Geografia.
- 3 Escolha um filme a partir do tema Globalização, assista a ele e faça um roteiro de atividades para uma turma do Ensino Médio.

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO: DINÂMICAS E CONCEITOS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Nessa unidade vamos:

- problematizar a respeito das dinâmicas da população mundial e brasileira;
- perceber a relação entre os processos de deslocamento da população e suas implicações espaciais;
- reconhecer diferentes indicadores sociais e associá-los à realidade de cada região do globo.

PLANO DE ESTUDOS

Esta Unidade está organizada em três tópicos. No final de cada um deles, você encontrará atividades que o(a) auxiliarão na melhor compreensão dos assuntos estudados.

TÓPICO 1 – DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA

TÓPICO 2 – DISTRIBUIÇÃO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

TÓPICO 3 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

DEMOGRAFIA DA POPULAÇÃO MUNDIAL E BRASILEIRA

1 INTRODUÇÃO

A Demografia é a ciência que se ocupa dos estudos da dinâmica populacional humana. A Geografia se utiliza das pesquisas demográficas, uma vez que, a dinâmica da população envolve o espaço geográfico.

Conforme afirmamos na Unidade 1, as pesquisas geográficas devem se debruçar sobre os arranjos espaciais, a ordem espacial do mundo, a lógica de distribuição e coerência das coisas. A compreensão da dinâmica populacional envolve diretamente a questão espacial, por isso, a Geografia também se ocupa dessa dinâmica.

Destacamos também que nenhuma sociedade é a-espacial. (SANTOS, 2008). A sociedade se desenvolve e organiza no espaço e, o espaço é dinâmico e assume determinadas características por conta das mudanças na sociedade. O estudo da dinâmica populacional é primordial à Geografia, por isso vamos buscar, na Demografia, elementos para pensarmos a relação espaço e sociedade e vice-versa.

Os estudos demográficos permitem à ciência geográfica um melhor planejamento do espaço. A partir deles é possível planejar políticas públicas que envolvem a população como saúde, educação, cultura, mobilidade, entre outras coisas.

2 A DINÂMICA POPULACIONAL

A dinâmica populacional interfere diretamente na questão da organização espacial. Ao ocupar determinado espaço, as pessoas o modificam segundo suas necessidades e interesses. Para analisar a dinâmica da população é necessário considerarmos uma série de fatores, como: o seu tamanho e o de seu crescimento, a estrutura por sexo e idade, a distribuição e a mobilidade.

Para dar início às nossas discussões sobre a dinâmica da população mundial, tomamos como ponto de partida, a Revolução Industrial. A partir desse contexto, observaram-se mudanças significativas no comportamento da população mundial.

As transformações ocorridas nos países que participaram da 1ª Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, deram origem a uma das teorias demográficas mais conhecidas quando da discussão do crescimento populacional.



A teoria à qual nos referimos acima é a publicada em 1798 pelo economista britânico, Thomas Robert Malthus. A teoria malthusiana defendia que a miséria era consequência inevitável do crescimento populacional, já que se, não houvesse guerras, nem epidemias ou desastres naturais, a população crescería numa proporção geométrica, ou seja, bem maior do que a produção de alimentos. Para complementar seus estudos, pesquise sobre essa teoria e tire suas conclusões a respeito da validade da mesma para pensarmos essa questão na atualidade.

Antes da Revolução Industrial, o crescimento populacional é considerado lento, já que durante uma longa fase da história, as taxas de natalidade e mortalidade eram elevadas. Nessa longa fase da história da humanidade, demorou cerca de dois mil anos para se atingir o primeiro bilhão de habitantes. Além da introdução da tecnologia no processo de produção, alguns avanços tecnológicos também são importantes para entendermos o que se denomina transição demográfica:

a transição demográfica é um fenômeno único na história da humanidade e tão novo quanto o desenvolvimento econômico. A passagem de altos a baixos níveis de fecundidade e mortalidade acontece uma só vez, assim como a passagem de uma sociedade predominantemente agrária e rural para uma sociedade predominantemente urbana e voltada para a produção de bens e serviços. (ALVES, 2002, p. 28).



Transição demográfica é o processo pelo qual as populações passam do estágio de altas taxas de mortalidade e natalidade, para um estágio em que há uma queda nessas taxas.

Do final do século XVIII aos dias atuais, a população mundial passou por grandes transformações e acelerado crescimento. Hoje, observa-se uma tendência diferente por conta das transformações que ocorreram na dinâmica da sociedade. As expectativas de vida aumentaram não só em países desenvolvidos, mas também em países como o Brasil, por exemplo. As transformações demográficas, também denominadas transição demográfica, foram resultantes do desenvolvimento de novas tecnologias e de novos padrões de vida da população. O processo de urbanização nos países europeus acarretou significativas mudanças nesses

padrões de vida. Mesmo diante das péssimas condições de vida observadas nas cidades industriais, ainda no final do século XIX, o aumento da produtividade e, também da oferta de bens necessários à sobrevivência deu início a uma melhora nos padrões de vida.

Além de ter modificado significativamente as relações de trabalho, o encontro entre ciência e tecnologia, proporcionou também uma alteração nas condições de vida da sociedade europeia da época que, passou gradativamente a experimentar avanços na medicina e nas condições sanitárias. Verificamos então a 1ª fase de transição demográfica, onde as taxas de mortalidade começaram a declinar e as taxas de natalidade mantiveram-se altas. Assim, temos um crescimento natural acelerado em países como Estados Unidos, Japão, entre outros. Temos no período da 1ª fase de transição, o fenômeno conhecido como explosão demográfica.



O conceito de explosão demográfica merece, segundo Brito e Carvalho (2005, p. 182), “[...] uma consideração. O seu uso mais frequente procede da década de 1960, quando alguns biólogos americanos ficaram alarmados com o grande crescimento da população dos países mais pobres do mundo, entre eles o Brasil”. Comparava-se na época, o crescimento da população a uma bomba que poderia explodir se o ritmo de crescimento continuasse se acelerando. Assim, a detonação dessa bomba traria consequências graves como a falta de recursos naturais e espaço para suprir as necessidades de um mundo em pleno desenvolvimento econômico pós-guerra. Ainda segundo Brito e Carvalho (2005, p. 182), “[...] essa visão alarmista foi desmentida pela própria história: ela previa para 2000 uma população mundial entre 8 e 9 bilhões, e os dados da ONU mostram que ela ficou em torno de 6 bilhões”.

Já na 2ª fase, temos uma queda nas taxas de natalidade em várias regiões do mundo e na 3ª as taxas de natalidade e mortalidade atingem índices muito baixos, provocando redução no crescimento natural. Países desenvolvidos da América da Norte, Europa e Ásia já experimentaram essa fase.

FIGURA 12 – FASES DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA



FONTE: Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/ult1701u12.jhtm>>. Acesso em: 5 maio 2011.

Esse processo descrito em fases é o que chamamos de evolução demográfica. Observe a imagem a seguir e reflita a respeito do crescimento da população nas diferentes fases descritas anteriormente.

FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL



FONTE: Disponível em: <<http://geocoordenadas8.blogspot.com>>. Acesso em: 5 maio 2011.

Para que você entenda o processo de transição demográfica, é importante compreender o significado de alguns conceitos como **taxa de natalidade**, **taxa de mortalidade**, **crescimento natural ou vegetativo**, **taxa de fecundidade** ou **fertilidade**, **expectativa de vida** e **migração**.



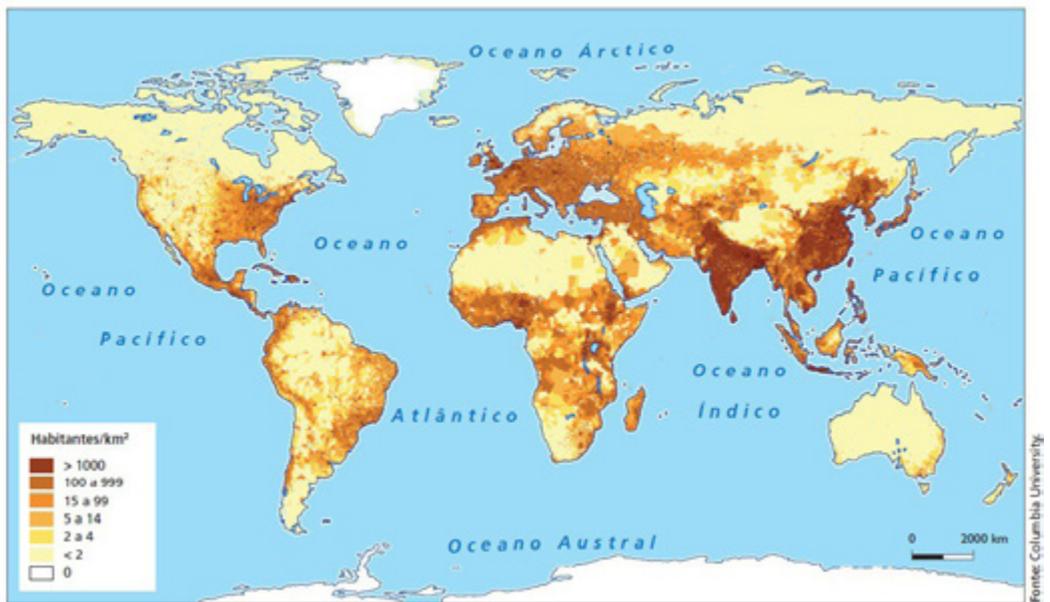
Caro(a) acadêmico(a)! Pesquise na internet ou em livros os significados dos conceitos destacados acima. Certamente você já os conhece! Se necessário anote no seu Caderno de Estudos para que possa acompanhar os estudos adiante!

2.1 A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

De acordo com dados divulgados pelo Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP, 2010), a população mundial chegou ao total de 6.908 bilhões de habitantes. Desse total, cerca de 60% está na Ásia, continente mais populoso do mundo. Atualmente um em cada cinco habitantes do planeta vive na China, que é o país mais populoso do mundo.

Observa-se que a distribuição da população mundial é irregular. Enquanto há grandes aglomerações humanas e espaços densamente ocupados, há também regiões pouco povoadas.

FIGURA 14 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA NO MUNDO

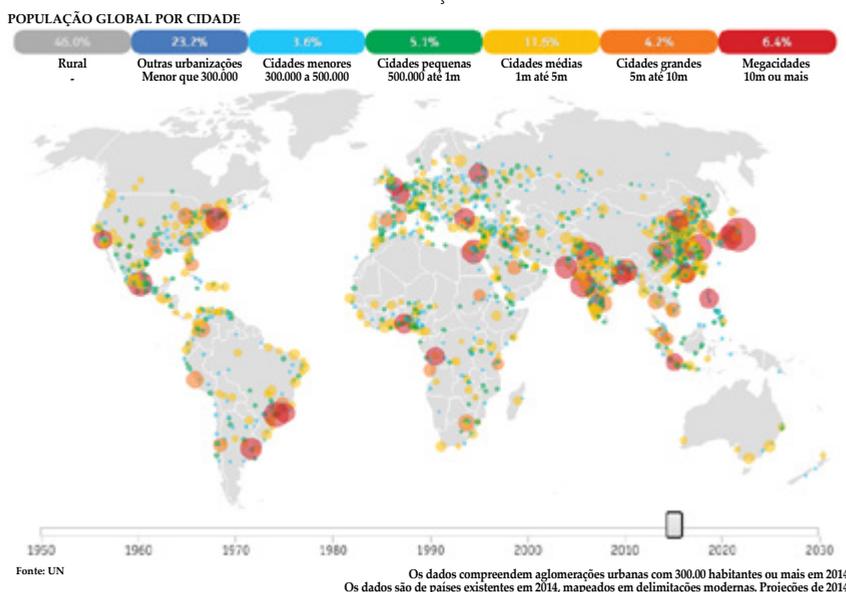


FONTE: Disponível em: <<http://charlezine.com.br/densidade-demografica-mundial/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Atualmente mais da metade da população mundial já vive em cidades, o que aumenta os desafios sociais e ambientais a serem enfrentados. Apesar das cidades ocuparem somente 2% da superfície terrestre, seus habitantes consomem mais de 70% dos recursos naturais do planeta. Os problemas ambientais decorrentes do consumo nas cidades são preocupantes. A produção de resíduos, a poluição atmosférica e da água são questões importantes para pensarmos o espaço urbano hoje.

A produção de resíduos, a poluição atmosférica e da água são questões importantes para pensarmos o espaço urbano hoje.

FIGURA 15 – AGLOMERAÇÕES URBANAS – 2009



FONTE: Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2015/02/17/the-economist-lanca-mapa-interativo-da-urbanizacao/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Em geral, as maiores aglomerações surgiram em decorrência de processos de urbanização. Na Europa, por exemplo, a distribuição da população é bastante irregular, tanto entre os países como no interior de cada um deles. Em algumas áreas, as economicamente mais desenvolvidas, como o vale do Rio Reno na Alemanha e, as metrópoles de Londres e Paris, existem mais de 200 hab./km², enquanto em regiões frias e montanhosas como os Alpes, as densidades demográficas chegam a ser inferiores a 10 hab./km².

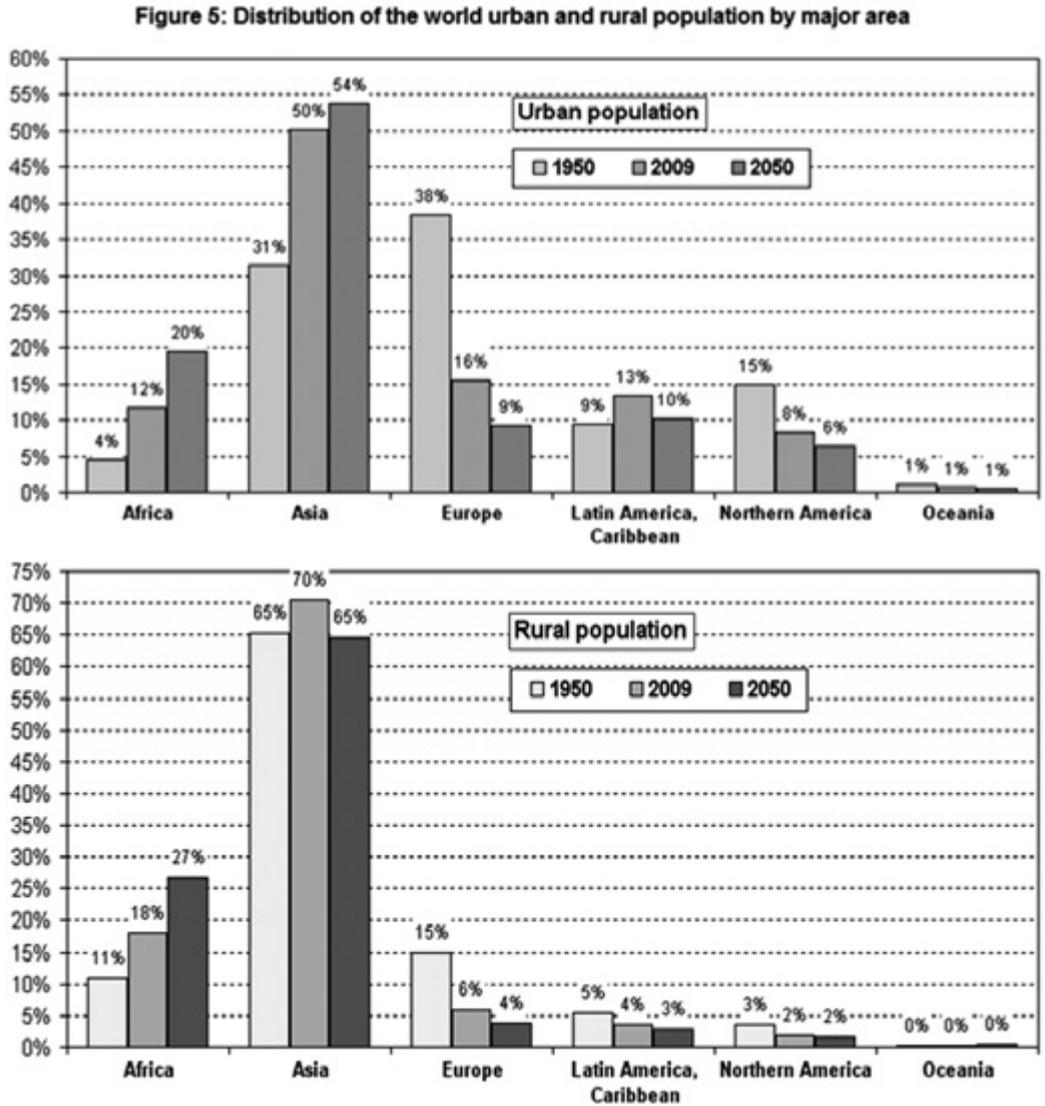
As regiões mais urbanizadas do mundo, atualmente são Estados Unidos e Canadá com 81% de população urbana, América Latina e Caribe com 78% e, Europa e Oceania com aproximadamente 70%. Grande parte da população rural do mundo vive na Ásia e na África, sobretudo na Índia, China, Indonésia e Bangladesh. Observe os mapas e gráficos e reflita a respeito da distribuição da população mundial.

FIGURAS 16 – CIDADE DO MÉXICO, UMA DAS ÁREAS URBANAS DE MAIOR CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL EM TODO O MUNDO



FONTE: Disponíveis em: <<https://www.realestatemarket.com.mx/articulos/mercado-inmobiliario/urbanismo/18355-cinco-decadas-de-acelerado-desarrollo-urbano-en-la-ciudad-de-mexico>> e Google Earth, 2011. Acesso em: 3 out. 2018.

FIGURA 17 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL URBANA E RURAL POR GRANDES REGIÕES



FONTE: Disponíveis em: <http://esa.un.org/unpd/wup/fig_5.htm>. Acesso em: 5 maio 2011.

2.2 TENDÊNCIAS DA POPULAÇÃO MUNDIAL

A principal tendência demográfica na atualidade é a desaceleração do crescimento populacional. Nos países mais desenvolvidos, a população encontra-se estabilizada, pois o número de nascimentos é suficiente apenas para repor o número total de pessoas.

Atualmente, as razões das alterações no crescimento populacional vão além das taxas de natalidade e mortalidade, que é o que chamamos de crescimento natural ou vegetativo. As quedas nas taxas de fertilidade são as principais responsáveis pela queda no índice de crescimento natural da população. Leia um trecho da reportagem divulgada em fevereiro de 2010, pela Revista Carta Capital, traduzida da revista britânica *The Economist*:

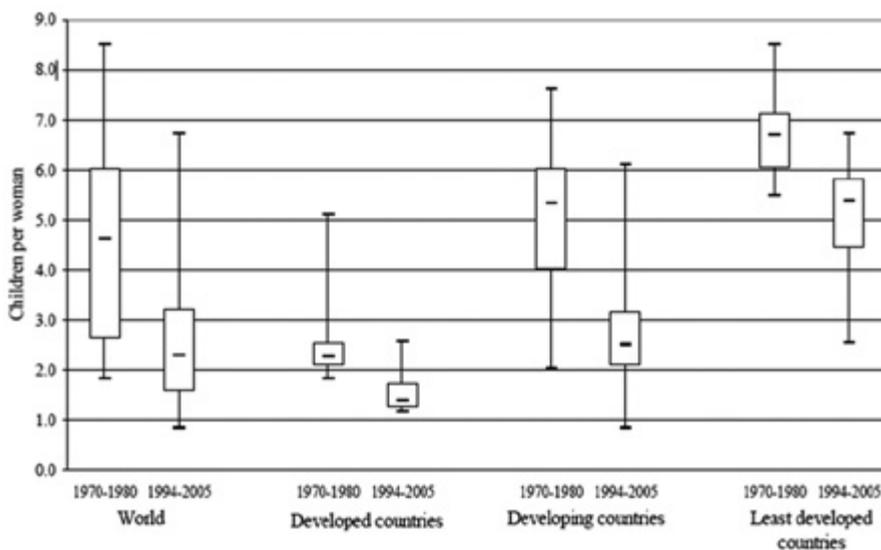
Supondo que a fertilidade caia ao ritmo atual, segundo a ONU, a população mundial aumentará de 6,8 bilhões para 9,2 bilhões em 2050, e nesse ponto se estabilizará. Por trás disso há um surpreendente declínio da fertilidade. Na década de 1970, somente 24 países tinham taxas de fertilidade de 2,1 ou menos, todos eles ricos. Hoje já há mais de 70 países nessa situação, e em todos os continentes, inclusive na África. Entre 1950 e 2000 a taxa de fertilidade médias nos países em desenvolvimento caiu pela metade, de 6 para 3. Durante o mesmo período, a Europa passou do pico do *baby boom* para a profundidade do *baby bust* e, sua fertilidade também caiu quase pela metade, de 2,65 para 1,42 – mas foi um declínio de apenas 1,23 filho.

FONTE: FRANCESCONI, L; SANTOS, R. C. B. População mundial a caminho do empate. *Carta na Escola*. São Paulo, n. 571/572/573/574, p. 16-21, fev. 2010.

A taxa de fertilidade deve ser um indicador importante para avaliarmos as mudanças no perfil da população mundial nas próximas décadas. De acordo com Francesconi e Santos (2010, p. 16) “em breve, metade da população mundial terá apenas dois filhos, entrando na chamada taxa de reposição”. O nível de fertilidade de reposição é 2,1 ou menos e essa queda da taxa de fertilidade apenas em nível de reposição, implicará, ainda segundo Francesconi e Santos (2010, p. 18) “[...] uma das mais radicais mudanças na história da humanidade”. Novos países apresentam tendência para vivenciar esse fenômeno, inclui-se o Brasil juntamente com a Rússia, o Japão, a Indonésia e algumas regiões da Índia.

Dados divulgados pela ONU através do *World Fertility Report 2007* (UNITED NATIONS, 2011) mostraram que 59 países do mundo registraram taxas de fertilidade abaixo dos 2,1, necessários para a reposição da população. Entre as décadas de 1970 e o início do século XXI, a diminuição das taxas de fertilidade foram mais significativas nos países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, as taxas que já eram baixas continuaram caindo. No início do século XXI, só a Albânia tinha taxa de fertilidade superior a 2,1 filhos por mulher e só nos Estados Unidos e na Nova Zelândia as taxas eram superiores a 2 filhos por mulher.

FIGURA 18 – DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE FERTILIDADE, NO MUNDO, POR GRUPOS DE DESENVOLVIMENTO



FONTE: UNITED NATIONS. World Fertility Report, 2007 (2011).

As quedas nas taxas de fertilidade, principalmente após a segunda metade do século XX, estão associadas à urbanização, à entrada da mulher no mercado de trabalho e também a uma disseminação da educação feminina. Soma-se a esses fatores a ampliação do uso de métodos anticoncepcionais. A porcentagem de mulheres que usam anticoncepcionais na América Latina e na Ásia é quatro vezes maior do que na África. Um estudo de 2002 divulgou que muitas mulheres africanas dizem querer usar anticoncepcionais, mas não podem comprá-los. Essa queda nas taxas de fertilidade tem implicações na estrutura e na vida familiar, mudando o cotidiano das pessoas e também provocando mudanças em relação às políticas públicas dos países.

A estabilização no crescimento populacional traz algumas implicações sociais e econômicas. A queda nas taxas de fertilidade pode significar também um decréscimo populacional se caírem para menos que 2,1, o que pode acarretar problemas a determinados países. Muitos países europeus e asiáticos já passam por essa realidade. A falta de mão de obra e a ampliação dos gastos com saúde pública e previdência social são os principais problemas que esses países passarão a enfrentar.

Isso porque, principalmente nos países desenvolvidos, a melhoria nos padrões de vida da população fez com que, nas últimas cinco décadas, a expectativa de vida se elevasse em 20 anos em média. Verifica-se então outra tendência da população mundial, o envelhecimento, o aumento na proporção de idosos na estrutura etária dos países.

Em fevereiro de 2009, o presidente do Parlamento Europeu, o espanhol Josep Borrell afirmou que a Europa vive uma grave situação de envelhecimento

demográfico. Em setembro de 2010, acompanhamos os protestos na França por causa do projeto de reforma da previdência. Para evitar um rombo na previdência, o projeto prevê passar de 60 para 62 anos, a idade mínima para aposentadoria. A França é hoje um dos países da Europa com idade mínima mais baixa para aposentadoria.

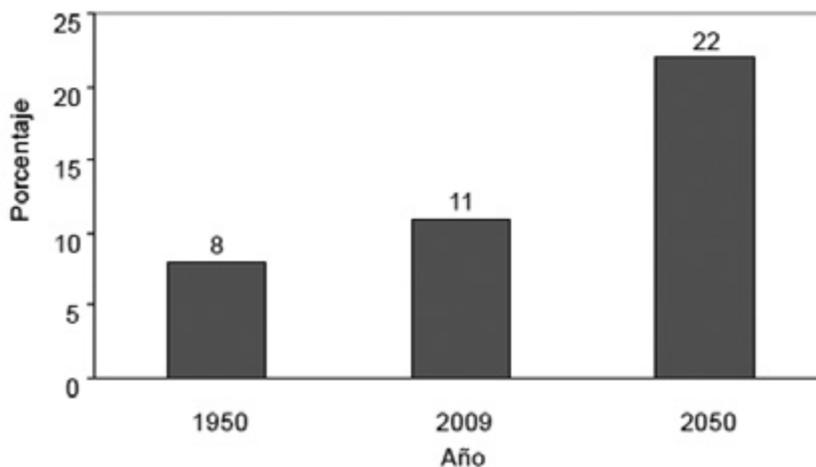
A diminuição na PEA – População Economicamente Ativa – nos países europeus acaba gerando demanda por mão de obra estrangeira, estimulando o fluxo de migrantes.



Caro(a) acadêmico(a)! Os fluxos migratórios serão assunto do próximo tópico! Continue concentrado nos estudos!

Observe no gráfico a seguir o aumento na porcentagem de idosos no mundo desde 1950.

FIGURA 19 – PORCENTAGEM DE PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS NO MUNDO, 1950-2050



FONTE: Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/publications/WPA2009/WPA2009-report.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2011.

A China já começou a sofrer com o envelhecimento da população. Segundo matéria divulgada, esse ano, pelo jornal Folha de São Paulo, a falta de mão de obra já afeta a economia chinesa. A mudança demográfica no país terá grande impacto na economia através do aumento de salários. A proporção de idosos na China soma 13,3% da população. Ao mesmo tempo em que há um crescimento na proporção de idosos, diminui a proporção de jovens de

até 14 anos. A redução no crescimento da população e a falta de trabalhadores rurais migrantes já começam a preocupar o país, que vem ocupando posição de destaque no cenário econômico mundial.

Outros países asiáticos como Japão e Coreia do Sul também enfrentam esse problema. Segundo estudo elaborado pela The Economist, traduzido e publicado pela Carta Capital (fevereiro de 2010), a população chinesa é provavelmente 300 a 400 milhões menor hoje do que teria sido sem a política do filho único, adotada desde a década de 1970.

FIGURA 20 – EM 2010, A POLÍTICA DO FILHO ÚNICO DA CHINA COMPLETOU 30 ANOS



FONTE: Disponível em: <<http://www.omossoroense.com.br/fim-da-politica-do-filho-unico-e-ineficaz-e-faz-china-cogitar-liberacao-total/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

O aumento da população urbana nos países mais pobres é considerado pela UNFPA, parte de uma segunda transição demográfica e econômica, muito mais veloz e de maior magnitude do que a primeira, que aconteceu na Europa e na América do Norte, nos séculos XVIII e XIX.

A partir da segunda metade do século XX, os países que hoje, são classificados como “em desenvolvimento” iniciaram seus processos de industrialização e, hoje já são predominantemente urbanos, como é o caso do Brasil. Verificam-se nessas regiões uma rápida queda nas taxas de mortalidade e, também nas taxas de fertilidade. A velocidade e a escala de urbanização verificadas nessa segunda transição demográfica suscitam problemas inéditos para esses países mais pobres, como: habitação, energia, água, transporte, áreas de produção industrial e agrícola, enfim, as cidades não estavam preparadas para esse crescimento urbano verificado nas últimas décadas.

Dados divulgados pela UNFPA, através do documento **Estado da População Mundial 2007**, mostram que até 2030, países em desenvolvimento na Ásia e África abrigarão aproximadamente 80% da população urbana mundial. Sete de cada dez habitantes do mundo viverão na África e Ásia.

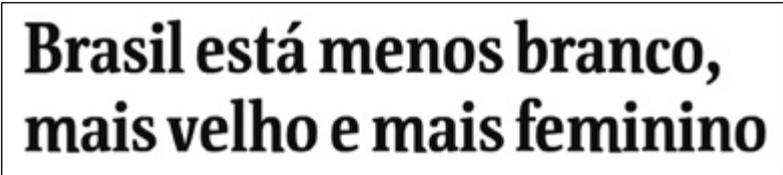
É necessário refletirmos sobre essas mudanças na dinâmica da população mundial em meio ao processo de globalização, uma vez que esse processo agrava e produz a exclusão de grande parte da população mundial.

3 A POPULAÇÃO BRASILEIRA

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, realizou mais um Censo Demográfico. De acordo com o IBGE (2010), “os censos demográficos produzem informações que permitem conhecer a distribuição territorial e as principais características das pessoas e dos domicílios, acompanhar sua evolução e planejar adequadamente o uso sustentável dos recursos [...]”. Além disso, os censos são a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios. Nesse sentido, são imprescindíveis para a elaboração de políticas públicas adequadas à realidade da população e, também importante para tomada de decisões em termos de investimento.

Dados do Censo 2010, já divulgados pelo IBGE, apontam algumas mudanças no perfil da população brasileira.

FIGURA 21 – NOTÍCIA



**Brasil está menos branco,
mais velho e mais feminino**

FONTE: Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano. 30 abr. 2011.

O Brasil está entre os cinco países mais populosos do mundo. De acordo com o último censo, somos 190,8 milhões de habitantes e, o aumento do número de habitantes é o menor da história: 1,17% ao ano, em média, entre 2000 e 2010.

De acordo com dados publicados pela Folha de São Paulo, o crescimento da população se deu principalmente em direção às regiões Norte e Centro-Oeste.

QUADRO 3 – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

REGIÕES	CRESCIMENTO NATURAL
Norte	2,09
Nordeste	1,07
Sudeste	1,07
Sul	0,87
Centro-oeste	1,90

FONTE: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/brasil_demografia.htm>
Acesso de 25 mai. 2011.

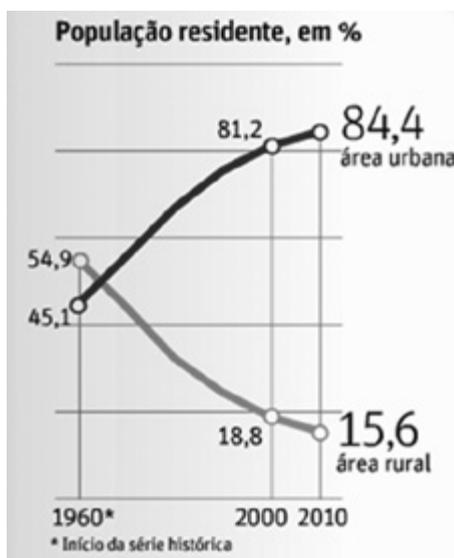
O Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, atribui o maior crescimento dessas regiões ao agronegócio, que oferece novas oportunidades de emprego. Ainda segundo Nunes, observa-se um maior crescimento urbano nessas regiões.

A região Sul que, desde 1970, apresentava os maiores índices de crescimento populacional, foi a que menos cresceu na última década.

De modo geral, o Brasil segue a tendência de desaceleração de crescimento, tendência também observada em termos de população mundial.

Outro resultado a ser destacado é o recorde de urbanização, que atingiu 84,4%. Ainda, segundo dados publicados pela Folha de São Paulo (Abril, 2011), o Brasil superou a proporção de pessoas vivendo em cidades, observada nos Estados Unidos, que é de 82% segundo a Cia. Factbook. Na China 49,7 da população é urbana e, na Índia, apenas 30%.

FIGURA 22 – URBANIZAÇÃO NO BRASIL



FONTE: Folha de São Paulo. Cotidiano. 30 abr. 2011. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>> Acesso em: 10 jul. 2011.

Esses dados mostram algumas mudanças no perfil da sociedade brasileira. A seguir, apresentamos elementos necessários à compreensão da dinâmica atual. Bons estudos!



Caro(a) acadêmico(a)! Você pode conhecer mais resultados do Censo Demográfico de 2010, acessando a página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, <www.ibge.gov.br>.

3.1 A DINÂMICA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

3.1.1 A transição demográfica no Brasil

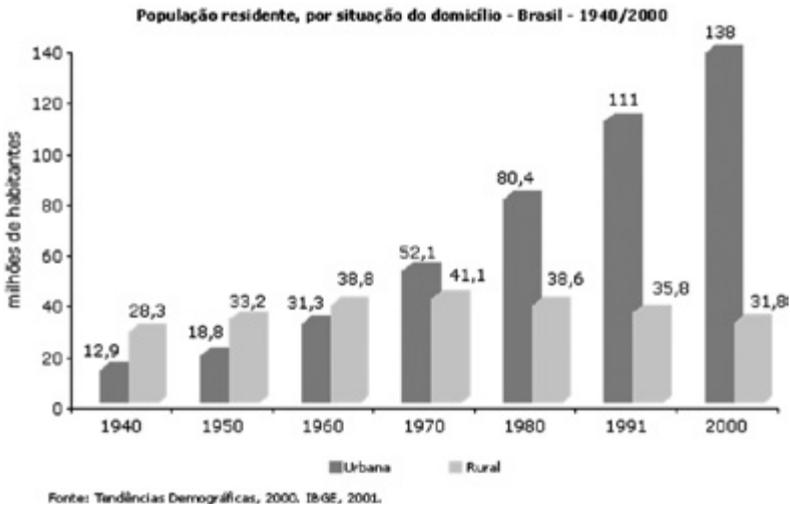
A população absoluta do Brasil é, segundo o último Censo do IBGE, de 190.732.694 de habitantes. Ainda segundo o IBGE, em 2009, a taxa bruta de natalidade no Brasil era de 16 por mil, enquanto a taxa bruta de mortalidade era de 6 por mil. No início do século XX, conforme Alves (2002), a taxa de natalidade era de 46 por mil e a taxa de mortalidade era de 27,8 por mil.

Até a década de 1920, as altas taxas de natalidade e mortalidade mantiveram um índice de crescimento natural relativamente constante e não muito elevado. Entre as décadas de 1920 e 1960, houve uma queda nas taxas de mortalidade e uma manutenção nas taxas de natalidade, provocando um aumento do crescimento natural da população. As taxas de natalidade ficaram estáveis até a década de 1960 e, só começaram a cair significativamente após a década de 1960. (ALVES, 2002).

Conforme Hakkert (1984 apud ALVES, 2002, p. 41), “o dramático declínio das taxas de mortalidade observada nos países latino-americanos e no Brasil a partir dos anos de 1940 está relacionado com políticas explícitas de saúde e, especificamente com o combate da malária, de outras epidemias e doenças endêmicas”.

Podem-se citar também as medidas de saúde pública e saneamento. Os serviços de assistência médica e hospitalar foram estendidos a uma significativa parcela da população, assim como, houve uma ampliação dos sistemas de água e esgoto. Dessa forma, a transição da mortalidade no Brasil começou quando a sociedade era eminentemente rural.

FIGURA 23 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA



FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/brasil_demografia.htm>
Acesso em: 25 mai. 2011.

Já a transição da fecundidade começou nos anos 1960 e acelerou sua queda a partir da década de 1970. O ritmo na queda das taxas de fecundidade foi desigual entre as regiões e classes sociais, “[...], todavia foi uma queda extremamente rápida para os padrões internacionais”. (ALVES, 2002, p. 41). Dentre as principais causas da diminuição do número de filhos por mulher está a urbanização e a mudança nas relações de gênero, que modificaram o papel da mulher frente à família e à sociedade.

A entrada da mulher no mercado de trabalho, a disseminação da educação feminina, o planejamento familiar e o uso de métodos anticoncepcionais alteraram o perfil da sociedade brasileira. Brito e Carvalho (2005, p. 186) ressaltam que:

Como o governo brasileiro, até os anos 1980, não havia implementado nenhuma política com o objetivo de informar a população e facilitar o acesso a esses novos meios, coube principalmente ao mercado distribuí-los, segundo o poder aquisitivo dos interessados. Desse modo, houve um “efeito perverso” sobre as camadas mais pobres da população, também interessadas em regular a sua fecundidade, mas sem o necessário acesso ao mercado.

A taxa de fecundidade no Brasil atingiu, nessa primeira década do século XXI, a média de dois filhos por mulher e as tendências mostram que essa taxa tende a cair. Observem na tabela que segue as taxas de fecundidade por região.

TABELA 1 – TAXA DE FECUNDIDADE POR REGIÃO

REGIÃO	TAXA DE FECUNDIDADE
Norte	2,45
Nordeste	2,33
Centro-oeste	2,01
Sudeste	1,83
Sul	1,45

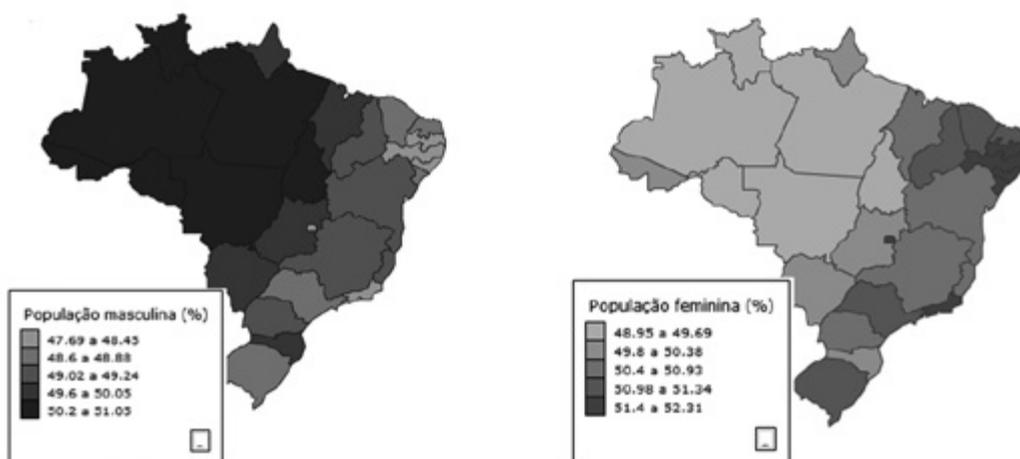
FONTE: As autoras

Outra questão a ser considerada é o aumento da expectativa de vida do brasileiro. A expectativa de vida do brasileiro em 2010 era, segundo o IBGE, 72,9 anos. Em 1996, o brasileiro vivia em média 67,6 anos. O aumento da expectativa de vida está atrelado à melhoria nos padrões de vida da população, como acesso aos serviços de saúde, educação e saneamento. A queda na fecundidade e o aumento da expectativa de vida vão alterar a estrutura etária da população brasileira.

3.1.2 Estrutura etária e sexual da população brasileira

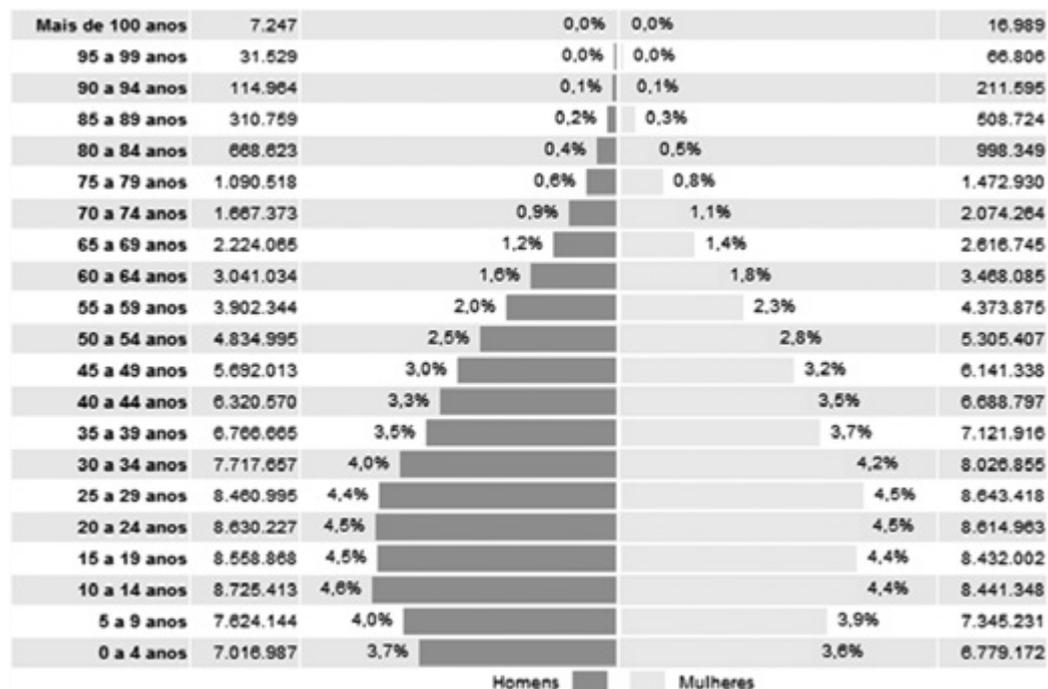
A partir dos dados do último censo, concluiu-se, dentre outras coisas, que o “Brasil está mais feminino e mais velho”. Considera-se estrutura etária a distribuição da população por idade e, a estrutura sexual, distribuição por sexo. Para cada cem mulheres, há 96 homens no Brasil. Observe os mapas da estrutura sexual da população disponíveis a seguir e a pirâmide etária brasileira e reflita sobre a estrutura da população brasileira atualmente.

FIGURA 24 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO



FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/brasil_demografia.htm>. Acesso em: 25 mai. 2011.

FIGURA 25 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE, BRASIL, 2010



FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/brasil_demografia.htm>. Acesso em: 25 mai. 2011.

Após observar a pirâmide etária brasileira de 2010, é possível afirmar que o Brasil segue uma tendência mundial em termos de dinâmica populacional. Em relatório anual divulgado pela ONU (2008) destacou-se a grande proporção de jovens e idosos na composição da população mundial. Até 2010, 700 bilhões de jovens fariam parte da força de trabalho nos países em desenvolvimento e a população de idosos que atualmente está na faixa de 6,8% seria, segundo estimativas, de 15,1% em 2050. É necessário destacar que o processo de transição iniciado após a Segunda Guerra ainda continua e, no Brasil acontece de forma bastante diferenciada entre as regiões, colocando alguns Estados em fases mais avançadas desse processo. Porém, a queda da fecundidade é atualmente uma realidade em todo o país.

3.1.3 Distribuição espacial da população brasileira

Conforme afirmado anteriormente, o Brasil é hoje um dos países mais urbanizados do mundo. A partir da década de 1960, esse quadro foi se modificando impulsionado pelo êxodo rural. Quando o país passou a investir em diferentes formas de produção, intensificando seu processo de industrialização, os fluxos internos tornaram-se significativos. Assim, o Brasil passou de país agro-exportador para urbano-industrial.

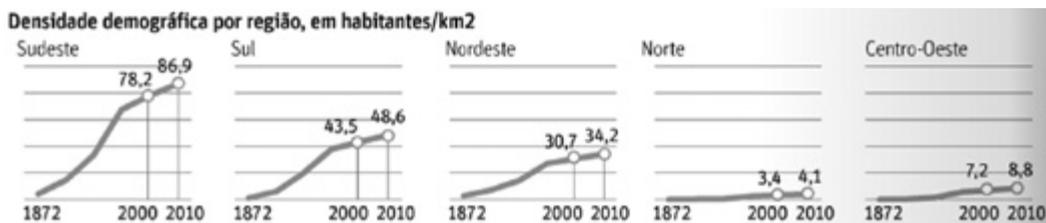
Por seu próprio processo de formação e ocupação territorial e, também pela grande extensão do território, a distribuição espacial da população brasileira é extremamente irregular. Destacam-se assim, áreas de intensa concentração demográfica e áreas de verdadeiros vazios demográficos. Brito e Carvalho (2005) citam como exemplo as regiões Norte e Centro-Oeste. A região Norte abriga a maior floresta equatorial e, também a maior bacia hidrográfica do mundo, que ocupam 45% do território brasileiro. Já a região Centro-Oeste, onde se localizam o Cerrado e o Pantanal ocupa quase 20% do território brasileiro, entretanto, nessas regiões residem apenas 8% da população brasileira, enquanto na região Sudeste reside aproximadamente a metade da citada população.

FIGURA 26 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA, BRASIL



FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/brasil_demografia.htm>
Acesso em: 25 mai. 2011.

FIGURA 27 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR REGIÕES



FONTE: Folha de São Paulo, São Paulo, 30. Abr. 2011. Cotidiano, p. 6. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>> Acesso em: 24 mai. 2011.

Para refletirmos acerca da distribuição espacial da população brasileira se faz necessário compreendermos o processo de ocupação do território e os diferentes ciclos econômicos que impulsionaram a concentração observada atualmente. Trataremos dos deslocamentos populacionais no próximo tópico, mas você já é capaz de analisar o mapa e os gráficos a respeito da densidade demográfica no Brasil e, tirar suas conclusões a respeito da distribuição espacial da população brasileira.

LEITURA COMPLEMENTAR

CHEGOU O BRASIL DO FUTURO, COM COISAS BOAS, PROBLEMAS E DESAFIOS

Há 30 ou 40 anos, o Brasil era um país jovem e pobre, cheio de analfabetos, com famílias vivendo no campo e cheias de filhos, muitos dos quais morriam cedo de diarreia, e os que podiam partiam para as grandes cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Com o tempo, as cidades cresceram, a indústria criou empregos, as pessoas já não morriam de infecção, as escolas se espalhavam, e os benefícios da Previdência cresciam e protegiam mais gente.

Vínhamos de muito baixo – um dos países mais desiguais do mundo, a pobreza persistente, a saúde e a escolarização ainda precárias -, mas tudo parecia melhor, um dia chegaríamos lá.

O Censo Demográfico de 2010 mostra que o futuro chegou, trazendo muitas coisas boas, mas também novos problemas e desafios.

A economia cresceu, temos uma grande classe média, a desigualdade de renda vem caindo. Já não nascem tantas crianças, a saúde da população melhorou, e a população vai envelhecendo e deixando de crescer.

O problema agora não é mais a mortalidade infantil, mas o atendimento aos idosos, que podem depender cada vez menos de famílias numerosas para cuidar deles.

A pobreza rural diminuiu, porque também diminuiu a população do campo, que se aglomerou na periferia das grandes cidades. A pobreza urbana é menos extrema, mas é mais violenta e mais difícil de administrar.

Os analfabetos que não sabiam ler e escrever estão desaparecendo, mas as escolas produzem milhões de semianalfabetos que não conseguem entender o que leem.

Os custos das políticas sociais crescem cada vez mais e ameaçam esgotar a capacidade do setor público em atender às aspirações de melhoria de vida prometidas ao longo das últimas décadas.

O Brasil de hoje traz novas oportunidades e novos desafios, que não podem continuar a ser tratados com as ideias e receitas do passado.

FONTE: SCHWARTZMAN, Simon. Chegou o Brasil do futuro, com coisas boas, problemas e desafios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2011. Cotidiano, p. 5. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 15 maio 2011.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você viu que:

- A dinâmica populacional interfere diretamente na questão da organização espacial. Ao ocupar determinado espaço, as pessoas o modificam segundo suas necessidades e interesses.
- Para analisar a dinâmica populacional devemos considerar fatores como: o tamanho da população e o seu crescimento, as estruturas por sexo e idade, a distribuição e a mobilidade.
- Do final do século XVIII aos dias atuais, a população mundial passou por grandes transformações e acelerado crescimento.
- A distribuição da população mundial é irregular. Enquanto há grandes aglomerações humanas e espaços densamente ocupados, há também regiões pouco povoadas.
- Atualmente, mais da metade da população mundial já vive em cidades, fato que aumentou os desafios sociais e ambientais a serem enfrentados.
- A principal tendência demográfica na atualidade é a desaceleração do crescimento populacional.
- As quedas nas taxas de fertilidade são as principais responsáveis pela queda no índice de crescimento natural da população.
- Outra tendência da população mundial é o aumento na proporção de idosos na estrutura etária dos países.
- O aumento da população urbana nos países mais pobres é considerado parte de uma segunda transição demográfica e econômica, muito mais veloz e de maior magnitude do que a primeira, que aconteceu na Europa e na América do Norte, nos séculos XVIII e XIX.
- Dados divulgados pela UNFPA, através do documento Estado da População Mundial 2007, mostram que até 2030, países em desenvolvimento na Ásia e África abrigarão aproximadamente 80% da população urbana mundial. Sete de cada dez habitantes do mundo viverão na África e Ásia.
- O Brasil está entre os cinco países mais populosos do mundo. De acordo com o último censo, somos 190,8 milhões e o aumento do número de habitantes é o menor da história: 1,17% ao ano, em média, entre 2000 e 2010.

- De modo geral, o Brasil segue a tendência de desaceleração de crescimento, tendência também observada em termos de população mundial.
- O Brasil bateu seu recorde de urbanização, que atingiu 84,4%, enquanto os Estados Unidos apresentam um índice de 82%.
- A partir dos dados do último censo, concluiu-se, dentre outras coisas, que o “Brasil está mais feminino e mais velho”.
- A queda na fecundidade e o aumento da expectativa de vida vão alterar a estrutura etária da população brasileira.



Prezado(a) acadêmico(a)! Após ter lido e estudado este tópico, responda às seguintes questões:

- 1 Destaque as principais tendências atuais da população mundial.
- 2 Quais são os principais desafios a ser enfrentados pelos países do mundo diante das atuais tendências da população mundial? Explique.
- 3 Diante das transformações pelas quais vem passando a sociedade brasileira, quais serão os principais problemas a ser enfrentados pelo Brasil no que diz respeito à dinâmica populacional?
- 4 Pesquise no *site* do IBGE, <www.ibge.gov.br>, no *link* Canais/Banco de Dados/países@, as taxas de natalidade, expectativa de vida e taxa média de crescimento anual da população de diferentes países em diferentes continentes. Analise esses dados e os relacione com as tendências da população mundial descritas no tópico.

Países	Taxa de natalidade (2009)	Expectativa de vida (2010)	Taxa média de crescimento anual da população (2005-2010)
Brasil	16 por mil	72,9 anos	1,17%
Alemanha	8 por mil	80,2 anos	- 0,086%

FONTE: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

DISTRIBUIÇÃO E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

1 INTRODUÇÃO

Reconhece-se que a migração é característica do mundo contemporâneo. O atual processo de globalização tem agravado as desigualdades sociais no mundo como um todo. O desenvolvimento desigual das regiões do mundo e a multiplicação de conflitos têm intensificado os movimentos migratórios.

Uma das facetas que envolvem o estudo da dinâmica e distribuição da população no mundo é a dos deslocamentos humanos ao longo da história da humanidade. A transposição de fronteiras, tanto internas quanto externas, revelam a busca do ser humano por melhores condições de vida, assim como revelam os conflitos envolvendo diferentes grupos sociais.

Os padrões de mobilidade humana estão cada vez mais permeados pelas mudanças na estrutura etária da população dos países em desenvolvimento e também nos desenvolvidos. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) estima que, em 2025, os jovens que ingressarão no mercado de trabalho dos países em desenvolvimento superarão o número atual nos países industrializados. A população dos países mais pobres continua em crescimento, e isso amplia a demanda de acesso ao mercado de trabalho.

A tendência ao envelhecimento da população em muitos países europeus e também no Japão, por exemplo, amplia a demanda de trabalhadores migrantes. Nesse sentido, verifica-se um aumento no desequilíbrio demográfico e uma situação de disparidade entre demanda e oferta de trabalho.

Os deslocamentos também estão diretamente relacionados ao aumento de pessoas vivendo no espaço urbano e, as questões envolvendo a dinâmica climática também afetam os deslocamentos humanos.

Ao longo deste tópico estudaremos algumas questões referentes à mobilidade humana, desde a urbanização como um fenômeno e a distribuição da população entre o espaço urbano e rural, assim como, questões referentes aos movimentos migratórios internos e externos. É importante salientar que, essa abordagem é um início para uma ampla discussão a respeito dos fatores que envolvem a dinâmica populacional e suas implicações espaciais.

2 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL

No Tópico 1, abordamos brevemente assuntos relacionados à distribuição da população mundial. Vimos que a distribuição espacial da população é irregular e, que atualmente mais da metade da população mundial já vive em cidades. Nesse caso, estamos nos referindo à população relativa ou densidade demográfica, ou seja, habitante por Km².

Dentre as regiões mais urbanizadas do mundo está a América Latina e, grande parte da população rural do mundo vive na Ásia e África.

A urbanização aparece como um fenômeno importante para a compreensão da distribuição espacial das sociedades e suas implicações na sociedade contemporânea.



Caro(a) acadêmico(a)! Na próxima unidade, trataremos da temática urbanização como um fenômeno e a importância dos estudos envolvendo a questão urbana na Geografia Humana.

Tomamos como referência para refletir a respeito da urbanização um trecho extraído de parte do Dossiê Demografia, publicado em julho de 2011, pelo Le Monde Diplomatique Brasil, escrito por Gérard-François Dumont, professor da Universidade de Paris-Sorbonne.

A urbanização aparece como um fenômeno importante, posto que em 2008, segundo os números das Nações Unidas (discutidos por modalidades, mas não no geral), os habitantes das cidades ultrapassaram em número a população rural pela primeira vez. Este é o grande paradoxo do século XXI: nunca a população mundial foi tão numerosa e nunca foi tão concentrada em espaços reduzidos: o mundo se “metropoliza” inexoravelmente sob os efeitos de um motor em três tempos.

O primeiro tem a ver com a predominância do setor terciário nos espaços urbanos mais populosos, que atraem uma população ativa disponível em razão do crescimento da produtividade agrícola. O segundo vem do desejo dos lares de ter um amplo leque de possibilidades de emprego, em um contexto de diversidade crescente de atividades, de mobilidade profissional desejada ou imposta, ou de pobreza no mundo rural.

Enfim, as metrópoles são os territórios mais adequados à implantação de um espaço-mundo, facilitando as conexões. [...] A intensidade da concentração urbana difere muito entre diversos países: na Índia, 29% dos habitantes vivem em cidades, 33% no Congo, 73% na Alemanha e 79% nos Estados Unidos. Os fatores de explicação são muito variáveis. A alta taxa brasileira se explica principalmente pela herança da colonização, que fundou cidades encarregadas de assegurar o controle político e econômico do território e de centralizar a exclusividade dos intercâmbios com a metrópole portuguesa. A pequena taxa chinesa se deve em grande parte ao regime comunista, que durante muito tempo fixou seus trabalhadores rurais; nesse contexto, Pequim, com seus 12 milhões de habitantes, é uma capital pouco populosa em relação à importância demográfica do país. Em outros países, os conflitos desenraizaram as populações rurais, acentuando o peso demográfico das cidades como Bogotá, Amã, Calcutá ou Kinshasa.

Observe no quadro a seguir as principais aglomerações urbanas do mundo.

QUADRO 4 – MAIORES AGLOMERAÇÕES URBANAS NO MUNDO, 2007

Ranking	Aglomeração Urbana	População (milhões)
1	Tokyo	35.676
2	Nova York	19.040
3	Cidade do México	19.028
4	Mumbai	18.978
5	São Paulo	18.845
6	Nova Déli	15.926
7	Xangai	14.987
8	Calcutá	14.787
9	Dacca	13.485
10	Buenos Aires	12.795

FONTE: Urban Agglomerations, 2007/ ONU (UNITED NATIONS, 2011)

Esses dados revelam a importância dos estudos envolvendo o espaço urbano. Nesse sentido, a cidade aparece como um tema de interesse de várias áreas de estudo, inclusive da Geografia. Além de a cidade ser o lugar onde vive a maior parcela da população em diversos países, é nela que se concentram os principais investimentos das atividades aí localizadas e, também a cidade é o principal lugar dos conflitos sociais. As cidades materializam e reproduzem espacialmente as desigualdades características do sistema capitalista.

A compreensão do espaço urbano, ou seja, da cidade passa pela compreensão do que é o espaço urbano. De acordo com Corrêa (2004, p. 7):

[...] o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como centro da

cidade, local de área de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade [...].

O espaço urbano e sua complexidade são hoje um campo de pesquisa para o geógrafo e também um laboratório para os professores de Geografia, já que nele se materializam o cotidiano e as condições da população em diferentes lugares. Com metade da população mundial vivendo nesses espaços, refletir sobre a questão urbana se torna urgente nos dias de hoje.



Para ampliar seus conhecimentos a respeito do espaço urbano, sugerimos a leitura do livro Espaço Urbano do geógrafo Roberto Lobato Corrêa. Continue concentrado e bons estudos!

2.1 A METROPOLIZAÇÃO

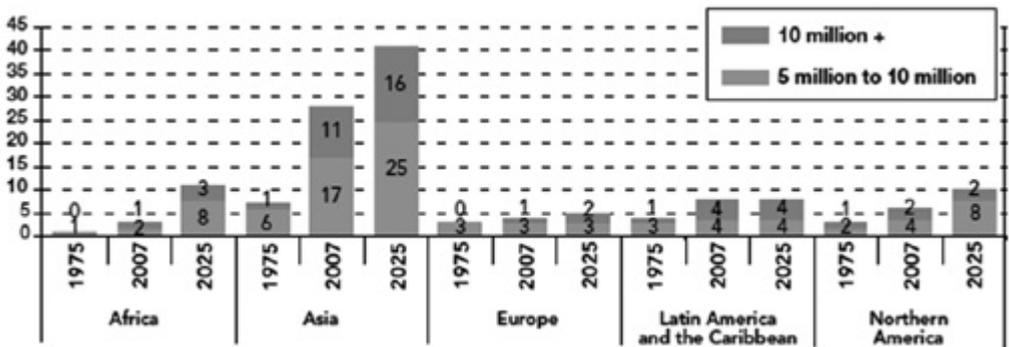
Um dos grandes dilemas das sociedades contemporâneas é o destino das metrópoles. (RIBEIRO, 2008). As transformações econômicas, sociais e políticas que vêm ocorrendo com grande velocidade, principalmente a partir da década de 1970, aumentam os deslocamentos para as grandes cidades. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, em 2007, uma em cada 25 pessoas viviam em grandes cidades, isso quer dizer que em 2007, 9% da população urbana vivia em grandes cidades. Estima-se que, em 2025 serão aproximadamente 27%. As grandes cidades neste caso são aglomerações urbanas com menos de 10 milhões de habitantes.

No gráfico a seguir é possível observar uma estimativa de crescimento de áreas urbanas. No entanto, os novos e antigos centros urbanos é que vão absorver a maior parte do crescimento. De acordo com Golub (2010, p. 6):

[...] tal transformação em larga escala vai afetar, sobretudo as regiões pobres e emergentes mais populosas. Já fortemente urbanizados, os países mais desenvolvidos devem experimentar um aumento relativamente pequeno do índice de população urbana: dos 74% atuais para cerca de 85% em meados deste século, impelindo as possibilidades de expansão ao limite. O mesmo vale para a América Latina, em razão de sua urbanização precoce, ocorrida desde o início do século XX, e diferente daquela dos países ricos.

A grande mudança acontecerá nos continentes asiático e africano. Mais da metade dos indianos vão morar em cidades, assim como, quase três quartos dos chineses e quatro quintos dos indonésios.

FIGURA 28 – NÚMERO DE AGLOMERAÇÕES URBANAS COM MAIS DE 5 MILHÕES DE HABITANTES POR GRANDE REGIÃO, 1975, 2007 E 2025



FONTES: Urban Agglomerations, 2007/ ONU (UNITED NATIONS, 2011)

Ainda de acordo com Golub (2010), o mundo inteiro passa a ser considerado “uma cidade” e, tornar-se uma cidade traz consigo inúmeros problemas e desafios. O espaço passa a ser composto por uma constelação de polos urbanos “[...] formando nódulos do espaço econômico globalizado”. A urbanização de regiões pobres ou emergentes alterou e altera significativamente as relações de trabalho, a produção do espaço, os modos de ser e agir da sociedade. Além disso, “ao mesmo tempo origem e consequência das migrações que intensifica, ela cria novas estratificações sociais e acentua o movimento de transformação do ecossistema global pelo ser humano”. (GOLUB, 2010, p. 6).



Prezado(a) acadêmico(a)! Na próxima unidade, estudaremos a respeito da problemática ambiental nos espaços urbanos e como esta temática vem sendo apropriada pelo conhecimento geográfico.

A urbanização torna-se um fenômeno irreversível e é necessário dialogarmos sobre o futuro das cidades. Hoje, a população que vive nesses aglomerados urbanos convive com os mais variados problemas, desde a falta de moradia adequada, à ineficiência nos serviços de saúde, educação, acesso a saneamento e água potável, pobreza, desigualdade, desemprego, trânsito, poluição, entre outros:

[...] o deslocamento desmedido de pessoas das zonas rurais para os centros urbanos, impulsionado pela pobreza em que viviam, resultou na formação de grandes aglomerados, em especial na África Subsaariana, na América Latina e no sul da Ásia. Com um crescimento populacional e espacial constante, essas áreas experimentam o

desemprego em massa e assustadores problemas ambientais (*vide* Lagos, Dacar, Cidade do México, Caracas, Calcutá, Dacca, Jacarta, Manilla...). Nesses espaços urbanos coexistem bolsões de grande riqueza e uma imensa pobreza que produz um “planeta-favela” em escala mundial. (GOLUB, 2010, p. 6.

Assim, é necessário repensarmos o modelo de desenvolvimento e buscar soluções viáveis para transformar a dinâmica de qualidade de vida nas grandes cidades. Hoje o que observamos nas nossas cidades é uma segregação espacial e, também uma reprodução das desigualdades se materializando com grande velocidades nesses espaços.

3 DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

O movimento migratório (temporário ou definitivo) sempre esteve presente na história da humanidade. O deslocamento da população, que chamamos de migração pode acontecer dentro do país (entre regiões, estados e municípios), as migrações internas ou entre países, migrações externas.

Os deslocamentos envolvem sempre fatores de atração ou repulsão, ou seja, motivos que atraem determinado fluxo migratório e, outros que repulsam. Assim, os fluxos migratórios refletem algum tipo de problema que pode estar relacionado à economia, a questões sociais, a crises políticas ou catástrofes ambientais. As migrações resultarão em transformações de toda ordem tanto nas áreas receptoras quanto nas repulsoras.

Nem sempre os deslocados são bem recebidos, ou foram bem recebidos em determinado período e, devido a problemas sociais e econômicos, passam a ser um problema para o país receptor, no caso das migrações externas. Outros se deslocam temporariamente. O atual processo de globalização, marcado, dentre outras coisas, pela disseminação de meios de transporte em massa, facilitou um aumento dos fluxos migratórios, por outro lado, o discurso do “mundo sem fronteiras” é para poucos e, atualmente não tem sido tão fácil migrar. As constantes crises econômicas e políticas agravam a situação. O agravamento das condições de vida nos países desenvolvidos fez aumentar a intolerância com o imigrante, principalmente aquele originário de áreas menos desenvolvidas.

O saldo migratório é importante fator de crescimento demográfico e revela características importantes para compreensão da distribuição espacial da população.

Diante de tantas modificações nas tendências demográficas mundiais, já estudadas no Tópico 1, a questão das circulações migratórias ainda é fator importante no quadro demográfico mundial. Num texto intitulado “Mitos da População Mundial” (FRANÇOIS-DUMONT, 2011), o autor coloca que ao contrário do que diz o senso comum, as migrações são regulares e

permanentes e, além disso, em sua maioria legais. Ainda, segundo o autor, as migrações clandestinas são ínfimas. Utilizaremos outro trecho extraído do Dossiê Demografia, publicado recentemente pelo Le Monde Diplomatique Brasil para apresentarmos e dialogarmos acerca das características dos atuais movimentos migratórios.

A história e a geografia contribuíram para a construção de “pares migratórios” compostos de países. Eles podem se basear em uma proximidade geográfica – Burkina Faso e Costa do Marfim, Colômbia e Venezuela, México e Estados Unidos, Malásia e Cingapura, Itália e Suíça... – ou em uma história comum – Filipinas e Estados Unidos, Argélia e França, Índia e Reino Unido etc. – enfim, relações herdadas da colonização e perenizadas, de fato, depois da descolonização. Como no caso do movimento de urbanização, mesmo se fatores políticos (guerras, conflitos civis, regimes liberticidas) forcem a emigração, são os fatores econômicos que continuam sendo o motor principal.

No século XIX, a pobreza levou muitos espanhóis, suíços e italianos a emigrar para a América Latina. A demografia propriamente dita é um terceiro fator de migração, no século XXI, a França, em razão de uma diminuição muito precoce de sua fecundidade, tornou-se o único país europeu de imigração. No século XXI, a diminuição da população ativa em diferentes países desenvolvidos faz que se atraiam imigrantes, sobretudo para cobrir o déficit de mão de obra em determinados setores profissionais. [...] As migrações são cada vez mais circulares: o Marrocos, por exemplo, é um país de emigração para Europa e para América do Norte; um país de trânsito para os migrantes da África Subsaariana cujo destino final é a Europa; e um país de imigração para os migrantes da África Subsaariana que acabam finalizando – sem ter necessariamente planejado – seu percurso migratório.

Do mesmo modo, a Espanha é um país de emigração, sobretudo para as migrações empresariais para países do Norte ou da América Latina; um país de trânsito para os africanos que vão para a França; e um país de imigração de Marrocos, da Romênia ou América andina. Para além da imagem cartográfica que poderia indicar um saldo migratório (que mascara a intensidade dos fluxos de imigração e de emigração) por país, evidencia-se hoje que a maior parte dos países assume os três papéis.



Emigração é a saída do país de origem e imigração é a entrada de estrangeiros em determinado país.

O trecho reproduzido anteriormente nos auxilia na compreensão dos atuais movimentos migratórios e, também na dinâmica dos diferentes papéis e seus países nesse processo.

De acordo com Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2009), intitulado “Ultrapassa Barreiras: mobilidade e desenvolvimento”, a maioria dos deslocamentos no mundo não acontece entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos e, nem entre países. Conforme apontou o relatório a maioria das pessoas desloca-se dentro de seu próprio país. Estima-se que cerca de 740 milhões de pessoas sejam migrantes internas (quase quatro vezes mais do que aquelas que se deslocaram internacionalmente. Menos de 70 milhões de pessoas atravessaram fronteiras nacionais e, a maioria dos 200 milhões de migrantes internacionais mudou-se de um país em desenvolvimento para outro, ou entre países desenvolvidos. Observe no mapa a seguir que a maioria dos deslocamentos ocorre dentro da mesma região.

FIGURA 29 – ORIGEM E DESTINO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS

Principais fluxos migratórios no final do século XX e início do século XXI



FONTE: Disponível em: <<http://tudodeconcursosevestibulares.blogspot.com/2013/08/o-processo-demografico-mundial-resumo.html>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Os deslocamentos populacionais quase sempre implicam incertezas e sacrifícios para as pessoas envolvidas. Para além dos elevados custos financeiros, deve-se citar a dor de deixar entes queridos. Os riscos são muitos, principalmente para os que se sujeitam à transposição ilegal de fronteiras. Porém, a busca por melhores condições de vida faz as pessoas correrem os riscos inerentes aos deslocamentos.

Uma transposição ilegal de fronteiras muito conhecida é a do México – Estados Unidos. O RDH – 2009 comparou os Índices de Desenvolvimento Humano entre as localidades situadas entre uma fronteira e outra, verificou-se que o IDH mais baixo num condado fronteiriço dos Estados Unidos (Starr Country, Texas) é mais elevado do que o IDH mais alto do lado mexicano (Mexicali Municipality, Baja Califórnia). Nesse sentido, atravessar a fronteira se configura como uma perspectiva de ampliar

as possibilidades disponíveis para melhores condições de vida. Observe no mapa a relação entre os índices de desenvolvimento humano nas zonas fronteiriças dos Estados Unidos e México e, discuta a respeito dessa questão.

FIGURA 30 – MAPA IDH NAS ZONAS FRONTEIRIÇAS DOS EUA E MÉXICO, 2000



FONTE: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=MAPA+IDH+NAS+ZONAS+FRONTEIRI%C3%87AS+DOS+EUA+E+M%C3%89XICO&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKewi325mi6OrdAhWFDpAKHRxYDGgQ_AUICigB&biw=1366&bih=657#imgrc=mzC2tv-CU9_gr6M>. Acesso em: 3 out. 2018.

Estudos realizados para compor o Relatório de Desenvolvimento Humano, mostraram os benefícios resultantes das travessias de fronteiras. Um dos exemplos citados aponta que uma família que migre da Nicarágua para Costa Rica, aumenta em 22% a probabilidade de que seus filhos tenham escolarização em nível de ensino primário. É claro que os deslocamentos nem sempre levam a melhores resultados.

Dentre as questões de mobilidade é possível verificar uma grande desigualdade na liberdade de migrar e, também na distribuição dos resultados da migração. A falta de informação poderá se configurar com um fator de vulnerabilidade para o deslocamento soma-se a isso os custos e a inserção a uma cultura diferenciada.

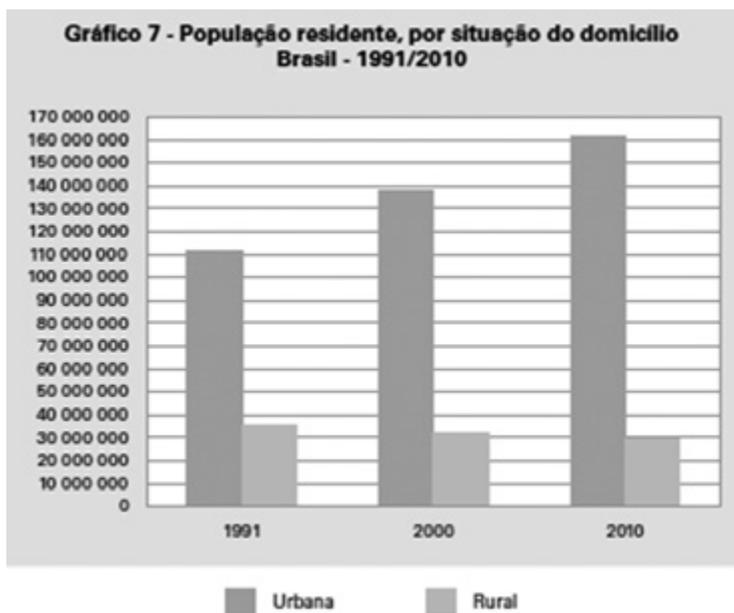
A possibilidade da mobilidade (nacional e internacional) exige mais cuidado por parte dos governos e uma elaboração mais cuidadosa de políticas voltadas à migração.

3.1 MIGRAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS NO BRASIL

Até a década de 1970, os fenômenos de urbanização e redistribuição espacial da população brasileira estão fortemente marcados pelos fluxos migratórios. O deslocamento cada vez maior de pessoas para o meio urbano, fez com que neste contexto tivéssemos a explosão do crescimento urbano com o processo de concentração da população em grandes cidades. De acordo com Baeninger et al., (2006, p. 32 apud RIGOTTI et al., 2001), “esse panorama concentrador de redistribuição interna da população foi se montando ao longo

de quase meio século, indicando a rapidez das transformações urbanas no Brasil. Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca de áreas urbanas entre 1950-2000”.

FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DESDE 1991



FONTES: IBGE (2011)

No Brasil, as migrações internas são intensas. Dentre os fluxos, há os que ocorrem entre regiões e Estados. Entre as regiões ainda se destacam os fluxos do Nordeste para o Sudeste. Porém, o contrário também acontece, já que o aquecimento da economia em setores como o turismo, desde a década de 1990, faz com que os fluxos também ocorram em direção ao Nordeste.

Uma das maneiras de quantificar movimentos migratórios, utilizada pelo IBGE é cruzar informações do lugar de nascimento e lugar onde o sujeito foi recenseado. Assim, é possível traçar um perfil sobre os deslocamentos populacionais internos e também internacionais. Se durante o recenseamento o indivíduo informa que não nasceu no município, responderá em qual Unidade de Federação ou em que país nasceu. Numa avaliação mais recente, é possível observar que da década de 1980 para cá, há uma redução dos movimentos migratórios, principalmente os de longa distância.

De acordo com o Censo de 2000, o Amapá foi o estado brasileiro com o maior crescimento de população não natural, 71% desse acréscimo foi de migrantes oriundos do Pará e 18% de maranhenses, indicando uma **migração do tipo interestadual** mais significativa. A migração interestadual é aquela na qual ocorre a transferência da população de um estado da federação para outro. Por outro lado, o menor aumento foi observado no estado do Maranhão, mostrando a característica de um estado que apresenta forte evasão populacional.

Os nordestinos, principalmente, os pernambucanos e os baianos aumentaram o volume da população não natural de São Paulo. Os estados do Nordeste, considerados historicamente expulsos de população, sofrem muito pouca influência na composição etária e por sexo. “Estes estados que ao longo da colonização do país tiveram participação importante na formação econômica do país, sendo os precursores dos movimentos de interiorização do Brasil, tornaram-se exportadores de mão de obra para outros estados brasileiros”.

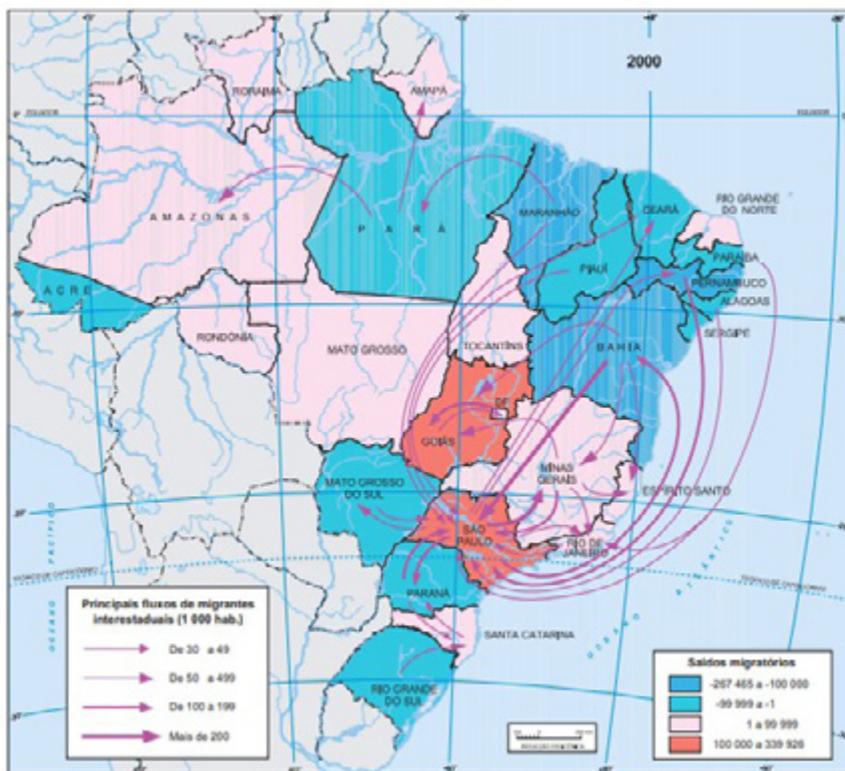
FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000: Migração e Deslocamento - Resultados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf>. Acesso em: 15 jul.2011.

Nas duas últimas décadas, as migrações para o Rio de Janeiro diminuíram substancialmente. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo foram, no século XX, os que mais tiveram contingente de indivíduos não naturais compondo a população. Apesar de receberem, eles também fornecem migrantes, porém em menor quantidade. Os principais destinos dos fluminenses são respectivamente São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e o dos paulistas Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

O volume dos não naturais observados nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul não são tão expressivos (respectivamente 14,2% e 3,4%). Em Santa Catarina, 45% dos não naturais são do Rio Grande do Sul e 37% do Paraná. Já no Rio Grande do Sul, 50% são catarinenses e 21% são paranaenses.

Com a expansão da fronteira agrícola brasileira, os estados da Região Centro-oeste, principalmente, Mato Grosso e Goiás, absorveram grande parte da mão de obra proveniente de outras regiões brasileiras. Observe no mapa a seguir a espacialização dos deslocamentos populacionais realizados no Brasil dentre o período de 1991 até 2000.

FIGURA 32 – MIGRAÇÃO NO BRASIL, 2000



Nota: Utiliza-se a informação do lugar de residência anterior há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa.

FONTE: Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/88/cd_2000_migracao_deslocamento_amostra.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

Além dos movimentos interestaduais verificados acima, no Brasil, podem ser detectados outros tipos de deslocamentos populacionais:

- **Movimento pendular:** deslocamentos realizados diariamente em função de trabalho e estudo. Ocorre principalmente nas grandes cidades, onde os trabalhadores se deslocam da periferia para o centro ou bairros industriais e comerciais da cidade, com o retorno depois de cumpridas suas jornadas de trabalho.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, das pessoas que trabalhavam e estudavam, aproximadamente 6,7% (7.403.362 pessoas) faziam essas atividades fora do seu município de residência. Desse total, 89,9% (6.655.162) deslocavam-se para outro município da mesma Unidade de Federação. Regionalmente falando, esse deslocamento concentra-se na Região Sudeste. São Paulo e Rio de Janeiro concentram a maior parte desse tipo de deslocamento.

- **Transumância:** tipo de migração periódica, através da qual migrantes se deslocam para outras regiões em determinadas épocas do ano, retornando para seu lugar de origem.

FIGURA 33 – MIGRANTE NORDESTINO EM LAVOURA DE CANA-DE-AÇÚCAR PAULISTA



FONTE: Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/01/12/as-boas-novas-da-cana-de-acucar/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

- **Êxodo Rural:** deslocamento de pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas. Intensificou-se no Brasil a partir de década de 1930 com o fenômeno da industrialização.

Existem, ainda, outros tipos de movimentos migratórios realizados internamente como: migrações inter-regionais (de uma região para outra), Intrarregional (entre estados da mesma região), intermunicipal (entre os municípios brasileiros).

No Brasil, historicamente, os movimentos migratórios estão bastante relacionados aos ciclos econômicos e à busca das pessoas por melhores condições de vida. A seguir apresentaremos brevemente os principais fluxos migratórios brasileiros, no século XX:

- **Décadas de 1930 e 1940:** fluxo Nordeste – Sudeste foi a migração inter-regional mais importante. Neste caso, o Nordeste era a principal área repulsora devido à decadência econômica e também às condições climáticas do semiárido.
- **Décadas de 1950 a 1970:** o fluxo nordeste-sudeste manteve-se, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo. A produção cafeeira também atraiu nordestinos e mineiros para o norte do Paraná. Os nordestinos também se deslocaram para a Amazônia, atraídos pelos projetos de ocupação do governo e, da possibilidade de adquirir lotes de terra. Na década de 1960, com a construção de Brasília, há um grande fluxo de pessoas do Nordeste e Sudeste para a região Centro-oeste.

- **Décadas de 1970 a 1990:** o fluxo nordeste e sudeste ainda continua. Verifica-se um fluxo de sulistas para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Acre, em função dos projetos relacionados à expansão da fronteira agrícola brasileira.



Caro(a) acadêmico(a)!



O tema migrações no Brasil é abordado nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental e Médio. Existem inúmeras possibilidades de trabalho com o tema em sala de aula. Os filmes são um importante recurso para apresentar ou aprofundar temas. Sugerimos que você assista ao filme "O Caminho das Nuvens" e, planeje uma aula envolvendo o tema migrações no Brasil.

O CAMINHO DAS NUVEIS. Direção de Vicente Amorim. Brasil. Distribuído por Buena Vista Internacional, 2003. DVD (100 minutos).

Quanto às migrações externas, o período de maior imigração externa (entrada de estrangeiros) no Brasil ocorreu nos séculos XIX e XX, quando o país recebeu um número significativo de imigrantes europeus e asiáticos. Pesquisa divulgada recentemente pelo IBGE, intitulada Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil, Campos (2011) aponta que a partir da década de 1980, o Brasil passou a ser uma importante região de origem de emigrantes internacionais. A preocupação com os fluxos de migrantes estrangeiros tem ganhado destaque, principalmente os de sul-americanos e africanos.

É difícil estimar o número de brasileiros que vivem no exterior, assim como, o volume de entradas e saídas no país, já que grande parte desses deslocamentos são "ilegais" ou "clandestinos". Estima-se que mais de 60% dos emigrantes brasileiros para os Estados Unidos entraram de forma irregular no país. (SOARES; FAZITO, 2008 apud CAMPOS, 2011).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores as estimativas de brasileiros vivendo no exterior são de mais de 3 milhões de pessoas. Os Estados Unidos, Japão e alguns países da América do Sul são o principal destino dos brasileiros. Paraguai, Japão e Reino Unido são respectivamente os países que mais recebem brasileiros, depois dos Estados Unidos. Segundo Campos (2011, p. 72), "estudos

têm verificado que, a partir da década de 1980, houve um aumento do número de naturais dos países do Cone Sul vivendo no Brasil [...], assim como a intensificação de migrantes bolivianos, africanos e asiáticos.

O Brasil segundo a Organização Internacional de Migração (OIM) é o segundo maior receptor de remessas da América Latina, atrás somente do México. Como exemplo, cita-se a cidade de Governador Valadares, que possui sua economia fortemente dependente das remessas internacionais de imigrantes residentes nos EUA.

FIGURA 34 – BRASILEIROS NO MUNDO - 2009



FONTE: Adaptado de Brasil (2008)

4 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Em âmbito mundial, é possível dividir os emigrantes em dois grupos: os que se deslocam voluntariamente e os que são forçados a migrar. No primeiro caso, estão os que buscam trabalho, estudo ou, ainda se juntar a familiares. O segundo grupo é composto por aqueles que são obrigados a deixar o seu país de origem por conta de conflitos, perseguições ou desastres naturais: os refugiados.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2009) todos os anos, mais de cinco milhões de pessoas atravessam fronteiras internacionais para viver num país desenvolvido. [...] um número ainda maior de pessoas, tanto nos locais de destino, como nos locais de origem, é afetado pelos deslocamentos dos outros através de fluxos de dinheiro, conhecimento e ideias.

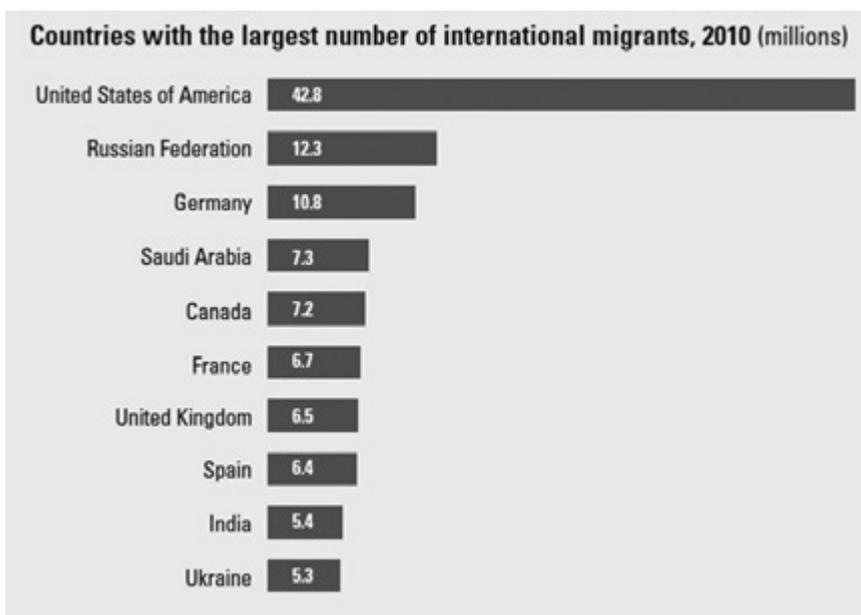
A migração internacional não é um fenômeno do século XX, ela tem sido parte da história da humanidade, porém seu valor e seu significado passam a ser maior a partir da segunda metade do século XX e, particularmente, desde meados dos anos 1980.

Para Patarra (2006, p. 3), “o entendimento dos processos sociais envolvidos nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes passa pelo reconhecimento de que sob a rubrica **migração internacional** estão envolvidos fenômenos distintos, com grupos sociais e implicações diversas”.

As migrações internacionais refletem hoje a atual contradição entre os países do mundo, intensificadas pelo processo de globalização. O fator econômico continua a ser o principal para o deslocamento de pessoas para outros países, migra-se em busca de trabalho, melhores oportunidades. Trata-se de compreender os efeitos e implicações das transformações da sociedade global sobre os intensos deslocamentos de contingentes populacionais que estão modificando a geografia do mundo.

De acordo com a ONU, através de dados divulgados através do International Migration 2009, o mundo tem em torno de 214 milhões de migrantes, 19 milhões a mais do que em 2005. Desses, 60% dos migrantes internacionais residem nas regiões mais desenvolvidas, 70 milhões dos migrantes internacionais do mundo vivem na Europa, seguido por 61 milhões na Ásia e 50 milhões na América do Norte. Os Estados Unidos continuam sendo o país com o maior número de migrantes, seguido pela Federação Russa, Alemanha, Arábia Saudita e Canadá. Estima-se que, em 2010, 64 países terão mais de 500.000 migrantes internacionais.

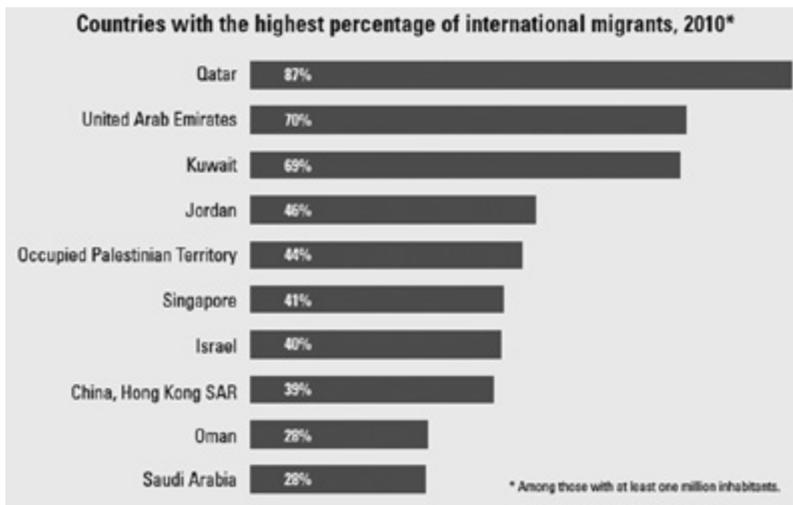
FIGURA 35 – PAÍSES COM O MAIOR NÚMERO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS, 2010



FONTE: Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2009Migration_Chart/2009IntMig_chart.htm>. Acesso em: 13 jul. 2011.

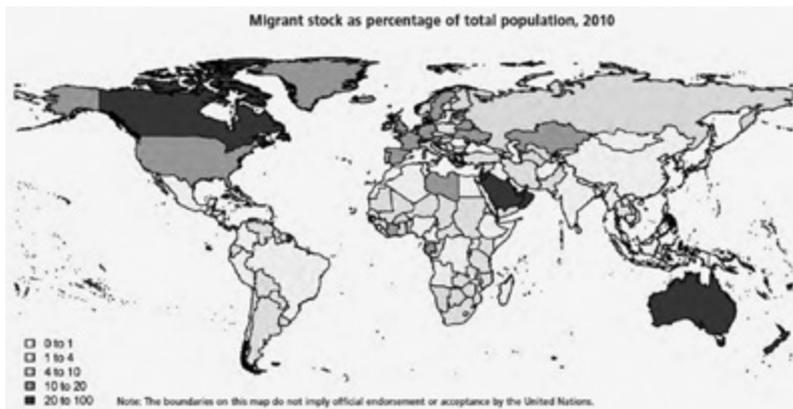
Ainda segundo o documento, em 2010, os migrantes internacionais constituíram 3,1% do total da população mundial. Uma em cada 10 pessoas que vivem em países desenvolvidos são migrantes, comparando com 1 a cada 70 em países menos desenvolvidos. A proporção de estrangeiros que compõem o total da população é maior na Oceania (17%), seguido por América do Norte (14%) e Europa (10%). Estimou-se que em 2010, os migrantes internacionais representassem mais de 10% da população em pelo menos 38 países como mais de 1 milhão de habitantes. Os países que apresentam as maiores proporções de migrantes internacionais entre a população são Qatar (87%), Emirados Árabes Unidos (70%), Kuwait (69%), Jordânia (46%) e o Território da Palestina (44%).

FIGURA 36 – PAÍSES COM A MAIOR PORCENTAGEM DE MIGRANTES INTERNACIONAIS, 2010



FONTE: Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2009Migration_Chart/2009IttMig_chart.htm>. Acesso em: 13 jul. 2011.

FIGURA 37 – PORCENTAGEM DE ESTOQUE DE MIGRANTES NO TOTAL DA POPULAÇÃO, 2010



FONTE: Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2009Migration_Chart>. Acesso em: 13 jul. 2011.



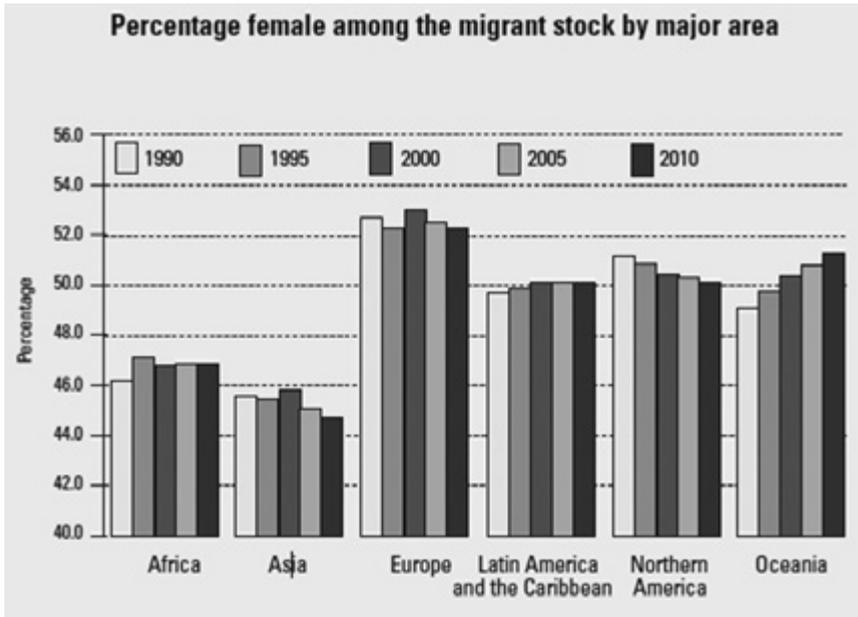
Caro(a) acadêmico(a)! É importante destacar que a migração internacional possui dois tipos de medidas: as medidas de fluxo e as medidas de estoque. Nesse sentido Bilsborrow et.al., (1997 apud CAMPOS, 2011, p. 73) afirmam que “os fluxos representam a quantidade de migrantes chegando ou saindo de um país em determinado período [...]”. Nesse sentido, podemos afirmar que, enquanto as medidas de fluxos medem “migrações”, as medidas de estoque medem “migrantes”.

Nos debates a respeito das migrações internacionais, há segundo Patarra (2006) autores que apontam como eixos de análise, algumas tendências como: a diferenciação, representado por questões étnicas, de gênero, a feminização e a politização dos migrantes. Ainda segundo a autora (Patarra, 2006, p. 7):

a diferenciação étnica, racismo, multiculturalismo são temas que devem ser tratados de forma conjunta como efeito da distinção entre a população receptora e a população imigrante, frequentemente visto como estrangeiro ou quase cidadão; a regulação dessa população migrante passa pela dimensão do trabalho, em que alguns migrantes ficam concentrados em certos tipos de atividades – geralmente com baixo *status* social – e vivem segregados em áreas residenciais de baixa renda.

A respeito das migrações femininas, o Internacional Migration (2009) divulgou que praticamente metade dos migrantes são mulheres (49%). Em 2010, da porcentagem de migrantes femininas, as maiores estão na Europa (52%) e na Oceania (51%). Na América Latina e Caribe e América do Norte, o número de migrantes mulheres é proporcional ao número de homens. Os homens continuam a ser maioria entre os migrantes na Ásia (55%) e na África (53%). No gráfico que segue, é possível acompanhar a proporção de mulheres.

FIGURA 38 – PORCENTAGEM DE MULHERES ENTRE O ESTOQUE DE MIGRANTES POR GRANDE REGIÃO - 2010



FONTE: Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2009Migration_Chart>. Acesso em: 13 jul. 2011.

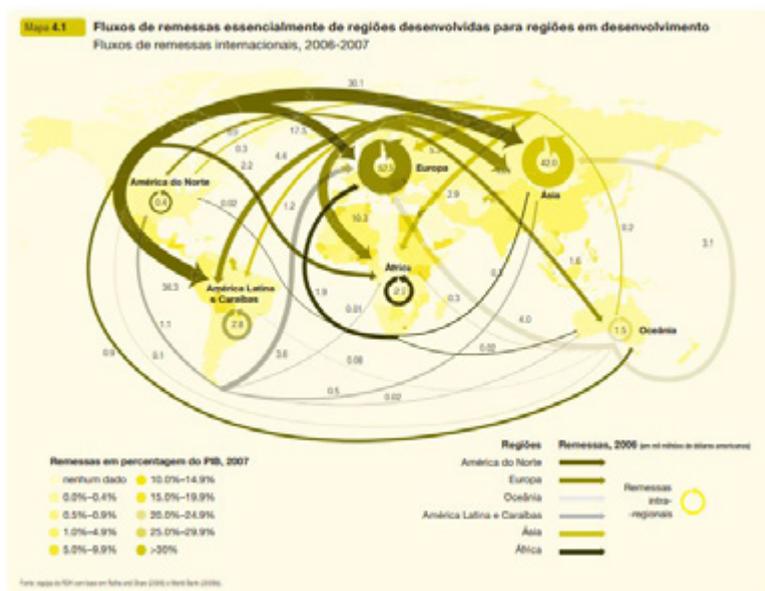
O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 defende que os migrantes aumentam a produtividade econômica com custo irrelevante ou inexistente para os nativos.

Nos países de origem dos migrantes, os impactos dos deslocamentos são sentidos através do aumento dos rendimentos, maior consumo, melhores condições de saúde e educação e aumento nos níveis cultural e social, provenientes do aumento de remessas para as famílias.

No caso da imigração existem preocupações relativas aos impactos (econômicos, culturais e de segurança) dessas pessoas que chegam aos locais, pois em alguns casos emerge a xenofobia, ou aversão ao estrangeiro, muitas vezes defendida por partidos políticos e por movimentos extremistas:

Acontecimentos como o 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e sua estratégia militar preventiva iniciada com a guerra do Iraque, os conflitos no Oriente Médio, as tensões entre comunidades de imigrantes muçulmanos na Europa, entre outras manifestações das contradições e dos conflitos que permeiam a vida coletiva neste início de século, reforçam também as dimensões de racismo e xenofobia. (PATARRA, 2006, p. 2).

FIGURA 39 – FLUXOS DE REMESSAS INTERNACIONAIS, 2006 – 2007



FONTA: Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/PressReleases/undp-br-Destaque-3-2009.pdf>>.
Acesso em: 3 out. 2018.

4.1 REFUGIADOS

Conforme dito anteriormente, além das pessoas que migram involuntariamente, há os que são forçados a deixar o seu país de origem por causa de conflitos, perseguições ou desastres naturais, estes são denominados refugiados.

Segundo a ONU, **refugiado** é toda pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo.

De acordo com o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ao final de 2009, as pessoas forçadas a se deslocar devido a conflitos e perseguições no mundo, totalizava, 43,3 milhões, o maior número desde a metade dos anos 90. Destas 15,2 milhões eram refugiados. Refugiados afegãos e iraquianos representam quase metade de todos os refugiados sob responsabilidade do ACNUR no mundo.

Dos 8,8 milhões de refugiados (dados disponíveis), o ACNUR calcula que mais da metade residam em áreas urbanas e menos de um terço em campos. Porém, 6 em cada 10 refugiados na África residem em campos. As evidências estatísticas mostram que a maioria dos refugiados foge para países vizinhos, permanecendo em sua região de origem.

O Afeganistão tem sido o principal país de origem de refugiados nas últimas três décadas. Até o final de 2009, aproximadamente 2,9 milhões de afegãos ainda eram refugiados.

FIGURA 40 – PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DE REFUGIADOS, FINAL DE 2009



FONTE: Tendências Globais, 2009. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Tendencias_Globais_2009>. Acesso em: 13 jul. 2011.

De acordo com o relatório Tendências Globais (2009), os somalis eram o terceiro grupo mais numeroso de refugiados, devido às condições humanitárias e de segurança na Somália, crise agravada pelas severas condições de seca, pobreza, insegurança, falta de comida e grandes inundações periódicas no Chifre da África. Cerca de 132.000 somalis fugiram de seu país durante 2009.

Através de matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em março de 2011, é possível acompanhar o drama dos somalis e as incertezas de um povo que rejeita voltar ao seu país de origem, acompanhe um trecho:

REFUGIADOS SOMALIS REJEITAM REPATRIÇÃO

Escorraçados da Líbia, eles querem ajuda da ONU para evitar voltar à pobreza e guerra no seu país de origem.

Os egípcios foram embora. Os bengalis estão na fila para embarcar. Os ganenses começaram ontem a ser repatriados. Sobrarão os somalis, que não têm aonde ir. Os trabalhadores braçais da Somália que fugiram da Líbia se amontoam num campo de refugiados perto da fronteira líbio-tunisiana sem perspectiva alguma de ser removidos. Somalis não querem nem podem voltar a seu país de origem, um dos mais pobres, perigosos e disfuncionais do mundo. A Somália está sem governo efetivo desde o início da guerra civil, em 1991 [...].

No levante contra Muammar Gaddafi, somalis foram comparados pela população rebelde com mercenários pró-regime e saíram da Líbia caçados como animais. Muitos foram espancados e roubados no caminho até a Tunísia, elogiada por acolher todos os que fogem da Líbia [...].

FONTE: ADGHIRNI, S. Refugiados somalis rejeitam repatriação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 mar. 2011. Mundo, p. A9. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>> Acesso em: 30 jun. 2011.

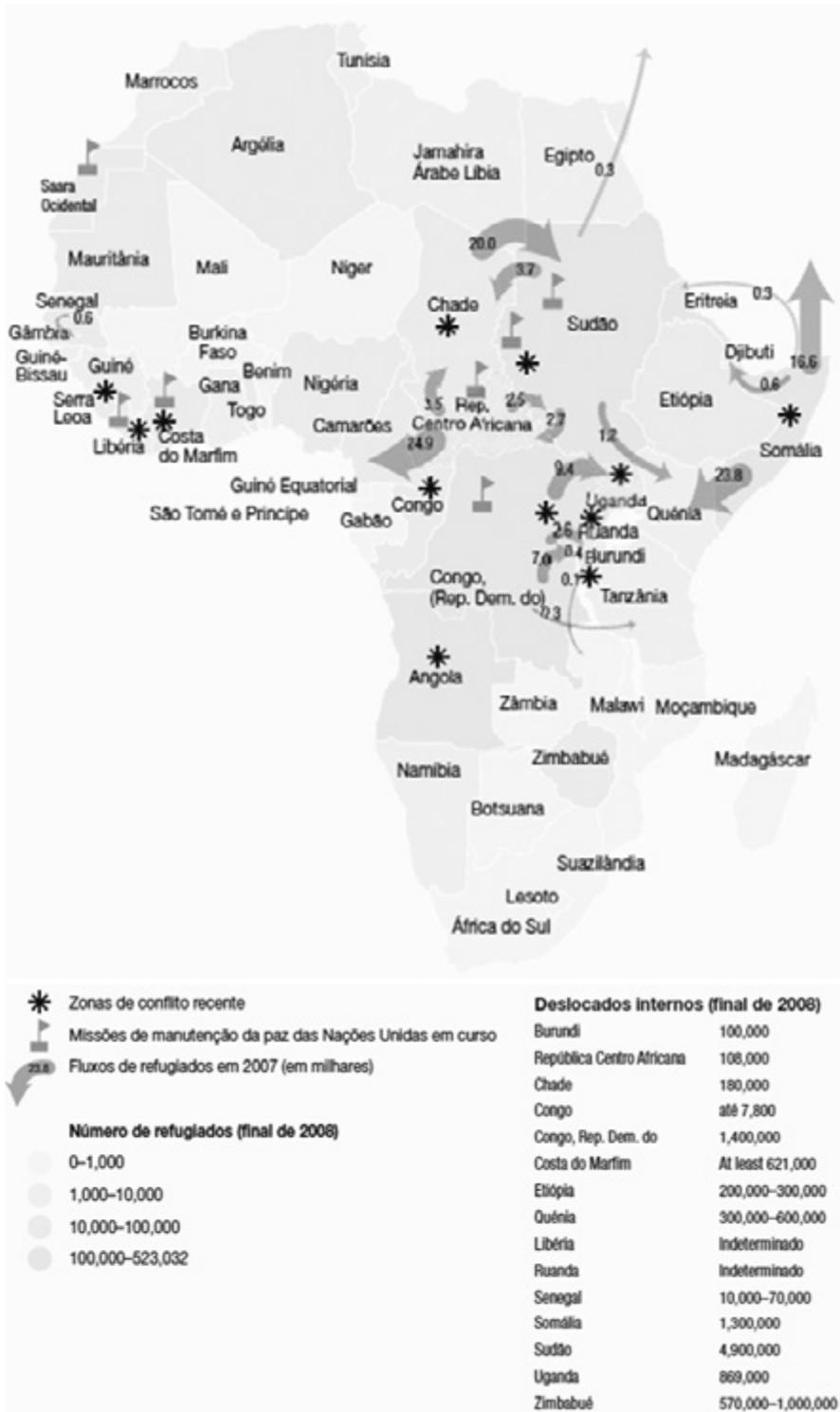
Os conflitos contemporâneos estão segundo o RDH (2009) cada vez mais associados às migrações. Um exemplo citado é o das pessoas de Darfur, no Sudão, “[...] que fugiram de suas aldeias ao se depararem com ataques que destruíram o seu gado e as suas colheitas, poços e casas, para irem se juntar àquilo que já era a maior população deslocada do mundo, resultante da longa guerra no sul do Sudão”.

Nesse caso, o continente africano tem sido o mais afetado com 13% de seus deslocamentos internacionais associados a conflitos. Observe no mapa a seguir as principais zonas de conflito no continente africano.

Há ainda os refugiados do meio ambiente, ou seja, a migração forçada devido a problemáticas ambientais. Dados divulgados no Atlas do Meio Ambiente revelam que o planeta pode ter cerca de 50 milhões de refugiados do clima em 2010 e 200 milhões até 2050.

Esse é um debate que se apresenta atualmente e, que é resultado da forma como nos organizamos espacialmente e, do modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo de uma forma geral.

FIGURA 41 – CONFLITO, INSTABILIDADE E DESLOCAMENTOS DA POPULAÇÃO NA ÁFRICA



FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos. Trad. de IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 1 jul. 2001.

LEITURA COMPLEMENTAR

IMIGRANTES BOLIVIANOS VIVEM COMO ESCRAVOS EM SÃO PAULO

Thiago Varella

“Morrer antes que viver como escravos”. Este é o lema da Bolívia, cantado no refrão do Hino Nacional do País. No entanto, é como ‘quase’ escravos que cerca de 50 mil bolivianos trabalham em fábricas de roupas em São Paulo.

Os imigrantes fazem turnos de até 16 horas em confecções de roupas nos bairros do Brás, Pari e Bom Retiro. O ambiente de trabalho é fechado, sem janelas e com pouca luz. Os bolivianos moram nas fábricas e precisam pagar tudo para o patrão, desde a máquina de costura que trabalham até a água, luz e comida. Por isso, acabam endividados e ‘presos’ nas confecções. Para garantir que os imigrantes não fujam, além de trancarem as portas das fábricas, os patrões ameaçam chamar a Polícia Federal para deportar aqueles em situação ilegal. A Bolívia ocupa a 113ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, a pior da América do Sul, e vive uma crise política e econômica que força seus habitantes a imigrarem. Assim como os brasileiros que vão ilegalmente aos Estados Unidos, na ilusão de melhorar de vida, os bolivianos são recrutados por ‘coiotes’, que oferecem trabalho, moradia e um salário de 300 a 400 dólares por mês.

As portas de entrada para o Brasil são as cidades de Corumbá (Mato Grosso do Sul), Cáceres (Mato Grosso), Guajará-Mirim (Amazonas, por via fluvial), Manaus (Amazonas, por via fluvial) e mais recentemente Foz do Iguaçu (Paraná), por onde entram ilegalmente pela Ponte da Amizade. “Eles vêm porque a situação, apesar de precária no Brasil, chega a ser, muitas vezes, melhor que na Bolívia. Alguns poucos mandam cerca de cem reais por mês para a Bolívia, mas muitos ficam sem comunicação com os parentes de lá, o que facilita a vinda de mais bolivianos para São Paulo”, disse Paulo Illes, coordenador do Centro de Apoio ao Migrante, entidade ligada à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica. De acordo com Illes, o sonho de todo boliviano é poder abrir a própria confecção, algo que poucos conseguem. O Centro de Apoio ao Migrante, além de ajudar os estrangeiros com assistência jurídica, cursos profissionalizantes e apoio às famílias, também promove uma campanha para a regularização dos ilegais.

Existem três maneiras para o cidadão estrangeiro tornar legal a sua permanência no Brasil. Casando com um(a) brasileiro(a), tendo filho brasileiro ou se tiver pais brasileiros. Recentemente, houve um acordo assinado pelo Brasil e pela Bolívia, o tratado prevê a legalização de todos os bolivianos que chegaram ao país antes de 15 de agosto deste ano.

Até agora nenhum boliviano se legalizou ajudado por esse acordo por causa do alto custo, de aproximadamente R\$ 1.200 por pessoa. “O acordo foi de

interesse puramente econômico e não humano. Estamos fazendo um abaixo-assinado para o Governo diminuir esse valor, ou cobrá-lo por família. Pedimos a regularização para eles poderem mudar de vida”, afirmou Illes. A imigração boliviana começou nos anos 60. Os árabes, donos das confecções, empregavam os coreanos que começaram a abrir suas próprias confecções e a contratar bolivianos. No começo, os bolivianos eram só empregados. Hoje alguns já são donos de fábricas. “Muitos bolivianos conseguem superar, se inserir na sociedade brasileira e trazer valores culturais para o Brasil”, contou Illes. Mas não são só bolivianos que entram ilegalmente no Brasil para trabalhar nas confecções. Muitos paraguaios e peruanos também estão vindo. “Os paraguaios, geralmente, vão morar em favelas e os peruanos alugam quitinetes para seis ou sete pessoas”, explicou o coordenador do Centro de Apoio ao Migrante. Para Illes, os bolivianos são desprezados pelos brasileiros. Antigamente, a colônia se reunia todos os domingos na praça Padre Bento, no Pari, para fazer festa, vender comidas típicas e se divertir. Porém, os moradores do lugar os expulsaram, acusando-os de bagunça e de sujar o espaço.

Hoje, a praça Cantuta, também no Pari, é o lugar escolhido por eles para promover sua festa, todos os domingos. “É uma praça menor, mas a festa é bonita. Tornou-se símbolo do desprezo brasileiro pela cultura diferente”, disse Illes.

FONTE: Disponível em: <<http://uniaocampocidadeefloresta.com/2010/12/22/imigrantes-bolivianos-vivem-como-escravos-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você estudou que:

- A migração é reconhecida como característica da sociedade contemporânea.
- O desenvolvimento desigual das regiões do mundo e a multiplicação de conflitos têm intensificado os movimentos migratórios.
- A urbanização aparece como um fenômeno importante para a compreensão da distribuição espacial das sociedades e suas implicações na sociedade contemporânea.
- Além de a cidade ser o lugar onde vive a maior parcela da população em diversos países, é nela que se concentram os principais investimentos das atividades ali localizadas e a cidade é também o principal lugar dos conflitos sociais.
- O espaço urbano e sua complexidade são hoje um campo de pesquisa para o geógrafo e também um laboratório para os professores de Geografia, já que nele se materializam o cotidiano e as condições da população em diferentes lugares.
- Um dos grandes dilemas das sociedades contemporâneas é o destino das metrópoles.
- O movimento migratório (temporário ou definitivo) sempre esteve presente na história da humanidade. O deslocamento da população, que chamamos de migração pode acontecer dentro do país (entre regiões, estados e municípios), as migrações internas ou entre países, migrações externas.
- O atual processo de globalização, marcado, dentre outras coisas, pela disseminação de meios de transporte em massa, facilitou um aumento dos fluxos migratórios, por outro lado, o discurso do “mundo sem fronteiras” é para poucos e, atualmente não tem sido tão fácil migrar.
- O saldo migratório é importante fator de crescimento demográfico e, revela características importantes para compreensão da distribuição espacial da população.
- Até a década de 1970, os fenômenos de urbanização e redistribuição espacial da população brasileira estão fortemente marcados pelos fluxos migratórios.
- No Brasil, historicamente, os movimentos migratórios estão bastante relacionados aos ciclos econômicos e a busca das pessoas por melhores condições de vida.

- A partir da década de 1980, o Brasil passou a ser uma importante região de origem de emigrantes internacionais.
- Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as estimativas de brasileiros vivendo no exterior são de mais de 3 milhões de pessoas. Os Estados Unidos, Japão e alguns países da América do Sul são o principal destino dos brasileiros.
- O Brasil segundo a Organização Internacional de Migração (OIM) é o segundo maior receptor de remessas da América Latina, atrás somente do México.
- Em âmbito mundial, é possível dividir os emigrantes em dois grupos: os que se deslocam voluntariamente e os que são forçados a migrar. No primeiro caso, estão os que buscam trabalho, estudo ou, ainda se juntar a familiares. O segundo grupo é composto por aqueles que são obrigados a deixar o seu país de origem por conta de conflitos, perseguições ou desastres naturais: os refugiados.
- As migrações internacionais refletem hoje a atual contradição entre os países do mundo, intensificadas pelo processo de globalização.
- Refugiados afegãos e iraquianos representam quase metade de todos os refugiados sob responsabilidade do ACNUR no mundo.
- O continente africano tem sido o mais afetado por deslocamentos internacionais associados a conflitos.
- Há ainda os refugiados do meio ambiente, ou seja, a migração forçada devido a problemáticas ambientais.



- 1 Analise o trecho a seguir e, a partir do mesmo e com base nos estudos realizados neste tópico, explique o processo de migração no mundo contemporâneo.

“Oficialmente, 20 mil africanos, ou cerca de 100 mil, de acordo com um pesquisador da Universidade de Hong Kong, vivem ou estão de passagem por esta “*africantown*” [...]. Desde a sua entrada no cenário do comércio internacional, a China tem exercido uma poderosa atração sobre os países das ex-colônias”.

FONTE: COLOMA, T. China: o novo destino dos africanos. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 3, n. 34, maio 2010.

- 2 O Censo 2000 mostrou algumas tendências e novos espaços na redistribuição populacional. Mostrou que os deslocamentos entre as regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais, entre entradas e saídas, destacou-se a Região Nordeste que apresentou a maior perda absoluta (760 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda. Como são chamados os deslocamentos entre regiões? Comente a respeito dessa tendência observada no Brasil e sua relação com os fluxos migratórios ocorridos no Brasil no século XX.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1 INTRODUÇÃO

As condições históricas de desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos países do mundo marcam profundamente as relações contraditórias que se estabelecem entre as poucas nações ricas e a maioria das que apresentam profundas desigualdades internas e não oferecem o básico às suas populações.

O atual processo de globalização tem, ao contrário do discurso que se divulga, agravado as desigualdades entre os países, fragmentando os territórios e os processos produtivos a partir da Divisão Internacional do Trabalho e, instalando a contradição. Essa contradição se materializa no território, que é a matriz da vida social, econômica e política da sociedade. Tratar do tema desenvolvimento humano a partir de indicadores sociais, significa lançar um olhar mais apurado para as questões que envolvem a dinâmica populacional. Esses, é claro, mostram parte da realidade observada de fato no cotidiano das pessoas, mas nos auxilia na luta por melhores condições às populações menos favorecidas, assim como nos faz perceber a permanência de problemas graves que envolvem a condição de vida das populações e, o desafio que os profissionais ligados às ciências humanas têm pela frente.

Tratar de temas sociais no Brasil e no mundo significa observar mais de perto a questão das desigualdades espaciais, econômicas, sociais, ou seja, de oportunidades. Destacamos aqui a importância dos conceitos e compreensão das dinâmicas demográficas para a discussão que propomos nesse tópico.

Apesar de “mascararem” a realidade, a demanda por indicadores sociais tem crescido significativamente em diferentes esferas da sociedade como: diagnóstico e monitoramento da realidade municipal, estadual ou nacional, planejamento de políticas públicas, condições de saúde, acesso a serviços urbanos, educação e emprego e renda.

As discussões e os temas abordados ao longo deste tópico são um breve olhar sobre as questões que envolvem o desenvolvimento humano e, necessariamente precisam ser mais aprofundadas e estudadas por você, acadêmico(a) em formação. Ao longo deste tópico, você conhecerá algumas formas de classificar os países, elaboradas historicamente e, a mais utilizada atualmente para diferenciar o grau de desenvolvimento dos países. Abordaremos também as implicações da desigualdade e pobreza, assim como, apresentaremos indicadores utilizados com bastante frequência em estudos e relatórios envolvendo o desenvolvimento humano dos países.

Esse tópico complementa as discussões trazidas nos outros dois e, oferece elementos para pensarmos questões importantes envolvendo a população mundial.

Bons estudos a todos!

2 O DESENVOLVIMENTO E O SUBDESENVOLVIMENTO

A abordagem do tema desenvolvimento humano requer uma reflexão acerca das origens históricas das classificações criadas para determinar o nível de desenvolvimento dos países e, que utilizamos atualmente nos estudos envolvendo a compreensão da organização do espaço mundial.

A partir da década de 1950, observaram-se diferentes maneiras de classificar os países do mundo utilizando exclusivamente o critério econômico. Na década de 1950, o economista francês Alfred Sauvy utilizou pela primeira vez a expressão “Terceiro Mundo”. Esta expressão tinha como intuito mostrar as grandes desigualdades socioeconômicas e políticas existentes entre os países. Assim, os países do então designado “Terceiro Mundo” eram aqueles que estavam à margem do cenário político-econômico mundial.

A expressão “Terceiro mundo” teria sido utilizada por Sauvy em analogia à sociedade francesa do século XVIII que era na época, dividida em três camadas sociais: o primeiro, o segundo e o terceiro Estado. O terceiro Estado era composto pelos trabalhadores em geral e, os proprietários dos meios de produção, enquanto o primeiro e o segundo eram compostos respectivamente pelo clero e a nobreza. O “Terceiro Mundo” seria então o grupo de países dependentes e explorados historicamente.

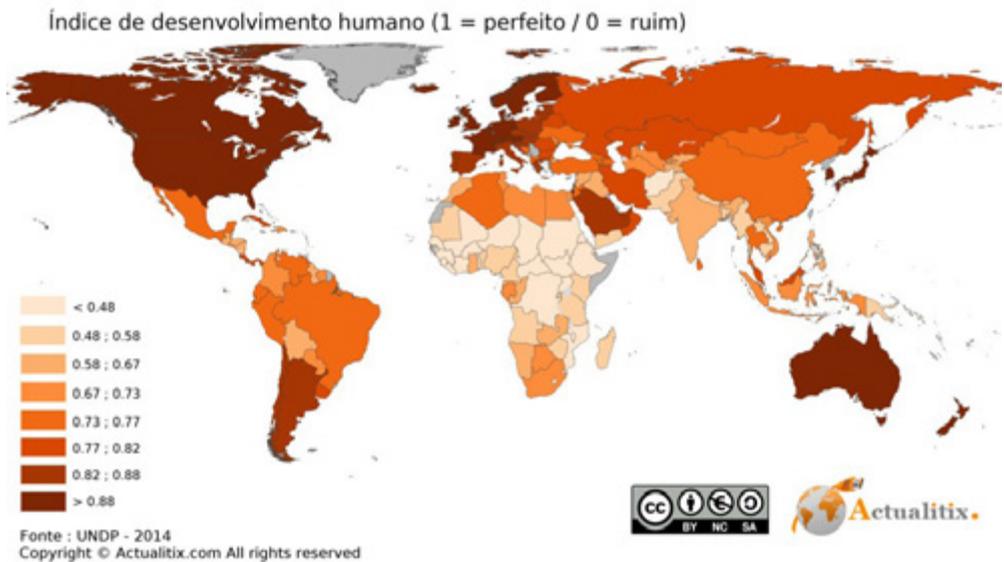
Essa forma de classificação se popularizou a partir da década de 1960 e os países passaram a ser regionalizados como: “Primeiro Mundo”, composto pelos países capitalistas de economia desenvolvida; “Segundo Mundo”, formado pelos países socialistas de economia planejada e o “Terceiro Mundo”, composto pelos países capitalistas menos desenvolvidos economicamente. Portanto, essa foi uma classificação bastante utilizada no contexto da Guerra Fria, o chamado mundo bipolar.

Com a desatualização dessa classificação a partir da década de 1990, outras surgiram para expressar a organização do espaço mundial atual. Uma delas foi a divisão entre os países ricos ou centrais e os países pobres ou periféricos. Essa forma de dividir o mundo utilizou exclusivamente critérios econômicos. Assim, temos o centro formado por um pequeno número de países, os mais industrializados, que exercem dominação econômica, financeira, tecnológica e militar sobre as áreas periféricas.

Atualmente, a forma de classificação mais utilizada é aquela que considera o nível de desenvolvimento social das nações e, mede o desenvolvimento humano através do índice criado pela ONU.

Além dos termos desenvolvidos e subdesenvolvidos, há atualmente os países classificados como **países em desenvolvimento**. Esses países geralmente são industrializados e, se destacam economicamente no cenário mundial, porém apresentam grande desigualdade na distribuição de renda, fazendo com que persistam a pobreza e os problemas estruturais. A sigla BRICS formulada em 2001, pelo economista-chefe da Goldman Sacks, ilustra bem esses exemplos. Juntos Brasil, Rússia, Índia, China e, recentemente África do Sul, representaram um crescimento de 65% no PIB mundial, entre 2003 e 2007, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores.

FIGURA 42 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 2003



FONTE: Disponível em: <<https://pt.actualitix.com/pais/wld/indice-de-desenvolvimento-humano-por-pais.php>>. Acesso em: 3 out. 2018.

2.1 OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Diante dessas classificações criadas para designar diferentes países, temos as origens dessas condições que por vezes permanecem ou avançam no atual processo de globalização, em que teoricamente os países estão cada vez mais interligados. É preciso refletir sobre o papel histórico dos países que hoje designamos subdesenvolvidos, sua formação histórica e a forma como se deram seus processos de “independência”. E, além disso, analisar o atual papel desses mesmos países no contexto da atual Divisão Internacional do Trabalho. Estaríamos segundo Porto-Gonçalves (2006) diante de um “sistema-mundo modernocolonial”, haja vista, a maioria dos países subdesenvolvidos continuarem a suprir as necessidades de matéria-prima e alimentos dos mais desenvolvidos econômica e tecnologicamente, condição também denominada por neocolonialismo.

O trecho a seguir, extraído do Jornal Folha de São Paulo escrito por Carolina Montenegro, divulgado em 09 de julho de 2011, é um exemplo bastante atual da relação entre os países do mundo, mais preocupante ainda quando acontece no continente africano. Reflita sobre o trecho e troque ideias com seus colegas sobre essa situação.

NA ÁFRICA, NASCE HOJE O SUDÃO DO SUL, PAÍS MAIS POBRE DO GLOBO

Independência é resultado de referendo aprovado em janeiro e ocorre após décadas de guerra com o atual Sudão. Novo país, com quase 10 milhões de habitantes, ostenta péssimos indicadores e há receios sobre sua viabilidade.

Sob o olhar preocupado da comunidade internacional, nasce hoje o 193º país do mundo. Devastado por décadas de guerras civis, o Sudão do Sul partilhará com Somália e Afeganistão os piores indicadores sociais do planeta. [...] O país é o lugar no mundo onde mais morrem grávidas e recém-nascidos, e 90% das mulheres são analfabetas. Falta tudo no novo país: hospitais, escolas, esgoto, iluminação, polícia. Estradas são poucas e precárias. Na capital Juba, há apenas uma rua asfaltada. No lugar de táxis, garotos levam estrangeiros na garupa de motos, as “boda-bodas”. Só não faltam Coca-Cola e esperança. As garrafinhas vermelhas eram vendidas quentes, mesmo num precário posto da alfândega na fronteira com a Uganda [...]. Os jovens esperam que a vida vá melhorar da noite para o dia, que vão conseguir emprego, estudo. A geração mais velha está radiante em testemunhar a independência depois de duas décadas de guerra [...]. Disputas por terras e reservas de petróleo nas regiões fronteiriças de Abyei e Kordofan do Sul, porém, ainda trazem instabilidade, apesar de o sul ter legitimado sua secessão em referendo em janeiro. O sul abriga 80% do petróleo sudanês, mas depende das refinarias do norte para exportar. Os EUA são o principal ator internacional no país e investe em infraestrutura, para fazer frente à presença chinesa no norte. Ontem, a ONU aprovou nova força de paz para o Sudão do Sul, com 7900 homens.

FONTE: Folha de São Paulo escrito por Carolina Montenegro, divulgado em 09 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/941319-na-africa-nasce-hoje-o-sudao-do-sul-pais-mais-pobre-do-globo.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

Eduardo Galeano, escritor e jornalista uruguaio, em seu livro intitulado “As Veias Abertas da América Latina”, já afirmava, na década de 1980, que a industrialização dos países latino-americanos não alterou a organização da desigualdade no mercado mundial. E assim coloca que:

Há nos mercados internacionais um virtual monopólio da demanda de matérias-primas e de ofertas e de oferta de produtos manufaturados; ao inverso, os ofertantes de produtos básicos, que são também compradores de bens acabados, operam dispersivamente: alguns, os fortes, atuam congregados em torno da potência dominante, os Estados Unidos, que consome quase tanto como todo o resto do planeta; os outros, os fracos, operam isolados, competindo, oprimidos contra oprimidos, entre si. Não existe nos chamados mercados internacionais o chamado jogo da oferta e da procura, mas sim a ditadura de um sobre o outro, sempre em benefício dos países capitalistas desenvolvidos. (GALEANO, 1983, p. 256).

Qual o papel dos países latino-americanos, africanos e alguns países asiáticos no atual processo de globalização? Que aspectos podem ser listados ao analisarmos a dinâmica desses países no cenário mundial? O mundo globalização tem de fato, diminuído as diferenças entre os mais ricos e mais pobres?

Para Santos (2008, p. 45) “um país subdesenvolvido é uma Formação Socioeconômica dependente, um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por esse motivo, sua organização do espaço é dependente”. Assim, as forças externas agiriam através de sua própria lógica, impondo inovações técnicas com o único objetivo de acumular capital. A instalação de atividades exógenas, porém resultam numa diminuição de recursos possíveis de serem utilizados socialmente, pois para facilitar a instalação de atividades externas, os países gastam com construção de infraestruturas e aquisição de bens e serviços para subsidiar as atividades modernas. A complexidade e a contradição que se observam nas relações travadas espacialmente e socialmente nos países subdesenvolvidos estão marcadas pelas relações contraditórias entre o Estado-Nação e as atividades modernas, representadas principalmente pelas empresas multinacionais e os monopólios. A partir do momento em que se aceita um modelo de crescimento orientado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre a organização espacial (SANTOS, 2008) e, ao ser adotada essa ideologia para a maioria dos países subdesenvolvidos, o Estado permite e cria incentivos para que os modernizadores possam se instalar e operar nesses países. Ainda segundo Santos (2008, p. 46), “a estrutura dos gastos públicos transforma-se, orientando-se de preferência para a construção de infraestruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais barato às empresas modernas que à população.

É importante destacar que o subdesenvolvimento abriga uma série de características. Em alguns países subdesenvolvidos existem indústrias modernas e taxas de crescimento significativas, o que os difere dos países desenvolvidos é a extrema concentração de renda, como o Brasil e a África do Sul, por exemplo. O alto índice de pobreza também define o subdesenvolvimento, evidenciando o problema de distribuição de renda.

Nos países desenvolvidos, apesar do elevado padrão de vida da população, também se observam problemas sociais como, pobreza, fome, violência, porém esses problemas atingem uma parcela menor da população.

Através da tira do cartunista argentino Quino, é possível refletir a respeito do termo subdesenvolvido.

FIGURA 43 – SUBDESENVOLVIMENTO



FONTE: Disponível em: <<http://jarbasmuvucado.blogspot.com/2009/09/mafalda-e-o-subdesenvolvimento-socio3.html>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento são frutos da história, foram termos criados a partir de relações desiguais entre países e classes sociais. Esta construção criada a partir dos termos desenvolvimento e subdesenvolvimento traz como questão central a problemática ambiental e uma transformação importante na geografia social e de poder mundial, “[...] na medida em que se dissocia o lugar onde se extrai a matéria do lugar onde ela é transformada e consumida”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 28). Nesse sentido, essa condição de subdesenvolvimento aparece em muitos indicadores sociais e econômicos e, mais fortemente na realidade e no cotidiano das pessoas que vivem nesses países, marcados pela extrema desigualdade, pobreza e inúmeras mazelas sociais. O subdesenvolvimento aparece nas leituras envolvendo a dinâmica populacional, pois essa condição histórica parece justificar a persistência de graves problemas que atingem a maioria da população que se organiza nos países assim classificados. Além disso, deve ficar claro que o subdesenvolvimento não é uma etapa para se chegar ao desenvolvimento, mas uma condição de formação histórica, social, econômica e cultural dos diferentes países do mundo.

3 POBREZA, DESIGUALDADE E SUAS IMPLICAÇÕES

A desigualdade social é um dos maiores problemas da humanidade e, está diretamente relacionada a muitos conflitos entre povos e, também à persistência de epidemias e outros males atrelados às más condições de vida em todo o mundo. Basicamente, a desigualdade é resultado da má distribuição de renda. Esta caracteriza o perfil social na maioria dos países e, em termos de organização do espaço mundial separa um número restrito de países ricos do resto das nações.

Conforme Porto-Gonçalves (2006, p. 37), desde 1973, as diferenças de renda na América Latina só têm piorado,

[...] a renda média dos 20% dos que obtêm renda é, hoje, 16 vezes mais alta do que a dos 80% restantes. No Brasil essa diferença chega a ser de 25 para 1, comparado com 10 para 1 na Europa Ocidental e de 5 para 1 nos Estados Unidos. No ano 2000, cerca de 800 milhões de pessoas não tinham emprego assalariado. E a população conjunta de desempregados e subempregados é mais ou menos a metade da população mundial, já que 3 bilhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares diários.

No processo de superação das desigualdades, a luta contra a pobreza é uma das prioridades no mundo contemporâneo. Mas o que é ser pobre? Para iniciar essa discussão é necessária uma caracterização adequada para definir quem é pobre? Para se definir a linha de pobreza, os critérios mais comumente utilizados são os padrões de renda e consumo.

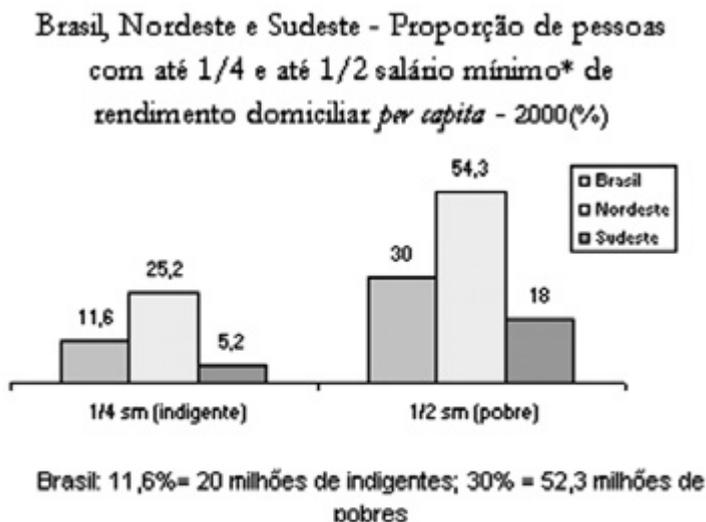
De acordo com Bava (2011, p. 4) “há um consenso entre os especialistas da área de que a pobreza se mede a partir da capacidade de consumo privado e das condições de acesso a serviços básicos”. O mais pobre, o miserável, o indigente é aquele que não tem renda para adquirir a cesta alimentar para atender as suas necessidades nutricionais.

A definição da linha de pobreza é uma decisão política, mas ela é definida não só pela insatisfação das necessidades alimentares, mas pela falta de acesso a condições dignas de moradia, vestuário, higiene, transporte, educação, entre outros.

A incidência de pobreza medida pela CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe – também considera esses fatores. Utiliza-se a noção de pobreza multidimensional. Essa medição é realizada por meio da aplicação de método similar ao das necessidades básicas insatisfeitas (NBI). Nesse caso, a medição da pobreza avalia as incidências de carências básicas da população em dimensões como moradia, acesso à água potável e saneamento e educação. Assim consideram-se pobres os que têm duas ou mais privações nos âmbitos avaliados.

As estatísticas de pobreza elaboradas por diferentes instituições nem sempre são comparáveis, pois adotam metodologias diferentes para definir se um indivíduo é pobre ou não. De acordo com o IBGE, no Brasil, a metodologia utilizada toma como referência o salário-mínimo. Assim, se define uma família como extremamente pobre (indigente) aquela cujos limites salariais ficam em torno de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo familiar *per capita* e pobre com $\frac{1}{2}$ do salário mínimo familiar *per capita*. Os mais pobres entre os pobres no Brasil estão no Nordeste e, as diferenças regionais são mais evidentes quando se comparam as regiões Nordeste e Sudeste.

FIGURA 44 – PROPORÇÃO DE INDIGENTES E POBRES NO BRASIL



Fonte: IBGE/PNAD, 2002

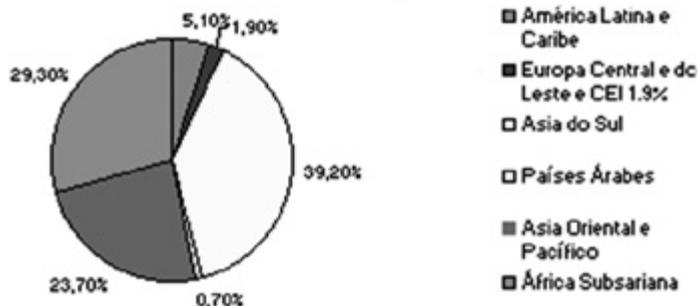
*Referência usada no Brasil para determinar os limites de renda abaixo dos quais a pessoa é considerada, respectivamente, indigente e pobre.

FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/index_lista_objetivos.html>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Já o Banco Mundial utiliza o dólar PPC (paridade do poder de compra) e estabelece a linha de pobreza em US\$ 2/dia. Mas, segundo Bava (2011, p. 4) “[...] é bom lembrar que, com US\$2/dia para consumo, ninguém deixou de ser pobre”.

FIGURA 45 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POBREZA

Panorama Mundial: Distribuição regional da população que vive com menos de 1 dólar PPC* por dia - 2000



Total mundial: 1.100 milhões de pessoas em 2000

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. PNUD

* Dólar PPC (Paridade do Poder de Compra) elimina as diferenças de custo de vida entre os países.

FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/index_lista_objetivos.html>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Milton Santos (2002) afirmou que no último meio século, os países subdesenvolvidos conheceram três tipos de pobreza: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural.

A pobreza incluída, segundo Santos (2002, p. 70) é “[...] uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano [...]”. A pobreza incluída fazia parte de um contexto onde o consumo não era tão difundido e o dinheiro ainda não tinha uma lógica tão voltada ao social obrigatório.

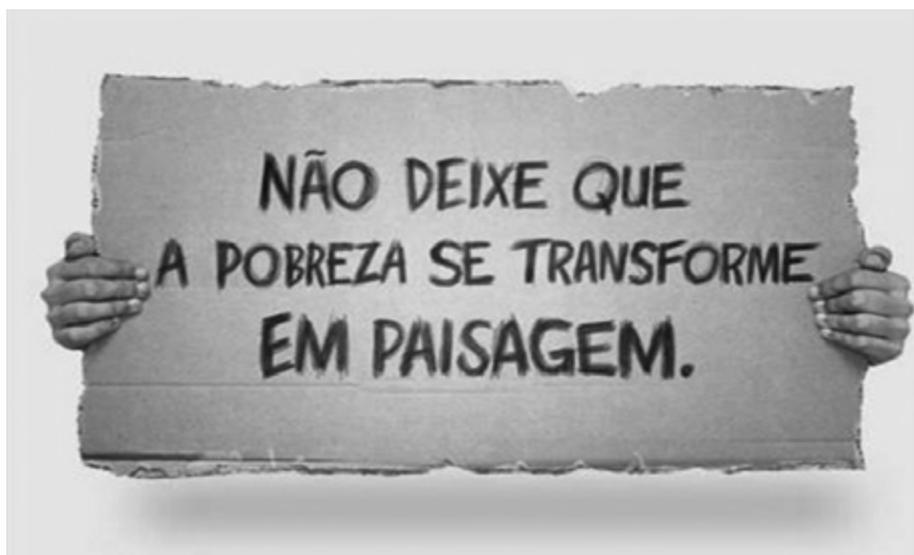
Num segundo momento, ainda segundo Santos (2002, p. 71) a pobreza passa a ser identificada “[...] como uma doença da civilização [...]” e, sua produção acompanha o processo econômico. Nesse contexto, o consumo passa a ser o centro para a explicação de diferenças e percepções de determinadas situações, dando à pobreza novos conteúdos e definições. Nesse sentido,

além da pobreza absoluta, cria-se e recria-se incessantemente uma pobreza relativa, que leva a classificar os indivíduos pela sua capacidade de consumir e, pela forma como o fazem. O estabelecimento de “índices” de pobreza e miséria utiliza esses componentes. Ainda nesse segundo momento, que coincide com a generalização e o sucesso da ideia de subdesenvolvimento e das teorias destinadas a combatê-lo, os pobres eram chamados de marginais. Para superar tal situação, considerada indesejável, torna-se, também, generalizada a preocupação dos governos e das sociedades nacionais, por meio de suas elites intelectuais e políticas, com o fenômeno da pobreza, o que leva a uma busca de soluções de Estado para esse problema, considerado grave, mas não insolúvel. (SANTOS, 2002, p. 71).

Nesse contexto descrito por Santos, o êxito das políticas de bem-estar social em tantos países da Europa ocidental, funcionava como inspiração aos países pobres que, passam a se comprometer, ao menos ideologicamente, com a luta contra a pobreza e suas implicações. Assim, é possível encontrar meios para trilhar esse caminho. A luta contra a pobreza e a desigualdade ainda é bastante presente nesses países, inclusive no Brasil, cuja luta contra pobreza e miséria é um dos principais *slogans* do governo federal.

Na periodização proposta por Milton Santos, estaríamos vivendo hoje um novo tipo de pobreza, a pobreza estrutural globalizada. Nesse atual período, a produção da pobreza envolve várias dinâmicas. É necessário compreender o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração para o emprego, que é cada vez pior, além da “ausência” do Estado para as tarefas de proteção social. Nesse estágio, trata-se de uma pobreza generalizada. A pobreza atual parece naturalizar-se. Para Santos (2002, p. 72) essa naturalização da pobreza “[...] seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais e, contrariamente às situações precedentes, com a conivência de intelectuais contratados – ou apenas contatados – para legitimar essa naturalização”.

FIGURA 46 – MENSAGEM CONTRA NATURALIZAÇÃO DA POBREZA



FONTE: Disponível em: <<http://www.grandesmensagens.com.br/frases-de-pobreza.html>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Nesta fase, os pobres não são incluídos e nem marginalizados, passam a ser excluídos. “É uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais”. (SANTOS, 2002, p. 73).

Dentre os objetivos do milênio, o primeiro deles é erradicar a pobreza extrema e a fome. Assim, as duas primeiras metas são reduzir para metade, entre 1990 e 2015 a proporção das pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar PPC por dia e, reduzir para metade, entre 1999 e 2015 a proporção de pessoas que sofrem de fome.



Em setembro de 2000, na Cúpula do Milênio, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), os líderes das grandes potências mundiais e os chefes de Estado de 189 países, entre eles o Brasil, discutiram a gravidade do estado social de muitos países do mundo e definiram 8 objetivos que apontam para ações em áreas prioritárias para a superação da pobreza. Esses objetivos, chamados como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio apresentam metas detalhadas em indicadores, que devem ser alcançadas, em sua maioria, até 2015.

O Brasil é um dos países de maior desigualdade no mundo, onde a riqueza, portanto, é das mais concentradas. Assim, conforme Bava (2011), para erradicar a miséria e reduzir a pobreza, é necessário adotar medidas de transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres. Ainda segundo o autor (BAVA, 2011, p. 5):

o fato é que a concentração de renda gera o empobrecimento generalizado, e o retrato do Brasil em 2009 é expressão desse processo. As classes D e E, que reúnem 67 milhões de brasileiros, têm uma renda *per capita* diária de R\$ 8,14. E a classe C, com 93 milhões de brasileiros, vive com uma renda *per capita* diária de R\$ 14,18. São 160 milhões de brasileiros abaixo da renda que o Dieese define como a do salário mínimo.

FIGURA 47 – CHARGE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PAÍS



FONTE: Disponível em: <<http://www.edgard-costa.eu/?p=865>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

O Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – calcula o valor do salário - mínimo e, com base na lei do salário - mínimo afirma que ele deveria ter sido de R\$ 2.223 no mês de janeiro deste ano, um valor 4 vezes maior que o atual. Observe a seguir os valores calculados pelo Dieese para os primeiros meses de 2011:

QUADRO 5 – CÁLCULO DO DIEESE PARA O SALÁRIO - MÍNIMO NECESSÁRIO

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2011		
Maio	R\$ 545,00	R\$ 2.293,31
Abril	R\$ 545,00	R\$ 2.255,84
Março	R\$ 545,00	R\$ 2.247,94
Fevereiro	R\$ 540,00	R\$ 2.194,18
Janeiro	R\$ 540,00	R\$ 2.194,76

FONTE: Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

O combate à pobreza e erradicação da miséria se dá, conforme Bava (2011), através de duas frentes: a do consumo privado e a das políticas públicas. Para o consumo privado são necessários a ampliação da oferta de empregos, o aumento do valor do salário e apoio a iniciativas que fortaleçam, multipliquem e articulem pequenos negócios, cooperativas, associações, gerando novos postos de trabalho. Já no que diz respeito às políticas públicas, é necessário expandir e qualificar ações que articulem um novo pacto federativo, ou seja, uma nova relação entre o governo federal, estaduais e municipais, descentralizando recursos e poderes de gestão para os municípios. Assim, é necessário criar novas políticas públicas e mecanismos efetivos de participação cidadã e controle social.

Seria necessário, ainda segundo o autor, destinar mais recursos aos municípios. Na Suécia, por exemplo, mais de 70% do orçamento fica com os municípios, enquanto no Brasil seja algo em torno de 20%. Além disso, é preciso reforçar a capacidade de atendimento das necessidades sociais por parte do Estado.

O quadro apresentado acima e, que é realidade em muitos países subdesenvolvidos é resultado de uma política histórica de abertura ou dependência econômica e, que no atual contexto parece ampliar-se em função da Divisão Internacional do Trabalho, por isso, além de pensarmos nas questões internas envolvendo os países, é necessário compreender também o processo de geração de exclusão, pobreza e miséria gerado em torno de dinâmica mundial.

3.1 IMPLICAÇÕES DA MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

As implicações da concentração de renda e dos índices de pobreza e miséria observados nos países subdesenvolvidos têm implicações diretas nas condições de vida da população que ocupa esse espaço e, se reflete na questão do acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia.

Por isso, é nesses países onde é possível verificar as mais altas taxas de mortalidade, as expectativas de vida mais baixas, os baixos índices de acesso a saneamento básico e água potável e doenças e, também dados inferiores à taxa de alfabetização, anos de escolaridade e capacidades relacionadas à aquisição do conhecimento necessário à formação de cidadãos.

De acordo com Helene e Horodynski-Matsushigue (2011, p. 11):

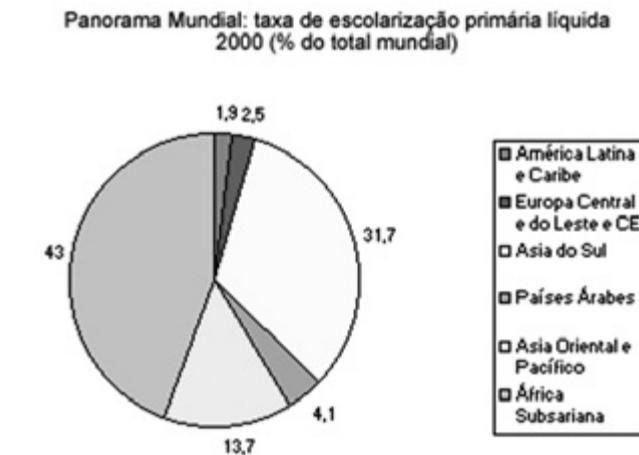
Há um aspecto perverso em nosso sistema escolar, que tem a ver com um dos maiores problemas brasileiros, que é a concentração de renda e a desigualdade social. Como essa desigualdade penetra integralmente no sistema educacional, nossa população é escolarizada de forma muito desigual, tanto quantitativamente como qualitativamente, obviamente em detrimento das camadas mais desfavorecidas.

Essa desigualdade educacional atual contribuirá para a formação de uma população desigual, assim como já o foi historicamente, já que desigualdade educacional do passado contribui para as atuais desigualdades sociais e econômicas na atualidade.

Dentre os países que participaram da versão mais recente do PISA (*Programme for International Student Assessment*), num universo de 65 países, o Brasil ocupa o 53º lugar em compreensão de Leitura e em Ciências, e o 57º em Matemática, à frente apenas de países de muito menor expressão no cenário mundial. Mas ainda segundo Helene e Horodyski-Matsushigue (2011), os resultados revelados pelo PISA são apenas parciais, pois não inclui estudantes com menos de seis anos de escolarização formal nem os jovens que já foram excluídos da escola, que totaliza cerca de 20% dos brasileiros de 15 anos. Assim se esses jovens fossem incluídos na avaliação, nossa média seria ainda pior. Por isso, ainda segundo os autores (Id. Ibid), “pouco será conquistado na prática, se continuarmos a elaborar planos sem que seja definido muito claramente quem deve cumprir as metas estabelecidas, em que prazo e, quais as condições materiais, em especial financeiras e orçamentárias, que deverão mobilizar para isso”.

Além disso, dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de 2010, indicam que o Brasil investe (em valores PPC – paridade de poder de compra) por estudante do Ensino Médio apenas um quinto do que fazem outros países. No Ensino Fundamental, os investimentos, por estudante, são de aproximadamente um terço dos valores médios e, mesmo assim apenas um quinto dos recursos destinados à educação básica pelos Estados Unidos. É possível observar no gráfico a seguir que as maiores porcentagens de crianças fora da escola em idade para frequentar esse nível de ensino estão na África Subsaariana e Ásia do Sul.

FIGURA 48 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO POR GRANDES REGIÕES DO MUNDO

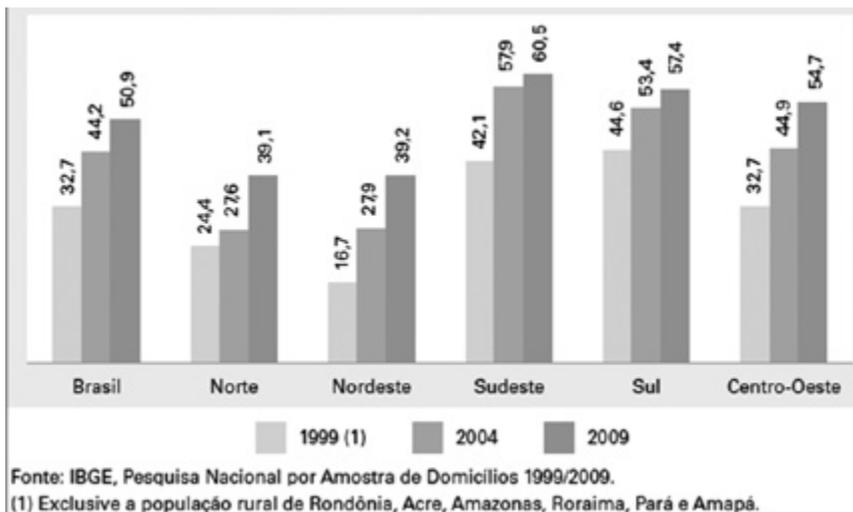


Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 - PNUD
Nota: % de crianças fora da escola primária com idade para frequentar esse nível de ensino dividido pelo total de crianças nesta faixa etária.

FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/index_lista_objetivos.html>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Já no Brasil, a distribuição da população mais escolarizada está nas regiões mais desenvolvidas do país, fato que demonstra também a desigualdade entre as regiões brasileiras no que diz respeito aos indicadores.

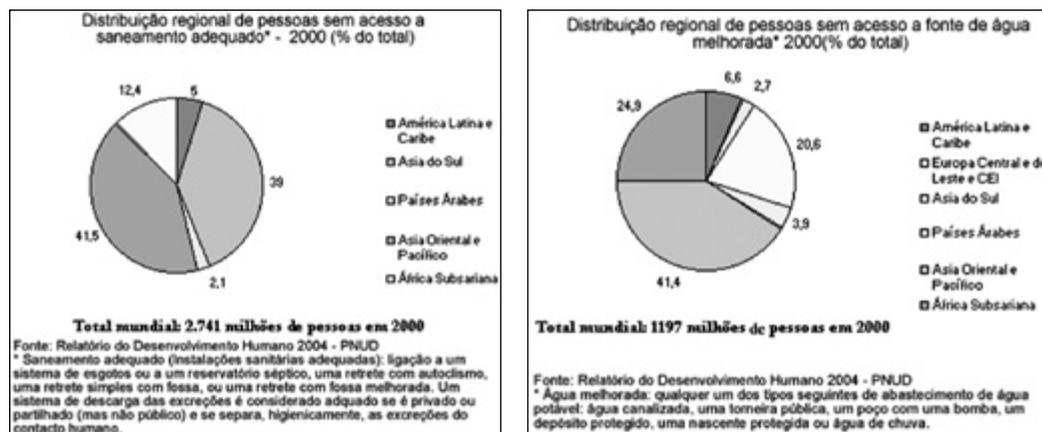
FIGURA 49 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA DOS ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 1999/2009



FONTE: Síntese de Educadores Sociais, 2010. (IBGE). Disponível em: <[http://4.bp.blogspot.com/_spsZ0VpeHDA/TJZaECcHoHI/AAAAAAAAAog/f9-_dHiJ9Mw/s1600/get+\(1\).jpg](http://4.bp.blogspot.com/_spsZ0VpeHDA/TJZaECcHoHI/AAAAAAAAAog/f9-_dHiJ9Mw/s1600/get+(1).jpg)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

No que diz respeito ao acesso a serviços básicos, os resultados do último Censo Demográfico nos mostra que esse acesso a serviços públicos foi ampliado nos últimos dez anos, mas em alguns casos, em ritmo menor do que na década anterior (de 1991 a 2000). No caso do acesso à energia, houve uma melhoria, chegando a 98,7% dos lares brasileiros. Porém, a pior situação continua a ser a do saneamento básico, ausente ou inadequado em quase metade dos domicílios brasileiros (45%). Já em escala mundial, a África Subsaariana e a Ásia do Sul continuam a liderar a falta de acessos a serviços básicos como saneamento e acesso à água potável.

FIGURA 50 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE PESSOAS SEM ACESSO A SANEAMENTO ADEQUADO E À FONTE DE ÁGUA MELHORADA



FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

A partir desses dados, é possível refletir sobre a desigualdade e a pobreza no mundo, assim como, notar que ainda há muito por ser feito em termos de desenvolvimento humano e ampliação de acesso a serviços básicos para a maioria da população mundial. Assim, se justifica a importância de conhecer os dados que cruzados com os aspectos demográficos da população nos oferecem uma noção da situação mundial e, o grande desafio que nos é colocado enquanto profissionais envolvidos com as ciências humanas e a organização do espaço geográfico.

3.2 A FOME NO MUNDO

A questão crescimento populacional *versus* produção de alimentos é essencial para discutirmos a fome no mundo hoje. Já no século XVIII, conforme mencionado no Tópico 1 desta Unidade, o economista britânico Thomas Robert Malthus defendeu a teoria de que a população crescerá numa proporção bem maior do que a produção de alimentos. Porém, Malthus tomava como realidade a Inglaterra do início da Revolução Industrial e, não previa que a tecnologia poderia possibilitar um grande aumento na produção de alimentos. Os neomalthusianos trouxeram novamente a teoria de Malthus, após a Segunda Guerra Mundial, para afirmar que os problemas relacionados à fome e à miséria eram consequências das elevadas taxas de natalidade nesses países. A discussão, porém é muito mais complexa e, tem relação direta com o subdesenvolvimento. A discussão da fome hoje passa pela abordagem da má distribuição de alimentos e não da falta dos mesmos. Milton Santos, em trecho do documentário de Silvio Tendler, “Encontro com Milton Santos: o mundo global visto de lado de cá”, já indicado na Unidade 1 deste Caderno de Estudos, faz a seguinte colocação:

No caso do próprio Brasil, se há uma parte da população que não come corretamente, isso é culpa unicamente da forma como nós organizamos a sociedade, não que não haja alimentos, não é que não se possam distribuir os alimentos, apenas nós decidimos que alguns não devem comer, porque acaba por ser uma decisão que, se depois de tantos anos a gente aceita tranquilamente continuar discutindo a questão da fome, parece uma vergonha.

FONTE: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=w77LsrBN798>>.
Acesso em: 15 Jul. 2011.

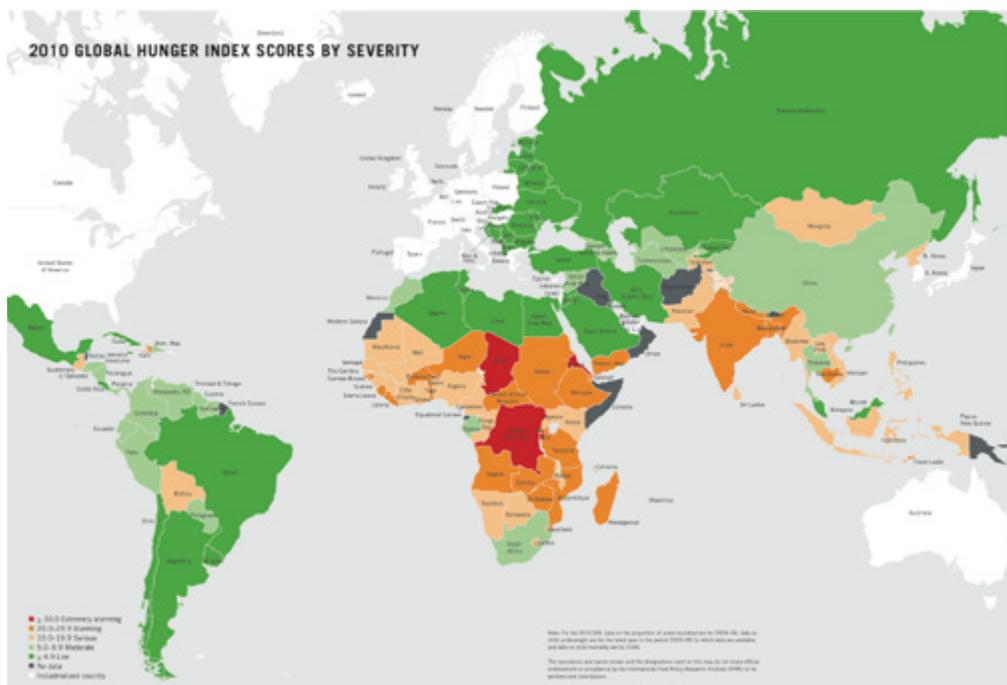
O grande responsável pela divulgação da fome no Brasil foi Josué de Castro, cuja obra “Geografia da Fome” completou 60 anos em 2006. A discussão realizada por Josué de Castro, no final da década de 1940, ainda é recente, mostrando o descaso dos governantes para com os problemas sociais que envolvem o país, sem contar as epidemias de fome na África e na Ásia. O modelo de desenvolvimento adotado pelos países colonizados orientou-se para a produção agrícola para exportação, ou seja, para o capital estrangeiro, em detrimento de atender ao mercado interno. A seguir, reproduziremos algumas conclusões elaboradas por Josué de Castro para que possamos avaliar o quão atual é sua obra:

- O Brasil, como país subdesenvolvido, em fase de desenvolvimento autônomo e de acelerado processo de industrialização não conseguiu ainda se libertar da fome e da subnutrição que durante séculos marcaram durante a sua evolução social, entravando o seu progresso e o bem estar social de seu povo.
- Os baixos índices de produtividade agrícola, produto da exploração empírica e desordenada da terra, a produção insuficiente pela exiguidade de terras cultivadas, apesar do enorme potencial de terras virgens no país, os insuficientes meios de transporte e de armazenamento dos produtos se constituíram como fatores de base no condicionamento de um abastecimento alimentar insuficiente e inadequado às necessidades alimentares de nosso povo.
- Nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo, para que, livre do peso esmagador da fome, possa este povo produzir em níveis que conduzam ao verdadeiro desenvolvimento econômico equilibrado, daí a importância da meta “Alimentos para o povo”, ou seja, “a libertação da fome.

FONTE: Castro (2001, p. 298)

No mapa a seguir, é possível observar a persistência de um problema tão grave às populações historicamente explorados pela sua condição de formação histórica.

FIGURA 51 – MAPA DA FOME NO MUNDO – FAO, 2010



FONTE: Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/es/Hunger_Portal/Hunger_Map_2010b.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

4 OS INDICADORES SOCIAIS

Um indicador social é segundo Januzzi (apud IBGE, 2010, p. 24) uma “[...] medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”. Além disso, configura-se como um recurso metodológico importante, que informa a respeito de características da realidade social e suas transformações no âmbito de diferentes escalas espaciais.

O crescimento econômico verificado nos países desenvolvidos, entre as décadas de 1950 e 1960 e, no Brasil na década de 1970, não foi capaz de promover o tão esperado desenvolvimento social. Parcelas significativas da população mundial permaneceram às margens desse crescimento.

No atual processo de globalização, as desigualdades se tornaram mais expressivas e, demonstram o lado perverso da mundialização do capital. Com a expansão das multinacionais, principalmente as de origem estadunidense, europeias e japonesas a partir da década de 1950, há uma reorganização na divisão internacional do trabalho, já que há uma especialização econômica dos países no que diz respeito à produção e comercialização de determinados produtos no mercado internacional. Com a globalização econômica, muitas empresas multinacionais instalaram filiais em países considerados pobres ou subdesenvolvidos. Países como Brasil, México, Argentina, Índia, África do Sul e Taiwan, por exemplo, deixaram de ser apenas exportadores de recursos naturais e produtos agrícolas para os países industrializados e, passaram a produzir e exportar bens manufaturados.

Tal situação não minimizou os problemas sociais enfrentados por esses países. De acordo com o documento Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2010), nesse contexto surge uma demanda por estatísticas capazes de avaliar as condições de vida da população. Essas estatísticas deveriam romper com a usual visão economicista, responsável por utilizar como critério apenas o PIB *per capita*. Essa situação acarretou numa mobilização para a elaboração e organização de indicadores sociais. Ainda segundo esse documento, a literatura internacional aponta a década de 1960, como ponto de partida para a mobilização em torno da elaboração de indicadores sociais. Essa mobilização teria se ampliado a partir da publicação do livro *Toward a Social Report* que traçou um perfil dos indicadores sociais dos Estados Unidos e, que suscitou a demanda por pesquisas e programas para a construção de indicadores na área social.

A década de 1970 presenciou a “[...] difusão e implementação de sistemas de indicadores sociais em vários países”. (IBGE, 2010). No Brasil, o IBGE criou em 1973, o Departamento de Indicadores Sociais. O primeiro relatório brasileiro na área foi publicado em 1979 e, continha dados sobre populações e famílias, divisão do trabalho, mobilidade ocupacional da força de trabalho, distribuição de renda, despesa familiar, habitação, educação e saúde. A elaboração desse documento contou com a base de dados do Censo Demográfico de 1970, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF, de pesquisas industriais, entre outros.

Com a crescente globalização impôs-se a necessidade de elaboração de indicadores conceitualmente iguais ou próximos àqueles elegidos pela ONU – Organização das Nações Unidas nas diversas conferências, a fim de permitir a realização de comparações internacionais. As conferências justificaram a importância da elaboração de dados para que os países pudessem implementar políticas e programas que apontem para a direção ao desenvolvimento com paz e segurança, equidade de gênero, a erradicação da pobreza e, o desenvolvimento humano sustentável.

Assim, a década de 1990, foi significativa para a consolidação e institucionalização dos sistemas de indicadores sociais. De acordo com o IBGE (2010, p. 24 apud JANUZZI, 2001), a difusão do uso desses indicadores na sociedade brasileira foi possível devido a fatores como: avanço da democratização do país, ampliação de acesso às informações pela sociedade, surgimento de organizações sociais mais comprometidas e, pressão popular por maior transparência e efetividade social do gasto público. Além desses, o autor cita ainda fatores de natureza econômico-social como: a permanência de problemas sociais históricos, como pobreza e desigualdade, o aumento do risco ao desemprego e a exclusão social. Acrescentam a esses fatores a maior divulgação pela mídia que teria contribuído com a “popularização” dos indicadores sociais.

A demanda pela oferta de estatísticas sociais decorre, por um lado, da pressão exercida pela sociedade civil, tanto para conhecimento das tendências e problemas sociais a serem enfrentados, como para pressionar os governos por respostas aos problemas diagnosticados, assim como, para subsidiar a formulação de políticas públicas e, também a avaliação dessas políticas e programas sociais já existentes. As áreas que se destacam nessa demanda são: educação, habitação, saneamento, desenvolvimento social, mercado de trabalho e saúde. (IBGE, 2010).

No Brasil, atualmente, as principais fontes de informação para construção dos indicadores sociais, em níveis nacional e estadual, apresentados na Síntese do IBGE são: a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, as bases de dados dos censos, realizados a cada dez anos, as pesquisas nacionais de Orçamento Familiares – POF e a de Informações Básicas Municipais – MUNIC, além de dados dos Ministérios da Saúde, da Educação, entre outros.

Já em termos globais, a Organização das Nações Unidas aparece com vários programas e agências diferentes que atendem à demanda por dados e suas análises em diferentes dimensões como educação, saúde, trabalho, desenvolvimento humano, meio ambiente, como por exemplo, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou o UM-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

Atualmente, essas agências e programas estão bastante vinculados aos ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A Declaração do Milênio é um documento assinado pelos Estados-membros das Nações Unidas. Através desse documento, os países se comprometem com os objetivos de erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia

das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

É conveniente destacar que, a situação mundial parece não caminhar para que atinjamos esses objetivos. As características e implicações do atual processo de globalização têm nos mostrado que estamos caminhando para um mundo em que as desigualdades se ampliam, ao invés de diminuir. Nesse sentido, é necessário que os indicadores sociais sejam utilizados a partir de uma abordagem crítica, pois representam uma média quantitativa da situação de vida da população.

Sabemos que recentemente, há uma demanda maior de informações demográficas e sociais para fins e elaboração de políticas públicas, por conta do processo de planejamento público, seja ele em esfera nacional, estadual ou municipal. A demanda por estatísticas e análises de indicadores sociodemográficos aumentou nos municípios de pequeno e grande porte em função da elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano, da avaliação de impactos ambientais, para justificar repasses de verbas federais para projetos sociais ou, ainda pela necessidade de melhoria em serviços essenciais à população como: transporte, habitação, saúde, educação e lazer.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de indicadores que são utilizados no Brasil e no mundo e, que pode ser útil para nossos estudos envolvendo a distribuição espacial da população e suas características. Bons estudos!

4.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

Desde que o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento lançou o Relatório de Desenvolvimento Humano, na década de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano tem sido um elemento estratégico de uma abordagem para o desenvolvimento humano que vai além da dimensão da riqueza e do rendimento. O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*), porém é importante destacar que o IDH apresenta médias, que mascaram grandes disparidades de desenvolvimento humano entre as pessoas de um país.

A articulação entre os indicadores é expressa em uma escala que varia de 0,0 a 1, assim quanto mais baixo o índice, piores as condições de vida e, quanto mais próximo de 1, melhores são os padrões de qualidade de vida da população. Assim, classificam-se os países em categorias:

- desenvolvimento humano muito elevado: IDH entre 0,78 a 1;
- desenvolvimento humano elevado: IDH entre 0,78 a 0,67;
- desenvolvimento humano médio: IDH entre 0,66 a 0,48;
- desenvolvimento humano baixo: IDH entre 0,47 a 0,1.

QUADRO 6 – IDH

Desenvolvimento Humano muito elevado (2010)	Desenvolvimento Humano elevado (2010)	Desenvolvimento Humano médio (2010)	Desenvolvimento Humano Baixo (2010)
1. Noruega – 0,938	45. Chile – 0,783	86. Fiji – 0,669	129. Bangladesh – 0,469
2. Austrália – 0,937	56. México – 0,750	89. China – 0,663	145 - Haiti – 0,404
3. Nova Zelândia – 0,907	65. Federação Russa – 0,719	96. Paraguai – 0,640	152. Ruanda – 0,385
4. Estados Unidos da América – 0,902	73. Brasil – 0,699	108. Indonésia – 0,600	155. Afeganistão – 0,349
10. Alemanha – 0,885	81. Tunísia – 0,683	119 - Índia – 0,519	165. Moçambique – 0,284
41 Polônia – 0,788	84. Argélia – 0,677	126 – Congo – 0,489	169. Zimbabué – 0,140

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2011).

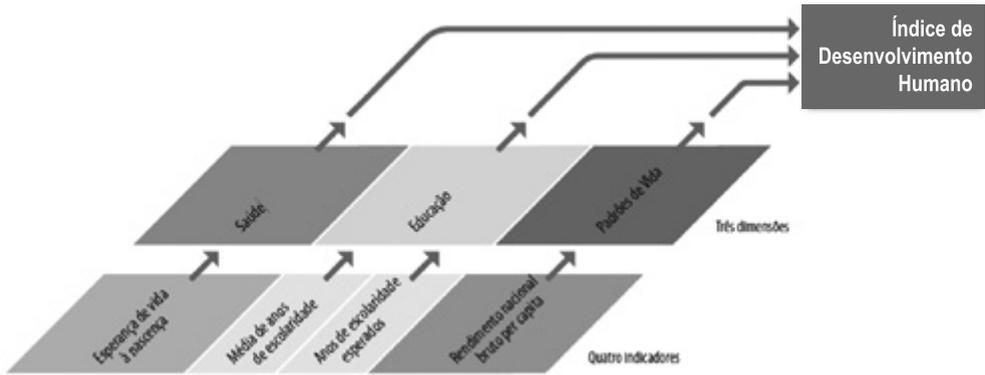
No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, houve algumas mudanças nessas dimensões. Na educação, a alfabetização é substituída por média de anos de escolaridade e, as matrículas brutas por anos de escolaridade esperados, definida por anos de escolaridade que uma criança pode esperar receber se as taxas de matrícula permanecerem iguais. A dimensão da saúde continua atrelada à expectativa de vida e, nos índices de rendimento, que medem o padrão de vida da população, o rendimento nacional bruto (RNB) substituiu o PIB *per capita*.



Num mundo globalizado, as diferenças entre o rendimento dos residentes de um país e a sua produção interna são frequentemente grandes. Algum do rendimento obtido pelos residentes é enviado para o estrangeiro, alguns residentes recebem remessas internacionais e alguns países recebem fluxos de ajuda bastante significativos. Por exemplo, devido às grandes remessas do estrangeiro, o RNB das Filipinas é muito superior ao seu PIB, e devido à ajuda internacional, o RNB de Timor-Leste corresponde a muitas vezes o seu produto interno.

FONTE: Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Chapter1_reprint.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

FIGURA 52 – NOVAS DIMENSÕES DO IDH



FONTE: Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Chapter1_reprint.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

No Relatório publicado em 2010, um novo conjunto de dados e análises mostraram novas tendências de desenvolvimento humano, desde 1970, reunindo 135 países que compõem 92% da população mundial. Em termos de IDH, o Relatório mostra que é significativo o progresso observado no mundo neste período, mostrando que a média desses índices subiu de 0,57 em 1990 para 0,68 em 2010, enquanto em 1970 tinha-se um índice de 0,48. Esse aumento reflete uma melhoria de cerca de um quarto nos indicadores de saúde e educação e, uma duplicação do rendimento *per capita*. Ainda segundo informações divulgadas nesse Relatório, os avanços no IDH foram verificados em todas as regiões e, em quase todos os países. Os que mais se destacaram localizam-se na Ásia Oriental e Pacífico, seguido pelo Sul da Ásia e, pelos países árabes. Dos 135 países analisados, apenas 3 apresentaram índices mais baixos dos registrados em 1970, como, República Democrática do Congo, Zâmbia e Zimbábue.

QUADRO 7 – CRESCIMENTO NO IDH

CRESCIMENTO NO IDH de rendimento e não rendimento, 1970-2010			
Posição	IDH	IDH de não rendimento	Rendimento
1	Omã	Omã	China
2	China	Nepal	Botswana
3	Nepal	Arábia Saudita	Coreia do Sul
4	Indonésia	Líbia	Hong Kong, China
5	Arábia Saudita	Argélia	Malásia
6	RDP Laos	Tunísia	Indonésia
7	Tunísia	Irã	Malta
8	Coreia do Sul	Etiópia	Vietnã
9	Argélia	Coreia do Sul	Ilhas Maurício
10	Marrocos	Indonésia	Índia

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2011).

Atualmente, nos mesmos relatórios afirma-se que para se obter um quadro completo do desenvolvimento humano, é necessário ir além das dimensões do IDH, pois o avanço observado na saúde, educação e rendimento caminham com uma desigualdade elevada e persistente. Nesse sentido, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, apresentaram-se inovações na medição das desigualdades e da pobreza, intituladas de três novas medidas multidimensionais: o IDH ajustado à desigualdade, o índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

- O IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), estimado para 139 países, capta as perdas no desenvolvimento humano devido às desigualdades na saúde, na educação e no rendimento. As perdas nas três dimensões variam nos diferentes países, desde 1% na educação (República Checa) até 68% no rendimento (Namíbia) e tendem a ser maiores nos países com um baixo IDH.
- O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), estimado para 138 países, revela disparidades de gênero na saúde reprodutiva, na capacitação e na participação no mercado de trabalho. As perdas nestes resultados devido a desigualdades de gênero, conforme expressas pelo IDG, variam dos 17% aos 85%, com as perdas maiores concentradas nos Estados Árabes e no sul da Ásia.
- O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) identifica as provações sobrepostas que as famílias sofrem na saúde, na educação e nos padrões de vida. Estima-se que um terço da população de 104 países em desenvolvimento – ou cerca de 1,75 mil milhões de pessoas – vivam em pobreza multidimensional. Mais da metade vive no sul da Ásia, embora as taxas sejam superiores na África subsariana, com uma variação significativa nas regiões, grupos e populações indígenas.

FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos. Trad. de IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 1 jul. 2011.



Prezado(a) acadêmico(a)! Essas novas medidas dimensionais apresentadas pelo PNUD têm como suporte relatórios elaborados em níveis nacional e local que utilizam métodos mais coerentes com suas realidades. Por isso, essas dimensões variam muito de contexto e podem não ser praticáveis em todos os países, devido à restrição de dados. Nossa intenção aqui é apresentar a você um panorama das discussões em torno dos indicadores sociais em nível global, pois sabemos que uma análise que considera apenas o quantitativo é questionável e, não apresenta de fato a situação real de determinado país, mesmo assim não deixam de ser importantes nos estudos, elaboração e aprimoramento de políticas públicas dos países, estados ou municípios e, melhoria nas condições de vida das populações. Continue concentrado(a) em seus estudos!

4.2 ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade na distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Conforme definição do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. O valor varia de 0 (quando não há desigualdade) a 1 (quando a desigualdade é máxima).

De acordo com dados divulgados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), a desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini, aumentou em 3.654 municípios brasileiros na década de 1990. Em 2000 o índice era pior do que era em 1991, em 23 Unidades da Federação. A partir da leitura do trecho a seguir, é possível visualizar um exemplo de análises realizadas com base na utilização do índice de Gini:

Em Manari, no sertão pernambucano, a desigualdade de renda em 1991 ficava abaixo da média nacional. Seu índice de Gini era de 0,42, enquanto a média dos municípios brasileiros era de 0,53. A escala desse índice varia de 0 a 1. Em uma situação em que todos os habitantes tivessem a mesma renda, o índice seria igual a 0. No extremo oposto, se apenas um morador detivesse toda a renda da cidade e seus conterrâneos não tivessem nada, o índice seria igual a 1.

Nove anos depois, Manari registrou um avanço de 30% no seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), graças, sobretudo, a avanços na dimensão educação. Mas nem tudo saiu bem: a renda *per capita* do município diminuiu em quase um terço, de R\$ 44,82 para R\$ 30,43. Pior do que isso, a perda se manifestou de maneira desigual pela população, em prejuízo dos mais pobres.

Como consequência disso, o índice de Gini de Manari sofreu o maior crescimento entre todos os municípios do Brasil na década de 1990: aumentou 71,4% e foi de 0,42 para 0,72, superando em muito a média das cidades brasileiras, que cresceu de 0,53 para 0,56.

O caso de Manari é o extremo de uma tendência que atingiu dois terços dos municípios brasileiros da década de 90. Em 3.654 deles o índice de Gini cresceu, indicando que o grau de desigualdade na distribuição da renda tornou-se ainda maior. Em 370 (6,7%) a desigualdade permaneceu inalterada, e em 1.483 (27%) a desigualdade diminuiu.

A diminuição da renda *per capita* do município não serve de explicação para o aumento da desigualdade. Para se constatar isso basta tomar o outro extremo: Arco-Íris, no Estado de São Paulo, teve uma redução de 30% no seu índice de Gini na década passada. Ele caiu de 0,67 para 0,47. Nesse período, a renda *per capita* de seus habitantes também diminuiu, de R\$ 157,89 para R\$

156,67. A diferença em relação a Manari é que os mais ricos perderam mais do que os mais pobres.

Do mesmo modo, Jutai (AM) tornou-se a cidade com maior desigualdade de renda no Brasil depois que a renda *per capita* de seus moradores caiu de R\$ 74,41 em 1991 para R\$ 60,79 em 2000. Seu índice de Gini cresceu de 0,55 para 0,82. Com tendência oposta, Barra do Choça, na Bahia, passou a dividir com a gaúcha Santa Maria do Herval o título de município mais equânime na distribuição de renda no Brasil. Seu índice de Gini caiu de 0,51 para 0,36 entre 1991 e 2000 a despeito de a renda *per capita* ter aumentado de R\$ 67,94 para R\$ 71,75.

Infelizmente, porém, o fenômeno mais comum no Brasil ao longo da década de 90 foi a concentração de renda. Em 23 Unidades da Federação o índice de Gini aumentou. As exceções foram Roraima, onde ele caiu de 0,65 para 0,62, e Rondônia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde a medida de desigualdade de renda manteve-se estável.

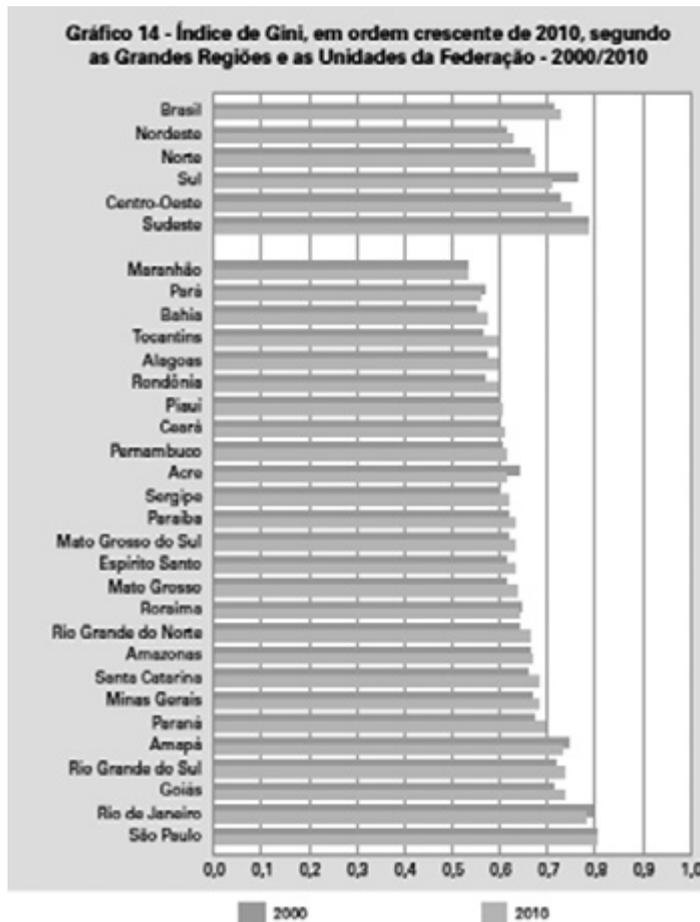
O Estado mais desigual do Brasil passou a ser Alagoas, cujo índice de Gini aumentou de 0,63 para 0,69 e fez os alagoanos subirem 10 posições nesse *ranking*. O Estado menos desigual continua sendo Santa Catarina, a despeito de uma pequena elevação no índice de Gini de 0,55 para 0,56.

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/textos_analiticos/index.php>. Acesso em: 13 jul. 2011.

O índice de Gini foi utilizado como método para mensurar o grau de concentração populacional no Brasil no último Censo Demográfico realizado pelo IBGE. O grau de concentração populacional cresceu de 0,7142 para 0,7252, confirmando uma maior concentração em municípios menores em 2010, comparado aos resultados do último censo de 2000. O índice foi utilizado como uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 que indica a perfeita igualdade até 1 que, indica desigualdade máxima. Assim, valores mais próximos de 0 indicam que os municípios de determinada região possuem populações semelhantes, enquanto valores próximos de 1 se referem a regiões onde as populações estão mais concentradas em alguns poucos municípios.

Constatou-se que, dentre as grandes regiões a que apresentou maior concentração é a região Sudeste, seguida pela região Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste. Entre os estados, o que apresenta o maior índice é São Paulo (0,8001), onde 5% dos municípios – os 32 maiores – concentram quase 60% da população do Estado. O Estado que apresentou o menor índice de Gini (0,5320) foi o Maranhão.

FIGURA 53 – ÍNDICE DE GINI POR GRANDES REGIÕES E UNIDADES DE FEDERAÇÃO



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

FONTE: Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58335760/sinopse-censo>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

5 OS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SUA IMPORTÂNCIA NA DEFINIÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

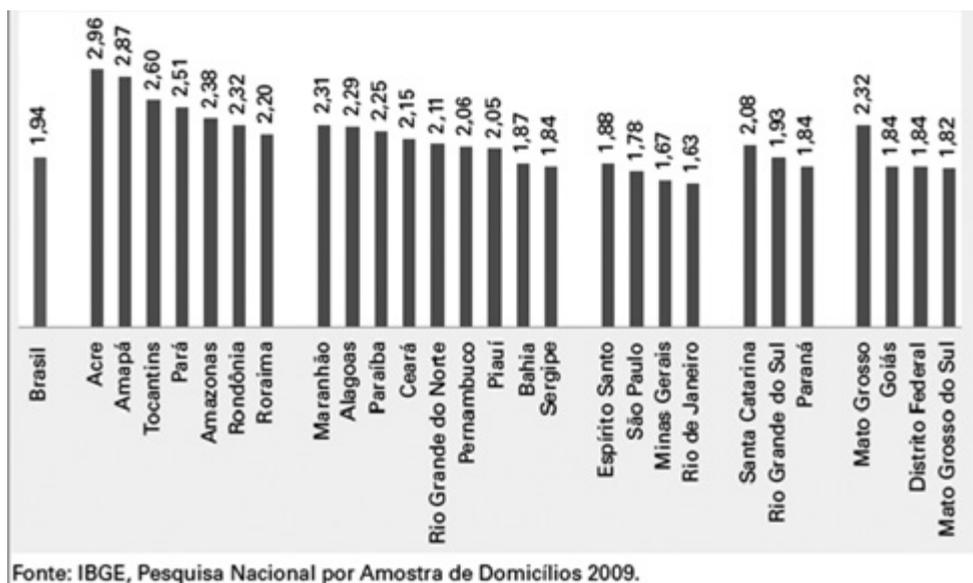
No Tópico 1, percebemos o quanto a dinâmica populacional influencia na organização espacial mundial. Os conceitos apresentados revelam as características populacionais de cada parte do globo e, nos permite refletir acerca da dinâmica populacional mundial e suas implicações no espaço terrestre. Os indicadores demográficos são essenciais na definição de indicadores sociais e, conseqüentemente na definição de políticas públicas eficazes para atender às diferentes demandas que surgem em diferentes espaços. O conjunto de informações e indicadores construídos através dos estudos demográficos é de grande valia para as análises de condições e qualidade de vida da população.

Analisando a estrutura etária da população brasileira, por exemplo, observa-se uma diminuição de jovens e um aumento na proporção de idosos.

Algumas inferências podem ser feitas a partir dessa análise. No caso da diminuição da proporção de jovens, temos diretamente relacionadas as quedas nas taxas de natalidade de fecundidade. Esses valores estão diretamente relacionados ao aumento da taxa de urbanização e à entrada das mulheres no mercado de trabalho. Observe no gráfico de taxas de fertilidade no Brasil, em 2009, que as maiores médias de filhos por mulher encontram-se nas regiões norte e nordeste.

Além da urbanização e da entrada das mulheres no mercado de trabalho, ao introduzir os condicionantes socioeconômicos anos de escolaridade e cor temos um diagnóstico mais detalhado do perfil das quedas nas taxas de fertilidade brasileiras. Segundo o IBGE, 2010, a diferença entre a fecundidade das mulheres menos escolarizadas da Região Norte das que possuem alta escolaridade da Região Sudeste, chega a ser de 2,1 filhos. Já em relação ao condicionante cor, os níveis mais baixos de fertilidade encontram-se entre as mulheres brancas.

FIGURA 54 – TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL POR UNIDADE DE FEDERAÇÃO



FONTE: Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708>. Acesso em: 20 jul. 2011.

O acesso à educação é outro fator importante para o desenvolvimento humano e econômico de um país. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD (2009), concluiu que, na faixa etária de 6 a 14 anos, pode-se dizer que desde meados da década de 1990, praticamente todas as crianças estavam frequentando a escola. Em relação aos adolescentes, por exemplo, observou-se uma grande desigualdade de acesso relacionado ao rendimento mensal familiar. É necessário observar também a questão da qualidade do ensino da população brasileira. A pesquisa revelou que a média de anos de estudos concluídos é muito baixa se comparada a outros países que apresentam os mesmos níveis de desenvolvimento econômico e social. Em 2009, o brasileiro de 15 anos ou mais,

tinha em média, 7,5 anos de estudos, ou seja, não conseguiu concluir o Ensino Fundamental obrigatório, direito adquirido na Constituição.

Esses exemplos nos mostram a importância e a relação entre os aspectos demográficos e os indicadores sociais, além de nos mostrar que apesar de o Brasil estar entre os países classificados como “em desenvolvimento”, com Índia, China e Rússia, nossos indicadores sociais ainda deixam a desejar em muitos aspectos. Apesar de termos mais acessos aos serviços básicos, devemos questionar a qualidade desse acesso. Temos mais crianças na escola, por outro lado é cada vez maior o índice de alfabetismo funcional. Este é um indicador que mede os índices de alfabetismo funcional da população brasileira adulta, entre 15 e 64 anos. São medidas habilidades de leitura e escrita (letramento) e habilidades matemáticas.



Segundo o INAF – Instituto Nacional de Alfabetismo Funcional é considerada analfabeta funcional uma pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente. É considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo ao longo da vida.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pelo INAF, apesar de a média de escolaridade da população brasileira ter aumentado, isso não garante resultados positivos em termos de alfabetismo funcional.



Caro(a) acadêmico(a)! Para ter acesso aos resultados das pesquisas realizadas pela INAF, acesse o site <www.ipm.org.br>. Bons estudos!

As pesquisas nacionais por amostras de domicílios e os censos demográficos são importantes instrumentos de análise das condições de vida da população brasileira e, devem ser utilizadas nos estudos que envolvem a organização espacial das sociedades.

Atualmente, esses indicadores vêm tomando proporções importantes em estudos envolvendo as condições de vida da população mundial e, ganham novas abordagens à medida que se ampliam as problemáticas ambientais. A preocupação com a qualidade de vida da população está diretamente relacionada com as condições ambientais, por isso, se desejamos transformar ações e políticas em busca da tão aclamada sustentabilidade ambiental, precisamos conhecer a situação das sociedades que se distribuem espacialmente.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você estudou:

- A abordagem do tema desenvolvimento humano requer uma reflexão acerca das origens históricas das classificações criadas para determinar o nível de desenvolvimento dos países e, que utilizamos atualmente nos estudos envolvendo a compreensão da organização do espaço mundial.
- Atualmente, a forma de classificação mais utilizada é aquela que considera o nível de desenvolvimento social das nações e, mede o desenvolvimento humano através do índice criado pela ONU.
- Além dos termos desenvolvidos e subdesenvolvidos, há atualmente os países classificados como países em desenvolvimento. Esses países geralmente são industrializados e, se destacam economicamente no cenário mundial, porém apresentam grande desigualdade na distribuição de renda, fazendo com que persistam a pobreza e os problemas estruturais.
- Estaríamos segundo Porto-Gonçalves (2006) diante de um “sistema mundo moderno colonial”, haja vista, a grande maioria dos países subdesenvolvidos continua a suprir as necessidades de matéria-prima e alimentos dos mais desenvolvidos econômica e tecnologicamente, condição também denominada por neocolonialismo.
- Em alguns países subdesenvolvidos existem indústrias modernas e taxas de crescimento significativas, o que os difere dos países desenvolvidos é a extrema concentração de renda, como o Brasil e a África do Sul, por exemplo. O alto índice de pobreza também define o subdesenvolvimento, evidenciando o problema de distribuição de renda.
- Desenvolvimento e subdesenvolvimento são frutos da história, foram termos criados a partir de relações desiguais entre países e classes sociais.
- A desigualdade social é um dos maiores problemas da humanidade e, está diretamente relacionada a muitos conflitos entre povos e, também à persistência de epidemias e outros males atrelados às más condições de vida em todo o mundo.
- No processo de superação das desigualdades, a luta contra a pobreza é uma das prioridades no mundo contemporâneo.
- A definição da linha de pobreza é uma decisão política, mas ela é definida não só pela insatisfação das necessidades alimentares, mas pela falta de acesso a condições dignas de moradia, vestuário, higiene, transporte, educação, entre outros.

- Milton Santos (2002) afirmou que no último meio século, os países subdesenvolvidos conheceram três tipos de pobreza: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural.
- Dentre os objetivos do milênio, o primeiro deles é erradicar a pobreza extrema e a fome.
- O Brasil é um dos países de maior desigualdade no mundo, onde a riqueza, portanto, é das mais concentradas.
- As implicações da concentração de renda e dos índices de pobreza e miséria observados nos países subdesenvolvidos têm implicações diretas nas condições de vida da população que ocupa esse espaço e, se reflete na questão do acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia.
- A discussão da fome hoje passa pela abordagem da má distribuição de alimentos e não da falta dos mesmos.
- Com a crescente globalização impôs-se a necessidade de elaboração de indicadores conceitualmente iguais ou próximos aqueles elegidos pela ONU – Organização das Nações Unidas nas diversas conferências, a fim de permitir a realização de comparações internacionais.
- O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).
- O Índice de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade na distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição.
- Os indicadores demográficos são essenciais na definição de indicadores sociais e, conseqüentemente na definição de políticas públicas eficazes para atender às diferentes demandas que surgem em diferentes espaços.

AUTOATIVIDADE



- 1 Aponte as principais formas de classificação dos países a partir da década de 1950 e os critérios utilizados por cada uma dessas formas.
- 2 A partir dos estudos realizados a respeito da desigualdade de renda, responda com suas próprias palavras quais as suas implicações para o Brasil.
- 3 Cite fatores responsáveis pela difusão do uso de indicadores sociais no Brasil e escreva um pequeno texto indicando utilidades desses indicadores nas aulas de Geografia.
- 4 O indicador utilizado para medir a desigualdade na distribuição de renda ou qualquer outra distribuição é denominado:
 - a) () Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.
 - b) () Índice de Paridade do Poder de Compra – PPC.
 - c) () Índice de Gini.
 - d) () PIB *per capita*.

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E A SOCIEDADE: DESAFIOS PARA A GEOGRAFIA HUMANA NO SÉCULO XXI

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- analisar pelo viés da Geografia Humana os principais desafios da ciência geográfica na atualidade;
- apresentar as tendências atuais de estudos e pesquisas em Geografia Humana;
- perceber nas relações entre a sociedade e o meio ambiente outras possibilidades de análise e compreensão do espaço;
- compreender a questão urbano-ambiental como um viés contemporâneo de análise dos fenômenos espaciais;
- analisar os principais momentos da questão ambiental no Brasil;
- refletir sobre as possibilidades de uma práxis pedagógica que integre a questão ambiental;
- contribuir para um entendimento da função do geógrafo na sociedade contemporânea.

PLANO DE ESTUDOS

Esta Unidade está dividida em três tópicos, sendo que, em cada um deles, você encontrará atividades visando à compreensão dos conteúdos apresentados.

TÓPICO 1 – TENDÊNCIAS ATUAIS DE ESTUDOS EM GEOGRAFIA HUMANA: AMPLIANDO O OBJETO DE ESTUDO

TÓPICO 2 – GEOGRAFIA HUMANA, SOCIEDADE E ESPAÇO: O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO

TÓPICO 3 – A QUESTÃO URBANO-AMBIENTAL E A RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

TENDÊNCIAS ATUAIS DE ESTUDOS EM GEOGRAFIA HUMANA: AMPLIANDO O OBJETO DE ESTUDO

1 INTRODUÇÃO

FIGURA 55 – TENDÊNCIAS



FONTE: Disponível em: <<http://3.bp.blogspot.com/-geografia5.jpg>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

A Geografia enquanto área do conhecimento científico que estuda as relações do homem com a natureza nunca foi tão requisitada como neste início de século XXI. O papel do geógrafo para compreender e propor alternativas ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social também se encontra no centro das discussões epistemológicas e profissionais, pois passa a ser considerada uma profissão capaz de aglutinar diversas interfaces de análise e reflexão sobre os fenômenos socioambientais. Nesse sentido, buscaremos, nesta unidade, ampliar as leituras sobre como chegamos a essa afirmação, e quais os caminhos investigativos e as práticas possíveis a serem seguidas para a construção de respostas e perguntas complexas, sobre um mundo com arranjos e relações complexas.

Partimos da reflexão de que a fragmentação entre as áreas de conhecimento científico da ciência moderna tornaram-se obstáculos no processo investigativo contemporâneo, pois a individualização de conhecimentos tornados disciplinares, bem como a redução do observável ao quantificável se constituíram como “reflexo de mudança em todos os setores da vida cotidiana, levando a redução

da capacidade crítica dos cientistas/estudiosos”. (HISSA, 2002, p. 260). Durante alguns séculos, a análise cartesiana dos fenômenos serviu para compreender um mundo cartesiano. Assim, tal fragmentação e tal perspectiva de análise correspondiam aos anseios de uma ordem mundial que classificava o mundo da seguinte maneira: países desenvolvidos ou subdesenvolvidos; ricos ou pobres; regime socialista ou capitalista. Essas fronteiras entre nações eram mais facilmente identificáveis, assim como as fronteiras entre as áreas de conhecimento científico.

Se desejarmos compreender a lógica que neste momento rege o mundo, é necessário que estas e outras dualidades sejam ultrapassadas no âmbito acadêmico e profissional, e que as desconfianças sobre a noção de homogeneidade espacial (onde as fronteiras inexistem devido principalmente, a uma noção de fluxos, redes, e outros modos de organização), é preciso que se mantenha alerta a criação de outras perspectivas investigativas para dar conta de tais arranjos. Porque nessa atual configuração **político-econômica-cultural-tecnológica-ambiental** do mundo não são todos os espaços e nem todos os grupos sociais que esta globalização atinge. A desigualdade ainda persiste, porém com outras nomenclaturas. Essa ideia de “conexão global” cai por terra quando analisamos a imagem a seguir:

FIGURA 56 – IMAGEM MONTADA DA TERRA NOITE



FONTE: Disponível em: <<http://www.guiageo-mapas.com/mundo-noite.htm>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Caro(a) acadêmico(a)! Observe essa montagem feita a partir de imagens de satélite e perceba quais são os territórios mais iluminados. Em destaque estão aqueles com um número alto de concentração populacional, como no caso da Índia e da costa litorânea brasileira, ou são aqueles detentores de um alto poder econômico e tecnológico (Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental e Japão). Tanto no primeiro caso como no segundo temos uma questão em comum: a que custo para o meio ambiente esses cenários se iluminam? Perceba o que está acontecendo no continente africano, em partes da Ásia, assim como no interior do Brasil e América do Sul. Quais reflexões são possíveis a partir dessa mirada? Podemos ainda definir o espaço e as relações que o constitui como global e homogêneo? Ou será que a existência de buracos ou “aglomerados de exclusão”

(HAESBAERT, 2002) nos levam a pensar com Doreen Massey (2008, p. 32) que o espaço “não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado, [...] mas um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes”.

Por isso quando pensamos sobre a organização espacial e a sociedade é que lançamos a proposta de análise e compreensão desses arranjos na contemporaneidade como desafios aos geógrafos (licenciados ou bacharéis), pois como já estudamos nas unidades anteriores a Geografia necessita ultrapassar suas dualidades, área humana e física, a teoria e prática, visão local e global, para poder consolidar-se como uma ciência comprometida com a sociedade e atuante numa totalidade, que é segundo Manoel Correia de Andrade (2004, p. 22) “essencial ao verdadeiro pensamento científico, e daí a necessidade de se dar uma maior sustentação à interdisciplinaridade”.

Caro(a) acadêmico(a)! Como já é sabido, a Geografia é subdividida em áreas de estudos, consideradas aqui somente para facilitar a apreensão dos objetos de estudo. Durante alguns períodos, a Geografia ora esteve mais próxima da área humana, ora da física. Pensando didaticamente numa linha atual das principais tendências e/ou métodos que influenciam no desenvolvimento da área identificamos a Humanística (Método Fenomenológico), a Geografia Crítica (Método Marxista ou Neomarxista) e a tendência Socioambiental ou Ambiental (Método Sistêmico). Portanto, consideramos a perspectiva de uma dicotomia entre as áreas Humana e Física na Geografia ultrapassada, uma vez que diante dos novos paradigmas de análise da relação do homem com a natureza e com o espaço se alteram, é primordial que a formação acadêmica acompanhe o ritmo para não se tornar obsoleta, e conseguir apontar possibilidades para a compreensão do mundo e seus fenômenos.

Assim como essas alterações ocorrem no campo epistemológico, a Geografia ensinada nas escolas, bem como a produção de materiais didáticos e paradidáticos, e, principalmente a formação dos professores de Geografia precisam criar subsídios para uma operacionalização de tais pressupostos. Pois nesta virada de século a questão ambiental se consolida como um campo importante para estudos e pesquisas, não somente pelas análises dos impactos no meio ambiente, mas principalmente por não abandonar em suas discussões a relação entre capital e desenvolvimento e as contrariedades desses arranjos.

Nesse sentido, é que o objeto de estudo da Geografia precisa balizar suas perspectivas de análise tornando a questão ambiental como uma questão social (GONÇALVES, 2008) e justificar assim a tentativa de superação das dicotomias ainda latentes em seus campos de atuação.

Para que você se aproprie com esclarecimento dessa discussão tão efervescente na Geografia, estruturamos esta última unidade para refletirmos sobre alguns desafios para os geógrafos, e compreender como esses desafios se constituíram como um problema nas análises da Geografia Humana. No primeiro tópico buscamos apresentar as tendências atuais de pesquisa na Geografia.

No segundo, elegemos o fenômeno da urbanização como um problema a ser analisado, e por último uma das problemáticas mais desafiadoras na atualidade para a análise geográfica: a questão ambiental e sua relação com a população e o desenvolvimento. Siga concentrado, e as leituras serão mais prazerosas! Vamos lá?

2 AS TENDÊNCIAS ATUAIS DE ESTUDO NA GEOGRAFIA HUMANA: GEOGRAFIA CRÍTICA, GEOGRAFIA HUMANÍSTICA E SOCIOAMBIENTAL

Partimos do pressuposto que o mundo e os processos de apropriação e transformação do espaço não são estáticos, e precisamos primeiramente reforçar que a Geografia e seu objeto também se modificam ao longo do desenvolvimento humano. Na Unidade 1, discutimos algumas perspectivas dessa questão epistemológica da Geografia. Portanto, neste tópico, buscaremos destacar três perspectivas contemporâneas de análise que possam contribuir para ampliar uma leitura do objeto desta área.

A Geografia dentro da história do pensamento possui algumas quebras de paradigmas que correspondem necessariamente aos anseios da sociedade e a necessidade de ampliar as potencialidades de compreensão de seu objeto de estudo. Todavia, o desenvolvimento epistemológico de uma área de conhecimento científico não se dá isolado do próprio desenvolvimento da ciência. Também é necessário considerar que algumas vezes as quebras de paradigmas e a construção de outros não ocorre de forma única ou verticalizada, ou seja, mesmo que ocorram mudanças nos métodos, metodologias e ferramentas de análise é primordial que a democratização acerca dos conhecimentos produzidos possa ser discutida nas universidades e departamentos onde as pesquisas ocorrem. Porque a produção do conhecimento científico é apenas uma mirada sobre o objeto, e não pode mais ser encarada como verdade absoluta e estática sobre o mesmo, como durante alguns séculos foi tomada.

Lembrando que a institucionalização da ciência moderna é o marco referencial quando as formas de conhecimento são delimitadas e classificadas, via uma série de pressupostos disciplinadores em que o entendimento sobre a pesquisa científica surgiu do próprio modelo de racionalidade. Boaventura de Souza Santos (1989) identifica este modelo, que preside a ciência moderna surgindo a partir do século XVI no âmbito das ciências naturais. Contudo, as ciências exatas são as que melhor incorporaram os paradigmas da ciência moderna tanto pelo caráter quantitativo, como pelo processo metodológico de suas abordagens. Esse modelo atingiu o apogeu no século XIX quando se estende também para as recém-criadas ciências sociais.

Assim não foi diferente com a Geografia, como vimos na Unidade 1, o exemplo da Geografia Quantitativa que na década de 50 do século passado buscou dar um ar de confiabilidade às pesquisas geográficas ao traduzi-la em números. É importante realizarmos essas considerações, pois se buscarmos compreender

como a Geografia Humana atua hoje e quais sentidos seus pressupostos de análise marcam os caminhos investigativos na compreensão dos arranjos espaciais contemporâneos, não podemos perder de vista esta noção de quebras e de continuidade. Muito menos considerar que essas subáreas não dialogam entre si, mesmo que as perspectivas políticas e epistemológicas sejam díspares. Assim, seguimos afirmando que na atual configuração dos modos de produzir conhecimento científico a porosidade entre as fronteiras é mais interessante do que a afirmação das mesmas.

Escolhemos três correntes dentre aquelas consideradas mais presentes nos embasamentos teórico-metodológicos na atualidade: Geografia Crítica, Geografia Humanística e Geografia Socioambiental, lembrando que caberá ao geógrafo conhecer as várias tendências e se aproximar mais daquela que corresponder com maior precisão às suas necessidades investigativas, ou seja, a escolha será balizada pelas perguntas feitas aos objetos de pesquisa. Sendo que a intersecção entre diferentes correntes pode ser considerada um grande avanço teórico-metodológico, pois diante da complexidade das relações e formas de organizações socioespaciais o diálogo entre formas de pensamentos distintas sobre o mesmo objeto enriquece a epistemologia da ciência geográfica. Assim, poderíamos reafirmar que nunca na história do pensamento geográfico foi tão incentivada e necessária a destituição das fronteiras epistemológicas em nome da formação de conhecimentos que possam ser produzidos e reconhecidos justamente por estarem envolvidos em uma multiplicidade, e serem atuantes na sociedade.

2.1 A GEOGRAFIA CRÍTICA E O MÉTODO MARXISTA

“A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”.
Karl Marx

Como já vimos brevemente na Unidade 1, a Geografia Crítica surge a partir de 1970 na França, como uma contraposição à Geografia Quantitativa que dominou as análises geográficas durante as duas décadas anteriores. O encontro da Geografia com o Materialismo Histórico Dialético, método criado por Karl Marx e Friedrich Engels (ver quadro a seguir) em meados do século XIX, se deu intensamente num período de grande turbulência social e econômica no mundo: as lutas contra a Guerra do Vietnã; os movimentos de contracultura; os movimentos estudantis na França (maio de 68); o movimento feminista; o ecológico, entre outros. A Geografia Crítica, também denominada **Geocrítica**, tem em Milton Santos aqui no Brasil o maior expoente desta corrente, tanto que seu livro “Por uma Geografia Nova: da crítica à Geografia a uma Geografia Crítica”, de 1978, é considerada a obra que inaugura a crítica à neutralidade científica e crise epistemológica em que a Geografia estava imersa desde a adoção da escola americana e sua “*New Geography*” (Nova Geografia), a partir da década de 50. Foi também nos países anglo-saxões que outra vertente tornou o trabalho do geógrafo muito próximo a uma militância política ao buscar aproximar as questões sociais ao marxismo como método de análise: a Geografia Radical.

As obras que marcaram teoricamente a adoção da análise marxista às análises geográficas foram: nos Estados Unidos, David Harvey publica em 1973, “Justiça Social e a cidade” e no Canadá, em 1977, é fundada a União dos Geógrafos Socialistas. (CHRISTOFOLETTI, 1985). Na França, Yves Lacoste publica em 1977, “A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”.

Portanto, imersos num momento de grandes insatisfações sociais, políticas e econômicas, os intelectuais e pesquisadores da Geografia, assim como os professores nas escolas começam a se dar conta da limitação metodológica e a necessidade de incluir as análises sociais e econômicas como centros das discussões geográficas. Ou seja, ao se aproximarem de teóricos da Escola de Frankfurt (Teoria Crítica), da filosofia pós-moderna na França (Michael Foucault) e outros pensadores do marxismo (Antônio Gramsci) os pesquisadores e professores da educação básica buscaram outros caminhos filosóficos para contestar e substituir a metodologia positivista da Geografia Quantitativa, ou Nova Geografia. Essa corrente era considerada pragmática e alienada “objetivada no estudo dos padrões espaciais e não nos processos e problemas socioeconômicos” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 27) analisar os fenômenos geográficos. Assim, tanto a Geografia Crítica como a Radical buscarão ultrapassar esse método de análise justamente por analisar em primeiro lugar os processos sociais e *a posteriori* os processos espaciais. (CHRISTOFOLETTI, 1985).

A maior contribuição desta linha de pesquisas na Geografia fica demonstrada pela ampliação dos temas envolvidos diretamente com questões sociais e econômicas e os mecanismos de produção e distribuição tornam-se uma constante nas pesquisas geográficas a partir da década de 70: desigualdades e injustiças sociais, questão urbana nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos, os acessos aos meios de produção, a utilização dos bens naturais, entre outros. No Tópico 2 desta unidade, teremos a oportunidade de aprofundar uma linha de pesquisa muito importante que derivou desta corrente, que ainda ocupa grande parte das pesquisas contemporâneas: a questão urbana e os arranjos entre sociedade e espaço.

Apesar de inaugurar uma nova forma de atuação do pesquisador-geógrafo, cabe a essa corrente algumas críticas e limites teórico-metodológicos que ainda não foram ultrapassadas, como as questões dogmáticas e as soluções marxistas aos problemas do mundo. Segundo Christofolletti (1985, p. 28), os “geógrafos radicais têm-se esforçado em fazer uma crítica profunda e intensa sobre as perspectivas positivistas e funcionalistas imperantes na Geografia. Mas não se usa da mesma preocupação e critérios para analisar a perspectiva marxista na Geografia”. De um modo geral a Geografia Crítica pode ser considerada mais avançada metodologicamente que a Radical por manter uma maior zona de contato com outras áreas e outras perspectivas de análise.

Um reflexo dessas perspectivas na educação geográfica nas escolas é a introdução a partir da década de 90 dos temas urbanos e econômicos, bem como a noção de cidadania, integradas às propostas curriculares que buscam estimular a

construção de um espírito crítico nos alunos, para além de uma memorização dos conteúdos. Nesse sentido, um dos objetivos principais do ensino de Geografia a partir do PCN (1997) é formar o “cidadão crítico” capaz de não só compreender seu meio e os fenômenos a ele atrelados, mas de tornar-se atuante na busca por melhorias e transformação do mesmo.

Apesar das críticas pertinentes a esta corrente, é vasta a literatura e as pesquisas de pós-graduação que ainda utilizam o método do materialismo histórico dialético como meio de investigação. Principalmente nas subáreas da Geografia Econômica, Industrial, Política e Urbana.



Caro(a) acadêmico(a)! Convidamos você a ler atentamente o quadro a seguir e conhecer alguns pensadores que influenciaram as pesquisas inseridas na perspectiva da Geografia Crítica, principalmente por manterem a dialética e as contrariedades dos processos de produção no centro de suas análises. Confira com atenção!

KARL MARX (1818/1883) nasceu em Treves, na Prússia, em 1818. Era filho de um advogado judeu convertido ao protestantismo. Foi filósofo, historiador, economista e jornalista. Deixou numerosos escritos como "Manuscritos econômicos e filosóficos", "O 18 Brumário de Luís Napoleão", "Contribuição à crítica da economia política", "O Capital", e, em conjunto com Engels, "A Ideologia Alemã", "Manifesto Comunista", entre outros. Segundo Engels, as duas grandes descobertas científicas de Marx foram: a concepção do materialismo histórico e a teoria da mais-valia. Ativista político fundou e dirigiu a Primeira Internacional Operária, de 1867 a 1873. Em 1843, exilou-se em Paris e posteriormente em Bruxelas e em Londres, onde morreu em 1883.

FRIEDRICH ENGELS (1820/1895) era filho de um rico industrial do ramo têxtil, da Renânia. Escreveu "A situação das classes trabalhadoras na Inglaterra", "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", entre outras obras. Colaborou intensamente com Marx e foi responsável pela organização e publicação do segundo e do terceiro volumes de "O Capital", após a morte de Marx, com base em manuscritos e notas deixados por ele. Marx utilizou o método dialético para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos. Ao estudar determinado fato histórico, ele procurava seus elementos contraditórios, buscando encontrar aquele elemento responsável pela sua transformação num novo fato, dando continuidade ao processo histórico. Os conceitos básicos do Materialismo Histórico constituem uma teoria científica da História, vista até então como

uma simples narração de fatos históricos. Ele revolucionou a maneira de se interpretar a ação dos homens na História, abrindo ao conhecimento, uma nova ciência e aos homens uma nova visão filosófica do mundo: o Materialismo Dialético.

FONTE: Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/historia/materialismo-historico-o-karl-marx.html>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

ESCOLA DE FRANKFURT: Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor W. Adorno (1903-1969) são os principais representantes da escola, fundada em 1924 na Universidade de Frankfurt, na Alemanha. No local, um conjunto de teóricos, entre eles Walter Benjamin (1892-1940), Jürgen Habermas (1929), Herbert Marcuse (1898-1979) e Erich Fromm (1900-1980), desenvolveram estudos de orientação marxista. Os estudos dos filósofos de Frankfurt ficaram conhecidos como Teoria Crítica, que se contrapõe à Teoria Tradicional. A diferença é que enquanto a tradicional é "neutra" em seu uso, a crítica busca analisar as condições sociopolíticas e econômicas de sua aplicação, visando à transformação da realidade. Um exemplo de como isso funciona é a análise dos meios de comunicação caracterizados como indústria cultural.

FONTE: Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/filosofia/escola-de-frankfurt.jhtm>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

ANTONIO GRAMSCI (1891-1937): foi um pensador italiano, antifascista cofundador do Partido Comunista Italiano. Gramsci foi uma das referências essenciais do pensamento de esquerda no século 20. Embora comprometido com um projeto político que deveria culminar com uma revolução proletária, Gramsci se distinguia de seus pares por desacreditar de uma tomada do poder que não fosse precedida por mudanças de mentalidade. Para ele, os agentes principais dessas mudanças seriam os intelectuais e um dos seus instrumentos mais importantes, a escola. Vários intelectuais brasileiros utilizaram os pressupostos de Gramsci, em destaque na educação Paulo Freire.

FONTE: Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/antonio-gramsci-307895.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

MICHAEL FOUCAULT (1926-1984): foi um importante filósofo e professor da cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France de 1970 a 1984. Todo o seu trabalho foi desenvolvido em uma arqueologia do saber filosófico, da experiência literária e da análise do discurso. Seu trabalho também se concentrou sobre a relação entre poder e governamentalidade, e das práticas de subjetivação. A obra, "Vigiar e Punir", é um amplo estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, para ele, "uma técnica de produção de corpos dóceis". Foucault analisou os processos disciplinares empregados nas prisões, considerando-os exemplos da imposição, às pessoas e padrões

“normais” de conduta estabelecida pelas ciências sociais. A partir desse trabalho, explicitou-se a noção de que as formas de pensamento são também relações de poder, que implicam a coerção e imposição. Assim, é possível lutar contra a dominação representada por certos padrões de pensamento e comportamento sendo, no entanto, impossível escapar completamente a todas e quaisquer relações de poder.

FONTE: Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u720.jhtm>>.
Acesso em: 11 abr. 2011.

2.2 A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA E O MÉTODO FENOMENOLÓGICO

A criança que eu fui não viu a paisagem tal como o adulto em que se tornou seria tentado a imaginá-la desde a sua altura de homem. A criança, durante o tempo que foi, estava simplesmente na paisagem, fazia parte dela, não a interrogava [...].
José Saramago, *As pequenas memórias*

Seguindo na esteira dos pensadores que viveram os momentos de inflexão tanto social como científico, a partir da década de 60/70, a Geografia Humanística será aquela que nos ajudará a interpretar a epígrafe selecionada, pois é a partir de uma aproximação com o método Fenomenológico, que esta corrente da Geografia irá ganhar espaços em pesquisas cujos conceitos de lugar e espaço aparecerão como essenciais às análises propostas. Assim, alguns pesquisadores da Geografia, buscando ultrapassar as limitações de uma ciência positivista, fundamentaram-se na fenomenologia de Edmund Husserl (1889-1939), Heidegger e Jean Paul Sartre como método de investigação. Eles foram os primeiros a escrever sobre tal perspectiva na Geografia, o geógrafo sino-americano Y-Fu Tuan, que publicou em 1974 “*Topofilia: um estudo da percepção, dos valores e do meio ambiente*”; a geógrafa americana Anne Buttimer, que em 1976 publica, “*Grassping the dynamism of lifeworld*”; o geógrafo canadense Edward Relph, com “*Place and placelessness*”, 1976.

No Brasil, mesmo que essa corrente não tenha atingido o mesmo nível de desenvolvimento como nos Estados Unidos, temos alguns pesquisadores que se destacam nesta corrente, como a professora Livia de Oliveira e as pesquisas sobre percepção ambiental e Oswaldo Bueno Amorim Filho.

Essa corrente, apoiada, então, na fenomenologia, irá se pautar fundamentalmente nas análises das relações que as pessoas possuem com o espaço através das experiências vividas e adquiridas pelos indivíduos. Y-Fu Tuan (apud CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 146) afirma que “as abordagens científicas para o estudo do homem tendem a minimizar o papel da conscientização e do conhecimento humano. A Geografia Humanística, em contraste, tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana”. Esse segmento na Geografia inaugura outra perspectiva de análise dos fenômenos geográficos ao valorizar a experiência do indivíduo ou do

grupo com o espaço, lugar ou meio e a partir desta interação busca “compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares [...] que se expressa através das suas atitudes e valores para com o quadro ambiente”. (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 22). Uma utilização muito frequente nas pesquisas que envolvem a corrente humanística está nos temas ambientais, com destaque à educação ambiental, na relação entre população e áreas de preservação ambiental, pesquisas em urbanismo e arquitetura entre outros.



Caro(a) acadêmico(a)! Kevin Lynch é um dos grandes autores do Urbanismo, responsável por uma das obras mais famosas e mais influentes, publicada em 1960: **A Imagem da Cidade**. Nela, ele destaca a maneira como percebemos a cidade e as suas partes constituintes, baseado em um extenso estudo em três cidades norte-americanas, em que pessoas eram questionadas sobre sua percepção da cidade, como estruturavam a imagem que tinham dela e como se localizavam. Leia:

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade/>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Veja também o livro:

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Carlos: Editora da UfSCAR/Studio Nobel, 1996.

As categorias de lugar e espaço são as mais utilizadas, pois o lugar não é qualquer localidade, mas aquele que faz parte da ação emocional do homem. Assim Y-Fu Tuan cria o conceito de topofilia que seria “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar”. O conceito de espaço para além de uma noção cartesiana e/ou que serve para representar e localizar objetos ou processos adquire na Geografia Humanística uma “integração espacial que se faz mais pela dimensão afetiva do que métrica. Estar junto, estar próximo, não significa a proximidade física, mas o relacionamento afetivo com outra pessoa ou com outro lugar”. (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 23).

Caro(a) acadêmico(a)! Pense no ambiente urbano e todas as problemáticas que as configurações econômicas e sociais povoam o cotidiano do cidadão cidadão: violência, desigualdades, número excessivo de carros, poluição, falta de infraestrutura etc. Imagine também outra perspectiva, ideal para esse mesmo cidadão: as brincadeiras na rua, as praças limpas e bem conservadas, segurança, cultura, o cheiro do pastel da feira etc. Com qual desses dois cenários você identificaria sua cidade? Veja que as pesquisas que utilizam o método fenomenológico e as ferramentas ou categorias de análise como a percepção ambiental podem contribuir para decifrar essas relações que as pessoas mantêm com seu meio apontando alternativas de planejamento, contribuindo para programas institucionais que visem à melhoria na qualidade de vida, por exemplo. Ou seja, para além de estatísticas fechadas às pesquisas em Geografia

Humanística trazem em seu bojo a consideração dos conhecimentos e as experiências que as pessoas possuem com o espaço. Assim, esses estudos são de fundamental importância para que possamos compreender as expectativas, as satisfações, julgamentos e condutas do homem e o ambiente.

No ensino de Geografia, percebemos essa incorporação da perspectiva humanística nas Propostas Curriculares (PCN, 1997) quando os sentidos e sentimentos que os alunos irão desenvolver com seu meio são considerados importantes no processo de apreensão e compreensão do espaço, além de desenvolver atitudes propositivas em relação ao mesmo. O Tema Transversal Meio Ambiente e as atividades que envolvam a educação ambiental são boas possibilidades de aglutinar em suas propostas a questão da percepção, e construção de outros valores para com o meio no qual os alunos estão inseridos. Uma sugestão de ferramentas metodológicas são a confecção de mapas mentais, utilização de entrevistas, relatórios fotográficos e o estudo do meio como vimos na Unidade 1. Bom trabalho e mãos à obra!



Caro(a) acadêmico(a)! Convidamos você a ler atentamente o quadro a seguir e conhecer brevemente o que é a fenomenologia e quais os principais filósofos e pensadores que contribuíram para a fundamentação teórico-metodológica da Geografia Humanística.

Fenomenologia: Tratado científico sobre a descrição e classificação dos fenômenos, que se propõe a ser uma ciência do subjetivo, dos fenômenos e dos objetos como objetos. A fenomenologia tem como objeto de estudo o próprio fenômeno, isto é, as coisas em si mesmas e não o que é dito sobre elas, assim sendo a investigação fenomenológica busca a consciência do sujeito através da expressão das suas experiências internas. A fenomenologia busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito formulada com base em suas experiências. O método fenomenológico consiste em mostrar o que é apresentado e esclarecer este fenômeno. Para a fenomenologia um objeto é como o sujeito o percebe, e tudo tem que ser estudado tal como é para o sujeito e sem interferência de qualquer regra de observação cabendo a abstração da realidade e perda de parte do que é real, pois tendo como objeto de estudo o fenômeno em si, estuda-se, literalmente, o que aparece. Para a fenomenologia um objeto, uma sensação, uma recordação, enfim, tudo tem que ser estudado tal como é para o espectador.

FONTE: Disponível em: <www.euniverso.com.br/Oque/fenomenologia.htm>. Acesso em: 22 maio 2011.

Edmund Husserl (1859-1939): foi um matemático e filósofo alemão, conhecido como o fundador da fenomenologia. Judeu de origem rica completou os primeiros estudos em um ginásio público alemão, e estudou física, matemática, astronomia e filosofia nas universidades de Leipzig, Berlim e Viena. Em Viena defendeu sua tese de doutorado em filosofia (1882). Foi professor na Universidade de Freiburg, na Alemanha. Suas principais obras foram *Investigações Lógicas* (1900-1901), *Ideia* (1913) e *Formale und transzendente Logik: Versuch einer Kritik der logischen Vernunft* (1929).

FONTE: Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biografia/edmund-husserl.htm>>. Acesso em: 22 maio 2011.

Martin Heidegger (1889-1976): foi um filósofo alemão. É seguramente um dos pensadores fundamentais do século XX quer pela recolocação do problema do ser e pela refundação da Ontologia, quer pela importância que atribui ao conhecimento da tradição filosófica e cultural. Foi discípulo de Husserl e influenciou muitos outros filósofos, dentre os quais Jean-Paul Sartre. Suas mais importantes obras são “*Introdução à Metafísica*”, 1953, “*Que Significa Pensar?*”, 1964, e “*Fenomenologia e Teologia*”, 1970. A obra completa de Heidegger foi editada na Alemanha em 70 volumes.

FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Martin_Heidegger>. Acesso em: 22 maio 2011.

Jean Paul Sartre (1905-1980): foi um filósofo, escritor e crítico francês, conhecido representante do existencialismo. Acreditava que os intelectuais têm de desempenhar um papel ativo na sociedade. Era um artista militante, e apoiou causas políticas de esquerda com a sua vida e a sua obra. Repeliu as distinções e as funções oficiais e, por estes motivos, se recusou a receber o Nobel de Literatura de 1964. Sua filosofia dizia que no caso humano (e só no caso humano) a existência precede a essência, pois o homem primeiro existe, depois se define, enquanto todas as outras coisas são o que são, sem se definir, e por isso sem ter uma "essência" posterior à existência. Em 1943, publica seu mais famoso livro filosófico, *L'Être et le Néant (O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica)*, que condensa todos os conceitos importantes da primeira fase de seu sistema filosófico.

FONTE: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Paul_Sartre>. Acesso em: 22 maio 2011.

2.3 A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL E MÉTODO SISTÊMICO

O rio não é só um começo numa nascente e um fim num oceano, livre de afluentes, desvios, barragens, secas, e até de sua possível morte. O rio é um rio, suas águas se modificam a todo instante e não somente diante da tempestade, da seca ou da intervenção humana. Nele me sacio ou me afogo, altero seu volume cada vez que adentro e faço deslizar os seixos; provooco o transbordamento, altero suas bordas

com uma umidade surpreendente [...]. Um rio para o universo, da terra para o mar, para o ar, não cumpre itinerários, mas intermináveis percursos.

Edson Passetti, Ecopolítica e controle por elites.

Através das palavras de Passetti, convidamos você, caro(a) acadêmico(a), a refletir sobre as aproximações da Geografia com a questão ambiental, tal como conhecemos hoje e a importância da escolha de um método que contribua na análise de objetos que nunca foram tão convergentes como aqueles derivados de leis naturais e dos processos sociais. Ou seja, diante de tal complexidade do tema e da impossibilidade de uma análise isolada gostaríamos de tecer brevemente os caminhos da ciência geográfica a respeito da questão ambiental, apresentando-a como um meio de exercitar a superação das dicotomias entre as análises humanas e físicas. Assim como para Passetti um rio não é apenas “um começo numa nascente e um fim num oceano”, você perceberá que para a Geografia, a perspectiva socioambiental é aquela que irá justificar que a questão ambiental não é somente humana, ou somente física. E através de uma busca pela multiplicidade metodológica referente às análises de seus objetos poderemos concretizar um olhar interdisciplinar entre as áreas naturais (física) e sociais (humana) e possibilitar a construção de possíveis soluções às problemáticas investigadas. Uma vez que muitos casos na contemporaneidade transitam entre essas duas áreas como no caso a seguir que acompanhamos pelos jornais no começo de 2010:

Deslizamentos em Angra dos Reis matam ao menos 30 pessoas

Desabamento na Ilha Grande deixou 19 mortos; no centro da cidade, 11 pessoas morreram soterradas



**Parte das vítimas em Ilha Grande estava hospedada na Pousada Sankay
Foto: Nicholas Serrano/AE**

RIO - As fortes chuvas dos últimos dias de 2009 transformaram num cenário trágico um dos principais paraísos turísticos do Estado do Rio. O deslizamento de uma encosta atingiu uma pousada e sete casas na Ilha Grande, na baía de Angra dos Reis, matando pelo menos 19 pessoas. No continente, outras 11 pessoas morreram em outro desmoronamento de terra, no Morro da Carioca, no centro histórico da cidade, totalizando em pelo menos 30 o número de vítimas fatais da tragédia. Até o início da noite desta sexta-feira, 1º, bombeiros ainda trabalhavam em busca de outras vítimas ou sobreviventes.

FONTE: Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Neste caso de Angra dos Reis, e em tantos outros que envolvem “catástrofes naturais”, como chuvas e as consequências, ressacas e alteração de linhas de praia que “invadem” as casas à beira-mar, poderíamos utilizar qual viés de análise para esses casos tão comuns nos dias de hoje? Afinal qual é a causa dessa tragédia em Angra dos Reis? A chuva intensa num solo arenoso de encosta, ou a ocupação urbana em áreas inapropriadas ou de risco?

Para que você possa responder a essas e outras questões-problemas e refletir sobre elas na Geografia contemporânea, é preciso identificar desde quando a questão ambiental (física) se torna também uma questão social (humana) para a Geografia. (GONÇALVES, 2008). Ao mesmo tempo buscamos refletir sobre a impossibilidade de utilizar um método único para duas perspectivas de análise mesmo que convergentes. Pois, como vimos a Geografia Crítica se aproximou do método dialético, e a Humanística do fenomenológico, assim será possível compreender quais os métodos a Geografia Socioambiental se aproxima, e quais as perspectivas de atuação desta tendência na Geografia contemporânea.

Caro(a) acadêmico(a)! Você pode inclusive levantar a seguinte pergunta: se estamos falando de uma questão que envolve o meio ambiente, físico em sua excelência, o que esta tendência faz aqui num caderno que discute a Geografia Humana? Na realidade, a questão ambiental ou ecológica ao nascer no século XIX vinculada às ciências naturais não mantinha proximidade com as pesquisas desenvolvidas nas áreas sociais. Até meados da década de 1960, este discurso e as práxis acadêmicas tornaram distintas as pesquisas sociais das naturais. Os temas relacionados ao meio ambiente, bem como as consequências do uso dos bens naturais não eram prioridades das pesquisas de cunho social. Na Geografia, por exemplo, imperava neste período a crítica ao método positivista, e a análise marxista guiava grande parte das pesquisas na área humana. Os grandes temas eleitos para esta área eram os processos de urbanização, o desenvolvimento econômico e a industrialização. Já na área física, as análises baseadas em leis naturais encontravam-se vinculadas a processos mais específicos em temas ligados à geomorfologia, geologia e climatologia. Era perceptível um grande abismo que separava essas duas áreas de atuação do geógrafo.

Porém, é a partir da década de 1970, culminando com a divulgação de uma série de “desastres” ecológicos, com a intensa atividade intelectual nas universidades, e alguns encontros mundiais (“Clube de Roma, em 1968; “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972 realizada em Estocolmo, entre outros) para discutir a questão ambiental, esse tema tornou-se um problema a ser investigado também pelas ciências humanas porque começa a atingir mais diretamente a sociedade, deixando de ser uma análise restrita aos meios naturais afastados da população. A Geografia desenvolvia estudos na área física e/ou ambiental de uma forma bem específica e isolada dos estudos humanos.

A questão social incorporada aos estudos físicos acontecerá na Geografia somente a partir da obra “Ecogeografia” publicada em 1979, pelo geógrafo francês Jean Tricart. A Ecogeografia, baseado em conceitos da Ecologia, seria uma parte da Geografia destinada a estudar a integração do homem como mais um elemento dos sistemas naturais, tanto pela sua relação de dependência como pela possibilidade de alteração desses recursos. Inaugura-se também uma nova tendência de estudos a partir deste conceito criado por Tricart: a preocupação da Geografia com a preservação ambiental.

Para Mendonça (2001), a Geografia como a mais social das ciências naturais, e a mais natural das ciências humanas se utilizará da heterogeneidade metodológica e temática para incorporar a análise social com a ambiental. Ainda, segundo este autor, houve um grande esforço dos geógrafos físicos para incorporar os processos sociais em suas análises, porém o contrário foi e ainda é mais difícil, ou seja, os geógrafos humanos ainda escolhem outras prioridades temáticas para suas pesquisas. No Brasil, os pioneiros desta linha de pesquisa, a partir da obra de Tricart, já na década de 1970, foram Aziz Ab’Saber, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Carlos Walter Porto Gonçalves.

A Geografia, durante muito tempo, manteve distintas as nomenclaturas e metodologias de pesquisa entre as áreas humanas e físicas, onde esta corrente física/ambiental era denominada de Geografia Ambiental ou Ecológica. Porém, este termo-conceito se tornou insuficiente para falar sobre os problemas ambientais sem tocar no social. Com o desenvolvimento econômico, urbano e outros fatores como a explosão demográfica nos países subdesenvolvidos, tornou-se insuficiente a análise dos fenômenos naturais restritos ao meio ambiente natural. Nesse sentido, é que o termo Socioambiental é amplamente utilizado a partir dos anos 80/90, principalmente, após o encontro mundial de 1992, a Eco-92, realizada na cidade de Rio de Janeiro, que incorpora definitivamente o homem ao processo de análise das questões ambientais. Assim para Mendonça (2001, p. 123) a Geografia Socioambiental deve:

emanar de problemáticas em que situações conflituosas, decorrentes da interação entre sociedade e natureza, explicitem degradação de uma ou de ambas. A diversidade das problemáticas é que vai demandar um enfoque mais centrado na dimensão natural ou mais na dimensão social, atentando sempre para o fato de que a meta principal de tais estudos e ações vai à direção de busca de solução do problema, e que este deverá ser abordado a partir da interação entre estas duas componentes da realidade.

Lembrando que esta corrente da Geografia não defende o fim das especificidades metodológicas, pois as áreas específicas de análise precisam de métodos específicos. Assim não se pode desconsiderar a característica desta ciência que é justamente manter em seu bojo uma pluralidade metodológica. Portanto, afirma-se a necessidade principalmente a partir deste viés Socioambiental de uma maior inter e multidisciplinaridade metodológica, e não a adoção de um único método de pesquisa.

O Método Sistêmico ou a Teoria Geral dos Sistemas (T.G.S) desenvolvida pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy a partir da década de 50, é uma das principais aproximações metodológicas desta corrente. A partir da década de 70, Fritjof Capra e o pensamento sistêmico na filosofia e física (O Tao da Física, 1975), Edgar Morin e a teoria da complexidade na sociologia (Introdução ao pensamento complexo, 1990), Enrique Leff na economia (Ecologia e Capital, 1994) serão alguns dos teóricos que aglutinam contribuições a algumas linhas de investigação na Geografia Socioambiental. É claro observar as tentativas da utilização de outros métodos recorrentes na Geografia, como o método marxista nas análises socioambientais. Porém, diante da impossibilidade de pautar as pesquisas socioambientais pela utilização exclusiva do método sistêmico (muito mais próximo de uma área física), ou de um método que se pauta pelas relações de produção (muito mais próximo da área humana), abre-se uma nova frente ao desenvolvimento epistemológico na Geografia, retomando a ideia de uma “interação holística dos fatos geográficos, que devam convergir mais para uma síntese global do que para uma especialização setorializada”. (MONTEIRO, 1991, p. 126). Os temas que derivam dessa possibilidade holística de análise são: desenvolvimento e preservação ambiental; população e meio ambiente; desenvolvimento e sustentabilidade; as desigualdades econômicas e acesso à qualidade de vida; questões urbano-ambientais; e a educação ambiental.

FIGURA 57 – ECO-92, REUNIÃO ORGANIZADA PELA ONU, REALIZADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1992, UM DOS MARCOS PARA A DIVULGAÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS MUNDIAIS



FONTE: Disponível em: <<http://eco-92.blogspot.com/2010/03/o-que-foi-eco-92.html>>. Acesso em: 3 jul. 2011.

Para dar conta de temas tão abrangentes, essa corrente deve basear seus estudos e pesquisas a partir da interação de métodos que tomam a perspectiva vertical (ecossistemas) e horizontal (geossistema) da paisagem, abarcando também as atividades humanas. (MENDONÇA, 2001). Ainda, segundo Mendonça (2001), essas limitações metodológicas encontradas nas pesquisas, afinal, contribuíram para afirmar que esta corrente é particular, uma vez que as riquezas das análises da Geografia se dão pela sua pluralidade de enfoque. Dessa forma, a atuação do geógrafo “dar-se-ia de modo a buscar o conhecimento do mundo integrado, muito mais no nível da **compreensão** do que propriamente no nível da **produção**; muito mais no nível da sensibilidade interpretativa, de caráter combinatório, do que no nível ‘analítico’. E tal situação já representaria um grande avanço se comparada aos estudos setorizada”. (HISSA, 2002, p. 277, grifos do autor).

Tratando-se de uma das mais contemporâneas das correntes que envolvem a Geografia Humana, percebemos que este campo de atuação profissional, tanto técnico como no ensino, está aberto a pesquisas e frentes de trabalho que necessitam cada vez mais de profissionais que possam dar conta desta largueza de análise, bem como aprimorar as ferramentas metodológicas. Ainda são frágeis e insuficientes as construções e utilização das metodologias nesta área. Nas escolas e livros didáticos, o tema socioambiental ocupa uma grande parte das discussões em sala de aula. Para isso o professor de Geografia precisa ter claro essa pluralidade de abordagens para o tema, mas também manter um olhar crítico em relação às propostas de trabalho e os conteúdos dos materiais didáticos. Pois, são variadas as possibilidades de trabalho e de pesquisas no ensino a partir deste tema, mas variados também podem ser os equívocos.



Para saber mais sobre como as temáticas ambientais aparecem nos livros didáticos, indicamos a leitura da Dissertação de Mestrado de Raphaela de Toledo Desidério, **"O ambiental nos livros didáticos de geografia"**: uma leitura nos conteúdos de geografia do Brasil", que você encontra no seguinte *site*: <www.dominiopublico.gov.br>. Segue o resumo de sua pesquisa:

A temática ambiental apresenta atualmente diversas significações e formas de abordagem. Ao ser submetido ao texto pedagógico assume características e reproduz discursos específicos. O entendimento de como o ambiental se apresenta no ensino da geografia do Brasil dialoga nesta pesquisa com o ambiental produzido nos currículos nacional e estadual. Esse encontro se dá através da leitura de três livros didáticos de 7º anos do Ensino Fundamental e valia as possíveis permanências e dissonâncias entre as propostas, os documentos e o livro didático. A opção pela análise do livro didático reconhece o mesmo como um aparato educacional e cultural capaz de produzir, reproduzir e dissolver realidades. Além disso, e diante de variadas ferramentas de ensino-aprendizagem disponíveis hoje em dia, o livro didático continua exercendo papel significativo no cotidiano escolar. As singularidades adquiridas pelo ambiental quando conformadas ao texto pedagógico nos encaminha para a reflexão das generalizações, simplificações, reducionismos e mera reprodução de informações veiculadas por esses materiais educativos, fato que não coincide com a indicação de abordagem da temática pelas propostas curriculares. A leitura ambiental no livro didático de geografia oportuniza a discussão da temática vinculada às noções de problema e destruição, materializada por espaços mais ou menos impactados ou alterados e reforça a reprodução de uma realidade construída. A apresentação de um mundo já pensado moldado pelo texto pedagógico não permite o desenvolvimento do senso crítico e nem mesmo reconhece a complexidade inserida na questão.

2.4 OS CAMPOS DA GEOGRAFIA HUMANA E AS ÁREAS RELACIONADAS

Caro(a) acadêmico(a)! Como você está se aproximando de discussões atuais que envolvem tanto questões epistemológicas como de cunho profissional, já dever ter percebido que esta área do conhecimento não se mantém isolada de outras áreas do conhecimento. E como vimos no item anterior, esta é a riqueza da Geografia, sua pluralidade metodológica e a capacidade de manter relações estritas com diversas áreas. Assim podemos identificar dentre deste grande "guarda-chuva" que é a Geografia Humana, outras subáreas que envolvem a temática comum que é compreender as relações do homem com o meio. Como são variadas as possibilidades de análise, vários também são os campos da Geografia Humana. A seguir um quadro-resumo em que buscamos apresentar os principais campos da Geografia Humana, as áreas a estes relacionadas e a corrente que mais se identifica metodologicamente:

QUADRO 8 – PRINCIPAIS CAMPOS DA GEOGRAFIA HUMANA

CAMPOS DA GEOGRAFIA HUMANA	ÁREAS RELACIONADAS	CORRENTE DA GEOGRAFIA
Geografia Social	Sociologia	Geografia Humanística
Geografia Cultural	Antropologia	Geografia Humanística
Geografia Econômica	Economia	Geografia Crítica
Geografia Urbana	Urbanismo e Arquitetura	Geografia Crítica; Geografia Humanística
Geografia Política ou Geopolítica	Ciência Política	Geografia Crítica
Geografia Socioambiental	Estudos ambientais, sociais e econômicos	Geografia Socioambiental

FONTE: A autora

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você viu que:

- A Geografia enquanto área do conhecimento científico que estuda as relações do homem com a natureza nunca foi tão requisitada como neste início de século XXI.
- Escolhemos três correntes consideradas mais presentes nas pesquisas e nos embasamentos teórico-metodológicos na atualidade: Geografia Crítica, Geografia Humanística e Geografia Socioambiental.
- A Geografia Crítica surge a partir de 1970 na França e utiliza o método marxista (materialismo histórico-dialético) em suas pesquisas.
- A Geografia Humanística tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana e utiliza o método fenomenológico.
- A Geografia Socioambiental é a mais recente das correntes e busca incorporar a questão social aos estudos físicos, partindo de um método sistêmico, mas necessita de uma pluralidade metodológica.



- 1 São inúmeras as possibilidades metodológicas e as perspectivas geográficas que podemos utilizar para desvendar problemáticas e criar possibilidades de solucioná-las ou apenas produzir um pensamento sobre as questões que afetam a vida na cidade. A partir da imagem, a seguir, escolha a(s) corrente(s) da Geografia apresentada(s) neste tópico que você considera mais adequada(s) para interpretá-la. Justifique, compare e discuta sua resposta com os colegas em sala de aula.



FONTE: Disponível em: <www.miniquim.wikispaces.com/file/view/Problema_Ambiental.jpg/185336239/Problema_Ambiental.jpg>. Acesso em: 29 nov. 2011.

GEOGRAFIA HUMANA, SOCIEDADE E ESPAÇO: O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO

“De uma cidade não aproveitamos suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas”.

Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*

1 INTRODUÇÃO

A escolha desta epígrafe de Ítalo Calvino para iniciar este tópico nos remete a um dos temas mais recorrentes às pesquisas que envolvem os métodos e correntes da Geografia Humana: a urbanização e sua relação com o desenvolvimento econômico e social. Segundo Soja (1993, p. 118) “a cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo”. Nesse sentido, o tema urbano passa a ser objeto de estudo na Geografia Humana, a partir da década de 70 do século passado, quando é tomado como problema de pesquisa. Culminado com a apropriação do método marxista de análise das relações entre o homem e o meio, a Teoria Social Crítica foi a base para desvelar os processos de produção do espaço que se tornam símbolo da dinâmica capitalista ao reproduzir desigualdades nas formas e nos meios de apropriação do espaço.

Assim serão variadas as temáticas derivadas desta questão, assim como variadas serão as formas como a urbanização irá ocorrer, principalmente entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. E mais especificamente no caso do Brasil, o processo de urbanização estará atrelado a dois fatores coetâneos: a explosão demográfica e a industrialização (ambas ocorreram intensamente a partir da década de 60).

Caro(a) acadêmico(a)! Observe a imagem da obra “Retirantes” (1944) do artista plástico Cândido Portinari e descreva o que você está vendo. O que mais chama sua atenção? Agora reflita sobre esses elementos da obra e o momento social, econômico do país em meados da década de 1940. Portinari, nesta obra, retrata uma situação tão comum que irá influenciar diretamente na construção dos significados dos conceitos de urbanização, e também, denunciar uma situação de desigualdades sociais e econômicas do país: o êxodo rural.

Um aumento da população urbana em relação à população rural é o que definiria de uma forma simples o conceito de urbanização. Mas os estudos que remetem a este tema levam em consideração questões como, o oferecimento de

equipamento urbano (luz, água, esgoto, arruamentos, saúde, educação e cultura), dados demográficos, funcionalidade das cidades, entre outros. No caso do Brasil, este processo é bem recente, se comparado a países europeus, e ocorrerá apenas a partir da segunda metade do século XX, em que o tema urbano passa a ser objeto de estudo na Geografia Humana, provocado pela abertura econômica do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a sua meta de desenvolver o Brasil, “cinquenta anos em cinco”.

Com isso, o desenvolvimento tecnológico, o aprimoramento das técnicas de produção agrícola culminaram na “expulsão” de grandes parcelas da população do campo para os centros urbanos que concentravam no mesmo espaço as indústrias e a mão de obra abundante, base para o processo de produção capitalista.

FIGURA 58 – RETIRANTES, 1944, OBRA DE CÂNDIDO PORTINARI



FONTE: Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/quadro-retirantes-de-candido-portinari/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

O espaço urbano, nesses moldes, será o reflexo de um modelo acelerado de desenvolvimento nos países de industrialização tardia, como no caso do Brasil e outros países subdesenvolvidos, reservando a áreas de conhecimento como a Geografia e as Ciências Sociais e Econômicas diversas ênfases para tornar a questão urbana um problema de pesquisa. Devemos destacar que este modelo de produção do espaço urbano não ocorreu de forma homogênea no mundo todo. Porém, em se tratando do desenvolvimento de pesquisas científicas, é a partir da década de 70 do século passado que o tema urbano se torna um objeto comum a diferentes áreas de conhecimento, devido à urgência de se pensar o capitalismo e os meios de produção do espaço, e a cidade torna-se o cenário necessário para a construção de tais análises.

Mesmo que o processo de urbanização tenha se iniciado na Europa já em meados do século XVIII com a Primeira Revolução Industrial, é a partir da década de 1970 que segundo Santos (2009, p. 238) “a ciência e a tecnologia, com a informação, estarão na base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço”, e a cidade será o reflexo desses fenômenos por justamente aglutinar esses processos em sua base de formação, mas principalmente por ser palco das contrariedades intrínsecas a esses processos.

Por isso buscaremos nesta unidade compreender como a questão urbana se torna um problema para as análises geográficas e como este tema tende a se modificar para atender a demandas de investigação. Como por exemplo, nos anos 1970, os grandes temas foram a espoliação urbana e as desigualdades de acesso aos meios coletivos de produção; a questão da expansão das favelas e áreas periféricas, e o planejamento urbano e as demandas das elites, nos anos 1980; o abandono dos centros das cidades em direção aos condomínios fechados e o *citymarketing*, as reformas urbanas dos anos 1990; e chegando ao século XXI, temos as análises de um palimpsesto que dá formas a cidade pós-moderna, até mais recentemente as análises e pesquisas atingem a intersecção entre esses temas (ainda não esgotados) à questão ecológica e/ou ambiental. Notadamente é recorrente observarmos a divulgação na mídia de uma noção de qualidade de vida urbana atrelada à capacidade de sustentabilidade das cidades, o que produz novas fragmentações e a criação de outros valores dados aos espaços urbanos, agora revestidos por uma preocupação ambiental.

Obviamente não esgotaremos aqui todas as temáticas que a questão urbana se relaciona, mas buscaremos trazer a você aquelas mais próximas às análises da Geografia Humana. Buscaremos apresentar um breve histórico do planejamento urbano no Brasil e suas arestas, e também mostraremos as potencialidades de convergências entre a questão urbana e a questão ambiental, como uma nova tendência nas pesquisas e estudos urbanos da Geografia.

Prezado(a) acadêmico(a)! Estamos quase encerrando este caderno, não desista e mantenha-se concentrado. Boa leitura!

2 A GEOGRAFIA HUMANA, A CIDADE E O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL



Caro(a) acadêmico(a)! Leia com atenção a letra da música "A cidade", da banda pernambucana Chico Science e Nação Zumbi, que nos anos 1990 inauguraram com outras bandas o movimento musical conhecido como "mangue beat" que mistura diferentes estilos regionais do estado de Pernambuco, como o maracatu ao *rock*, hip hop e outros. Sugerimos que para melhor acompanhamento e interpretação da letra, que você acesse o seguinte *link* para ver o videoclipe <<http://www.youtube.com/watch?v=UVab41Zn7Yc>> e escutar a música.

A CIDADE

Chico Science
Nação Zumbi

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruínas, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs

A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares
No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

[...]

Num dia de sol Recife acordou
 Com a mesma fedentina do dia anterior
 A cidade não para, a cidade só cresce
 O de cima sobe e o de baixo desce
 A cidade não para, a cidade só cresce
 O de cima sobe e o de baixo desce.

FONTE: Disponível em: <<http://www.letras.com.br/chico-science/a-cidade>>.
 Acesso em: 13 jul. 2011.

Agora que você já leu a letra e assistiu ao vídeo, reflita sobre o que a música está falando. Qual a relação possível entre a cidade de Recife, retratada nesta letra e a sua cidade? Esta letra de música e tantas outras que já escutamos podem ser uma boa porta de entrada para nossas reflexões entorno das questões e das imagens da cidade contemporânea que analisamos na Geografia Humana. Basta escolher a frase “[...] e a cidade se apresenta o centro das ambições para mendigos ou ricos e outras armações [...]” que a contrariedade que permeia a formação do mosaico urbano se mostra como uma das possibilidades de análise e compreensão destes arranjos políticos, econômicos e sociais que constituem historicamente as cidades. Essa questão da complexidade dos arranjos que envolvem as análises em Geografia começa pela própria impossibilidade de definir um único conceito para cidade, ou para o urbano. Mesmo que a história das cidades seja longa, data de quinze a cinco mil anos atrás, a cidade não pode ser definida por um único critério, mas, sim, a conjunção de várias características como as demográficas (número da população), a questão da funcionalidade (notadamente são atividades dos setores secundário e terciário) e/ou por estatutos legais.

Mas para a Geografia Humana, o interesse em seus estudos para além de uma definição conceitual, está em analisar o espaço urbano como símbolo máximo dos processos de apropriação e transformação do meio. O interesse também se dá em decorrência da alta concentração populacional neste espaço e da complexidade das relações sociais e políticas que permeiam a vida na cidade. Assim os estudos de tal fenômeno são despertados na Geografia principalmente por se tratar de um espaço formado em sua essência de contrariedades: riqueza e pobreza; acesso e espoliação; moderno e arcaico; o natural e o construído; uso individual e coletivo etc. Além de representar um ritmo de vida moderno que desde fins do século XIX, com a segunda Revolução Industrial se intensificou em todo mundo, ou seja, o desenvolvimento das indústrias, a economia, as descobertas da ciência, faz com que o espaço urbano, torne-se o símbolo maior dessa apropriação e transformação espacial.

Nesse sentido é que desde meados do século XIX algumas análises espaciais, e das condições de vida nas cidades já eram realizadas. Engels, por exemplo, após analisar a vida e as relações de produção nas cidades industriais inglesas publica em 1845 “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, que

já integrava uma interpretação crítica do processo de produção capitalista pelo viés do proletariado urbano. Assim, também, na Alemanha, o sociólogo Georg Simmel (1858-1918) já analisava o estilo de vida na metrópole, seu texto “A metrópole e a vida mental”, publicado em 1902, já afirmava que “a economia do dinheiro domina a metrópole”, assim como as atitudes individualistas. A Escola de Chicago, nos Estados Unidos, a partir de 1910 representa as ideias, estudos e projeções correspondentes ao planejamento urbano, no início do século XX.

Todavia, a Geografia Humana, como analisado nas unidades anteriores, irá incorporar baseada nas teorias de análise crítica de Engels e Marx, abordagens sobre o espaço urbano somente a partir da década de 1970, com a Geografia Crítica. Percebe-se então que os estudos em Geografia Urbana derivam desta corrente para melhor compreender os complexos significados da organização espacial urbana, e aproxima seus estudos da Sociologia, da Arquitetura e Urbanismo, da Economia.

Para a Geografia as possibilidades temáticas de análise do urbano são bem recentes, principalmente na Geografia brasileira. Assim muitas temáticas que ainda são tratadas como um problema na Geografia brasileira, ou nas análises dos países subdesenvolvidos não são os mesmos problemas analisados em outros países. Mas cabe salientar que o estudo urbano se intensificou principalmente a partir da década de 1970, pois foi quando o processo de urbanização atingiu o seu auge no país.

Se observarmos a imagem a seguir, grande parte do mundo é considerada urbana, e no caso do Brasil, 75% do país era considerado urbano em 1995. Nesse sentido, podemos justificar porque neste subtópico estamos tratando a urbanização como um “fenômeno”, pois em apenas 30 anos tivemos um salto de adensamento urbano, o que nos países desenvolvidos demorou quase 100 anos para acontecer com a mesma intensidade. É dessa dinâmica acelerada que extraímos a escolha pelo tratamento da urbanização como um fenômeno, e podemos identificar as grandes diferenças entre as questões urbanas dos países desenvolvidos e a dos países subdesenvolvidos. Neste caso, entre outros problemas que este crescimento e adensamento acelerado provocaram foram a falta do acompanhamento das infraestruturas urbanas a todos os espaços da cidade, a reserva de mão de obra responsável pelos altos índices de desemprego que levaram a expansão das periferias nos grandes centros urbanos e outros índices de desigualdade social, além das demandas ambientais decorrentes de um tipo de ocupação irregular de encostas de morros, margens de rios etc.



Caro(a) acadêmico(a)! Para maior aprofundamento sobre o assunto sugerimos a leitura de um dos seguintes livros:

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. 4. ed. São Paulo: CEBRAP, 1981.

MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

Uma das linhas atuais de pesquisa que merece um grande destaque, tanto pelas polêmicas como pelo jogo de interesses que engloba são aquelas que envolvem a gestão e planejamento urbano. Porque a função do geógrafo não é apenas identificar as mazelas e problemas das cidades em períodos distintos, mas também o de contribuir para o planejamento desse espaço. Por considerarmos a urbanização como um fenômeno devemos lembrar que tanto pelas formas como as cidades cresceram no Brasil, como pelos atores envolvidos, o espaço urbano necessita de um conhecimento cada vez mais aprofundado e abrangente. Pois o planejamento urbano muitas vezes atendeu de forma restrita algumas classes e alguns espaços da cidade, nesse sentido é que as análises não podem se pautar apenas pela funcionalidade de tais planejamentos, mas como a população é atingida pelos mesmos.

Talvez pela velocidade com que este espaço se adensou, e pelas perguntas ainda abertas ou sem respostas, os geógrafos mantêm um grande interesse pela temática urbana. A seguir, elaboramos uma “linha do tempo” decorrente dos temas mais intensamente estudados ao longo de quase 40 anos de estudos urbanos no país, apontando para uma tendência de estudos para o século XXI, que também abordaremos nesta unidade: a questão urbano-ambiental.

- Anos 1960: “espoliação” urbana, políticas fundiárias e habitacionais.
- Anos 1970: política e planejamento urbano no Brasil.
- Anos 1980: democratização, movimentos sociais e reforma urbana.
- Anos 1990: planejamento e gestão e os novos planos diretores; “Cidade real” e processos participativos de gestão: os orçamentos participativos; urbanização de favelas, zoneamentos especiais e regularização fundiária.
- Anos 2000: planejamento estratégico e competitividade intermunicipal; *marketing* das cidades, parcerias público/privadas; centros de cidades e identidades.
- Tendências atuais: a emergência da questão ambiental, Agenda 21 e cidades sustentáveis e as novas formas de segregação, mercado imobiliário e expansão urbana.

Nos próximos tópicos, você terá a oportunidade de conhecer brevemente como a questão do planejamento urbano se torna uma questão de pesquisa na Geografia justamente por envolver um dos grandes atores nos estudos urbanos: o Estado e as legislações que regem o direcionamento de crescimento urbano. Como no Brasil e em outros países subdesenvolvidos ou de industrialização tardia, a questão do

planejamento não seguiu uma lógica que pudesse atender a todas as demandas sociais e econômicas. Durante muitos anos as análises estiveram voltadas para as formas de segregação nos espaços urbanos, assim como a atuação dos movimentos sociais, até chegarmos aos planos diretores e as outras formas de regulação fundiária na cidade.

Se o acesso a uma moradia e aos equipamentos urbanos como eletricidade, asfalto, segurança, saúde, ainda não foram atendidos nos grandes centros urbanos identificamos uma sobreposição de problemáticas ainda não resolvidas. Basta analisar as duas imagens a seguir da mesma cidade e perceber que o mesmo espaço comporta diferentes possibilidades de análise e de qualidade de vida. Ou seja, parece que a cidade planejada está ainda a serviço de poucos. Podemos ainda aproximar atualmente a questão urbana da questão ambiental, como uma nova tendência de estudos urbanos. A mesma cidade e duas formas de planejamento:

FIGURA 60 – AVENIDA BEIRA-MAR NORTE, UMA DAS ÁREAS MAIS VALORIZADAS DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC



FONTE: Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/blog/brasis/atracoes-florianopolis-inverno-sem-entrar-no-mar-gelado/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

FIGURA 61 – COMUNIDADE CHICO MENDES, LOCALIZADA NA PARTE CONTINENTAL DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS/SC



FONTE: Disponível em: <<http://cartografianoturna.com/artigo/movimentos-de-sem-teto-e-representac%CC%A7oes-sociais-em-florianopolis/>>. Acesso em: 3 out. 2018.



A Geografia Urbana e seus temas e conceitos são amplamente trabalhados no ensino básico, em diferentes anos e contextos. Lembre-se das metodologias de ensino apresentadas na Unidade 1, como estudo do meio, uso de músicas, filmes e outras ferramentas para subsidiar a construção de seus Planos de Aula. Neste caso, um estudo do meio sobre as características da cidade em que você leciona pode integrar um trabalho com projeto, cujo tema pode ser a cidade em que os alunos vivem. Diversifique suas ferramentas como a realização de relatório fotográfico, desenhos, mapas mentais, croquis dos espaços visitados, entrevistas com moradores, comerciantes, pesquisas na internet sobre o Plano Diretor da cidade etc. Escolha uma questão problema para direcionar as pesquisas e depois divulgue os resultados em formato de *blogs* na internet ou cartazes pela escola. Divirta-se e bom trabalho!

3 BREVE HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL: DO PLANO DISCURSO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Caro(a) acadêmico(a)! Como foi mencionado anteriormente, os estudos de Geografia Humana, que envolvem a questão urbana necessitam manter suas fronteiras disciplinares abertas para transitar com outras áreas do conhecimento para dar conta das complexidades da análise do espaço urbano. Assim, neste subtópico, apresentaremos brevemente a importância das questões que envolvem o planejamento urbano, que são as estratégias estruturais, políticas e econômicas de projetar e regular o crescimento das cidades, para os estudos na Geografia Humana.

Ao buscarmos referências históricas da constituição dos primeiros planos, ou as primeiras formas de se pensar as cidades, as mesmas remetem-se aos ideais da classe burguesa emergente europeia, vigorando preocupações como o embelezamento e a monumentalidade das obras. Segundo Maricato (1997), em fins do século XIX as elites tinham condições de agir sobre o Estado e discutir abertamente questões de melhorias e embelezamento para as cidades. Porém, após 1930, tem “início um período de inconsequência e inutilidade da maioria dos planos elaborados no Brasil”. (MARICATO, 1997, p. 119). A autora refere-se aos **planos-discursos** sob as mãos fortes de um Estado centralizador baseado no *welfarestate* dos países capitalistas avançados pós-II Guerra Mundial. O Brasil adere à tendência e consagra o planejamento técnico-setorial como a ideologia preponderante de planejar as cidades. Tornou-se ideologia na medida em que as questões sociais eram incorporadas, e os planos não eram mais cumpridos. Com a ditadura militar, a partir dos anos 1960 e durante os anos 1970, os planos discursos são substituídos pelos **planos tecnocráticos**, providos de um “saber de gabinete”, consolidado pela ampliação das escolas de arquitetura no país. Eram instituídos órgãos e secretarias destinados a estruturar os Planos de Desenvolvimento Local Integrado, sendo o SERFHAU o órgão centralizador (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, instituído na década de 60, após a instauração da Ditadura Militar).

Os Planos de Desenvolvimento se sucederam, mas os problemas se somavam e se agravaram, como reflexo de um desacreditar nas políticas públicas. A matriz de planejamento funcionalista, aliado a um modelo importado de países de capitalismo avançado, culminou num desenvolvimento acelerado e excludente do país. Porém, “a produção moderna fordista implicou um aumento da circulação de capitais, construção de moradias, mas sem atingir o direito à cidade”. (MARICATO, 2000, p. 128).

O caráter autoritário dos planos refletia o momento político-econômico do Brasil, que tinha como expoente o “milagre econômico”. Era um momento com combinação de altas taxas de crescimento econômico, acumulação de capital somado à superexploração da força de trabalho, em descompasso com as necessidades da população. Esse processo desencadeou o crescimento “fora da lei” das grandes cidades, a expansão do tecido urbano, o crescimento das periferias sem um acompanhamento das infraestruturas básicas, o desemprego, subsidiando um processo de espoliação urbana, que se define como a extorsão total que resulta da ausência ou da precariedade dos meios de consumo coletivo que são socialmente necessários, em termos de subsistência.

A população de baixa renda é expulsa para as periferias das periferias das cidades, sem a expansão dos equipamentos urbanos (como vias de acesso, coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto, sistemas públicos de saúde etc.). Ou como muitos casos, acabam construindo suas “casas” em lugares de risco ambiental, como encostas de morros, vales de rios, ou a margem de córregos. Acelerando a supressão de vegetação, elevando a poluição dos rios, os riscos de inundação, fenômenos como as ilhas de calor, inversões térmicas, acarretando grande parte das problemáticas socioambientais contemporâneas. Nesse sentido, os problemas ambientais podem ter seu cerne em consonância com os problemas urbanos, desenhando nos mapas das cidades formas de segregação socioespacial.

Uma vez iniciado o processo de expansão da periferia, os loteamentos para a classe trabalhadora também se expandem, obedecendo à outra lógica de crescimento urbano para além dos “muros” da cidade legal. Outro movimento observado durante os anos 1960 foi a “fuga” de parcelas da população de alta renda da cidade em direção a chácaras e sítios de finais de semana para fora do perímetro urbano. Essa prática seria o cerne de um fenômeno maior que se consolida nos anos 1990 quando esses “refúgios verdes” deixam de ser áreas de descanso esporádico para se tornar moradia fixa de parcelas da classe média. Trata-se da produção de novas formas de apropriação do espaço e da natureza: os “condomínios fechados”.

A partir da década de 1980, com o retorno da democracia e a Constituição de 1988, são obrigatórios em todas as cidades com mais de 20.000 habitantes os Planos Diretores. Soma-se ao processo de mundialização do capital (após crise de 1973) a tendência de globalização econômica e as políticas neoliberais, em que o Estado mais deliberativo descentraliza as decisões, delegando aos municípios parte do enfrentamento dos novos desafios impostos por uma lógica

capitalista inserida num sistema mais fluido de capital, porém mais perverso. Possibilita a disseminação de posturas municipalistas circunscritas ao espaço local denominado como **neolocalismo**. Denomina-se um novo paradigma de planejamento urbano: o planejamento estratégico das cidades.

Ao longo da década de 1990, as administrações públicas diante de um processo de reestruturação produtiva são obrigadas a tomar uma postura competitiva. Esta competitividade estaria agora como nexos central das discussões substituindo outros temas como, “crescimento desordenado, redução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, caracterizando, segundo Harvey (1992), um palimpsesto urbano de formas passadas sobrepostas com certo **fetichismo**, servindo para ocultar distinções econômicas num mundo de capital móvel, fortalecido pela redução de barreiras espaciais, ampliando o “clima de negócios” como estratégias de crescimento.

A competição, nesses moldes, ultrapassa os sentidos individuais e assume para além dos planos urbanos, sua gestão e práxis. Amplia e incorpora pressupostos como a cultura, por exemplo, engendrando a produção e construção de uma imagem de cidade para consumo como forma de subsidiar investimentos de capital externo, criando novas identidades. Segundo Zukin (1996, p. 218), ao analisar o caso da Disneylândia, Paris e outras cidades de países desenvolvidos “nestas imagens consumimos o que imaginamos, e nós imaginamos o que consumimos”.

Nesse sentido é que a Geografia Humana ao incorporar essas questões voltadas ao urbanismo percebe que os “planos” e planejamentos se sucedem, mas o desencanto em relação a questões como o direito à cidade persiste no nível das sutilezas dos domínios de poder, via construção de discursos políticos que nos dizem pouco, e pela criação de falsas imagens e *slogans* da cidade a serem vendidos.

Percebemos também ao longo das últimas décadas do século XX, momentos de desgastes e/ou abandonos de alguns temas urbanos motivados muitas vezes por mudanças políticas e/ou socioeconômicas. Como foi afirmado, no Brasil nos anos 1960, o objeto de estudo urbano era remetido à questão da habitação; nos anos 1970 o aumento das migrações para as grandes metrópoles e fracasso daquelas políticas relacionadas à habitação; nos anos 1980 estudos envolvendo planejamento participativo, movimentos sociais urbanos, desaceleração do crescimento urbano e a ideia de polos, entre outros temas. Até chegarmos aos anos 1990 quando as discussões saem da esfera econômica pura e adquirem outras dimensões: a política e a ambiental. Viola (1992) ao analisar o movimento ambientalista no Brasil, afirma que a “desprovincialização” dos temas ambientais a partir da segunda metade da década de 1980 corrobora com a “progressiva disseminação da preocupação pública com a deterioração ambiental”. (VIOLA, 1992, p. 68).

Assim, mesmo que tais análises apontem para tal desencanto podemos perceber as influências claras do capital, das relações de produção, da questão dos direitos dos cidadãos à cidade e de como as pesquisas neste seguimento não tendem a se esgotar, pois a partir de agora você irá analisar como essas questões urbanas podem com as tendências atuais de análise, incorporar as questões ambientais e contribuir para um avanço da própria ciência geográfica.

4 AS FRONTEIRAS (POSSÍVEIS) ENTRE A QUESTÃO URBANA E A QUESTÃO AMBIENTAL

Nesse sentido, as relações entre homem e natureza foram comandadas ao longo da história da humanidade por modos de vida, culturas, regimes de poder e, principalmente, pelo desenvolvimento econômico das sociedades. Seria impossível pensar na sobrevivência dos homens na Terra sem a utilização e evolução de ferramentas transformadoras da natureza. Na era neolítica, por exemplo, quando o homem deixa de ser nômade e cria raízes nos lugares através da agricultura, impõe à natureza seu tempo, suas vontades e necessidades. Saraiva (1999) afirma que as relações homem-natureza se constituem em processos complexos e diferenciados: em algumas culturas essas relações foram harmoniosas e cooperantes, noutros contextos a natureza foi vista como uma realidade hostil, a ser dominada ou combatida. Gonçalves (2006) afirma que não haveria um domínio da natureza sem o domínio de outros homens, nesse sentido, o autor remete ao Renascimento, “quando a natureza é **dessacralizada** e se transforma em objeto de transformação antropocêntrica”. (GONÇALVES, 2006, p. 378).

Naquele momento, a formação dos Estados Nação e dos sistemas capitalistas pautados pela matriz judaico-cristã permitiu o advento da exploração não só da natureza, mas também dos homens: a natureza é tornada mercadoria, enquanto uns homens recebem salários pela venda de sua força de trabalho, e outros recebem os lucros.

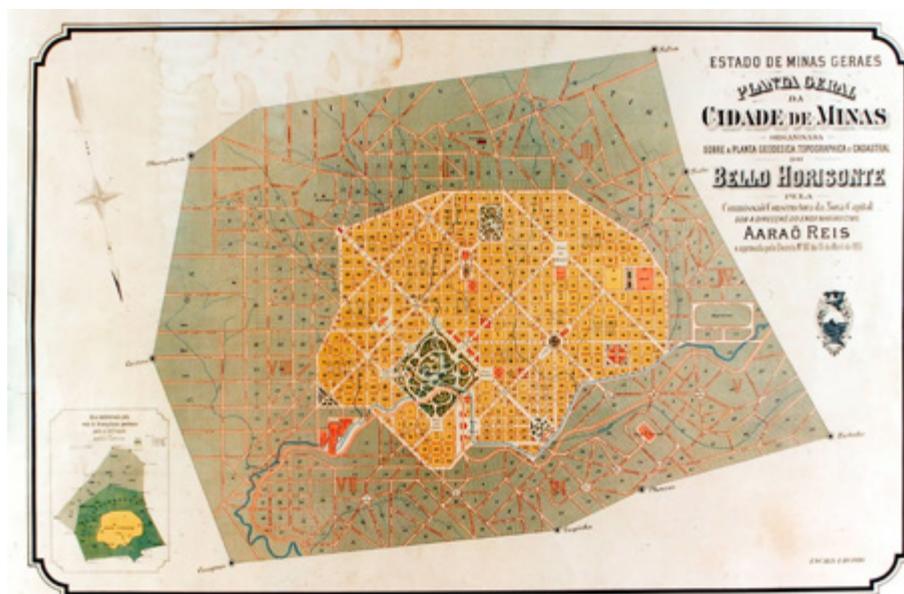
O próprio espaço passa a ser representado a partir do Renascimento, por um enquadramento de coordenadas – latitude e longitude – abstrata cartografia essa elaborada mediante Projeção de Mercator, sendo o nome aqui suficiente para indicar ligações com os mercadores preocupados em coordenar o espaço pelo tempo. (GONÇALVES, 2006, p. 383).

Pelo aprimoramento da ciência e da técnica, e consequente mercantilização da natureza (ou sua transformação em uma segunda natureza, segundo Marx), podemos compreender uma série de resquícios permanentes e influenciadores nas formas como lidamos com o meio ambiente, e consequentemente com outros homens.

Com a expansão e formação dos grandes aglomerados urbanos, a existência de uma dicotomia entre ambiente construído/transformado e ambiente natural se torna ainda mais evidente. Esse antagonismo se entende e permanece, relacionados agora, a uma “oposição presente sob as mais variadas formas na

mídia, nas formulações teóricas sobre a sociedade e natureza, na regulação ambiental, nas políticas públicas, nas práticas urbanas e nos movimentos sociais”. (COSTA, 2000, p. 56). Nas discussões atuais podemos apreender que o ambiental é associado somente ao natural (utópico, relacionado aos processos ecológicos) e separado de um meio ambiente transformado pela sociedade (espaços utilizados para agricultura, extração, construção etc.). Spósito (2005, p. 297), ao discutir o embate entre as questões ambientais e sociais no urbano, afirma que “uma das expressões materiais mais contundentes da capacidade social de se apropriar da natureza e transformá-la, é ser considerada por excelência, a não natureza”. O caráter social dos processos urbanos de apropriação da natureza é na maioria das discussões abandonada, pois há o predomínio de uma visão que dilui a questão ambiental, e que separa sociedade e natureza, e a natureza da cultura, e, dessa, forma reafirmam um paradigma que de acordo com Gonçalves (2006) precisa ser superado. Pois partimos de um princípio que a cidade é ao mesmo tempo resultado maior da capacidade social de transformar o espaço natural, e não deixa de fazer parte deste espaço, nem de estar submetida às dinâmicas e processos da natureza. Podemos nos remeter ao caso dos modelos em “xadrez” de planejamento das cidades, que procuravam impor uma forma ao meio natural. Como no exemplo a seguir, a imagem de parte da cidade de Belo Horizonte/MG, que baseou seu planejamento, já em meados do século XIX, neste tipo de modelo.

FIGURA 62 – PLANTA GERAL DE BELO HORIZONTE, DE 1895



FONTE: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b0/Planta_BH.jpg>. Acesso em: 3 out. 2018.

O urbano e o social configurados como negação da natureza, possivelmente originam-se de um desencontro epistemológico, uma vez que as discussões ambientais surgem de outras ciências onde o urbano não é objeto de estudo - apesar das preocupações urbanas nascerem um século antes da ambiental com as críticas do modelo moderno de organização e produção do espaço, e das relações com o meio.

Segundo Costa (2000), além de um “conflito teórico” outro ponto merece ser considerado ainda aberto, ou não conciliado: entre as formulações teóricas e as propostas de intervenção urbana. Todavia não podemos deixar de lembrar que assim como as teorias, as formas de se pensar e intervir nas cidades acontece de forma dinâmica e processual. Derivada da própria emergência ecológica que ao adquirir, a partir dos anos 1990 uma escala mundial, o tema ambiental ultrapassa algumas fronteiras e passa a ser incorporada a discussões acadêmicas, ainda que descolada de uma formulação teórica, e de forma incipiente a tentativas de práticas urbanas e organização do espaço urbano.

Concordamos com Martine (1993, p. 35) ao afirmar que as questões ambientais “afetam mais diretamente o cotidiano da maioria da população brasileira, e deverão ser resolvidas no âmbito de espaços urbanos construídos ou em construção e, não em espaços naturais ou basicamente intocados”.

As linhas teóricas de convergência entre as vertentes urbana e ambiental podem ser consideradas ainda frágeis, e as limitações e entendimentos produzidos no âmbito das discussões encontram-se em construção. Mas podemos identificar a questão ambiental surgindo como marco a partir dos anos 1970, inserida num cenário mundial partindo de um ambientalismo radical que pregava o controle de natalidade e proteção integral de áreas de preservação, por exemplo. Mas, como apontado anteriormente, os estágios de planejamento das cidades não foram suficientes para impedir a degradação e destruição acelerada dos recursos naturais urbanos.

Em decorrência, a expansão das cidades (via políticas econômicas neoliberais) e da própria evolução dos movimentos ambientais em meados da década de 1980, a discussão abrange a adoção de um modelo de desenvolvimento priorizando não somente aspectos ambientais, mas também questões sociais e econômicas para se atingir uma sociedade **sustentável**. Nesse sentido, a questão urbano-ambiental em países periféricos, ultrapassa o restrito senso da preservação dos recursos naturais e áreas verdes. Nestes países, como o caso do Brasil, é fundamental que sejam superados prioritariamente um conjunto de deficiências, ainda não contempladas pelo Estado. Essas propostas são de difícil solução, pois a sustentabilidade urbana é um conceito amplo e dependendo da área apresentam objetivos e intencionalidades divergentes, causando conflitos de usos, nas formas de planejamento e gestão futura etc.

De um lado existe a preocupação com a sustentabilidade das cidades, justiça social, melhoria na qualidade de vida da população, por outro, a

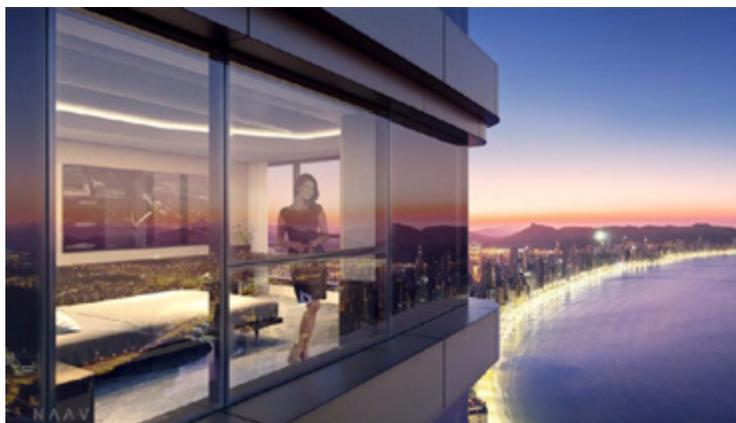
necessidade capitalista de crescimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais corroborando com a manutenção, muitas vezes, de uma ordem social específica e não de um debate acerca da preservação da natureza. Oliveira (2001) estabelece esta relação de competição por investimentos a uma “atitude sustentável”, como um processo desejável diante da globalização. Uma vez que a cidade está inserida abertamente neste campo de competitividade deveria primar também pela equidade na qualidade de vida da maior parte da população, que ainda habita áreas de risco e se insere dentro de uma lógica cada vez mais excludente de periferização e destituição do mínimo de qualidade ambiental, ao elitizar, por exemplo, espaços de moradia.

FIGURA 63 – HABITAÇÕES EM ÁREAS DE RISCO



FONTE: Disponível em: <<http://rionwatch.org.br/?p=8370>>. Acesso em: 3 out. 2018.

FIGURA 64 – PROJETO DE UM EMPREENDIMENTO DE LUXO



FONTE: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=empreendimento+de+luxo&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj1zZGJ5uzdAhVCIZAKHSwcCqkQ_AUICigB&biw=1366&bih=657#imgrc=oOddXUMB_ThCgM>. Acesso em: 3 out. 2018.

A natureza, nesse sentido, deixa de ser para todos e se limita a alguns. Mesmo os espaços comprados e ocupados por uma classe com maior poder aquisitivo e consequentemente com maior grau de escolaridade como o caso dos “condomínios fechados”, a preservação do meio ambiente não está garantida. Não se pode descartar a agressão e supressão da vegetação, muitas vezes mais intensa e devastadora do que precários barracos pendurados em morros ou construídos nas margens de córregos. Além dos danos ambientais, a restrição ao acesso desses condomínios caracteriza a privatização e morte do espaço público.

Nesse sentido, as cidades caminham para mais uma forma de segregação, agora relacionada ao acesso à qualidade ambiental, que deveria ser considerado um bem social. E ao que tudo indica a natureza tornada mercadoria atua diretamente na relação uso do solo e pobreza. Sendo a destituição do acesso ao mínimo de qualidade ambiental aliada às formas perversas de segregação (mercado imobiliário elitista e legislações municipais de uso e ocupação do solo) atuam no sentido de privar cada vez mais a população de baixa renda desses acessos. Não estaria se afirmando uma sobreposição de deficiências?



Prezado(a) acadêmico(a)! Sugerimos que para aprimorar suas leituras sobre o tema, você procure a tese de doutorado de: HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Ideologias e práticas na história. 2004. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro, 2004.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você viu que:

- O tema urbano passa a ser objeto de estudo na Geografia Humana, a partir da década de 70 do século passado, quando é tomado como problema de pesquisa.
- Um aumento da população urbana em relação à população rural é o que definiria de uma forma simples o conceito de urbanização.
- Para a Geografia Humana, o interesse em seus estudos para além de uma definição conceitual, está em analisar o espaço urbano como símbolo máximo dos processos de apropriação e transformação do meio.
- A Geografia Humana ao incorporar essas questões voltadas ao urbanismo percebe que os “planos” e planejamentos se sucedem, mas o desencanto em relação a questões como o direito à cidade persiste.
- O caráter social dos processos urbanos de apropriação da natureza é na maioria das discussões abandonada, pois há o predomínio de uma visão que dilui a questão ambiental, e que separa sociedade e natureza.



1 No subtópico “A GEOGRAFIA HUMANA, A CIDADE E O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL”, utilizamos a música de Chico Science para provocar algumas reflexões relacionadas ao tema proposto. Agora é sua vez de escolher alguma música brasileira que aborde o tema “as cidades e as desigualdades”. Elabore um plano de aula identificando o ano/série, os objetivos da aula, a metodologia (para além da interpretação da letra da música utilize outras ferramentas como textos, imagens) e uma avaliação.

Siga o seguinte modelo:

- a) Turma
- b) Tema
- c) Objetivos de aprendizagem
- d) Metodologia
- e) Avaliação

2 A Geografia Humana esteve envolvida com diferentes temas de pesquisa relacionados às questões urbanas. Enumere pelo menos quatro grandes temas abordados nesta unidade e justifique a seguinte afirmação: “a questão urbano-ambiental em países periféricos ultrapassa o restrito senso da preservação dos recursos naturais e áreas verdes”.

3 As discussões e a formação dos geógrafos quando atreladas à questão do planejamento urbano demonstra que essa profissão pode atuar em diversas áreas de planejamento e gestão das cidades, ainda mais quando observamos os inúmeros problemas que atingem o espaço urbano. Como base tome o exemplo dessa notícia da cidade de Florianópolis que possui um dos piores índices de mobilidade do Brasil. Além da questão da mobilidade temos a questão ambiental relacionada à emissão de CO₂ na atmosfera. Como o planejamento ou gestão urbana poderiam interferir neste caso? Por isso, escolha um assunto na internet ou nos jornais impressos que aborde algum problema que ocorreu na sua cidade e escreva como sua atuação de geógrafo/planejador poderia contribuir para solucionar o problema.

Exemplo:

QUARTA-FEIRA DE SOL EM FLORIANÓPOLIS E TRÂNSITO LENTO NA SC-401

5 de janeiro de 2011



Florianópolis registrou mais um dia de trânsito intenso, principalmente durante a tarde quando o sol firmou em grande parte da Ilha. Moradores e turistas pegaram os carros e foram para as praias — a maioria para as do Norte — deixando o trânsito lento na SC-401. Segundo a Polícia Militar Rodoviária (PMRv) o congestionamento foi sempre maior no sentido Centro/Bairro. A situação ficou mais complicada no período entre 17h e 19h30min quando as pessoas começaram a sair do trabalho, na região central, voltando para casa. Segundo a PMRv, este foi o período de maior lentidão na via.

FONTE: Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/blogdotransito/2011/01/05/quarta-feira-de-sol-em-florianopolis-e-transito-lento-na-sc-401/?topo=67,1,1,,e265>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

A QUESTÃO URBANO-AMBIENTAL E A RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

1 INTRODUÇÃO

FIGURA 65 – “CHUVA, VAPOR E VELOCIDADE”, WILLIAN TURNER, 1844, ÓLEO SOBRE TELA



FONTE: Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/antigosmodernos/seculoxix/TurnerCgfa.jpg>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Caro(a) acadêmico(a)! A escolha da obra do pintor inglês Willian Turner (1775-1851) não foi aleatória. Trata-se de um dos pintores mais importantes do século XIX, que tinha em sua essência a busca por cores e formas que retratassem elementos da natureza: o mar, as paisagens e os fenômenos climáticos são recorrentes em suas obras, como nesta obra escolhida para abrir nosso último tópico deste caderno. Turner além de ter um fascínio pelas cores e formas da natureza, nesta obra demonstra também seu interesse pelos avanços tecnológicos, pois o modelo para sua pintura (localizado à direita da imagem) era o mais moderno trem da Inglaterra. A escolha desta obra se dá como possibilidades de interpretarmos o momento em que os movimentos ambientalistas começavam a emergir na Europa, e dizer sobre as relações idílicas que o homem moderno ainda mantinha com a natureza: o de admiração e como forma exterior a vida cotidiana nos centros urbanos.

Nesse sentido é que gostaríamos de nesse tópico trazer a você, prezado(a) acadêmico(a), de onde surgem tais ideais de conservação da natureza e como na contemporaneidade esta questão vem se aproximando da questão urbana/social. Pois nunca estivemos tão imersos em questões como “sustentabilidade”, “reciclagem”, “educação ambiental”, “colapso energético”, “acionamento de água”, “apagão” etc. Ou seja, nunca nos foi tão próxima a possibilidade de pesquisar, discutir e ensinar sobre as questões ambientais sem necessariamente morarmos no meio de uma floresta ou falarmos somente dos fenômenos que ocorrem nos ambientes naturais. Trata-se de outra configuração desta questão, que a mesma no século XXI deve ser tratada como uma questão social. Dessa perspectiva é que afirmamos que a Geografia Humana nunca esteve tão próxima de integrar suas análises sociais, políticas, culturais e urbanas das áreas físicas, como a geomorfologia, climatologia, geologia. Basta acompanharmos os últimos desastres divulgados na mídia, reflexos principalmente dos modos como a sociedade adensou e transformou o espaço geográfico. Questões como inversões térmicas, alagamentos, desmoronamentos, chuvas ácidas, ilhas de calor são reflexos dos impactos ambientais que as próprias formas como a ocupação, principalmente das áreas urbanas ocorreu de forma acelerada, obedecendo apenas à lógica e ao ordenamento do capital.

Nesse sentido, convidamos você a conhecer e analisar brevemente alguns momentos da formação da questão ou problemática ambiental e como a mesma pode ser uma possibilidade de integrar as duas grandes áreas da Geografia: física e humana. Mesmo que as estruturas epistemológicas estejam se alicerçando, por se tratar de uma nova tendência de estudos, gostaríamos de incentivar essa perspectiva de análise para que justamente mais pesquisas possam ser agregadas a esta linhas, e que seu olhar de futuro(a) geógrafo(a) possa ser ampliado. Bons estudos!

2 A GÊNESE DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Desde a Revolução Industrial ocorrida em meados do século XIX vivencia-se o tempo da utilização e transformação acelerada da natureza, em virtude de algumas necessidades humanas: de crescimento e expansão de um capital financeiro e formação do sistema econômico, pelo aumento considerável da população mundial, pelo desenvolvimento da própria ciência moderna, concentração de um contingente populacional e formação das grandes metrópoles mundiais, e pelo desenvolvimento da técnica.

Quanto mais se amplia a capacidade científica e tecnológica da sociedade, capacidade essa a serviço de uma acumulação capitalista, mais se ‘acelera’ o tempo social, visto que a produção depende diretamente de recursos que são resultado de processos e dinâmicas naturais. Assim a aceleração do processo social de extração e transformação dos recursos advindos da natureza, de consumo dos produtos que resultam dessa transformação e, ao mesmo tempo, da produção de dejetos decorrentes dessa produção e desse consumo gera um enorme descompasso entre esses dois tempos - o da natureza e o da sociedade. (SPÓSITO, 2005 p. 296).

Por outro lado, na contramão da dilaceração e transformação da natureza, podemos citar o surgimento do próprio conceito de ecologia, criado como disciplina pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, em 1886, quando as chaminés das fábricas e indústrias europeias começam a dar sinais de poluição do ar, das águas, e de supressão de áreas. Institucionalmente as primeiras organizações ambientais também surgem no mesmo período, entre elas: a Sociedade Zoológica Londrina (1830) e Sociedade de Proteção das Aves (1889); inspirados em Darwin, chega-se ao Comitê para Vegetação Britânica (1914) e à tradicional Sociedade de Ecologia Inglesa (1913) e ao Sierra Clube, nos Estados Unidos. Sempre presididas por nobres aristocratas, essas sociedades conseguiram assumir uma campanha educativa através de foros filantrópicos, dando início a um movimento, especialmente nos Estados Unidos, de proteção de parques, como foram Yosemite (1865) e Yellowstone (1872). Ao passo que restringiam e concentravam em apenas uma classe, o controle das discussões e das tomadas de decisões em relação aos espaços que deveriam ser ou não preservados.

FIGURA 66 – PARQUE NACIONAL DE YELLOWSTONE (ESTADOS UNIDOS), CRIADO EM 1872



FONTE: Disponível em: <<https://www.afar.com/travel-guides/tags/yellowstone-national-park/guide>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Segundo Diegues (1996), o Parque Nacional de Yellowstone é criado como resultado dessas ideias elitistas e preservacionistas, que no início daquele século estabeleceram fundamentos de um modelo de demarcação e proteção: amplas áreas naturais com grandes belezas cênicas e aspectos naturais relevantes, longe dos centros urbanos. Naquele momento as áreas preservadas serviam como espaços de descanso, de inspiração e descontração aos cidadãos urbanos e à manutenção representativa da riqueza natural e cênica dos países. Nestes moldes de preservação, o homem era considerado apenas um visitante, ou forasteiro, e suas influências eram entendidas como exteriores ao meio que se buscava

preservar. As características pictóricas se sobrepunham à própria importância científica de pesquisas e estudos como de espécies de fauna e flora, sítios geomorfológicos, mananciais hídricos, entre outros. Mas ao longo da evolução da própria ciência, e das políticas ambientais passou-se a somar, além das prerrogativas acima expostas, valores culturais e sociais como condicionantes da conservação ambiental, sendo que essa preocupação com a proteção das áreas naturais vai extrapolando os círculos científicos e é transformada numa questão social. Ou seja, a natureza preservada vai deixando de ser apenas objeto de contemplação, enquanto o homem passa a ser considerado coparticipante do meio em que se deseja preservar.

Em escala internacional o conservadorismo atingiu *status* mundial na década de 1940, com a criação da União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (UICN), com sede na Suíça. Em 1949, foi realizada a Primeira Reunião Científica Mundial promovida pelas Nações Unidas em Lake Success (NY), sobre conservação e utilização dos recursos naturais, onde se deu o primeiro alarme mostrando que a sobrevivência do homem sobre a terra é um problema diante dos quais todos os outros se diluem.

O mundo pós-II Guerra Mundial, colocou em cheque também a euforia desenvolvimentista da técnica e da ciência. Estudos de caso, como o da Pensilvânia, nos Estados Unidos, em 1948, o primeiro a relacionar poluição ambiental e saúde; o caso de Londres e a “névoa matadora”, em 1952, causada por uma inversão térmica que matou 1000 pessoas, entre idosos e crianças; a contaminação da Baía de Minamata, em 1956, no Japão, que matou milhares de pessoas devido à contaminação de mercúrio por uma indústria, anunciava que o otimismo no desenvolvimento da técnica e da ciência não inspirou mais confiança.

Segundo Pádua (1989), a contemporaneidade se colocou diante de uma escassez ecológica que afetava a coletividade e o espaço público, e essa escassez seria uma mola propulsora para tais reflexões ambientais intensificadas a partir dos anos 60. Pela ampliação desses desastres ambientais, que agora atingiam outras classes sociais, as discussões ambientais deixam de se concentrar apenas naquela classe aristocrata, branca, rica e educada que “orientou” as discussões ambientais em fins do século XIX. O que fica também evidenciado é que agora, no século XX, o espaço industrial e o meio ambiente são colocados em lados opostos de uma balança que exigia algumas medidas, mesmo que paliativas, da regulamentação dos meios da expansão capitalista. Corroborado por pesquisas que apontavam o caráter finito dos recursos naturais utilizados nos processos econômicos, considerados até então ilimitados.

Mas ainda assim essa “desconcentração” das discussões ambientais ocorreu apenas no mundo industrializado, pois o Brasil e outros países subdesenvolvidos ainda se encontravam em um processo incipiente de industrialização, mas mesmo assim contribuíram para ampliação do leque de reivindicações sociais em várias instâncias. As discussões sobre a problemática ambiental somente foram possibilitados naqueles países industrializados, seja porque a organização de

interesses se tornou mais viável, ou porque os problemas ambientais se tornaram mais graves e acentuados com a industrialização. Gonçalves (2006) afirma que, embora tenha surgido no Primeiro Mundo, o novo ambientalismo, que se abre nos anos 60, pode ser distinguido do antigo por entender que a depredação da natureza mantém uma íntima relação com o modelo de desenvolvimento prevalecente. Novamente a concentração do tema ambiental se dá de uma forma restrita a países desenvolvidos, pois como veremos a seguir, os países subdesenvolvidos seriam considerados, pelo seu grau incipiente de organização industrial e social os agravadores de situações de desequilíbrio ambiental a médio e longo prazo.

Nos anos 70, definem-se, a partir de grandes reuniões mundiais, os marcos da internacionalização e institucionalização das discussões relativas às questões ambientais. A Conferência de Estocolmo (1972) resultou em várias frentes de reflexão e em ações institucionais práticas, como a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – com sede em Nairobi, Quênia.

FIGURA 67 – O BRASIL PARTICIPANDO DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO, 1972



FONTE: Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/media/57/20070601-050607A.gif>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

No âmbito das contribuições aos debates das causas e soluções para a deteriorização ambiental, o polêmico Clube de Roma, de inspiração neomalthusina, acabou concluindo que a expansão da indústria mundial e principalmente a

industrialização dos países em desenvolvimento levariam à exaustão os recursos naturais, aliados à expansão demográfica do “Terceiro Mundo”. Esse alerta não foi muito bem aceito, pois de acordo com Martine (1993, p. 27) o “principal problema ambiental global advém do modelo de desenvolvimento, e não do volume ou do ritmo de crescimento demográfico”, como foi alardeado pelo relatório. A resposta dada por este grupo limitou a atenção e/ou se restringiu ao aspecto da pressão dos números sobre os recursos, sendo o controle da natalidade uma cortina de fumaça para não encarar outros problemas advindos de um desenvolvimento econômico, social e cultural desigual no mundo.



○ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criado na década de 1970 até hoje está ativo. Pesquise no sítio da internet informações sobre como este programa funciona, suas principais ações, ferramentas etc. Inclusive, você pode pesquisar com seus alunos temas que serão abordados em sala de aula. <<http://www.brasilpnuma.org.br>> ou <<http://www.pnuma.org.br>>.

Durante os anos 70, o movimento ambientalista e suas organizações giravam em torno ou da realização de ações denunciadoras contra agressões ambientais, ou a preservação restrita de ecossistemas naturais e pelo uso racional dos recursos naturais. Nos anos 80, abarcam-se outras formas de atuação através do que ficou denominado como um empresariamento das questões ecológicas. O ambientalismo aos poucos se tornou um movimento multissetorial pelo processo de institucionalização dos grupos e pelos esforços em articular a problemática da proteção ambiental com desenvolvimento econômico. Esse é um momento propício à Geografia e, como exemplo os estudos do geógrafo Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e a climatologia urbana.

Algumas mudanças no enfoque ambiental surgem em 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland – que através do documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, enfoca de maneira minuciosa e contundente, além da questão demográfica, a justiça social entra em pauta relacionada à pobreza no Terceiro Mundo, o protecionismo e as iniquidades do comércio internacional, os problemas derivados da dívida externa e outros aspectos econômicos, vinculando-as aos temas ambientais. Essa constatação ampliou a visão para um novo tipo de desenvolvimento, o sustentável. Durante muito tempo, os ecologistas haviam separado a economia do meio ambiente, possivelmente resultado de uma deficiência teórica que o termo “ecodesenvolvimento” utilizado nos anos 70 não conseguiu suprir.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) sediada na cidade do Rio de Janeiro, apontou as questões

ambientais para dois grupos: questões ecológicas propriamente ditas e o segundo se refere a uma série de objetivos voltados para a esfera financeira e econômica.

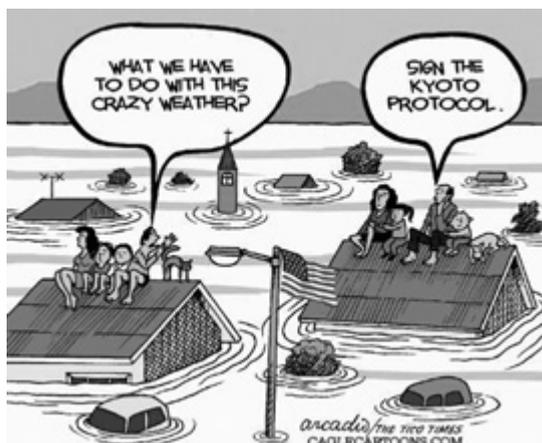


Assista no sítio <<http://www.youtube.com/watch?v=0uxPGcqZkc>> ao vídeo com o discurso de uma garota canadense, Severn Suzuki de 12 anos na Eco-92, em que ela dizia para uma plateia de políticos e outros cargos importantes que discutiam o futuro do planeta, "estou aqui para lutar pelo meu futuro". Mostre aos seus alunos e problematize a importância de tal evento ambiental para o mundo. Promova um debate em sala sobre os prós e os contras do desenvolvimento, você pode convidar especialistas das áreas ambientais para mediar a conversa, pesquise sobre o que aconteceu após este encontro.

Essas discussões, segundo Martine (1993, p. 26) relativas a mudanças de tecnologia que possibilitassem um desenvolvimento "limpo", como a redução sobre a emissão de CO2 implica gastos que países liderados pelos EUA não estariam dispostos a pagar. Todavia, esta conferência serviu como forte estimulador do processo de diálogo e formação de uma rede internacional, se coloca num novo patamar desde 1990. Essas discussões e polêmicas sobre desenvolvimento ou preservação ambiental mantiveram-se na Conferência do Clima, de 1997, mais conhecido como o Protocolo de Kyoto, quando os Estados Unidos se recusaram em assinar, deixando claro o que consideravam mais importante (ver charge a seguir).

Outros encontros mundiais aconteceram no século XXI, sendo o mais significativo o que ocorreu em Johannesburgo, África do Sul em 2002, chamado de Rio + 10.

FIGURA 68 – "O QUE NÓS TEMOS QUE FAZER COM ESTE CLIMA LOUCO?", "ASSINAR O PROTOCOLO DE KYOTO"



FONTE: Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

3 A QUESTÃO AMBIENTAL COMO QUESTÃO SOCIAL

As evoluções nos paradigmas, assim como no próprio conhecimento científico, são conjuntas às mudanças coletivas da percepção do mundo e do ambiente ao nosso redor. Corroboram as formas de se questionar a organização da sociedade e suas limitações um “novo olhar” nas formas pós-modernas, ou a uma cultura pós-industrial de compreender os processos e a própria evolução das sociedades. Saraiva (1999, p. 30) afirma que esta evolução se relaciona às “linhas de convergências comuns”, como a necessidade de abordagens interdisciplinares na compreensão dos problemas e o estabelecimento de relações interdependentes. Segundo Swyngedow (2001) somente nos últimos anos uma aproximação começou a se afirmar entre pensamento ecológico, economia política, estudos urbanos e teoria crítica-social e cultural. Isso deve fornecer o fermento do qual uma nova e mais rica ecologia urbana ou ecologia urbana política pode germinar.

Os entendimentos em torno da questão ambiental são transversais, perpassam diferentes grupos e aspectos da vida social. De acordo com Pádua (1989), uma política de meio ambiente ideal seria aquela voltada para o conjunto da sociedade, em defesa da sobrevivência e qualidade de vida. Face não só às problemáticas ambientais de índole abrangente, assim como a temas de caráter mais específico que se prendem com questões relacionadas ao dia a dia dos cidadãos e com atuação das instituições mais próximas da esfera local.

Pádua e Lago (1985) situam a ecologia em quatro vertentes, voltadas para um entendimento que contemple além de estudos e criação de conceitos teóricos, propostas de intervenção e projetos de mudança individual e coletiva, como: **ecologia natural** - estuda os ecossistemas, procurando entender as leis que regem os sistemas naturais; **ecologia social** – campo de reflexão mais próximo das ciências sociais e humanas que procura estudar as múltiplas relações entre os homens e o meio ambiente, pela forma que a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre a natureza; **conservacionismo** – constata que o homem é o agente de deteriorização do meio e utiliza um conjunto de procedimentos técnicos e legais destinados à conservação da natureza e à preservação dos recursos naturais; **ecologismo** – constitui um projeto político de transformação social, calcados em princípios comunitários e ecológicos.

O século XX, neste breve espaço de tempo, torna-se ao mesmo tempo porta de entrada para discussões ambientais, derivadas das conjunturas culturais econômicas e sociais apontadas anteriormente.

No entanto, sabemos, os potenciais críticos do ambientalismo e da contracultura serão capturados por uma razão instrumental e técnica (poluição, gestão ambiental, zoneamento econômico – ecológico manejo sustentado, desenvolvimento sustentável, enfim, toda uma rede discursiva tenta capturar para o campo técnico o primado da superação dos graves problemas socioambientais com que nos defrontamos. Aqui se trava uma tensa luta política entre os *experts* para afirmar-se) e será na América Latina, na Ásia e na África, onde o desenvolvimento tenta se afirmar, que o ambientalismo encontrará novas energias históricas ancoradas em outras e tradicionais matrizes de racionalidade. Aqui a

questão social e ambiental surge como uma só, mas uma só questão que se vê com os dois lados ao mesmo tempo. (GONÇALVES, 2006, p. 392).

Dessa forma, podemos visualizar dentro dessa “razão instrumental” apontada por Gonçalves, aproximações entre a instrumentalização ambiental e ao aprofundamento teórico em dois sentidos: a) na prática: gestão e planejamento urbano, saneamento ambiental, zoneamentos ecológico-econômicos, criação de sistemas nacionais de proteção (SNUC); b) na teoria: atrelados a movimentos sociais, ocorre um alargamento dos estudos socioambientais, estudos de caso, de conflitos: como por exemplo, atingidos por barragens, Movimento dos Sem Terra, entre outros. De acordo com Saraiva (1999, p. 29) podemos situar alguns conceitos que integram preocupações de ordem ambiental em três momentos distintos:

- Salvaguardas ambientais (década de 60/70) – impõem-se limites ao crescimento econômico, através de estruturas normativas. Surgem fundamentalmente como resposta aos problemas levantados pela gravidade dos fenômenos de poluição, através da imposição de limites às emissões poluentes.
- Gestão de recursos (década de 70/80) – promove a atribuição de valor econômico aos recursos e assume preocupações com sua capacidade de renovação, propondo a integração e estratégias que contemplem essas questões no planejamento de recursos naturais.
- Desenvolvimento sustentável (década de 80/90) – defende a relevância transgeracional dos problemas ambientais e a interação dos princípios ecológicos e econômicos no estabelecimento das políticas de desenvolvimento.

Existiria paralelo ao caráter social exclusivo de movimentos, que buscam ainda no desenvolvimento ajustar suas condutas promovendo a continuidade dos processos industriais: a) ultradesenvolvimentista: acredita que todas as fontes energéticas mal utilizadas são descartadas e dissipam a energia em forma de poluição, leis do *marketing* industrial, utilizam manuais técnicos como ISO 14000, buscando a regulação da poluição; b) desenvolvimento controlado: utiliza controle pelo Estado. Como no caso do Brasil, tanto a criação do IBAMA em 1989, como do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Em 2000, seguiram os conhecidos rituais do processo de modernização conservadora, feito de cima para baixo, sem consulta às comunidades, são contradições do modelo típico de desenvolvimento capitalista.

Porém, muitas destas políticas reguladoras são frutos de forças exógenas ao governo, como as restrições do Banco Internacional de Desenvolvimento, que ao colocar índices de poluição e impactos das obras, restringiu, ou inaugurou uma era de procedimentos pertinentes ao desenvolvimento sustentado (DIEGUES, 1996). Apesar dos avanços para alguns autores da área como o economista mexicano Enrique Leff (1994), a força da ecologia ainda se expressa mais em seu discurso ideológico, crítico, e cultural do que na transformação da ordem econômica e das relações de poder do mundo atual. Nesse sentido, podemos compreender que a questão ambiental enfrenta um alargamento de suas funções e se configura ao longo de mais de meio século numa **questão social**. (LEFF, 1994; GONÇALVES, 1995). Pois, não se trata apenas de uma questão ambiental, no sentido estrito ou ecológico, mas de “uma questão social”, contemplando os sentidos econômicos, político, cultural e ideológico.

O ambiental ao contemplar também o social, aproxima da maior parte da população o caráter finito dos recursos naturais, que traz em seu bojo a necessidade de mudanças graduais de comportamento individual e coletivo, podendo subsidiar um alargamento da compreensão de que as melhorias na qualidade de vida, e o direito a um ambiente saudável e prazeroso de se viver, passam além de uma área cercada e restrita a pesquisadores. Sem desmerecer as pesquisas científicas e os esforços de conservação e preservação, mas devemos manter os questionamentos sobre os sentidos ambientais presentes.

Sobretudo na cidade, o ambiente não se restringe ao conjunto de dinâmicas e processos naturais, mas das relações entre estes e as dinâmicas e processos sociais. Ainda, de acordo com Ribeiro (2005, p. 332):

[...] não estaríamos nos alimentando do mito do eterno retorno, acreditando que a saída virá por dentro? A ação de proteger a natureza em áreas geográficas, de transformá-la em área de preservação permanente, reserva biológica ou qualquer outro tipo de unidade de conservação indica isso. Ao mesmo tempo em que cercamos a natureza acabamos com ela, pois nosso olhar cultural busca conhecê-la para utilizá-la em médio prazo. Buscamos saídas em refúgios naturais longínquos, seja na informação genética contida em seres vivos, seja em grupos sociais que vivem de modo diferente ao nosso, seja simplesmente na contemplação de um ambiente natural.

4 OS PARADIGMAS AMBIENTAIS NO BRASIL: ENTRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E A CONJUNTURA SOCIAL

Enquanto os países de economia avançada debruçavam-se sobre a resolução dos problemas ambientais, o Brasil pelo seu modelo tardio de industrialização ocupou grande parte de seus interesses em torno da preocupação com o desenvolvimento devido também a um grande contingente de excluídos do processo de modernização da sociedade brasileira, como apontamos anteriormente. O problema da relação com o meio ambiente ganha fôlego no país apenas no final da década de 70.

Anterior a esse momento, é considerado como marco da preservação ambiental o ano de 1937, através da criação do Parque Nacional de Itatiaia, somado ao Código Florestal (1934) como marco normativo. Este documento, assim como as políticas voltadas para a proteção dos ecossistemas naquela época, dispunha apenas de diplomas normativos que cuidavam da proteção isolada de recursos naturais, assim como o Código das Águas (1934) entre outros.

Institucionalmente no Brasil, as normas de proteção e melhorias ambientais, passam também a refletir uma mudança de concepção do que seja meio ambiente em consonância com a mudança paradigmática ocorrida no mundo todo através da criação em 1973 da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema). Paralelo à Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, apesar de o evento ter um impacto mínimo na opinião pública brasileira, pois além de um cenário ditatorial, a política

econômica nacional estimulava a transferência de indústrias poluidoras para o país. Porém muitos dos interesses que denotaram esta questão se deram com a elite industrial, que se preocupava com a construção de um ‘meio ambiente’ único capaz de atender grandes projetos de investimento público, tais como:

- Administração de conflitos pela apropriação de recursos naturais na fronteira de expansão das atividades capitalistas (processo de integração mais abertura de vias somada a grandes empreendimentos e colonização).
- Estruturação das ‘condições gerais de produção capitalistas’ (fornecimento de água para uso industrial, zoneamento industrial e ‘poluição legítima’).
- Oferta de bens de consumo coletivo (mediação entre população urbana e meio rural).

Além de culminar com interesses industriais, a Sema ficou desarticulada em relação à sociedade, pois ao contrário do que havia acontecido na Europa com o movimento ambientalista aliado ao movimento social trabalhista. No Brasil, devido ao momento político ditatorial e a um modelo desenvolvimentista, ocorria o alijamento do movimento trabalhista, sendo que qualquer preocupação ambiental considerada uma postura contrária ao “progresso”. (GONÇALVES, 1995, p. 320). Esse momento acaba implicando a própria desarticulação das primeiras organizações ambientais, que durava pouco tempo (média de um ano) e tinha como características certa ingenuidade organizacional, o denunciamento, ser concentrado na região sudeste, e não possuir articulações com órgãos financiadores, nem corpo técnico capacitado.

Agora, se considerarmos, a partir da segunda metade dos anos 80, o movimento ambientalista no Brasil caracteriza-se pela profissionalização e articulação política pela fundação do Partido Verde, consequências da anistia e abertura política. Soma-se a esses fatores a ampliação do público atingido pelas problematizações e discussões ambientais. Assim podemos falar de um **socioambientalismo**. A parceria com universidades e a criação de grupo de pesquisa também contribuem para uma divulgação e capacitação da mão de obra, tanto em ONGs como em órgãos institucionais. A parceria com entidades financiadoras internacionais facilita a manutenção das entidades como contribui para o melhoramento da capacitação e “profissionalização” dos movimentos ambientalistas. Essa noção de um “processo de produção sionatural transcende às distinções binárias entre sociedade/natureza, material/ideológico, real/discursivo.” (SWYNGEDOUW, 2001 p. 95).

Essa abertura, tanto das questões políticas, quanto da própria questão ambiental acarretou numa interinfluência entre movimentos ambientais e as políticas estatais (federal e estadual). Nos anos 80, esgotou-se um modelo de desenvolvimento econômico até então em execução. Depois da criação da Sema, a Lei nº 6.938/1981 definiu os marcos e instrumentos das políticas ambientais nacionais através da criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Institucionalmente em 1984, a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) articulou política ambiental explícita com políticas de meio ambiente implícitas.

Nos anos 1990, a circulação acelerada dos capitais de curto prazo, o desemprego, a crise social acentuada e a degradação da base de recursos acarretaram muitos problemas. Paralelo a este cenário, em 1989, é criado o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e 1992, influenciados pela Eco-92, é fundado o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Infelizmente, o peso das estratégias **monetárias** deixou claro que o país não conseguiria implantar uma política ambiental integrada, pela perda ou falta de uma autonomia estatal, uma vez que a sustentabilidade do meio ambiente dependia dos bancos e da despolitização de práticas do governo.

Acselrad (2001, p. 90) contempla que “a questão ambiental ainda não é uma questão de Estado no Brasil”, visto um exame dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento (como o projeto, Avança Brasil de 2000-2003). O autor analisou recentemente a atuação do governo que categoricamente colocou e considerou o meio ambiente exibido ainda como oportunidade de negócios.

Outro ponto que merece atenção em relação à questão ambiental em nosso país, é que a mesma se acha profundamente imbricada com a questão social e democrática. A incorporação, tanto de políticas como de práticas ambientais, ainda não garantem a manutenção integral de grandes ecossistemas, nem a participação intensiva das comunidades aos processos de implementação de áreas a serem preservadas, por exemplo.

Para além da proteção de grandes ecossistemas, a questão ambiental urbana merece nesse sentido também tornar-se um ponto de reflexão e inserção às políticas públicas tanto de urbanização quanto de preservação ambiental. Por isso os apontamentos a seguir nos dão uma noção de que forma a questão ambiental deixa de ser apenas uma questão de preservação ambiental de grandes ecossistemas exclusivos e vem se inserindo ao urbano em dois sentidos: um teórico, relacionado ao alargamento dos estudos urbanos, e o outro relacionado a tentativas ainda incipientes de práticas relacionadas ao planejamento urbano-ambiental.

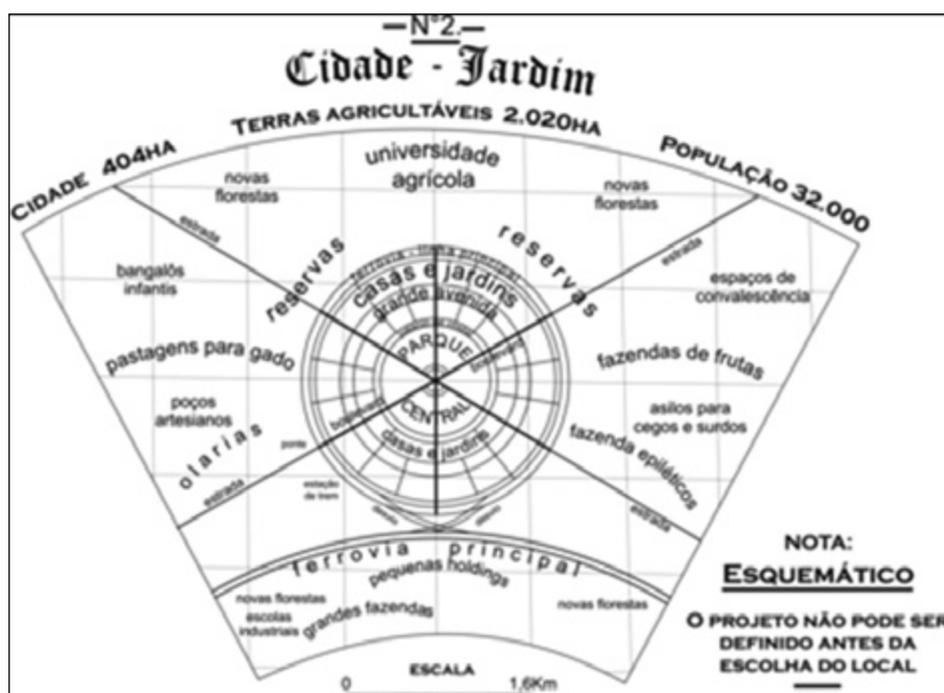
5 O PLANEJAMENTO URBANO E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL URBANA: A GEOGRAFIA FRENTE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS

Desde fins do século XIX, a preservação de áreas verdes nos centros urbanos tornou-se uma tendência mundial decorrente do alto grau de exploração dos recursos naturais pela ascensão do modo industrial e capitalista de mercado. Uma das consequências deste movimento é o crescimento das indústrias e das cidades, gerando a necessidade de organização das ruas, das construções e da cidade. A concentração de mão de obra, aliada às precárias condições sanitárias e ambientais dentro dos grandes centros urbanos industriais, originou o urbanismo moderno. Esta área nasce atrelada à higienização das cidades, à necessidade de organizar os espaços para o escoamento dos produtos industrializados e promover melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. (BENEVOLO, 1981).

Como forma de concretizar essas operações, se criam “modelos” urbanos de ocupação do tecido urbano. As cidades antigas modernizaram-se, novas cidades foram criadas à luz de formas modernas de se pensar o urbano e as relações sociais, econômicas e espaciais intrínsecas a esse processo. A poluição e devastação dos meios naturais inseridos na malha urbana, e as desigualdades socioeconômicas dos grandes centros urbanos balizaram formas alternativas de planejamento das cidades modernas/industriais.

O modelo “cidade-jardim”, por exemplo, baseava-se na busca de proporcionar um contato e integração da natureza dentro das cidades, uma vez que esta relação havia se perdido ou estava fragilizada pelo advento capitalista, com suas chaminés e fumaças cinzentas que encobriam os horizontes. Segundo Howard, o idealizador do modelo cidade-jardim de planejamento urbano o homem deveria desfrutar ao mesmo tempo a sociedade e as belezas da natureza. Este modelo de organização urbana não constituía apenas uma proposta “romântica” de planejamento. O mercado imobiliário já se fazia presente, apropriando-se dos espaços verdes (parques, praças ou “vazios” urbanos) como meios especulativos para geração de lucro.

FIGURA 69 – MODELO DE PLANEJAMENTO CIDADE-JARDIM



FONTE: Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/bancodeimagens/albums/urbanismo/cidade-jardim>>. Acesso em: 11 jul. 2011.

Dentro deste contexto, a expansão e parcelamento dos solos, corroboram com possibilidades de contatos com o meio natural, é que os parques urbanos irão integrar o planejamento das cidades.

O urbanismo 'Beaux-Arts' é uma das correntes que irão procurar entender a cidade como jardim ou parque, criando espaços monumentais, praças, eixos viários, principais, secundários, com bosques e no centro desta cidade haveria um grande espaço equivalente ao palácio no jardim clássico. (HENRIQUE, 2004, p.135).

Algumas cidades apresentam-se como modelos deste tipo de forma urbana: La Plata na Argentina, Belo Horizonte, no Brasil. Em Londres, já no início do século XIX, observa-se um processo de especulação imobiliária relacionada a áreas verdes, através da criação do *Regent's Park* por financiamentos de empresas imobiliárias. Na Alemanha, originam-se os "*Volksparken*" (parques populares) em Paris, Georges Haussman, com a reforma da cidade entre 1853-1870, remodelou e implementou diversos parques, como o "*Bois de Boulogne*". Nos Estados Unidos, o *New York City Central Park* foi projetado por Olmsted, construído entre 1857 a 1870. No Brasil, a criação da Floresta da Tijuca, e seu reflorestamento, em meados do século XIX, foi um marco relacionado à preservação de áreas verdes em perímetros urbanos. Os parques, nascidos como produto direto de uma nova maneira de olhar a cidade durante a Revolução Industrial, assumem um caráter de natureza urbana. Segundo Costa (2000, p. 45):

Pela primeira vez na história das cidades, elementos da natureza, em suas diversas formas passaram a ser o principal material de projetos de áreas livres públicas. Árvores, arbustos, gramados, assim como a água, pedras e materiais minerais, tornaram-se cada vez mais visíveis nas cidades, condensados em parques urbanos.

Com espaços públicos para práticas de atividades físicas e relaxamento, essas áreas se inserem no cotidiano das populações citadinas. Na medida em que as cidades cresciam, os habitantes das cidades buscavam nesses espaços momentos de contemplação, embalados por um sentimento de proximidade com o meio natural deixado no campo, assim como se tinha a convicção de que os parques melhorariam o aspecto das cidades. Esse é um dos sentidos atribuídos às origens dos parques e áreas verdes nas cidades: espaços amenizadores às estruturas urbanas, compensando as massas edificadas das cidades.

Nas últimas décadas, os sentidos atribuídos às questões ambientais de preservação dos patrimônios culturais e paisagísticos contribuem para revigorar as propostas de valorização das áreas verdes nos centros urbanos e de conservação dos seus espaços naturais.

Apesar de a questão ambiental urbana estar em evidência nas últimas décadas (principalmente pós-Eco 92), as experiências de conservação ambiental nas cidades brasileiras, e as ferramentas normativas de regulamentação e proteção, como já apontamos remetem a meados do século XIX, com a implementação e o reflorestamento da Floresta da Tijuca, na cidade de Rio de Janeiro a partir de

1861. Atualmente, as políticas de implantação de parques e áreas verdes urbanas permanecem em algumas cidades brasileiras: Parque do Tingui em Curitiba, Parque da Lagoa do Abaeté, em Salvador; Parque Fazenda da Restinga, no Rio de Janeiro, Estação Ecológica de Carijós em Florianópolis, entre outros.

Porém, ao nos referirmos às unidades de conservação urbanas ainda estamos diante de um desafio, tanto para a manutenção e implementação como para as pesquisas urbanas. As dificuldades relacionam-se ao caráter subjetivo/perceptivo da população em relação às áreas públicas preservadas (como a **invisibilidade** dessas áreas, por exemplo) como pelas deficiências metodológicas de análise, quantificação e cadastro. Estes fatores somados a inaplicabilidades das leis urbanísticas dificultam as ações de fiscalização, manejo e gestão. Outro ponto agravante seria a própria indefinição de categorias, de uma tipologia de áreas de conservação urbana, derivada da precariedade de metodologias de classificação e de cálculos.

As dificuldades de desenvolvimento de metodologias próprias para os ambientes urbanos resultam de poucas pesquisas em ecossistemas urbanos realizados em proporção menor do que pesquisas em grandes sistemas naturais fora do ambiente urbano. Pois as discussões sobre a natureza e/ou sobre os sistemas naturais inseridas nos ambientes urbanos ainda são raras de acontecer devido principalmente a uma invisibilidade ou uma sobreposição de problemas como poluição atmosférica, excesso de resíduos sólidos, a imobilidade urbana, a ocupação das áreas de risco etc. Ou seja, trata-se de um mosaico complexo que necessita de mais pesquisas que possam dar conta desta sobreposição histórica de problemas.

Supõe-se uma aversão às pesquisas de cunho ambiental urbano à crença de que os pesquisadores de caráter mais natural/físico, como a Geografia Física, ou a Biologia de uma maneira geral possuem em relação às cidades. Como se estas fossem menos convenientes para se estudar a natureza e às repetitivas afirmações de que o meio ambiente urbano é nocivo à vida. Nesse sentido, não se leva em consideração que a paisagem urbana nada mais é do que uma paisagem alterada ou, como muitos afirmam, derivada da natural.

Mas existe um viés de pesquisa que a Geografia Humana poderia contribuir que é da Geografia Humanística e a questão da percepção ambiental. A utilização desses espaços como possibilidades de desenvolvimento de pesquisas que levem em consideração as experiências das pessoas, seus sentimentos e percepções relacionados com a natureza. Assim, percebemos que os sentidos ambientais vêm se transformando nas últimas décadas e a relação cotidiana com espaços preservados em escala local poderá acarretar em possibilidades de mudanças de comportamento e respeito pelo lugar. Segundo Machado (1999, p. 98) “na experiência [...] o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

LEITURA COMPLEMENTAR**TRAGÉDIAS EM PERSPECTIVA DE TEMPO LONGO**

Carlos Walter Porto-Gonçalves

A ONU divulgava, em 2001, dados que indicavam 53% da população mundial habitavam áreas rurais contra 47% em áreas urbanas. De certa forma esses números surpreendiam haja vista a desigual cobertura tanto no campo científico como jornalístico que privilegia o urbano em detrimento do rural, ainda que esses termos demandem ser requalificados diante das transformações sociogeográficas porque passa o mundo. Entre essas transformações, sem dúvida, uma das mais importantes é o processo de desruralização acompanhado pelo de suburbanização que vem ocorrendo nos últimos 30/40 anos. Para que se tenha uma ideia da intensidade desse processo, tomemos em consideração que a ONU nos informa que, em 2008, a população urbana, pela primeira vez na história mundial, equivalia à população rural. Assim, a diferença de 6% entre a população rural e a urbana de 2001 se desfez em apenas sete anos nos dando conta da velocidade do que está em curso.

[...]

Na verdade, desde os anos 1960, com a revolução (nas relações sociais e de poder) verde, que uma segunda onda expropriatória de camponeses, povos originários e populações negras historicamente em luta por terra e territórios livres (cimarrones, pallenques, quilombos) vêm se dando em todo o mundo, sobretudo na América Latina/Abya Yala, Caribe, Ásia e África. Relembre-se que a primeira grande onda expropriatória se deu na Europa nos séculos 18 e 19, iniciada com o cercamento dos campos que expulsara grande parte do campesinato ao lhe tomar as terras de uso comum sem as quais não mais conseguiam se reproduzir. Observe-se, de passagem, esse caráter híbrido de apropriação das terras – individual-familiar e de uso comum – que caracteriza o campesinato europeu. Foi essa primeira onda expropriatória que proporcionou a mão de obra que movimentaria as fábricas nascentes ensejando um salto no desenvolvimento do capitalismo que, assim, deve à separação dos camponeses da natureza sua condição de pleno desenvolvimento. Além disso, considere-se o fato de, na segunda metade do século 18, a máquina a vapor ter sido sistematizada por James Watt e seu uso generalizado, com combustíveis fósseis, tanto no mundo da produção como no dos transportes. Durante todo o século XIX até os anos 1950 forjou-se uma divisão internacional do trabalho em que alguns países se industrializaram na Europa Norte Ocidental, nos EUA, Canadá, Japão e URSS enquanto a América Latina/Abya Yala, o Caribe, a Ásia e a África forneciam a matéria prima agrícola e mineral para aqueles países. Desde o fim da 2ª Guerra, quando os limites da discriminação étnico-racial foram expostos

ao paroxismo contra os judeus, que se seguiu a descolonização. Contra essa luta de libertação dos povos uma nova ideologia se impôs: o desenvolvimento. Logo depois que o Presidente Truman, em 1949, usou a expressão subdesenvolvimento para classificar aqueles que recebiam menos de US \$ 2 (dois dólares americanos) por dia que várias missões de técnicos, cientistas sociais e engenheiros do Banco Mundial, do FMI e outras instituições (pouco) multilaterais partiram para os países, regiões e povos até então colonizados e passaram a classificá-los com critérios euro-norte-americanos como não sendo iguais a eles, ou seja, não desenvolvidos, e, portanto, necessitando de políticas que os levariam a ser como eles. É nesse contexto que a revolução verde, enquanto revolução técnica surge contra a revolução vermelha, que se queria social e política. As cores se mostram enquanto ideologia, vê-se. Desde então, tem início uma segunda onda expropriatória que jogou nas periferias urbanas bilhões de habitantes.

[...]

O quadro acima, que nos é fornecido por Samir Amin, é revelador do que mais tarde mereceria de Myke Davis a expressão “Planeta Favela”: dos 3 bilhões de habitantes urbanos do mundo, nada mais nada menos que 1 bilhão e 560 milhões, ou seja, mais da metade, vivem precariamente. Nos países da Periferia, a proporção dos que vivem precariamente chega a 64,2% da população urbana! Esses dados interpelam os valores hegemônicos acerca do desenvolvimento quando constatamos que os que podem ser classificados como “classes médias e ricas” são 330 milhões de habitantes nos países do Centro e são 390 milhões nos países da periferia. Ou seja, em termos absolutos temos mais “ricos e classes médias” nos países da periferia do que nos do centro. Assim, certo padrão de consumo tomado como de “primeiro mundo” tem mais gente dele usufruindo nos países da periferia. E, ao contrário do que caracterizou a divisão internacional do trabalho até os anos 1950/1960, a maior parte da população urbana do planeta, ou seja, 66% habitam os países da periferia e não os do centro. Enfim, o urbano realmente existente é precário!

Exatamente no período histórico em que esse fenômeno de desruralização/suburbanização se acelerou, as instituições (pouco) multilaterais recomendaram as políticas de estado mínimo para os investimentos sociais. Assim, enquanto mais habitantes eram desruralizados os investimentos públicos em habitação e saneamento básico não acompanharam a demanda. Tem sido trágico o encontro dos diferentes tempos materializados no espaço geográfico conformado nesse processo de desenvolvimento que a humanidade vem experimentando nesses últimos 200 anos. Aqui o saudoso geógrafo Milton Santos nos auxilia com sua tese de que o espaço geográfico é a acumulação desigual de tempos. O desenvolvimento que se deu a partir da 1ª onda expropriatória no século XVIII se fez com o uso da energia resultado da mineralização da matéria orgânica que há milhões de anos nos deu o carvão e o petróleo que, a partir dos oitocentos, passou a lançar na atmosfera gases de efeito estufa que contribuem para

acelerar o processo natural de aquecimento global. Até então a quase totalidade da energia usada pela humanidade era aquela proveniente da incidência diária do sol responsável pela fotossíntese. Desde que a humanidade passa a usar o carvão e o petróleo, ou seja, o Sol de milhões de anos atrás fotossintetizado e mineralizado passa a devolver à atmosfera gases de efeito estufa que haviam sido capturados da atmosfera pela fotossíntese da época. A 2ª onda expropriatória pós- anos 1950/1960 submete bilhões de habitantes a uma vida precária em subcidades que se formam ocupando várzeas alagáveis, encostas íngremes ou sobre falhas geológicas em terrenos de áreas sísmicas que sofrem a ação de chuvas que cada vez mais se concentram em tempos menores causando avalanches, deslizamentos e desmoronamentos em tragédias banalizadas pela mídia. As mudanças climáticas derivadas do aquecimento global, sobretudo a alteração do regime de chuvas, têm como um dos responsáveis o uso dos combustíveis fósseis. Aqui o êxito da revolução (nas relações sociais e de poder) industrial que se aproveitou da primeira onda expropriatória nos países do centro do sistema mundo moderno-colonial produz efeitos para além do efeito estufa quando se faz presente para as massas de “deserdados da terra” (Frantz Fanon) que foram expropriados pela 2ª onda expropriatória que agora se dá nos países da periferia com tragédias continuadas.

Esse triste espetáculo tende a se reproduzir ampliadamente e só merece destaque quando atinge populações das classes médias e ricas, como recentemente revelou a ampla cobertura da mídia diante da tragédia de Angra dos Reis no estado do Rio de Janeiro, Brasil. [...] Essa região experimentou toda a tensão derivada da segunda onda expropriatória acima referida quando nos anos 1970 foi aberta a rodovia Rio-Santos e se deu a construção da Usina Nuclear de Angra dos Reis. Os braços trazidos de fora da região e das ilhas para trabalharem na construção da própria estrada e da usina nuclear com a promessa que iriam trazer o desenvolvimento foram largados à própria sorte e só lhes restou a alternativa de subir os morros íngremes, únicos espaços que lhes foram deixados.

A mentalidade desenvolvimentista expropriou na região milhares de camponeses caiçaras, índios guarani e comunidades quilombolas que resistiram dando origem a um vigoroso movimento social que uniu a luta pela terra daquelas populações à luta dos ambientalistas pela Terra que, todavia, não conseguiu impedir que a região se transformasse no paraíso dos ricos.

A irresponsabilidade desse modelo de ocupação mostrou toda a sua face na tragédia dessa virada de ano e mostrou os riscos que todos corremos caso tenhamos um acidente naquela usina, haja vista o bloqueio das estradas de acesso que, na região, deve ser, sobretudo, de evacuação. A tragédia de Angra dos Reis, da Baixada Fluminense e do vale do Paraíba (Cunha e São Luis do Paraitinga) é um convite à reflexão acerca das contradições de um modelo de desenvolvimento que agride os homens-mulheres e a natureza ao mesmo tempo. Que a dor dos parentes dos que foram diretamente atingidos

hoje nos ilumine e nos sensibilize para que comecemos a encarar seriamente a necessidade de buscarmos uma sociedade realmente democrática, socialmente justa e ecologicamente responsável.

FONTE: Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/01/29/tragedias-em-perspectiva-de-tempo-longo-artigo-de-carlos-walter-portogoncalves/>>. Acesso em: 12 jul. 2011.



Para aprofundar as discussões trazidas a esta Unidade, sugerimos a leitura da Dissertação de Mestrado em Geografia de Karina Rousseng Dal Pont: De "bota-fora" à Estação Ecológica da UFMG (pequenas conquistas e a construção de significados ambientais urbanos) que você encontra no seguinte sítio <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>>.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você viu que:

- Como surgem as ideias de conservação da natureza e como na contemporaneidade esta questão vem se aproximando da questão urbana/social.
- No século XIX, quando surge a questão ambiental, as áreas preservadas serviam como espaços de descanso, de inspiração e descontração aos cidadãos urbanos e à manutenção representativa da riqueza natural e cênica dos países.
- O mundo pós-II Guerra Mundial colocou em cheque também a euforia desenvolvimentista da técnica e da ciência.
- Os entendimentos em torno da questão ambiental são transversais, perpassam diferentes grupos e aspectos da vida social.



- 1 Faça uma linha do tempo marcando o período dos principais acontecimentos para a questão ambiental mundial e brasileira e pesquise sobre o que é o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).
- 2 “A compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar. A análise de problemas ambientais envolve questões políticas, históricas, econômicas, ecológicas, geográficas, enfim, envolve processos variados, portanto não seria possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência. Como o objeto de estudo da Geografia, no entanto, refere-se às interações entre a sociedade e a natureza, um grande leque de temáticas de meio ambiente está necessariamente dentro do seu estudo”. (BRASIL, 1997). De acordo com o texto acima, extraído dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), o tema Meio Ambiente deverá ser trabalhado no ensino de Geografia de forma transversal. Diante daquilo que foi estudado neste tópico, defina pelo menos três temas possíveis de serem trabalhados com os alunos na escola, a partir do eixo meio ambiente junto ao ensino de Geografia Humana.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Tendências Globais 2009: Refugiados, Solicitantes de Refúgio, Repatriados, Pessoas Deslocadas. Divisão de Gerência e Apoio a Programas, 2010. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 14 jul. 2011.

ACSELRAD, Henry. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (Orgs.) **O desafio da sustentabilidade, um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. (Textos para Discussão, n. 4).

ANDRADE, M. C de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Uma geografia para o século XXI**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004.

ATLAS DO MEIO AMBIENTE. Edição Brasileira Le Monde Diplomatique Brasil. Organizado por Tristan Coloma, Le Monde Diplomatique, 2010.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2003). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BAVA, S. C. Recuperar as perdas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 4, n. 43, p. 4-5, fev. 2011.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. São Paulo: Lisboa, 1981.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no mundo: estimativas**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.sistemas.mre.gov.br>. Acesso em: 15. jul. 2011.

BRITO, F; CARVALHO, A. M. Somos um país de jovens? In: ALBUQUERQUE, E.D (Org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

CALLAI, C. H. Escalas de análise geográfica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA**, 11., Goiânia, 2011. Anais... Goiânia: UFG, 2011.

CAMPOS, M. B. Estimativas de migração internacional no Brasil: os novos e os velhos desafios. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE: 2001. (Informação Demográfica e Socioeconômica n. 1).

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CLAVAL, Paul. **Evolucion de la geografia humana**. Barcelona: Tusquetes, 2007.

CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In: _____ (Org.). **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 11-36.

_____ (Orgs.). **Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação**. Santa Maria: UFSM, 2007. p.121-138.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Heloisa S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Pará, n. 2, p. 55-71, 2000.

DELEUZE, G. **Rizoma**. Trad.: Rafael Godinho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

DEMAGEON, A. Uma definição para geografia humana. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectiva da geografia**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p.49-58.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FRANÇOIS-DUMONT, G. Mitos da população mundial. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 4, n. 48, p. 10-11, jul. 2011. (Dossiê Demografia).

FRANCESCONI, L; SANTOS, R. C. B. População mundial a caminho do empate. **Carta na Escola**, São Paulo, n. 571/572/573/574, p. 16-21, fev. 2010.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOY, A. Conservar docilidades ou experimentar intensidades. In: PREVE, Ana Maria; CORREA, R. L. Espaço: um conceito – chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GODOY, A. Conservar docilidades ou experimentar intensidades. In: PREVE, Ana Maria; CORREA, Guilherme (Org.). **Ambientes da ecologia**: perspectivas em política e educação. Santa Maria: UFSM, 2007.

GOLUB, P. S. Saturação das metrópoles. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 3, n. 32, p. 6-7, mar. 2010.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GOMES, P. C. C. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a origem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. ; GOMES, P. C. C.; CÔRREA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. p.377- 411.

_____. Formação socioespacial e a questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Bertha et al. **Geografia e o meio ambiente**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p.309-333.

GRANDES, Almudena. **Atlas de geografia humana**. Rio de Janeiro: Globo, 2002.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaços urbanos na “aldeia global”**: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX. Transcrição de conferência proferida em Belo Horizonte. Mimeo, 1995.

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18. p. 37-46, jan./jun. 2002.

HELENE, O; HORODYNSKI, M. Como vai a educação brasileira. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 4, n. 43, p. 10-11, fev. 2011.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Ideologias e práticas na história. 2004. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro, 2004.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27).

JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2002.

LACOSTE, Y. A Pesquisa e o trabalho de Campo. In: _____. **Seleção de textos 11**. Coedição GBSP/AGB nacional. São Paulo, 1985. p. 1-23.

LAGO, A; PÁDUA, J. A. **O que é ecologia?** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.

LEFF, Enrique. **Ecologia y capital: racionalidad**. México: DF Siglo Veintiuno, 1994.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MARICATO, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1 e 2, jan./dez,1997.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In: _____ (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento. Verdades e contradições**. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 21-41.

MATOS, C.; SOARES, P. Crescimento desacelera e urbanização é recorde. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2011. Mundo, p. A20. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 15 maio 2011.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. São Paulo: Papiрус, 2000.

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Revista Terra Livre**, São Paulo. n. 16, 2001.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p.113-131, jan./jul., 2001.

MOREIRA, R. **O que é geografia?** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MONTEIRO, C. A. F. **Clima e excepcionalismo; conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico.** Florianópolis: UFSC, 1991.

MONTENEGRO, C. Na África, nasce hoje o Sudão do Sul, país mais pobre do globo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 jul. 2011. Cotidiano, p. 5. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço.** São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA JÚNIOR, W. M. de. Perguntas à televisão e às aulas de Geografia: crítica e credibilidade nas narrativas da realidade atual. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.). **Geografia em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2002. p.353-372.

_____. GIRARDI, G. Diferentes linguagens no ensino de geografia. **ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA**, 11., Goiânia, 2011. Anais... Goiânia: UFG, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. Informe sobre las migraciones em el mundo 2010: el futuro de la migración: creaciones de capacidades pela el cambio. (Resumen Ejecutivo). Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=37&products_id=667>. Acesso em: 14 jul. 2011.

PÁDUA, José Augusto. Espaço público, interesses privados e política ambiental. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 3, p. 2-4, out./dez. 1989.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados** 20, São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CASSETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: ultrapassar barreiras: mobilidade

e desenvolvimento humanos. Trad. de IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 1 jul. 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 25 jun. 2001.

QUAINI, Massimo. **A construção da geografia humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RECLUS, Elisee. **Da ação humana na geografia física**. São Paulo: Expressão e Arte, 2010.

RIBEIRO, Wagner Costa. Entre Prometeu e Pandora – sociedade e natureza no início do século XXI. In: CARLOS, Ana Fanni Alessandri; LEMOS, Amália Inês G.(Orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2005. 2. ed. (p. 323-324).

RIGOTTI, J. I. R. A geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados**, São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a18v2057.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2001.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Pierre Mombeig e a geografia humana brasileira**. São Paulo: Edusc, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Lisboa: [s.n.], 1989.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevistas com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma geografia nova**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SARAIVA, M. da G. A. N. **O rio como paisagem:** gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território. Lisboa: Fundação Calouste Ulbenkian, 1999.

SCHWARTZMAN, S. Chegou o Brasil do futuro, com coisas boas, problemas e desafios. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2011. Cotidiano, p. 5. Disponível em: <<http://edicaodigital.folha.com.br/home.aspx>>. Acesso em: 15 maio 2011.

SEEMANN, J. Arte, conhecimento geográfico e leitura de imagens: o geógrafo, de Vermerr. **Pro-Posições:** Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, v. 20, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2009.

SOJA, E. **Geografia pós-moderna:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPÓSITO, M. E. B. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fanni Alessandri; LEMOS, Amália Inês G. (Orgs.). **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. O currículo de geografia nas séries iniciais: entre conhecer o que se diz e o vivenciar o que se pratica. In: TONINI, Ivaine Maria (Org.). **O ensino de geografia e suas composições Curriculares.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 41-60.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização cyborg. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas ambientais. Rio de Janeiro: DP& A, 2001. p. 83-104.

TUAN, Y-FU. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da geografia.** 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p.143-164.

UNITED NATIONS. Urban Agglomerations 2007. Department of Economic and Social Affairs: Population Division. New York, 2008. Disponível em: <<http://www.unpopulation.org/>>. Acesso em: 30 jun. 2001.

_____. International Migration 2009. Department of Economic and Social Affairs: Population Division. Disponível em: <<http://www.unpopulation.org/>>. Acesso em: 3 jun. 2001.

_____. World Fertility Report: 2007. Department of Economic and Social Affairs: Population Division. New York, 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/publications/worldfertilityreport2007/wfr2007-text.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

UNITED NATIONS POPULATE FUND. State World Population 2010. Disponível em: <<http://www.unfpa.org/swp/>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

VARELLA, T. Imigrantes bolivianos vivem como escravos em São Paulo. Disponível em: <<http://uniaocampcidadeefloresta.com/2010/12/22/imigrantes-bolivianos-vivem-como-escravos-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 15. jul. 2011.

VIOLA, Eduardo, LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D; VIEIRA, P. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992.

WILLIAN, José. **Sociedade e espaço** - geografia geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2005.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Cidadania**, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Belo Horizonte, n. 24, p. 205-219, 1996.